

SIMONE NARCISO LESSA

**SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:  
O PLANEJAMENTO E A CONSTRUÇÃO DO  
PÓLO REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação do  
Profa. Dra. Maria Stella Martins  
Bresciani.

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
17 / 10 / 2001

**BANCA**

  
Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (orientadora)

  
Profa. Dra. Emilia Wanda Rutkowski

  
Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn

  
Profa. Dra. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

  
Prof. Dr. Ítalo Arnaldo Tronca

Profa. Dra. Cristina Meneguello (suplente)

Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Sousa (suplente)

**OUTUBRO/2001**

UNIDADE Be  
Nº CHAMADA T/UNICAMP  
L566s  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 50690  
PROC 16.837/02  
C \_\_\_\_\_ DI \_\_\_\_\_  
PREÇO R\$ 11,00  
DATA 10/09/02  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM00173054-1

BIB ID 256987

### Lessa, Simone Narciso

L566s      São José dos Campos : o planejamento e a construção do pólo regional do Vale do Paraíba / Simone Narciso Lessa. - - Campinas, SP : [s. n.], 2001.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.

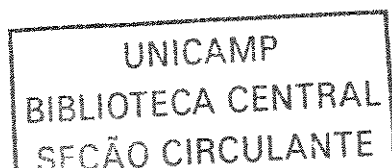
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Planejamento regional - Paraíba do Sul, Rio, Vale.  
2. Planejamento urbano - São José dos Campos (SP). 3. Cidade e Vilas - São José dos Campos (SP). 4. Política urbana. I.  
Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## RESUMO

Esta tese trata do processo de transformação de São José dos Campos em pólo regional do Vale do Paraíba. Como uma cidade sem projeção no período do café pôde se transformar em pólo regional? Por que portas a questão urbana entrou nesta cidade? São José se industrializou sem que estabelecesse qualquer ligação com o "Complexo Cafeeiro", como outros pólos paulistas. O Estado planejador a partir da década de 30 até início da de 80, interveio com planos e políticas públicas aliados aos investimentos industriais e imobiliários privados que a cidade passou a atrair. As cidades sanitária, industrial e militar se sobrepõem, entre 30 e 80, transformando São José dos Campos em um laboratório de políticas e projetos.

0242455



## ABSTRACT

During the Brazilian coffee period, São José dos Campos (São Paulo State, Brazil) was a small town without any political or economic projection. Nowadays, it centralizes one of the most important industrialized area of São Paulo State — the Paraíba do Sul river valley (northeast portion of São Paulo State). This thesis pretends to discuss the circumstances of São José dos Campos transformation supported by the Brazilian State public policies since the 30s.

Esta tese dedico à minha mãe, Marly Narciso Lessa, amiga e companheira de todos os dias e, ao meu grande amor, Luís Lessa Sôlha, meu filho.

## AGRADECIMENTOS

A longa trajetória deste trabalho foi entrecortada por muitas transformações em minha vida e por muitas pessoas. Logo, ganhei a pessoa mais importante em minha vida, meu filho Luís, que nasceu no começo deste doutorado. Muitas coisas aconteceram de lá pra cá e, entre mudanças, a tese mudou em alguns momentos também. Nestes anos intensos e ricos pouco tenho a lamentar mas muito a agradecer.

Antes de mais nada gostaria de agradecer a minha orientadora, Stella Brescianni, pelo apoio, amizade e compreensão, ao longo desta jornada. Quero agradecer aos meus amigos pela paciência. Paulo Cesar da Silva foi um irmão e companheiro de todas as horas. Emilia Rutkowski, uma amiga e companheira de trabalho de muitos anos.

Quero agradecer a Marisa Carpintero, a Ernestina Gomes de Oliveira e Ari Fernandes, pelas conversas inspiradoras, sem as quais não teria desatado muitos nós deste trabalho. A professora Maria Adélia Souza pela leitura e atenção, neste final de trabalho. Aos meus professores da UNICAMP, em especial Ítalo Tronca, Edgar De Decca e Alcir Lenharo, que tanta falta nos faz.

Aos funcionários dos arquivos, bibliotecas e em especial ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de São José dos Campos pela paciência e receptividade para comigo enquanto revirava seus papéis, planos e prateleiras.

Dentre muitos, correndo o risco de me esquecer de pessoas importantes, devo ressaltar meus companheiros de São José dos Campos Ademir Pereira dos Santos, Maria Aparecida Papali, Maria José Olmos e todos os alunos da UNIVAP, com quem tive o prazer de trabalhar. Agradeço a todos os meus amigos, colegas e colaboradores de Ribeirão Preto, da Instituição Moura Lacerda, de Mogi Mirim, da Faculdade Santa Lúcia, e da Prefeitura Municipal de Campinas, pelo carinho e amizade com o qual me receberam.

Agradeço, também, pelo apoio financeiro, à UNICAMP e a CAPES pelas bolsas, assim como a minha família, que me salvou muitas vezes da inadimplência. Meu agradecimento carinhoso vai para minha família pelo apoio, em especial à minha mãe, Marly Narciso Lessa, a quem dedico esta tese.

Quero fazer um agradecimento especial à família Sôlha, pelo carinho e receptividade estes anos todos, por me mostrarem São José dos Campos e o CTA, pelos olhos de moradores amorosos e atentos à cidade que, assim como eu neste trabalho, escolheram. Quero agradecer especialmente ao professor Hélio da Costa Sôlha e a Sérgio Sôlha, pelo apoio, carinho, pelas conversas e o cafezinho na cozinha, que tanta inspiração trouxeram a este trabalho.

OBRIGADA!

## ABREVIATURAS

|              |                                                                                                           |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AAA.....     | Act Adjustment of Agriculture                                                                             |
| AVIBRÁS..... | Aviação Brasileira                                                                                        |
| ABC.....     | Santo André, São Bernardo, São Caetano                                                                    |
| BID.....     | Banco Interamericano de Desenvolvimento                                                                   |
| BNDES.....   | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico                                                               |
| BIRD.....    | Banco Mundial                                                                                             |
| CAP.....     | Companhia Aeronáutica Paulista                                                                            |
| CIAM.....    | Congresso Internacional de Arquitetura Moderna                                                            |
| CNPq.....    | Conselho Nacional de Pesquisa                                                                             |
| CEPAL.....   | Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina                                                |
| CPEU.....    | Centro de Pesquisa e Estudos Urbanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo |
| COCTA.....   | Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica                                                  |
| CODIVAP..... | Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte                                 |
| CSN.....     | Companhia Siderúrgica Nacional                                                                            |
| CTA.....     | Centro Técnico Aeronáutico, posteriormente Centro Tecnológico Aeroespacial                                |
| CTEF.....    | Conselho Técnico de Economia e Finanças                                                                   |
| C&T.....     | Ciência e Tecnologia                                                                                      |
| DAAE.....    | Diretoria de Águas, Agricultura e Energia do Estado de São Paulo                                          |
| DASP.....    | Departamento de Administração do Serviço Público                                                          |
| DOS.....     | Departamento de Obras Sanitárias                                                                          |
| ENGESA.....  | Engenheiros Especializados S A                                                                            |
| EMBRAER..... | Empresa Brasileira Aeronáutica                                                                            |
| ESG.....     | Escola Superior de Guerra                                                                                 |
| EUA.....     | Estados Unidos da América                                                                                 |
| FAB.....     | Força Aérea Brasileira                                                                                    |
| FAUUSP.....  | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Da Universidade de São Paulo                                         |
| FEPASA.....  | Ferrovias Paulistas SA                                                                                    |
| FIESP.....   | Federação das Indústrias de São Paulo                                                                     |
| FMI.....     | Fundo Monetário Internacional                                                                             |
| FNM.....     | Fábrica Nacional de Motores                                                                               |
| GEIMA.....   | Grupo Executivo e de Trabalho e Estudos de Projetos Especiais da Força Aérea Brasileira                   |
| GETEPE.....  | Grupo Executivo e de Trabalho e Estudos de Projetos Especiais das Forças Armadas Brasileiras              |
| GM.....      | General Motors                                                                                            |
| GSP.....     | Grande São Paulo                                                                                          |

## ABREVIATURAS (CONTINUAÇÃO)

|               |                                                            |
|---------------|------------------------------------------------------------|
| IAC.....      | Instituto Agrônômico de Campinas                           |
| IBGE.....     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística            |
| IEA.....      | Instituto de Estudos Aeroespaciais                         |
| IDORT.....    | Instituto de Organização Social do Trabalho                |
| IPD.....      | Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento                    |
| IPT.....      | Instituto de Ciência e Tecnologia                          |
| INPE.....     | Instituto de Pesquisa Espacial                             |
| ITA.....      | Instituto de Tecnologia Aeronáutica                        |
| JK.....       | Juscelino Kubitschek                                       |
| PLADI.....    | Plano de Desenvolvimento Integrado                         |
| PETROBRÁS.... | Empresa de Petróleo Brasileira S. A                        |
| PMDI.....     | Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo     |
| PND.....      | Plano Nacional de Desenvolvimento                          |
| MG.....       | Minas Gerais                                               |
| RJ.....       | Rio de Janeiro                                             |
| SABAT.....    | Sistema Brasileiro Ar-Terra                                |
| SALTE.....    | Saúde, Alimentação, Transporte, Educação (Governo Dutra)   |
| SOMA.....     | Secretaria de Obras e Meio Ambiente do Estado de São Paulo |
| SJC.....      | São José dos Campos                                        |
| SP.....       | São Paulo                                                  |
| TVA.....      | Tennessee Valley Authority                                 |
| UDN.....      | União Democrática Nacional                                 |
| UNICAMP.....  | Universidade de Estadual Campinas                          |
| UNIVAP.....   | Universidade do Vale do Paraíba                            |
| USP.....      | Universidade de São Paulo                                  |

# Sumário

|                                                                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| RESUMO .....                                                                                                                                   | 3          |
| ABSTRACT .....                                                                                                                                 | 3          |
| AGRADECIMENTOS .....                                                                                                                           | 3          |
| ABREVIATURAS .....                                                                                                                             | 3          |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                               | 15         |
| <b>CAPÍTULO 1:</b>                                                                                                                             |            |
| <b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: A CIDADE DOS ARES GENEROSOS .....</b>                                                                                  | <b>27</b>  |
| Tuberculose e sanitarismo no Brasil: o caso de São Paulo .....                                                                                 | 39         |
| O Código de Posturas Municipais .....                                                                                                          | 48         |
| São José dos Campos - Estância Climática .....                                                                                                 | 50         |
| O Zooning e o planejamento da cidade .....                                                                                                     | 56         |
| As Transformações da Cidade e o Zoneamento Sanatorial .....                                                                                    | 62         |
| Quadro Histórico da Administração da Prefeitura Municipal de São<br>José dos Campos (1919-1954) .....                                          | 62         |
| <b>CAPÍTULO 2:</b>                                                                                                                             |            |
| <b>O REERGUIMENTO ECONÔMICO DO VALE DO PARAÍBA:</b>                                                                                            |            |
| <b>A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO REGIONAL .....</b>                                                                                      | <b>73</b>  |
| A industrialização em São José dos Campos .....                                                                                                | 79         |
| O Reerguimento do Vale do Paraíba .....                                                                                                        | 87         |
| O Planejamento Regional .....                                                                                                                  | 100        |
| O Vale Do Paraíba Na Era Vargas .....                                                                                                          | 106        |
| A industrialização e o desenvolvimentismo .....                                                                                                | 110        |
| Chegam as transnacionais .....                                                                                                                 | 120        |
| O Plano Setorial - São José dos Campos - 1961-1964 .....                                                                                       | 124        |
| <b>CAPÍTULO 3:</b>                                                                                                                             |            |
| <b>PLANEJAMENTO E INDÚSTRIA NO VALE DO PARAÍBA: O PROJETO<br/>MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COMO<br/>PÓLO REGIONAL .....</b> | <b>133</b> |
| Os Militares e a industrialização no Brasil .....                                                                                              | 141        |
| A Indústria Aeronáutica Brasileira e o Nascimento da Força Aérea<br>Brasileira: O CTA .....                                                    | 150        |
| O Planejamento e a cidade pólo .....                                                                                                           | 171        |
| O Planejamento e a formação sócio-territorial do Vale do Paraíba:<br>60 e 70 .....                                                             | 186        |
| ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADOS .....                                                                                                       | 199        |
| BIBLIOGRAFIA .....                                                                                                                             | 201        |

**"XXVIII**

*Pinta-me a curva d'este céos... Agora,  
Erecta, ao fundo, a cordilheira apruma:  
Pinta as nuvens de fogo de uma em uma,  
E alto, entre as nuvens, o raia da aurora.*

*Sólta, ondulando, os véos de espessa bruma,  
E o valle pinta, e, pelo valle a fóra,  
A correnteza turbida e sonora  
Do Parayba, em torvelins de espuma.*

*Pinta;mas vê de que maneira pinta...  
Antes busques as cores da tristeza  
Poupando o escriptorio das alegres tintas:  
Tristeza Singular, estranha magua  
De que vejo coberta a natureza,  
Porque a vejo com olhos rasos d'agua"*

Olavo Bilac<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BILAC, Olavo. POESIAS. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1944. P. 70.

## INTRODUÇÃO

*"O processo de urbanização do Vale do Paraíba conta já com três séculos de desenvolvimento, abrangendo, dentro de nossa amplitude de tempo histórico, período bastante longo. Constitui uma das mais antigas áreas de ocupação do Estado, seguindo-se ao litoral e ao planalto paulistano, oferecendo, por essa razão, perspectiva razoável do processo de urbanização em nosso território, dentro de condicionantes e de ritmos variáveis."*<sup>2</sup>

No percurso entre São Paulo e Rio de Janeiro a via Dutra serve de costura entre aglomerações urbanas compondo uma rede de cidades, a mais densa e importante do país: o complexo regional do Centro-Sul. Neste complexo está situada a megalópole brasileira, no eixo Rio-São Paulo.

O censo do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1990 apontou um fenômeno que chama a atenção: a descentralização da metrópole paulistana e o crescimento dos pólos regionais. O adensamento da rede urbana em São Paulo apontava para três direções, partindo de São Paulo rumo ao Vale do Paraíba, Oeste Paulista e Baixada Santista. Primeiramente, nos chamou a atenção o Oeste Paulista em função de termos trabalhado com o tema da ferrovia no mestrado. Chegamos a iniciar a pesquisa sobre Campinas, a cidade mais importante deste eixo.<sup>3</sup>

Ao longo da pesquisa São José dos Campos nos afigurou mais interessante por ser o único pólo que não estava ligado ao "Complexo Cafeeiro". Nossa pesquisa

---

<sup>2</sup>Müller, N. L.. **O FATO URBANO NA BACIA DO RIO PARAÍBA** In Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, Publicação 23. Rio de Janeiro: IBG/Fundação IBGE, 1969. p. 12.

<sup>3</sup>Sobre ferrovia ver: LESSA, Simone N. **TREM DE FERRO: DO COSMOPOLITISMO AO SERTÃO**. Campinas: IFCH/UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1993. GUNN, Philip. - **ESPAÇO, ESTADO, TERRITÓRIO (UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE CRÍTICA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM SÃO PAULO E NO BRASIL)**. São Paulo: Tese de Doutorado/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1985. MONBEIG, Pierre. **PIONEIROS E FAZENDEIROS DE SÃO PAULO**. São Paulo, Editora Hucitec/Polis, 1984. SCHIVELBASCH, Wolfgang. **THE RAILWAY JOURNEY. THE INDUSTRIALIZATION OF TIME AND SPACE IN THE 19<sup>th</sup> CENTURY**. Berkley: The University of California Press, 1986. MATOS, O. N. de **CAFÉ E FERROVIA: A EVOLUÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO PAULO E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA CAFEIEIRA**. São Paulo: Alfa Omega, 1974

na UNIVAP — Universidade do Vale do Paraíba, possibilitou um maior contato com os pesquisadores da região e pudemos desenvolver, juntamente com os outros professores, um trabalho envolvendo os alunos do curso de História.

Convivendo com a cidade, ao observarmos a paisagem de São José dos Campos vimos que parecia não ter limites precisos. Conurbada com vários municípios, a cidade foi marcada pela presença do modernismo, impresso em prédios, estruturas urbanas e bairros planejados, pela indústria e pela técnica. São José dos Campos é um pólo industrial e comercial cortado por importantes corredores rodoviários do país, principalmente, a Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra. Olhando com mais atenção começamos a notar outros pontos em seu tecido: os sanatórios desativados, a presença militar. Tudo isto acabou deslocando nossas atenções para a região e a cidade.

Nos perguntávamos então: por que portas a transformação urbanística entrou nesta cidade? Em que momento de sua História? Sobre que outras cidades esta se construiu? Este trabalho tem como objeto a transformação de São José dos Campos em pólo regional do Estado de São Paulo, através de intervenções urbanísticas e do planejamento estatal. Nosso corte temporal abrange, mais especificamente, o período entre as décadas de 30 e 70 do século XX.

A abordagem deste tema guarda como peculiaridade a interdisciplinariedade. O estudo da cidade e o próprio planejamento se tornaram campos de atuação de arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos, historiadores, economistas, etc. No Brasil, várias áreas, principalmente, a geografia e o urbanismo, têm estudado a formação sócio-econômica do espaço urbano e regional. A historiografia brasileira, no entanto, somente a pouco tempo, principalmente da década de 70 para cá, tem se interessado pelas questões metodológicas do estudo das cidades e do pensamento urbanístico.

Temos trabalhos de cunho historiográfico feito por urbanistas, sociólogos, economistas, etc. Estes trabalhos se ressentiam de uma filiação à uma historiografia tradicional, ligada aos ciclos econômicos. O mesmo processo encontramos na historiografia sobre São José dos Campos e o Vale do Paraíba. Buscamos, em São José dos Campos romper com os estereótipos e a tentação de dividir sua história em ciclos. Nice L. Müller, foi a primeira a chamar a atenção para a variedade de processos entre as cidades do Vale. Entendemos, assim como, a historiadora Stella Brescianni que,

*"As cidades são antes de tudo uma experiência visual. (...) E mais, um*

*lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a algumas de suas formas de inserção topográficas ou particularidades arquitetônicas.*<sup>14</sup>

Esta foi a nossa proposta metodológica. Assim, pensamos que para tratarmos da história da cidade devemos levar em conta sua formação sócio-espacial. A construção da cidade e as correlações de forças que participaram deste processo dinâmico foi o horizonte que buscamos. De acordo com o geógrafo Milton Santos,

*"Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como um fato histórico que ele é, somente a História da sociedade mundial, aliada a da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social."*<sup>15</sup>

No século XX São José dos Campos se tornou uma cidade local, dando início a um processo de centralização e concentração de investimentos, população, equipamentos, etc. O marco foi a cidade sanatorial que atuou fortemente no setor terciário, através da instalação de serviços variados para atendimento dos doentes. Período, no qual, a presença da doença e dos doentes abriu a primeira porta de intervenções urbanística e das políticas públicas na cidade.

Esta adequação da cidade a proposta sanatorial coloca São José como cidade local pela primeira vez. Desde a metade do século XX, as cidades locais se difundiram pelo território a partir de processos tecnológicos, infra-estruturais, e da industrialização. O projeto de transformação de São José dos Campos em pólo regional, foi marcado pelo autoritarismo e deslanchou durante dois períodos ditatoriais, praticamente consecutivos: O Estado Novo e a Ditadura Militar. Períodos, portanto, nos quais a cidadania não poderia estar no centro destes projetos.

---

<sup>14</sup> Sobre a historiografia das cidades brasileira ver BRESCIANNI, M. Stella M. *História e Historiografia das Cidades*" in: FREITAS, Marcos César de (org). *HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA*. São Paulo: Contexto, 1998. P. 237.

<sup>15</sup> SANTOS, Milton. *ESPAÇO E SOCIEDADE: ENSAIOS*. Petrópolis: Vozes, 1979. Pp. 9 e 10.

Neste momento, também emergem outros dois projetos, que atuaram de forma interdependente e com grande participação do planejamento estatal: o projeto industrial, setor secundário, marcado pela presença das transnacionais e indústria bélica; e o projeto militar, principalmente a construção do CTA com a proposta de produção de conhecimento e tecnologia, assim como, a formação de mão-de-obra qualificada.

A complexidade da questão urbana, a partir da problematização do meio, nos séculos XIX e XX, nos coloca diante de experiências urbanas diferenciadas. Tendemos a buscar as semelhanças, as estruturas homegeneizantes, as explicações gerais. No entanto, quando olhamos mais a fundo a experiência urbana nos últimos séculos vemos que, apesar do processo de formação de um pensamento e de um urbanismo internacional, a forma como as transformações urbanas se deram guardaram em cada lugar suas peculiaridades.

Buscamos tomar como referência o processo de problematização da cidade, ou seja, a instauração da "questão urbana", a trajetória de transformações da cidade de São José dos Campos, notadamente da década de 30 à década de 70, levando-a de cidade sem maior expressão na região do Vale do Paraíba do Sul, a pólo regional do Estado de São Paulo e do Brasil. De acordo com Ademir Pereira dos Santos:

*" (...), São José dos Campos sempre foi uma cidade laboratório feita a partir de estímulos externos. Foi assim na primeira metade do século XX com a fase sanatorial. A cidade era um depósito dos balões de ensaio de instituições paulistanas como a Santa Casa de Misericórdia. Depois da implantação do CTA[Centro Tecnológico Aeroespacial], da Dutra, dos investimentos multinacionais e militares, São José dos Campos descaracteriza-se totalmente. É quando se processa a transformação da cidade-sanatório para a cidade-indústria bélica e multinacional, situação acentuada gradativamente ao longo da década de 60, acelerada em 70, mantendo o ritmo boa parte dos anos 80."*<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> SANTOS, Ademir Pereira dos. "De Cabaia a Feiticeiro (ou para se ler paisagens urbanas recentes em São José dos Campos)" in: **CADERNOS DO CIRC - CENTRO DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIAS CULTURAIS. SÃO JOSÉ: A CIDADE, A CULTURA E SEU TEMPO.** Ano I - nº 1. São José dos campos: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro/1996. P. 25.

Para estudarmos o processo de transformação de São José dos Campos em pólo regional traçamos uma trajetória de investigação da história da formação urbanística da cidade, sua ocupação territorial; sua relação com as políticas públicas. Buscamos identificar as peculiaridades deste processo frente aos padrões e paradigmas da história urbana do Estado de São Paulo.

São José dos Campos, apresentava diferenças em relação aos outros pólos do Estado de São Paulo como Campinas, a Baixada Santista e mesmo a Capital. As intervenções do Estado nesta região foram, aparentemente, maiores que nas outras. Em São José dos Campos o período sanatorial foi um marco do processo de intervenção do Estado. A migração de pobres e doentes para a cidade, numa ação conjunta da filantropia e do Estado, levou a uma crise urbana. Políticas públicas e investimentos, públicos e privados, transformaram a forma urbana e estabeleceram um novo lugar para São José dos Campos na divisão social e territorial do trabalho e no processo de descentralização dos problemas urbanos da Capital paulistana.

Procuramos tecer a trama da história de uma cidade e suas complexidades. São José dos Campos teceu sua história com os fios da técnica e do planejamento. Sua história apresenta cores fortes trazidas pela peste e pela indústria de armamentos. O planejamento entrou na cidade pelas mãos da doença levando a questão urbana e social, a intervenção na cidade, e não minimizou seus problemas, na verdade talvez os tenha potencializado. Vimos ao longo do trabalho que a delinquência e a violência, assim como a segregação, persistiram, mesmo em face da crescente ação do Estado na cidade e região.

Duas ditaduras estabeleceram grandes marcos de mudança para São José dos Campos. Na Ditadura Vargas, na qual a cidade passou a ser uma Estância Climatérica; foram construídos a Dutra e o CTA — Centro Técnico Aeroespacial, começou a ser feito o Plano do Reerguimento do Vale do Paraíba pelo IAC — Instituto Agrônomo de Campinas, a pedido do Governo do estado de São Paulo. A Ditadura Militar, com o CODIVAP — Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e o Macro-Eixo, período de maior crescimento da estrutura do CTA; instalação das transnacionais; da indústria bélica; e da especulação imobiliária com a expansão da cidade e o nascimento de novos bairros, ricos e pobres.

O período democrático, nas décadas de 50 e 60, foi muito importante principalmente pelo Plano do CPEU — Centro de Pesquisa Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e sua visão acurada de

um processo de desterritorialização das massas de migrantes que acorreram das mais diferentes regiões do país. De acordo com os dados CODIVAP este foi um período marcado pela migração interna, das cidades menores para as cidades maiores do Vale do Paraíba.

*"Embora o Vale como um todo não apresente saldos Migratórios muito grandes, há fortes movimentos migratórios internos, com grandes contingentes se dirigindo às cidades, dando origem a uma intensa urbanização. Entre 1940 e 1970, a população urbana do Vale cresceu 305%, quase três vezes em relação a população total. (...) A população destas cidades representava apenas 7,1% do total em 1940, porém essa porcentagem chegou a 50% em 1970, tornando o Vale uma área de fortes características urbanas, mais acentuadas que no restante do interior do estado de São Paulo."*

O meio assume várias perspectivas ao longo deste processo. Se a cidade sanatorial atrai pelos seus ares bons, a cidade industrial se fixa a partir da construção de infra-estrutura e superestrutura que, numa relação dialética, configurou a região do Vale e, mais especificamente, São José dos Campos como um pólo nodal das redes do centro-sul. O meio que na cidade sanatorial se remetia a Primeira Natureza, os ares bons o sol, como vemos no brasão da cidade, após a década de 40 se voltou para a relação de espaço e tempo marcada pelas estruturas tecnológicas de Segunda Natureza. Como colocou Milton Santos, foi a substituição do meio natural pelo meio técnico-científico-informacional.<sup>8</sup>

A descentralização da metrópole paulistana em direção ao Vale do Paraíba, capturou São José dos Campos, estrategicamente colocada em seu caminho. Desde as primeiras décadas do Século XX, a metrópole tem que achar um lugar para instalar seus tuberculosos tirando-os do seu convívio.

A concentração industrial da capital desencadeou um processo de crescimento e conurbação, levantando o problema das deseconomias e do limite da capacidade de absorção da metrópole. O planejamento numa relação imbricada

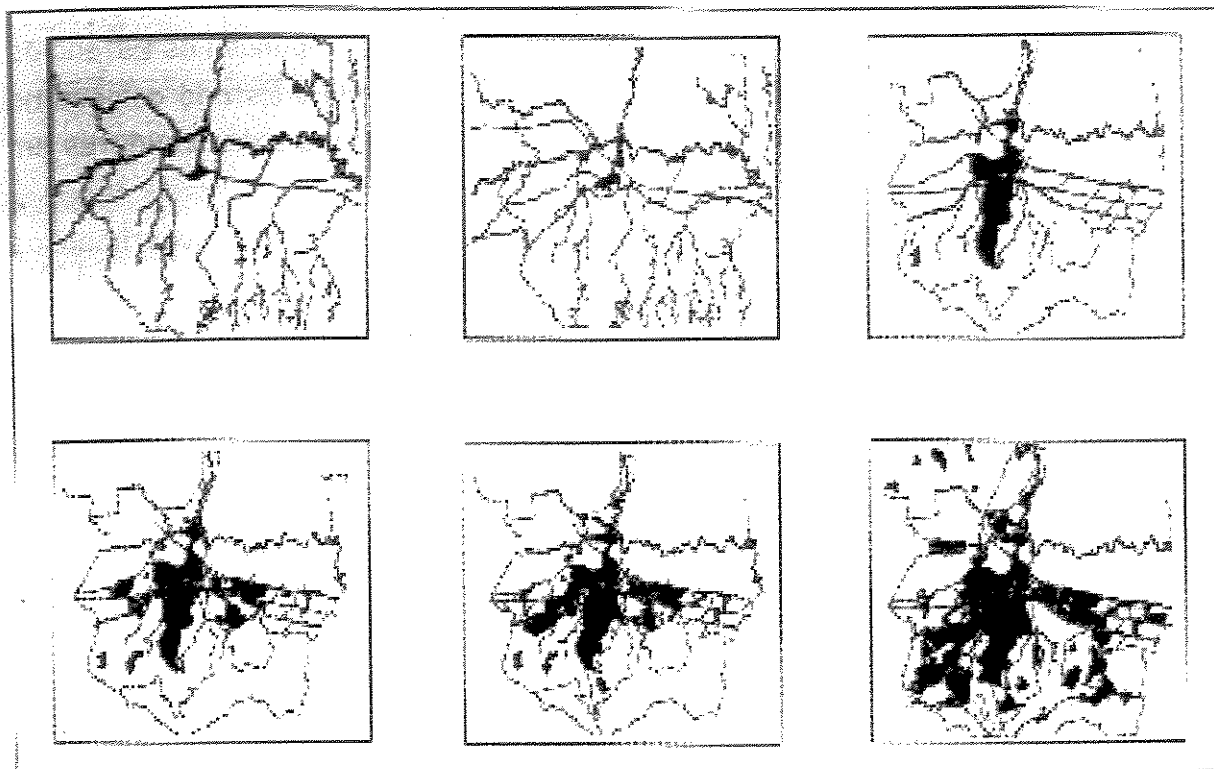
---

<sup>7</sup> CODIVAP - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. *Caracterização do Conhecimento do Vale do Paraíba*. São José dos Campos, 1971. P. 18

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. *TÉCNICA ESPAÇO E TEMPO. GLOBALIZAÇÃO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO INFORMACIONAL*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. P. 135

entre União, Estado, municípios, diagnosticaram e apontaram soluções que como vimos redirecionaram os problemas, colocaram novos problemas, mas não resolveram efetivamente os grandes conflitos de ordem social que emergiram em meio a toda esta transformação.

São José dos Campos uma cidade que, no século XIX e início do XX, era sem maior expressão no Vale do Paraíba, já na década de 70, superou o maior centro regional, Taubaté, e passou a pólo regional do Vale do Paraíba. Processo descrito nos capítulos que se seguem.



Evolução da mancha urbana de São José dos Campos

Evolução da Mancha urbana de São José dos Campos entre os século XIX e XX.<sup>9</sup>

No primeiro capítulo remontamos ao período do café, uma das bases de formação da indústria no Estado de São Paulo. Quebrando com a perspectiva dos ciclos econômicos, apontamos para o fato de que o café, no caso de São José dos Campos, não foi determinante na constituição de sua paisagem atual. O urbanismo

<sup>9</sup> PENEDO, Alexandre. *ARQUITETURA MODERNA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS*. São José dos Campos, SP: Fundação "Cassiano Ricardo", 1997. P. 24.

entrou em São José dos Campos pela porta da doença, no período sanatorial, momento no qual surgiu a "questão urbana" na pauta de sua imprensa, de seus homens letrados e das instituições governamentais. Neste capítulo tratamos da cidade sanatorial e sua relação de imbricamento com os outros projetos de cidade que a ela se sobrepõe.

Tratamos do período sanatorial que começou com a chegada de doentes do peito, no século XIX e se estendeu até a década de 50, do XX (não existe uma data precisa para seu início e término). Identificamos a transformação da cidade em Estância Climatérica a partir do Decreto 7.007/35 e, nas intervenções do Estado, por meio do Decreto 6.501 de 10/06/1934 que disciplinava as Estâncias Climatéricas, como o momento no qual a cidade, assim como o Estado colocou na pauta do dia a "necessidade" de uma normalização do espaço e das condutas em relação à doença e ao doente.

Este foi o momento no qual São José passou a receber investimentos estatais, e a fazer parte das estratégias governamentais no que diz respeito ao que poderíamos chamar de política territorial desenvolvimentista, principalmente a partir da Ditadura Vargas. Este processo de investimento na cidade sanatorial criou as bases infra-estruturais que viabilizaram a cidade industrial moderna.

A retirada dos doentes da capital do Estado para o interior marcou o início da dispersão da Metrópole afastando o risco das epidemias do principal centro urbano-industrial do país. A metrópole paulistana vivia um momento de concentração de mão-de-obra e unidades produtivas. Este foi o momento no qual as políticas para a cidade de São Paulo começaram a buscar alternativas para seus problemas na região do seu entorno. Esta dispersão gerou investimentos infra-estruturais na cidade de São José dos Campos, que se deram a partir dos planos de ação e de políticas públicas com o objetivo de construir a cidade sanatorial.

Já no período sanatorial começou o processo de industrialização, no decorrer da década de 20. Em função de incentivos da Prefeitura de São José, chegaram as primeiras fábricas: as cerâmicas e a Tecelagem Paraíba,. Esta primeira industrialização direcionou o crescimento da cidade para o bairro de Santana, primeiro bairro industrial de São José dos Campos.

O Sanitarismo Sanatorial fez, em 1938, o primeiro zoneamento, dividindo a cidade em zonas: sanatorial, industrial, residencial e comercial. Nesta divisão funcional do espaço devemos ressaltar a contraposição do espaço dos doentes, no alto do platô e dos trabalhadores que foram instalados no vale, passada a

ponte sobre o rio Paraíba, do outro lado, em Santana.

O urbanismo sanitaria primeiro traçou a forma de São José dos Campos. A estratégia de transformação de São José dos Campos em cidade-sanatório faz parte do processo de dispersão da Metrópole Paulistana. Este processo não se apresentou, em nossa pesquisa, como aleatório. Ele passava pelo planejamento estatal. Neste período foram feitas intervenções na cidade. O CTA e a abertura de avenidas e bairros inteiros, mudaram a forma da cidade. A construção de infra-estrutura serviu como base para a instalação de transnacionais e do pólo estratégico militar, com a instalação de indústrias bélicas e centros de pesquisa.

No segundo capítulo tratamos da industrialização de São José dos Campos e sua relação com o planejamento estatal que se deu de uma maneira diferenciada das regiões do oeste ou da baixada santista. Seu processo de transformações urbanas se mostrou interessante, pois não parecia estar ligado ao paradigma paulista da relação "indústria/Complexo Cafeeiro".

São José não foi uma cidade expressiva na cafeicultura do Vale do Paraíba. Taubaté, Guaratinguetá e outras eram mais expressivas neste setor. Sendo assim, como foi possível que tenha chegado à década de 80 como a mais industrializada da região? Que elementos operaram este processo?

O planejamento estatal, no Brasil, foi implementado através de uma parceria entre o capital privado, nacional e internacional, os poderes públicos — União, estados e municípios —, as universidades e institutos de pesquisas, apesar de muito influenciado pelos planos econômicos tinha uma base territorial forte. Na década de 40, foi desencadeado todo um processo planejador e interventor por parte do Estado ditatorial de Vargas. Estas políticas tinham como base o "Planejamento Regional" e o controle estatal. O modelo adotado foi a política do governo Roosevelt: o *New Deal*, principalmente, o TVA —Tennessee Valley Authority. A bacia hidrográfica passou a ser a referência territorial.

O primeiro Plano para o Vale do Paraíba partiu de uma Lei de 1938, portanto em pleno período sanatorial, durante o governo Adhemar de Barros, chamada *Lei de Reerguimento do Vale do Paraíba*. Em 1941 foi encomendado ao IAC — Instituto Agrônomo de Campinas, pelo governo estadual, um plano que promovesse o desenvolvimento do Vale do Paraíba com o objetivo de implementar a lei de 38. Este plano recebeu o nome de *Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba*. Apesar de ter sido um plano que, num primeiro momento visava um reerguimento pelo incentivo da agropecuária, criando um cinturão verde para a capital e a bacia leiteira do Vale do Paraíba, ele apontava, também, para a vocação industrial do

eixo Rio-São Paulo.

Em seguida, no final da década de 50 e início da de 60, o Centro de Pesquisas Urbanas da Faculdade de Arquitetura da USP, o CPEU, se colocando como continuação do processo de planejamento que começou no Governo Adhemar de Barros, jogou o foco na cidade de São José dos Campos. Este centro de pesquisa, adotando uma perspectiva mais ampla que aquela sanitarista da década de 30, seguiu na mesma linha do plano regional do IAC, da década de 40, propondo uma série de planos regionais para o estado de São Paulo.

Este conjunto de planos parte do Vale do Paraíba, mais especificamente de São José dos Campos, com o plano diretor da cidade. Foi dado início, pelo CPEU, a um processo planejador que se estendeu por todo o Estado de São Paulo nos anos seguintes. No Plano Diretor do município de São José dos Campos, de acordo com o Decreto 246/58, elaborado pelo centro da USP, encontramos expresso, como objetivo principal do ordenamento urbano da cidade a implantação de indústrias.

Foi interessante notar na trajetória desta cidade a mudança da noção e do papel do conceito de *meio*. Do início da formação da cidade ao pólo regional, o meio apareceu como uma referência importante, como representação e gerador de sentido para a cidade de São José dos Campos. No primeiro momento a visão do meio saudável, o ar puro da cidade, foi fundamental para a escolha da cidade como lugar de cura. Ela era privilegiada pelo seu meio natural.

A mudança para a industrialização levou a uma nova abordagem sobre o meio na região. Surgiu a perspectiva de meio geográfico como base da relação entre o meio natural e a ação do homem. Não era mais a qualidade do ar que importava, e sim o meio visto como meio territorial pelo planejamento estatal e dos institutos de pesquisa. Sua topografia e sua localização num dos principais eixos hidrográficos do país foram elementos importantes para que, em detrimento de cidades mais tradicionais como Taubaté, São José dos Campos fosse privilegiada pelas políticas de investimento estatal. A cidade passou a ser vista como elo de ligação entre as metrópoles nacionais: Rio e São Paulo.

Outro aspecto importante dessa transformação da cidade foi marcada pela chegada das transnacionais. São José dos Campos vai se transformar numa *cidade corporativa*. A presença das transnacionais em seu território, no eixo da Dutra, assim como a do CTA, atraiu a cidade em sua direção, construindo toda uma rede de infra-estrutura: eletricidade, transporte, abastecimento de água e esgoto, telefonia.

No terceiro capítulo indicamos a forma como o planejamento e a presença militar, especificamente do projeto aeronáutico e de tecnologia de informação, na cidade de São José dos Campos, se sobrepôs à cidade sanatorial e industrial. As três intervenções do planejamento sanatorial, industrial e militar ocorreram quase que simultaneamente.

Este capítulo partiu da relação dos militares com a ocupação territorial da cidade, assim como, com o processo planejador que seguiu pelas décadas seguintes até a de 70. Em 70 no Plano do CODIVAP — Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista, apontaram tendências e indicaram ações de políticas públicas para o corredor da Dutra. Todos estes planos faziam parte de uma estratégia maior do Governo Militar contemplada pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento — PND -I e II.

A noção de meio mudou, em face da presença marcante de tecnologias que apontavam para a supremacia da Segunda Natureza sobre a Primeira. O planejamento estatal com suas políticas públicas, rasgou as montanhas com estradas, fez hidroelétricas e represas, estendeu fios no ar e dentro da terra num processo de cabeamento ligando cidades e países. O meio passou a ser um meio técnico-científico informacional, no qual a produção e consumo de tecnologia passou a ser o principal fator de territorialização, notadamente de meados do século XX e início do XXI.<sup>10</sup>

A construção do CTA (Centro Tecnológico Aeroespacial), na década de 40, foi o primeiro projeto militar na cidade. Seu plano, no qual estavam incluídos arruamentos e instalações no município, foi concebido por Oscar Niemeyer a partir de um padrão que tem como pressuposto o Urbanismo Modernista "Courbusiano".

Oscar Niemeyer, após vencer o concurso de projetos no final da década de 40, estabeleceu um marco da ocupação territorial da cidade. O Plano de Niemeyer ao prever uma ligação da cidade militar, o CTA, às margens da Rodovia Presidente Dutra, com o centro de São José dos Campos, através da construção de uma avenida (a avenida Nelson D'Ávila), estabeleceu o novo eixo de crescimento em direção à Dutra.

A construção do CTA e da Via Dutra marcou o início da transformação da

---

<sup>10</sup>SANTOS, Milton. *Op. Cit.* 1996.

indústria no Vale do Paraíba. A Via Dutra, uma das primeiras estradas de tráfego pesado no país, começou ser construída em 1950 e se transformou no principal corredor industrial do país com sua duplicação.

No Brasil a partir de meados da década de 60, a matriz energética já estava estabelecida com o petróleo e a infra-estrutura elétrica. As tecnologias de transporte e comunicação romperam com o espaço buscando dominar o tempo. Esta nova relação com o espaço intermediada pela tecnologia trouxe uma nova problemática sobre o meio. O meio foi requalificado e novos elementos passaram a por em questão o planejamento. A tecnologia relativizou o espaço e o colocou sob o império do tempo. O meio passou a ser produzido pela técnica: meio Técnico Científico Informacional. Esse processo marcou a cidade de São José dos Campos.

Trabalhamos com uma grande variedade de fontes levantadas nos arquivos e bibliotecas pesquisados. Nos livros, jornais, revistas, efemérides, folhetos, boletins e os planos buscamos o processo de transformação da forma da cidade e, também, do pensamento sobre ela. Para além das letras, nos encantamos com o acervo iconográfico deste período. Diante da sua riqueza e variedade tentamos estabelecer um diálogo das imagens, em seus vários suportes, com o nosso texto.

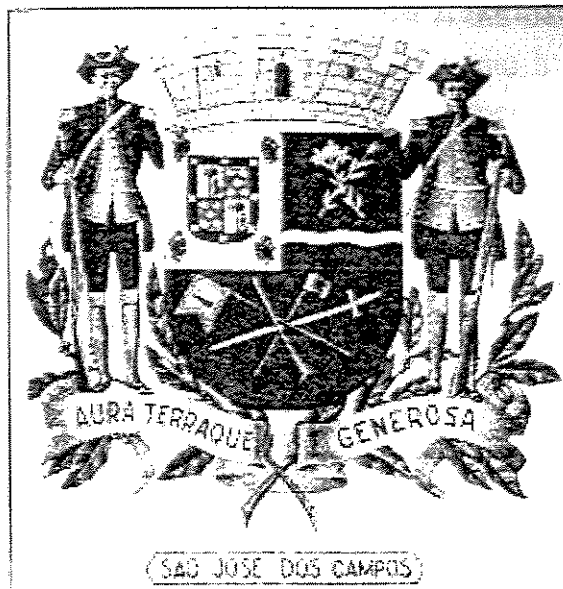
Através das inter-relações que buscamos estabelecer entre as fontes, procurávamos uma maior densidade histórica ao papel frio dos planos e a aridez das técnicas de planejamento e análises sociológicas, econômicas ou espaciais. Neste trabalho o espaço não foi uma tela de fundo neutra. Como escreve Milton Santos, *"São as formas que atribuem ao conteúdo novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real."*<sup>11</sup> A formação econômica social e espacial é antes de mais nada histórica.

---

<sup>11</sup> SANTOS, Milton. Op. Cit. 1979. p. 16

## CAPÍTULO 1

### SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: A CIDADE DOS ARES GENEROSOS.



12

O Vale do Paraíba tem sido uma região importante para entendermos a história de São Paulo e do Brasil. A transformação de São José dos Campos em um importante pólo regional teve como agentes principais o Estado e o Planejamento Regional. Encontramos em São José dos Campos o lugar no qual o novo se instaurou na região. Procuramos assim entender como a região decadente após o auge do café e, principalmente, uma cidade periférica no período cafeeiro, se transformou numa das mais industrializadas e urbanizadas do país.

Quando nos voltamos para o Vale do Paraíba a primeira imagem que nos vem é o café e a decadência. Chega mesmo a ser difícil ligarmos as imagens do Vale do café, da decadência, com o Vale da indústria e da alta tecnologia. O café

---

<sup>12</sup> "Generosos são os ares de minha terra". Tradução dos dizeres do brasão de São José dos Campos.

do Vale do Paraíba, que no auge de sua produção, em meados do século XIX, chegou a representar 88% da produção nacional, adentrou o século XX em franco decréscimo em relação às novas frentes cafeeiras do Oeste, representado 4% em 1920. Este quadro de decadência repercutiu nas cidades da região, sendo descrita com propriedade por Monteiro Lobato, na sua crônica *Cidades Mortas*:

*"A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outróra, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgem de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas. A uberdade nativa do solo é o fator que condiciona. Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital — e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.*

*Em S. Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte.*

*Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.*

*Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. (...)*

*Toda a ligação com o mundo se resume no cordão umbilical do correio — magro estafeta bifurcado em pontiagudas éguas pisadas, em eterno ir e vir com duas malas postais á garupa, murchas como figo secos.*

*(...)*

*Isso, nas cidades. No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Atila. Toda seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste,*

*na avidez de novos assaltos á virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação européia por mão de herdeiros dissipados.*

*(...)*

*O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios telegráficos ... E lá ficará ele, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que a ruína consuma o rijo poste de 'candeia' ao qual o amarraram um dia — no tempo feliz em que Ribeirão Preto era ali..."<sup>13</sup>*

São José dos Campos não era uma das cidades às quais Monteiro Lobato se referia. Sem um passado glorioso, São José dos Campos foi elevada à categoria de cidade em 1862 e, em 1871, passou a possuir comarca independente, com juizes e promotores, assumindo assim uma maior autonomia para resolver suas pendências judiciais. A posição geográfica e sua formação geomorfológica adquiriram grande importância para a cidade a partir do final do século XIX. De acordo com Aziz Ab'Sáber, o sítio urbano de São José dos Campos,

*" nasceu e cresceu num tabuleiro suspenso, a cavaleiro de um ampliado setor de várzeas da planície do rio Paraíba do Sul. A borda da 'terra firme alta' tem seu olhar voltado para as íngremes encostas da Serra da Mantiqueira. Enquanto, o recorte do tabuleiro — ao longo do eixo do vale — é a própria memória de um anfiteatro de escavação meândrica. A velha escarpa comporta-se como a fachada de uma costeira sêca: o banhado evocando a idéia de uma enseada ou rasa baía. Assoreada e dominada pelo verde."<sup>14</sup>*

Maria Aparecida Papali, caracterizou São José dos Campos na segunda metade do século XIX, como uma cidade estreitamente ligada às atividades rurais. De acordo com a autora a população de lavradores era constituída de pequenos

---

<sup>13</sup> LOBATO, Monteiro. *CIDADES MORTAS*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. P.p. 3, 5, 6 e 7. LOBATO, M. "VELHA PRAGA" In *OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO* (1ª série) vol. 1: *Urupês*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1949. P. 3.

<sup>14</sup> AB'SÁBER, Aziz N. "Estratégias para a proteção da orla das escarpas, banhados e paisagismo das avenidas de fundo do vale em São José dos Campos". Palestra proferida no I.E.A/USP. S.d. P. 2

agricultores, com 88% dos lavradores voltados para a cafeicultura. Havia também outras culturas na região: arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho.<sup>15</sup>

Apesar da importância das atividades rurais para a cidade, seu processo de transformações urbanas, que tem início com a chegada da ferrovia, estabeleceu uma relação diferenciada entre o campo e a cidade, a partir da requalificação da cidade como propícia ao tratamento da tuberculose desde o final do século XIX.

A chegada da ferrovia São Paulo-Rio de Janeiro, em 1 de agosto de 1876, foi um fator de mudança importante que influenciou tanto o sítio urbano de São José dos Campos, quanto o posicionamento das lavouras na área rural do entorno da cidade.



Vista Parcial da Estação Eng. Martins Guimarães (s.d.) e Estrada de Ferro Central do Brasil em São José dos Campos (s.d.)<sup>16</sup>

A ferrovia chegou poucos anos após sua elevação à categoria de cidade. De acordo com Aziz Ab'Sáber,

*"Por muito tempo - avaliáveis em três séculos e meio - o tabuleiro foi o sítio urbano preferencial para o desenvolvimento da cidade. Quando a ferrovia passou pela região, ao término da terceira década*

<sup>15</sup> PAPALI, Maria Aparecida R. Chaves. OS VESTÍGIOS DE UM COTIDIANO: TRABALHADORES, ESCRAVOS, NEGOCIANTES E CORONÉIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: (1870-1888). São Paulo: Tese de Mestrado PUC/SP, 1996.

<sup>16</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. SAÚDE E SANEAMENTO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930 -1945). Orientadora: Valéria Zênite. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1999. FOTO 13 e 14.

*do século XIX, o traçado escolhido para os trilhos foi adaptado à base da orla das escarpas e balizado aproximadamente pelo nível altimétrico de Santana. A estação ferroviária iniciou a formação de uma cidade baixa para São José dos Campos, propiciando o estabelecimento de indústrias [década de 1920] no bairro rural de Santana, o qual aos poucos transformou-se em setor urbano de São José dos Campos.*"<sup>17</sup>

Este novo espaço anexado compreendeu o primeiro crescimento do sítio urbano, a partir do platô no qual a cidade se assentava. Uma vez empreendida esta transformação, ocorreu um primeiro processo de especialização do espaço urbano e rural do entorno da cidade. De acordo com Ab'Sáber:

*"Uma rampa de difícil acesso estabeleceu-se entre a cidade alta e a cidade baixa, copiando o velho eixo do caminho de muares preexistente. Bairros proletários se estabeleceram a margem do caminho que demandava a beira do Paraíba. O banhado ficou duplamente protegido no seu espaço principal: de um lado pelas íngremes escarpas do bordo do platô, e, doutra maneira pela existência da linha férrea, que contornava pela encosta inferior através de cortes e adaptações, a concavidade geral do antigo anfiteatro meândrico. Além-escarpas e além-trilhos estendia-se a várzea, em forma de bolsão. Enquanto os morro de Buquira [Monteiro Lobato] e de Paraibuna foram os espaços eleitos do café, desde o princípio do século XIX, o Banhado transformou-se em espaço preferencial para a cultura do arroz.*"<sup>18</sup>

A região de São José dos Campos não tinha uma produção rural representativa se comparada à outras cidades da região no mesmo período. Havia uma interdependência entre a área urbana e a rural. A cidade ganhou espaço a medida em que se agravou no início do século XX a crise do café.

*"O início do século XX foi um período marcado por baixa*

---

<sup>17</sup> AB'SÁBER, Aziz . OP. CIT. p. 5.

<sup>18</sup> AB'SÁBER, Aziz . OP. CIT.

*produtividade agrícola joseense, bem como, pela derrocada no preço do café: o principal produto agrícola cultivado nestas terras e que, até então, era a principal fonte de riqueza pública e particular de São José dos Campos*<sup>19</sup>

Quanto aos produtores de café, André Luiz de Toledo, no levantamento feito de 102 inventários do ano de 1889, classificou os proprietários em pequeno (faixa de bens de raiz de 10\$000 até 9.999\$999) 88,66%; médio (faixa de bens de raiz de 10:000\$000 até 99:999\$999) 10,31%; e grande (faixa de bem de raiz 100:000\$000 em diante) 1,03%. A quantidade de escravos não era significativa e não havia na cidade nenhum barão do café. A vida política era tímida em São José dos Campos.

Diante do agravamento da crise da agricultura a população passou a buscar alternativas voltadas às atividades urbanas. A grande transformação, tanto da forma urbana quanto da vida e economia da cidade, aconteceu ainda no século XIX, quando começou a ser propagado os efeitos curativos do seu clima sobre a tuberculose. Diante da ameaça da tuberculose e da divulgação de que seus ares eram curativos, a cidade passou a receber doentes provenientes de todo o país. Os doentes buscavam a cura da tuberculose pulmonar. Escreve a memorialista Nelly de Toledo Cesco:

*"Tranqüila era a cidade, e o clima com fama de remédio eficiente contra a tuberculose, passava a ocupar um lugar de destaque não só no estado de São Paulo, como também em todo país."*<sup>20</sup>

Enquanto no campo a decadência se espalhava pelo Vale, na periferia deste processo São José dos Campos era eleita por um grande volume de doentes que para lá acorreram. Emergiu a cidade sanatorial. Sua gente sem muita opção econômica, pequenos comerciantes e fazendeiros, recebeu os primeiros doentes em busca da cura nos propalados ares benfazejos da cidade como uma nova opção

---

<sup>19</sup> MIRANDA, João Carlos R. & OLIVEIRA, Patrícia Romana de. NOS RASTROS DE UMA HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1900-1920). Orientadora: Maria Aparecida Papali. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1998. P. 89.

<sup>20</sup> CESCO, Nelly de Toledo. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UMA VISÃO DA FASE SANATORIAL. São José dos Campos: Fundação Cultural "Cassiano Ricardo", 1992. P. 16

São José dos Campos foi se tornando, desde aproximadamente 1884, uma cidade sanatório. A chamada "Fase Sanatorial", do início ao declínio das atividades voltadas para o tratamento da tuberculose pulmonar no município, compreende o período entre 1900 e 1950, aproximadamente.

**Em 1884 era conhecida e divulgada a excellencia do nosso clima e bem assim a topographia da nossa cidade.**  
CURIOSO E IMPORTANTE DEPOIMENTO PUBLICADO NAQUELLA EPOCA NO "ALMANACH DA CORTE" SOB A DIRECCAO DE ARTHUR SAUER

Sub-Centro de Saúde de Sordana  
Plavimunda do Mar  
Outubro de 1988  
Código: 212-012

**DOENÇAS DOS OLHOS**  
**DR. G. L. BERNHARTINI**  
TRATAMENTO - QUIMIOTERAPIA - COLÍRIOS  
Cua 1 de 11 de manhã  
e das 4 as 5 da tarde.  
Rua Francisco Hoffmann, 41  
R. José dos Passos - Tel. 209

<sup>22</sup> BITTENCOURT, Tania. *OP.CIT.*. P. 29.

A doença colocou São José dos Campos em conexão com as rotas de dinheiro, gente e políticas públicas, na medida em que passaram a se avolumar os problemas advindos da presença dos doentes, o risco do contágio, a presença maciça de pobres. Postas as questões, a administração estadual passou a intervir em São José e seus problemas urbanos.

Desde meados do XIX a *peste branca* foi definida mundialmente como uma doença urbana e social. Como escreve Cláudio Bertolli Filho,

*"Tão antiga quanto a própria Humanidade, a tuberculose já contava com uma longa trajetória quando colocou-se como assunto preponderante no Brasil.*

*(...)*

*As preocupações nacionais com a tuberculose tomaram impulso a partir dos últimos anos da centúria passada [XIX], no momento em que o país buscava se realinhar no contexto internacional, necessitando para isto 'regenerar' a população que vinha sendo paulatinamente concebida como um 'povo' organicamente articulado. Fenômeno sobretudo urbano, a tísica reclamava soluções, as quais foram engendradas segundo os interesses das elites acantonadas nas capitais, em particular em São Paulo e no Rio de Janeiro. É certo que houve desdobramento das medidas intervencionistas da Saúde Pública para outras áreas, mas na ordem da modernização, os centros urbanos de maior densidade populacional destacaram-se."*<sup>23</sup>

Estas questões não tinham seu começo e fim na cidade de São José dos Campos. Os problemas urbanos ligados à pobreza e, principalmente, a doença, faziam parte do contexto mundial e nacional no período, de meados do XIX à meados do XX. A pobreza e a doença suscitavam questões urbanas e sociais como razões para intervir e mudar o espaço da cidade. A busca de ordenamento levou, cada vez mais à cidade projetada. A cidade projetada tendia a romper com sua densidade histórica. Os dispositivos de controle assumiram um papel essencial na sociedade industrial e a disciplina se mostrou de grande importância para a

---

<sup>23</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. *HISTÓRIA SOCIAL DA TUBERCULOSE E DO TUBERCULOSO: 1900 - 1950*. São Paulo, Tese de doutorado - departamento de História da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, 1993. p. 5.

formação de uma imagem de ordem e civilidade urbana. Formou-se uma imagem de urbanidade.

O Plano Urbanístico estabeleceu as técnicas disciplinares que se tornaram, a partir do século XIX, pressupostos básicos para o processo de homogeneização implementado pelo capital sobre o conjunto da população e do território. Essas técnicas visavam, em primeiro lugar, uma organização da população no espaço e, em segundo lugar, a administração e o controle do tempo. Acima de tudo visava o controle sobre as massas populacionais crescentes nas cidades.<sup>24</sup>

No século XX, as cidades, apresentadas e projetadas pelos planejadores como pólos de atração populacional, e as regiões metropolitanas, configuraram-se como campos de intervenção das políticas públicas sobre a população. Essa ação se deu através da normalização da ocupação do espaço urbano e da intervenção direta sobre o espaço das cidades, com base nos projetos urbanísticos feitos por profissionais cada vez mais especializados, assim como por uma legislação que passou a regulamentar o uso e a ocupação do solo através do zoneamento e dos planos diretores. A legislação se estabeleceu sob a perspectiva de uma suposta isonomia. No entanto, nas brechas da cidade legal e normalizada, cresceu a cidade ilegal e sem controle.

No momento em que a cidade do século XIX, começou a tomar forma própria, ela provocou um movimento novo de observação e reflexão. Os indivíduos encontravam-se diante dela como se esta se apresentasse como um fato natural ao qual se deveria empreender um esforço "descritivo", observando os fatos isoladamente, classificando, ordenando de modo quantitativo. De acordo com F. Choay: "A estatística é incorporada pela sociologia nascente e tenta-se até formular as leis de crescimento das cidades."<sup>25</sup>

A cidade era vista como um problema, um fato patológico e criaram para designá-la a metáfora do câncer e do tumor (imagem que acompanha a trajetória da metrópole até hoje)<sup>26</sup>. Pensadores e polemistas de linhas distintas passaram a ver a cidade sob a ótica da higiene e da salubridade. Escreve Choay:

*"os espíritos mais diversos, ou até opostos, Methew Arnold e Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Ruskin, reúnem-se para denunciar a higiênica física deplorável das grandes cidades*

---

<sup>24</sup> Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. RJ, Ed. Graal, 1982. Pp.289, 291.

<sup>25</sup> CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979. P. 5.

*industriais: o habitat insalubre do trabalhador, freqüentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação ('a metade dos operários do stand já estão sendo obrigados a caminhar duas milhas para chegar ao trabalho', constata Marx), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados por diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções "para o maior número".*<sup>27</sup>

A cidade passou a ser o habitat humano por excelência o lugar da civilização em oposição à chamada "primeira natureza" e o campo. As reformas nos séculos XIX e XX, passaram a atingir um grande volume de população, principalmente a população pobre. Estas intervenções residiam nos primeiros questionamentos sobre o "habitat urbano" no século XVIII, quando o saber médico perscrutava as cidades com base na teoria dos fluidos, na qual o ar e a água eram importadores de emanções fétidas e pútridas denominadas *miasmas*.

Essa medicina foi, de acordo com Foulcalt,<sup>28</sup> o primeiro campo de problematização do meio. O que mudou no século XIX foi a escala do confronto da primeira com a segunda natureza. Esta escala passou a ter o volume da sociedade de massas emergente.

No século XIX, a teoria microbiana se apresentava como outra vertente que vinha substituir a teoria dos miasmas. O perigo da infecção e do contágio acentuou a ênfase na importância terapêutica de controle da circulação dos fluidos no meio. A partir destas preocupações que se apresentavam desde o século XVIII, mas se acentuaram no XIX, devido à crescente aglomeração urbana e seus problemas, a peste e os movimentos sociais, foram feitos investimentos em grandes aparelhos produzidos pela nova ordem industrial: esgotos, abastecimento de água, grandes avenidas, etc.

Surgiu então uma nova "lógica da salubridade", com base no saneamento urbano e no sistema circulatório descoberto por Harvey — através do qual passou-se a entender que a circulação do sangue era correlata à circulação dos fluxos na

---

<sup>27</sup> CHOAY, Françoise. Op. Cit., p. 6.

<sup>28</sup> FOUCALT, Michel. "O Nascimento da Medicina Social" in: Op. Cit. 1982. Pp. 90, 91, 92.

cidade. Para Foucault:

*"Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública — no século XIX, a noção essencial da medicina francesa — é o controle político científico deste meio".<sup>29</sup>*

Esta imagem de saneamento era compreendida, tanto pelos médicos quanto posteriormente pelos engenheiros, arquitetos e urbanistas, como uma forma de manipular a influência do meio direcionando a população para um comportamento voltado para a ordem e disciplina, em suma, um "comportamento civilizado". Encontramos em Bèguin uma citação do Owen que ilustra bem a manipulação que se pretende exercer por intermédio da influência do meio *"o caráter é formado para e não pelo indivíduo, e a sociedade dispõe agora de meios e poder suficientes para formar, como convém, o caráter de cada um"*.<sup>30</sup>

No século XIX a multidão de pobres foi o primeiro objeto a ser investido de interesse pela cruzada civilizatória. Os pobres e o seu *habitat* foram o ponto de partida para a adequação à nova ordem capitalista, dentro da lógica funcional, promovendo a construção de espaços segregados, especializados, assim como a passagem do pobre indisciplinado, rebelde e imoral à trabalhador disciplinado, domesticado, moralizado adequado às "necessidades" da nova ordem econômica, e com o corpo capacitado a operar de maneira eficaz na linha de produção e no consumo de massa.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Michel Foucault. Op. Cit. 1982. pp. 89, 90.

<sup>30</sup> François Béguin. "As Maquinarias Inglesas do Conforto", in: Espaço & Debates. Cidade e História. No 4. SP, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981. P. 46. Ver também: Alan Courbain. Saberes e Odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos Dezoito e Dezenove. SP, Companhia das Letras, 1987. Simone Narciso Lessa. Op. Cit., 1993. pp. 85, 86, 87.

<sup>31</sup> FOUCALT, Michel. Op. Cit. 1982. FOUCALT, Michel. HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I A VONTADE DE SABER. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. FOUCALT, Michel. VIGIAR E PUNIR. HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES. Petrópolis, Vozes, 1983. DONZELOT, Jaques. A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

Os novos aparelhos de salubridade nas casas, e os projetos de casas para os trabalhadores, não visavam apenas a construção de moradias mas, principalmente, a proposição de uma nova série de normas técnicas que passaram a definir as condições de habitabilidade, buscando sanar o custo econômico e social do desconforto, partindo do empreendimento de organização e redistribuição *"dos serviços que asseguram o funcionamento de uma cidade, sem os quais ela não existiria"*.<sup>32</sup>

A racionalização do mercado, da cidade, do ensino, da cultura e da religião desenvolveu-se juntamente com a generalização do direito racional (estatutos, normas e diretrizes). O direito se constituiu numa espécie de parâmetro universal da sociabilidade da ordem social capitalista tomando como base a proposta de uma pretensa isonomia. No que concernia à questão urbana o direito foi a base da administração pública e seus processos de planejamento, controle e intervenção. Para Weber, o direito racional foi o coroamento do processo de racionalização inerente ao desenvolvimento do capitalismo como processo civilizatório.

A sociedade, os negócios e a política passaram por um minucioso processo de normalização, através das legislações que iriam reger estes campos. Todos os ciclos da vida social foram progressivamente organizados e dinamizados pelas tecnologias da racionalização, legislações, normas, planos e projetos, ou seja, os recursos das ciências naturais e sociais, da mecânica à psicologia.<sup>33</sup>

A cidade e o indivíduo, no século XIX, eram os campos da ação empreendedora destes mecanismos. Essa ação era justificada pelas condições aterrorizantes que apontavam a cidade como o lugar do vício, da revolta e da doença. A tuberculose era apresentada, diante do desfile dos vícios e doenças das cidades, como o mal do século. Uma doença urbana, que atingia os viciados, degradados, pobres e os trabalhadores. O medo passou a ser um recurso de formação da mentalidade, tanto da elite quanto da classe trabalhadora, diante da ameaça da doença. Como escreveu Cláudio Bertolli Filho, a partir do século XIX:

---

<sup>32</sup> BEGUIN, François. Op. Cit.P. 39.

<sup>33</sup> VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996. CHOAY, Françoise. Op. Cit.. CHOAY, Françoise. *"A História e o método em Urbanismo"* in: BRESCIANI, Stella (ora.) *Imagens da Cidade. Séculos XIX e XX*. São Paulo, Ed. MARCO ZERO, 1993. BÉGUIN, François. Op. Cit.. KURZ, Robert. *O COLAPSO DA MODERNIZAÇÃO. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

*"incentivados pelos medos coletivos elevaram a tuberculose e os fracos do peito a representantes máximos da potencialidade deletéria do cotidiano urbano industrial, justificando a urgência dos estudo da tísica e dos tísicos. Assim, analisar-se-ia também a sociedade e suas estruturas como um todo."*<sup>34</sup>

## **Tuberculose e sanitarismo no Brasil: o caso de São Paulo**

A tuberculose apesar do terror ganhou também uma conotação romântica e como doença urbana passou a apontar para um certo grau de urbanização. No Brasil, particularmente em São Paulo, no final do XIX e começo do XX, quando o desejo de progresso e cosmopolitismo parece insaciável, a doença terrível passou a ser tratada com desfaçatez. Era preciso tirá-la da Capital? A polêmica se instalou na cidade entre os médicos e homens públicos.

No Brasil do século XIX, o advento do regime republicano incentivou os debates que apontavam para a elaboração de um projeto nacional modernizante. No que diz respeito à questão urbana este projeto era calcado no modelo sanitarista, sobre o qual tratávamos. Ele tinha na Saúde Pública um dos principais setores onde a administração governamental deveria intervir. A constituição de uma imagem moderna do Brasil republicano "exigia" a imediata intervenção sanitária, estabelecendo as possibilidades e os limites da "formação da mão de obra", assim como, a disciplinarização da sociedade brasileira.

A historiografia tem trabalhado, de um modo geral, a intervenção oficial na esfera higiênica que se realizou nos espaços urbanos situados nas unidades mais ricas da Federação, especialmente as metrópoles carioca e paulista e, secundariamente, em outras capitais estaduais. Esta bibliografia tem apontado, também, para o discurso que emergiu no século XVIII e XIX, voltado para a necessidade de minimizar os prejuízos causados pelo conjunto de enfermidades que maculavam as cidades, principalmente as portuárias, inibindo a chegada de novos contingentes de imigrantes, afugentando os negociantes que buscavam seus lucros no país.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio Op. Cit., 1993. P. 4.

<sup>35</sup> MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro Montóia. *CIDADE E POLÍTICA. SÃO PAULO NO SÉCULO XIX*. Campinas: Dissertação de Mestrado, Departamento de História/IFCH/UNICAMP, 1990. CARPINTERO, Marisa Varanda. *A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO. OS ENGENHEIROS-ARQUITETOS E A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

Esta bibliografia trata da relação do governo federal e das autoridades estaduais com a contenção do avanço das endemias e das epidemias que periodicamente ameaçavam o cotidiano das grandes cidades do país, dispensando verbas e servidores para o combate da febre amarela, da varíola, da peste bubônica e da febre tifóide. O fato da "Peste Branca" ser reconhecida como uma das patologias que mais ceifava vidas no espaço citadino, aparentemente, não foi suficiente para motivar os administradores da Primeira República a elaborarem dispositivos de combate a uma moléstia que, amplamente disseminada, ainda não dispunha de estratégias preventivas e curativas de aceitação geral pela corporação médica.

Assim, diferentemente das demais enfermidades que assolavam as cidades, a tísica não contou com atenção e recursos oficiais, fazendo com que a sociedade assumisse as tarefas de criação e de patrocínio das instituições que tinham o objetivo de prevenir o contágio e amparar os tuberculosos pobres. Escreve Bertolli Filho:

*"A aparente apatia governamental frente à doença dos pulmões foi quebrada no ano de 1907, quando Oswaldo Cruz propôs ao Congresso Nacional a aprovação de uma lei que estabelecia a obrigatoriedade clínica de notificação dos casos de tuberculose, a criação de um serviço especializado na enfermidade e ainda a ocupação de um inexistente sanatório que o higienista acreditava que a Marinha havia construído em Campos do Jordão. O prestígio de médico que havia saneado o ambiente carioca e a autoridade emanada do cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde não foram suficientes para que os políticos apadrinhassem a proposta cruziana. Ainda impressionados com as cenas que marcaram a Revolta da Vacina, os representantes do povo rejeitaram o projeto elaborado pelo comandante do instituto de Manguinhos."*<sup>36</sup>

O Estado de São Paulo tomou a dianteira do movimento social de combate à tuberculose. O incremento da imigração européia deu nova dimensão a ameaça tísica. No ano de 1887, o Inspetor Geral da Higiene da Província chamou a atenção

---

<sup>36</sup> MEIHY, José de Souza Sebe, BERTOLLI FILHO, Cláudio. HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE. São Paulo, CEDHAL-USP, 1990.

para o número de doentes pulmonares que existiam em São Paulo, "informando que estes procuravam a terra bandeirante pela fama terapêutica dos ares locais."<sup>37</sup>

De acordo com Maria Alice Rosa Ribeiro, o maior número de óbitos se deu na cidade de São Paulo. A partir do começo do registro sanitário tal realidade passou a se apresentar, sendo que, em 1894, 69% dos óbitos por tuberculose em todo o Estado ocorreram na Capital. Escreve a autora:

*"As falhas na informação estatística concentravam-se, principalmente, no interior, onde os levantamentos de dados eram insuficientes e descuidados. De 1895 a 1899, São Paulo participou com 31,5% dos óbitos por tuberculose, uma queda que denotava a melhoria nos registros para o interior. Entre 1900 e 1904, a participação dos óbitos ocorridos na cidade situou-se em torno de 17% do total do estado. Foi nesse período que na Capital se assistiu uma campanha contra a tuberculose. Até então, essa moléstia aparecia nos relatórios da Secretaria do Interior como a principal responsável pelos óbitos verificados, mas pouco se fez além da mera constatação do fato. Os relatórios, com um certo orgulho, situavam essa moléstia como uma moléstia das grandes cidades, como se sua presença no obituário fosse um atestado do grau de civilização atingido pela Capital, algo inevitável e um fruto do progresso. Para não ser acusado de ignorar o problema, o diretor do Serviço Sanitário, Dr. J. J. da Silva Pinto Jr., propunha a construção de um sanatório. Nos sucessivos relatórios, a idéia da construção do sanatório, como uma medida de saúde pública para tratar do tuberculoso, era mencionada sem muita convicção, porém, mais como uma obrigação de dizer alguma coisa sobre o problema. A idéia dos sanatório não saiu dos relatórios do Serviço Sanitário, talvez porque, nesse mesmo período, as atenções estavam voltadas para as grandes epidemias de febre amarela que atingiam a zona cafeeira do Estado."*<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio Op. Cit., 1993. P.141.

<sup>38</sup> RIBEIRO, Maria Alice R. HISTÓRIA SEM FIM... INVENTÁRIO DA SAÚDE PÚBLICA. 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. P.125.

Apesar do descaso descrito acima pela autora, diante da gravidade da situação, de acordo com Cláudio Bertolli Filho, a tuberculose marcou a atuação do governo e da filantropia desde muito cedo no Estado de São Paulo. Escreve Bertolli:

*"A tuberculose se apoderava a passos largos da "metrópole do café", fazendo mais de 500 óbitos notificados no último quinquênio do XIX. Neste contexto, o higienista Emílio Ribas - diretor do serviço sanitário estadual entre os anos de 1898 e 1917 - mostrou-se sensível ao avanço da Peste Branca, convidando o clínico carioca Clemente Ferreira para transferir-se para a cidade de São Paulo e aqui iniciar a primeira campanha nacional contra a moléstia de Koch."*<sup>39</sup>

Dr. Ferreira, graduado em medicina no Rio de Janeiro, havia apresentado no ano de 1882, uma tese sobre "Phthifica Pulmonar" e ainda na década de 80, assinara um artigo analisando as qualidades climatoterápicas de Campos do Jordão e as possibilidades de uma luta organizada contra a moléstia, fato que deve ter chamado a atenção do Diretor da Higiene paulista.

*"Fruto dos esforços conjugados do funcionário e do Diretor Geral da Saúde Pública, no mês de julho de 1899 surgiu a Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos, a qual teve Clemente Ferreira como único presidente, desde sua fundação até o ano de 1945, quando o patrono dos tisiologistas de São Paulo, muito adoentado, afastou-se da administração da entidade."*<sup>40</sup>

Em seus primeiros anos a entidade se empenhou no levantamento de recursos

---

<sup>39</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. Cit., 1993. P.142.

<sup>40</sup> Sobre a tuberculose no Brasil ver: BERTOLLI FILHO, Cláudio. HISTÓRIA SOCIAL DA TUBERCULOSE E DO TUBERCULOSO: 1900 - 1950. São Paulo, Tese de doutorado - departamento de História da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, 1993. P.143. BERTOLLI FILHO, Cláudio VALE DO PARAÍBA: SAÚDE E SOCIEDADE (1750-1822). São José dos Campos, UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, 1995. BERTOLLI FILHO, Cláudio HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL. São Paulo, Editora Ática, 1996. BERTUCCI, Liane Maria. SAÚDE: ARMA REVOLUCIONÁRIA. SÃO PAULO - 1891/1925. Campinas, Centro de memória - UNICAMP, 1997. BITTENCOURT, Tania. Op. Cit. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. OP. Cit., Pp.125, 126, 127, 128, 129. LABOISSIÈRE, Márcia M. IMAGENS DO MAL. A TUBERCULOSE EM CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE. Campina: Dissertação de mestrado/IFCH/UNICAMP, 1998.

para a construção de um sanatório popular em Campos de Jordão, de um dispensário na cidade de São Paulo e ainda na organização de um movimento educativo e de prevenção contra a doença. Nos anos de sua atuação foi se desenvolvendo um conflito de idéias com Emílio Ribas, com base na divergência em relação ao melhor local para a instalação de sanatórios. Ferreira levantava a bandeira da construção em Campos do Jordão, ou seja, defendia uma perspectiva climatérica de tratamento<sup>41</sup>.

Havia uma disputa entre duas perspectivas de tratamento uma climatérica, na qual o clima adequado era a principal base terapêutica e outra na qual o local não influencia tanto. Ribas, adepto da segunda, criticava como inviável tal construção, indicando os arredores da capital como a região ideal para a sua instalação desqualificando a prerrogativa climatérica. Este conflito relegou a entidade de Ferreira ao isolamento.<sup>42</sup>

É nesse momento de discordância que paralelamente o governo do Estado nomeou o médico Victor Godinho para estudar os sanatórios europeus. Apesar de constatar a participação da iniciativa privada na construção dos sanatórios na Europa, o Dr. Godinho, diante da falta de interesse desse setor no Brasil, constata que o governo deveria se responsabilizar pela tarefa. Godinho apoiou a tese de Ribas. Ao invés de Campos do Jordão, como propunha Clemente Ferreira, ele dava preferência aos arredores da Capital para a construção do sanatório até por uma questão de deslocamento dos doentes.

Diante do impasse, foi criado pela Liga um dispensário, na capital, em 1904. A maioria dos pacientes atendidos em 1912 eram moradores do Brás e cerca de 70% residiam em habitações coletivas. Era a peste dos pobres e a cura dos tísicos dependia de suas condições de vida. Repouso, boa alimentação e ar puro, como base do tratamento, fazia do tísico um doente caro. Ao medo do contágio somava-se a filantropia e o poder público com campanhas e reformas urbanas, contra a casa insalubre<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> "Esta crença, fundamentada nos efeitos terapêuticos do clima sobre algumas doenças, encontra suas raízes em 'uma idéia ao mesmo tempo sofisticada e muito banal da medicina do século XIX: a climatoterapia (ou climaterapia como se diz algumas vezes). Ela se inspira em tradição secular encontrada nos tratados de geografia médica da época, onde o nome de Hipócrates é sempre mencionado como o pai fundador da idéia de que a doença está associada à região na qual se encontra e, em particular, ao clima. O que significa que a geografia e o clima podem se tornar agentes terapêuticos" BARRAS, Vicent. *HOSPITAUX SANATORIUM - HISTOIRE D'UNE STATION CLIMATIQUE, MONTANA, CANTON DU VALAIS. REVUE MÉDICALE DE LA SUISSE ROMANDE*. Lusernne: 1994.p. 362. Apud: BITTENCOURT, Tania. Op. Cit.. P. 33

<sup>42</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. Cit..1993. P.151.

<sup>43</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Op. Cit. Pp127, 128.

As descrições das áreas pobres da cidade eram assustadoras. As epidemias de varíola em 1873 e cólera em 1884 levaram a medidas sanitárias rigorosas na cidade de São Paulo. De 1876 a 1882, foram instituídas as Comissões Sanitárias em São Paulo. Os agentes públicos passam a traçar o retrato da cidade em crise. Escreve o Relatório apresentado em 1874 pelo chefe de polícia de São Paulo ao Presidente da província:

*"São pequenas casas em ruas estreitas, mal ventiladas e sem pessoal habilitado, eis o que representam essas enfermidades, grandes celeiros da morte."*<sup>44</sup>

A pobreza e a doença eram apresentados pelas autoridades como os flagelos da cidade. Encontramos no trabalho de Ana Edite Ribeiro Montóia, um trecho da ata da Câmara da cidade de 14 de março d 1878, na qual falando dos lazaretos, a segregação dos doentes de enfermidades contagiosas era posta como a solução prescrita pela medicina moderna.

*"...as condições de completo isolamento indispensável para obter-se o fim a que se destina os lazaretos. (...) Se posto que o lazareto fosse colocado de modo que os corpos das vítimas de varíola tivesse que percorrer centros populosos para irem ao cemitério, não se conseguiria o fim a que o estabelecimento se destina, a segregação tanto das pessoas afetadas como dos corpos impregnados do Vírus."*<sup>45</sup>

Um consenso vai se formando em torno das cidades de Campos do Jordão e São José dos Campos como as melhores opções para a instalação de centros terapêuticos. Além da idéia climatérica a perspectiva de tirar do convívio da cidade os doentes reforçava a tese das duas cidades. Campos do Jordão paralelamente à formação da cidade sanatorial desenvolvia a atividade do turismo.

---

<sup>44</sup> MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. Op. cit. p.180.

<sup>45</sup> MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro. p. 184



46

Construção do Sanatório Vicentina Aranha, na década de 20.

Campos do Jordão transformada em Estância Climatérica em 1928, vai se constituindo também como um local de lazer e turismo da elite paulistana. Diante deste uso do espaço, a cidade vai se especializando no tratamento das camadas mais abastadas da sociedade paulistana. São José dos Campos se apresenta neste momento como uma alternativa de investimentos, principalmente no sentido de receber os doentes pobres. Como escreve Tania Bittencourt:

*"A migração de tuberculosos para São José dos Campos é anterior à construção dos sanatórios. Não há registro para determinar o início deste processo, sabendo-se apenas que, em fins do século XIX. A cidade já era procurada, em razão de suas características climáticas. É provável que tenha sido a divulgação de sucessos alcançados por alguns doentes, especialmente médicos contaminados, que induziu a vinda de outros doentes. A inauguração da Estrada de*

---

<sup>46</sup> MELO, Ellisângela A. & ZANETTI, Fabiana Giachini. Op. cit. FOTO 20.

*Ferro Central do Brasil (1876), ligando o Rio de Janeiro, capital do país, a São Paulo, capital da província, facilitava o acesso.*

*O primeiro a ser construído foi o Sanatório Vicentina Aranha, cujas obras tiveram início em 1918, sendo inaugurado parcialmente em 1924. A partir desse momento verifica-se o crescimento do fluxo migratório, caracterizado pela procura de amparo médico e assistência filantrópica, oferecidos por organizações religiosas que, gradativamente, estruturavam-se como estabelecimentos de tratamento.*

*A crença na idéia de que, no clima de algumas localidades, fatores como altitude, umidade relativa do ar, insolação e ventos as tornavam mais favoráveis do que outras no tratamento da tuberculose fez com que certas cidades fossem contempladas com a migração de doentes em busca de cura eficaz.*

*Assim, a climatoterapia, utilizada com sucesso em outros países, adotada por médicos que atuavam no Brasil, encontrou condições favoráveis, tanto em São José dos Campos, como em Campos do Jordão, outro importante centro de tratamento de tuberculose pulmonar que, desde 1928, já era Estância Climatérica.<sup>47</sup>*

As questões urbanas e sociais entram na cidade de São José dos Campos pelas mãos da doença. A chegada maciça de doentes numa cidade pequena e sem estrutura asilar e urbana vai acarretar uma série de conflitos e controvérsias que marcaram sua história desde então. O doente, este agente novo na cidade, era o problema e a solução para São José. Houve uma mobilização de recursos para atendê-lo: sanatórios, pensões e serviços de várias naturezas.<sup>48</sup>

Apesar de não ter no começo do século XX uma estrutura asilar de porte, a Santa Casa de Misericórdia deu o atendimento aos primeiros doentes.

---

<sup>47</sup> BITTENCOURT, Tania. Op. cit. p. 33.

<sup>48</sup> BONDESAN, Altino. Op. cit., 1967. p. 8.



Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, na década de 40. Instalação da rede de água e esgoto.<sup>49</sup>

A eleição da cidade como propícia ao tratamento da tuberculose fomentou as migrações de doentes, que chegavam com o trem. As pensões para os doentes começaram a proliferar. Vários médicos se instalaram na cidade. Os mais notáveis foram prefeitos no período de 1930 a 1958. Dentre eles devemos destacar, os Drs: Rui Rodrigues Dória, Rodolfo dos Santos Mascarenhas, Pedro Popine Mascarenhas, Otávio del Nero, Jorge Zarur, Orlando Campos e Donato Mascarenhas Filho.<sup>50</sup>

*"A par os benefícios oferecidos pela natureza [o clima], havia os proporcionados pela cidade que (...) embora com vida provinciana, estava relativamente preparada para acolher os doentes mesmo tendo um único hospital na cidade: a Santa Casa de Misericórdia como Assistência Hospitalar."<sup>51</sup>*

É interessante notar que a questão sanitária que marcaram as intervenções urbanísticas do XIX em grandes cidades do mundo e no Rio de Janeiro e São

---

<sup>49</sup> MELO, Elisângela A.. & ZANETTI, Fabiana Giachini. Op. cit. FOTO 17.

<sup>50</sup> CESCO, Nelly de Toledo. Op. cit. p. 136

<sup>51</sup> CESCO, Nelly de Toledo. Op. cit. p. 18

Paulo, estava já, neste período, presente nos primeiros códigos de posturas de São José dos Campos. Desde o século XIX, com os primeiros códigos de posturas, podemos apontar uma preocupação das autoridades locais em relação ao ordenamento e melhoramento do espaço urbano em São José dos Campos.

No entanto, foi no século XX que se estabeleceu a relação de São José dos Campos com o urbanismo e o planejamento regional, a partir das leis sanitárias das décadas de 20 e 30. Outros fatores desta relação com o sanitarismo foram a construção dos sanatórios, o zoneamento sanitário, a dotação de recursos estatais e, principalmente, a transformação da cidade em Estância Climatérica.

Estas transformações da cidade neste período estavam intimamente ligadas ao crescimento dos principais centros urbanos do país: Rio de Janeiro - a Capital, e São Paulo que, no século XX, se firmou como a metrópole industrial. O agravamento dos problemas urbanos e sociais nas duas metrópoles, fez com que a solução para o problema específico da tísica fosse a exclusão dos doentes de seus meios para cidades menores, com clima adequado e mais controláveis. Foi neste contexto que passaram a ocorrer investimentos em São José dos Campos e Campos do Jordão sob a forma de ações públicas e filantrópicas.

### **O Código de Posturas Municipais**

Os órgãos de saúde pública a partir do século XIX assumiram uma posição de polícia sanitária, com medidas intervencionistas, como demolição de cortiços, cocheiras, policiamento de estalagens, entre outros visando o saneamento das cidades, invadindo a privacidade, causando revoltas. Era o nascimento da Vigilância Sanitária, presente até hoje em nossas cidades.

Os problemas urbanos não mobilizavam somente as autoridades das grandes cidades do Brasil e do mundo, mas também, verificamos nas pequenas e médias cidades, como foi o caso de São José dos Campos, a preocupação com o ordenamento do espaço urbano e das posturas de seus cidadãos. Verificamos, desde o final do século XIX e mais especificamente no início do XX, uma preocupação da administração pública de São José dos Campos com o espaço urbano. Esta preocupação não se deu arbitrariamente mas estava diretamente ligada ao contexto da higienização e das intervenções urbanas deste período. Poderíamos apontar este fenômeno em várias cidades do mundo.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979; MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. *SAÚDE E SANEAMENTO. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930 -1945)*. Orientadora: Valéria Zanetti. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1999. p. 7

Em São José dos Campos, os Códigos de Posturas Municipais de 1862 e de 1887, demonstravam uma preocupação com o ordenamento do espaço urbano, alinhamento das ruas e das casas; segurança pública, tendo o escravo como centro desta questão. Estes códigos se preocupavam, também, com a salubridade voltando-se à manutenção da limpeza e da higiene dos locais públicos e privados.<sup>53</sup> Segundo Papali, estes códigos tinham como centro de preocupação, as estradas, a presença de animais nas ruas, o ordenamento do serviço dos trabalhadores negros que vendiam seus produtos à noite nas ruas da cidade, bem como, as primeiras normas para as construções de obras e edificações. Representaram um primeiro ato do pensamento urbanístico em São José dos Campos.<sup>54</sup>



Limpeza pública, década de 40.

Estes códigos se voltaram para a regulação do uso do solo na medida em que passaram a delimitar as medidas das edificações assim como as normas para edificar e reedificar dentro do limite da cidade, no alinhamento ditado pela definição da Câmara, sob pena de trinta mil reis de multa. A cidade passou a ter mecanismos de regulação e sanção. Essa regulamentação descartava a idéia de um crescimento desordenado e espontâneo.

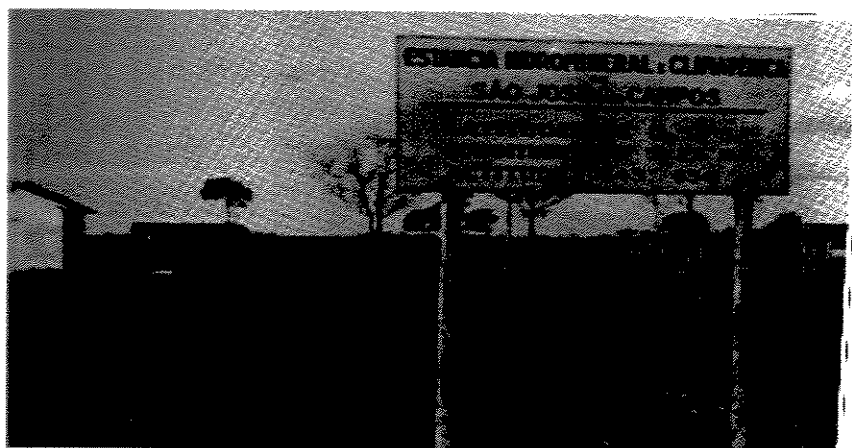
<sup>53</sup> PAPALI, Maria Aparecida R. Chaves. *Op. cit.* p.88.

<sup>54</sup> Ver também os trabalhos de graduação de: MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. *Op. Cit.* 1999; SOUSA, Ana Maria Santos & SOARES, Luiz Laerte. **ADEQUAÇÃO E ORDENAMENTO LEGAL DO ESPAÇO JOSEENSE (1930 - 1950)**. Orientação: Ademir Pereira dos Santos. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1998; MIRANDA, João Carlos R. & OLIVEIRA, Patrícia Romana de. *Op. cit.* 1998.

<sup>55</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. *Op. cit.* 1999. FOTO 40.

A esses códigos se seguiram várias estratégias adotadas pela Câmara Municipal para transformar São José dos Campos numa cidade atrativa à novos investimentos. Em 15 de março de 1909, foi editada uma lei municipal de isenção de impostos para a instalação de indústrias. Outro código de posturas, de 1903, passou a reger o ordenamento da cidade até as leis sanitárias da década de 30. Em 1935, elevada a categoria de Estância Climatérica, São José dos Campos se viu submetida à legislação do Estado para as cidades de sua categoria.

No começo do século, verificamos transformações importantes na cidade. A isenção de impostos e outros incentivos trouxeram as primeiras fábricas na década de 20. Foi determinado pela Câmara joseense que as construções deveriam deixar reservado um local para ajardinamento, um espaço para áreas verdes. Neste momento surge a preocupação com as áreas verdes públicas a criação ou melhoramentos de praças e jardins da cidade.



56

### São José dos Campos - Estância Climatérica

Em 1900 o registro civil em São José dos Campos apresentou 655 óbitos, destes 5% eram tuberculosos.<sup>57</sup> De acordo com o Resumo do Movimento Demográfico Sanitário o número de óbitos por tuberculose do aparelho respiratório em São José dos Campos foi de 1036 de 1930 a 1934.<sup>58</sup> Este número

<sup>56</sup> BITTENCOURT, Tania. *Op. cit.* p. 27.

<sup>57</sup> MATIAS, Benedito Rodrigues. *CRONOLOGIA JOSEENSE: TEORIA GERAL DA HISTÓRIA JOSEENSE*. São José dos campos, Câmara dos vereadores, 1978.

<sup>58</sup> ESTADO DE SÃO PAULO. *RESUMO DO MOVIMENTO DEMOGRÁFICO SANATORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MUNICÍPIO - 1930-42*. São Paulo, secretaria de Saúde Pública - Departamento de saúde - Secção de Estatística Sanitárias, 1942.

crescente de doentes e mortes preocupavam a população e o poder público, levando às intervenções urbanísticas em infra-estrutura para a cidade. Algumas datas, marcaram a trajetória da cidade e de suas transformações urbanísticas:

*"Algumas referências são importantes para se imaginar a conformação da paisagem urbana, naquele momento, tais como a instalação da primeira farmácia na cidade (1867), a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil (1876), a inauguração do poço público para o fornecimento de água à cidade (1879) e a instalação de lâmpões a querosene para a iluminação pública(1897)."<sup>59</sup>*

No começo do século novos ensinamentos médicos apontavam que, apesar da existência de leitos destinados aos pectários em algumas Santas Casas do interior paulista, apenas duas cidades constituíam-se em áreas exclusivas para o tratamento dos tuberculosos: São José dos Campos e Campos do Jordão.<sup>60</sup> Diante desta propaganda foi inevitável o exílio e os doentes se voltaram para estas cidades de cura. Nestas cidades a população foi adotando atividades voltadas ao atendimento dos doentes como nova fonte de renda.

A propaganda qualidade do clima do Vale do Paraíba e da serra da Mantiqueira, assim como a concentração de leitos e serviços fisiológicos, alçaram as cidades sanitárias à condição de esperança última de muitos enfermos. Desde este momento a região nordeste do Estado começou a acolher um número cada vez maior de enfraquecidos do peito. O primeiro a propagar as benesses curativas do clima de São José dos Campos foi o médico Nelson D'Ávila, que graças ao clima joseense havia recuperado a saúde. Como escreve Bertolli:

*" A partir de então, o município ganhou os cognomes de 'nice brasileira' e 'tepelandia' atraindo um número cada vez maior de infectados"<sup>61</sup>*

O aumento do número de tuberculosos no município situado às margens da estrada de ferro e da rodovia São Paulo-Rio de Janeiro, resultou no surgimento de pensões particulares para atender aos doentes e seus familiares e na instalação

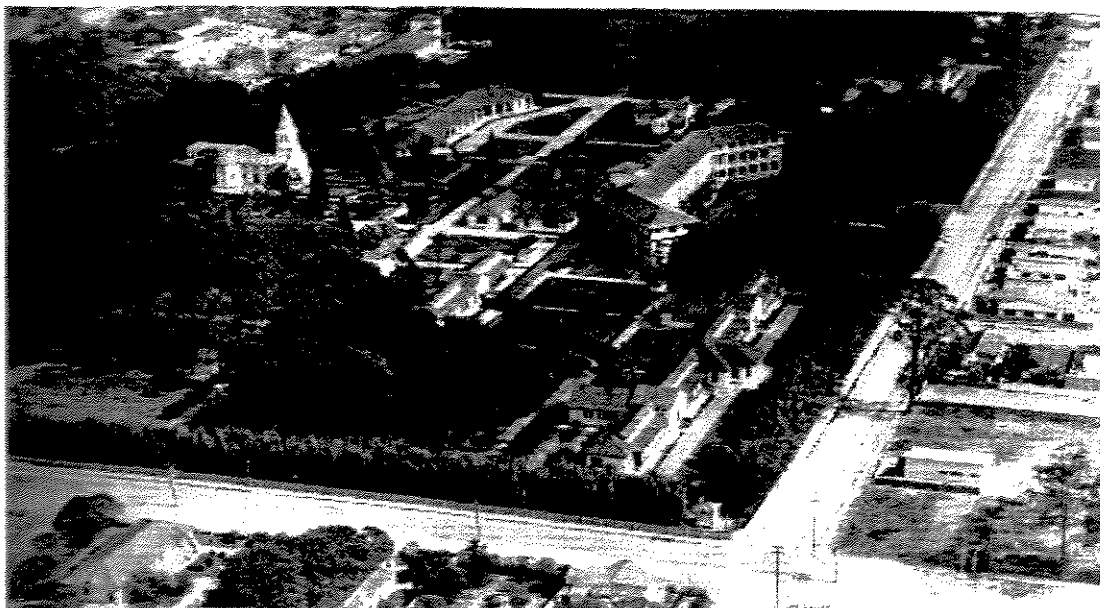
---

<sup>59</sup> BITTENCOURT, Tania. Op. cit. p. 34.

<sup>60</sup> PARANHOS, Ulysses. MANUAL DE TERAPEUTICA CLÍNICA MEDICA. São Paulo, O Pensamento, 1927. p. 450. BERTLLI FILHO, Cláudio. Op. Cit. 1993. p

<sup>61</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit.1993. p. 334.

do primeiro sanatório para tuberculosos no estado de São Paulo: o Sanatório Vicentina Aranha.



62

Sanatório Vicentina Aranha, vista aérea.

Patrocinado pela Santa Casa de Misericórdia paulista e pela família do Senador e banqueiro Olavo Egydio de Souza Aranha foi inaugurado no mês de abril de 1924, depois de muita campanha da esposa do Senador, que deu o nome ao sanatório. O sanatório Vicentina Aranha foi incrustado em uma grande área verde cercada de muros de alvenaria em toda a sua extensão. De acordo com Tania Bittencourt, a arquitetura deste sanatório foi provavelmente inspirada na Estação de Terapêutica Alemã de Devos. Hospital pavilhonar,

*"além da solução formal das alas enviesadas que personalizam os dois conjuntos arquitetônicos, chama-se a atenção para a setorização das funções e atividades que integram o programa de atividades."*<sup>63</sup>

A construção do Sanatório Vicentina Aranha, em 1924, com projeto de Ramos de Azevedo, abriu caminho para que outros sanatórios fossem construídos. Em 1929, foi construído o Sanatório Vila Samaritana, projetado por Jerônimo

<sup>62</sup> BITTENCOURT, Tania. *Op. Cit.*. P. 63.

<sup>63</sup> BITTENCOURT, Tania. *Op. Cit.*. Pp. 60 e 61

Canevalli e pelo Eng. Civil Hermes Ferrez, patrocinado pela Associação Evangélica Beneficente (AEB), entidade criada em 1928, por igrejas evangélicas para amparar os fiéis contaminados. À semelhança do Vicentina Aranha também era pavilhonar, com o conjunto arquitetônico seguindo a maneira apropriada à insolação e à ventilação. Em 1934, foi construído o Sanatório Rui Dória de autor desconhecido e de propriedade do Dr. Ruy Rodrigues Dória, também pavilhonar. Em 1935, foi construído o Sanatório Ezra, de propriedade da Sociedade Israelita de Beneficência "Ezra", projetado pelo engenheiro civil, Pedro Moreira da Costa. Seu público alvo era a comunidades judaica. De tipo pavilhonar, tinha a forma rígida da letra H.

Entre o ano de 1938 e 1958, foi construído pela *Liga de Assistência Social à Tuberculose*, o Sanatório Adhemar de Barros I em duas etapas, das quais somente a segunda se sabe o autor, ou seja, o arquiteto Rosendo Santos Mourão. Sua proposta era ser um sanatório para os doentes pobres e indigentes, com verba pública. Em 1946 foi construído o Sanatório São José, de propriedade de Maria de Lurdes Monteiro Martins, de autor desconhecido. Criado a partir de origens hoteleiras, assim como o Sanatório Ruy Doria, contava com o prédio da antiga Pensão Castilho, na rua Paraibuna.

Inaugurado em 1952, o Sanatório Antoninho da Rocha Marmo, de autoria do arquiteto, Alvaro Carlos de Arruda Botelho, foi um projeto hospitalar de origem filantrópica e paulistana, como o Vicentina Aranha. Ele era voltado às crianças carentes com a idade máxima de quinze anos. Partiu de uma campanha da mãe de Antoninho, uma criança doente que veio a falecer. Sua construção teve início em 1946 e em 1951, passou, por doação, a ser propriedade das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada.

O último sanatório a ser construído foi o Adhemar de Barros II em 1967, de autoria do Eng. Antonio Evaristo Francisconi, resultado de um acordo de retirada do Sanatório Adhemar de Barro I do perímetro urbano (zona sanatorial) onde estava erigido. Este sanatório foi construído na zona rural, pela construtora Fernan Engenharia e nunca chegou a funcionar. As pensões e repúblicas, para hospedagem dos doentes também proliferaram, entre 30 e 50.<sup>64</sup>

Além de estruturas voltadas diretamente para os doentes outras transformações urbanas passaram a ser empreendidas entre 1900 e 1958, como escreve Tania Bittencourt:

---

<sup>64</sup> Sobre os sanatórios ver: BITTENCOURT, Tania. Op. Cit.

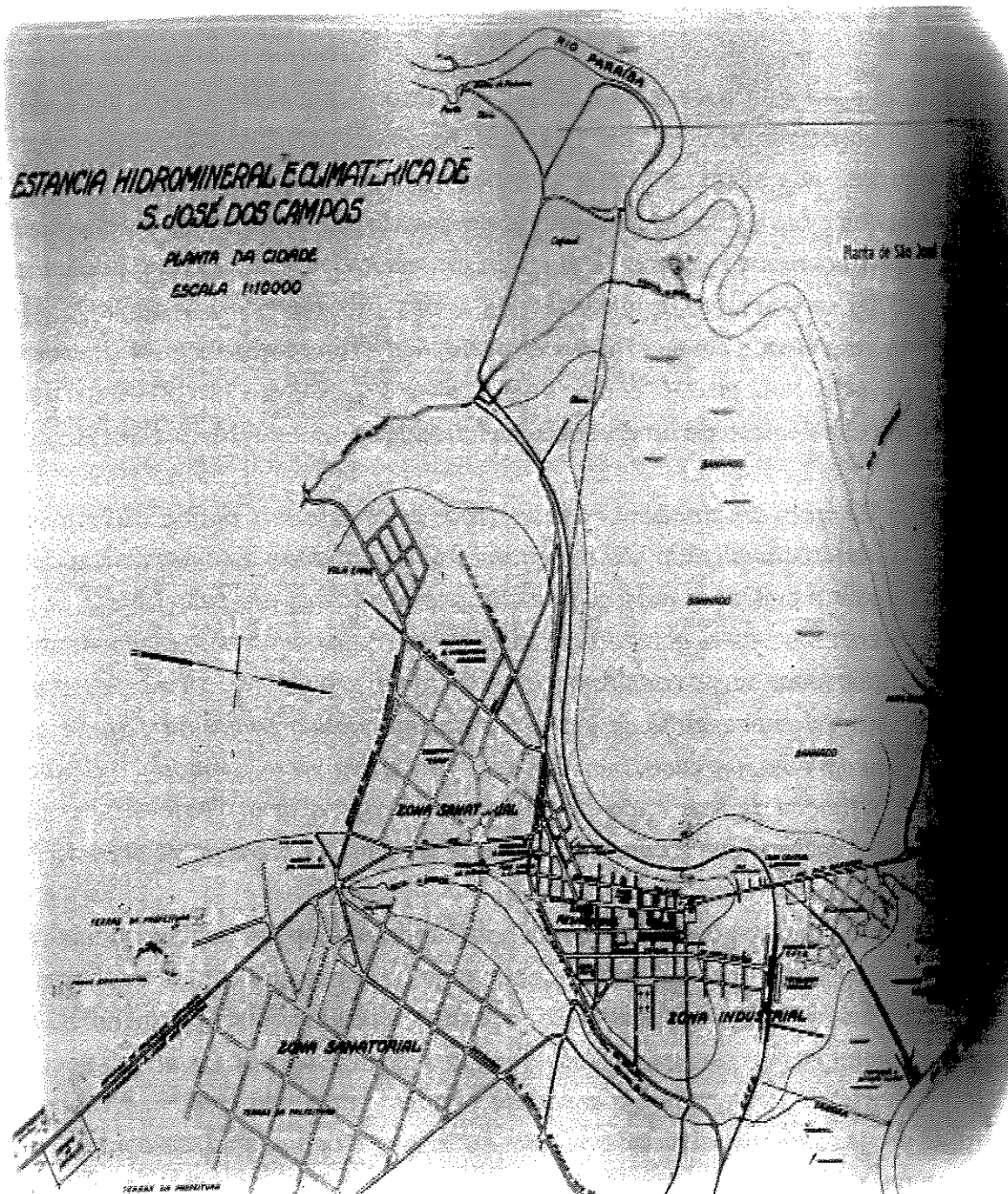
*"No período que vai de 1900 a 1958, é interessante destacar a inauguração do novo serviço de abastecimento de água na cidade (1909), o início da construção dos sanatórios (1918), a inauguração da primeira rede de esgoto (1921), a transferência da estação ferroviária da atual praça Cândido Dias Castejon para a Avenida Eng. Sebastião Gualberto (1924), a instalação, na avenida São José, do primeiro centro de saúde em 1932 (à época denominado Posto de Higiene), a divisão do solo urbano em três zonas territoriais, destacando-se a Zona Sanatorial (1933), a inauguração da nova estação de tratamento de água na praça Cândido Dias Castejon (1941) e a inauguração do dispensário na rua Francisco Paes, em 1945, onde esteve até 1965, (...) posteriormente, em 1972, para o Centro de Saúde na Avenida Eng. Francisco José Longo, onde se acha atualmente."*<sup>65</sup>

Diante deste quadro a população da cidade fica dividida em sãos e doentes. Os doentes acabam por se tornar o primeiro problema propriamente urbano, principalmente os doentes pobres, pois os ricos ou remediados eram vistos como "um fator de progresso".<sup>66</sup> Com isto, o município — cuja história definia-se pela pobreza crônica — encontrou incentivo econômico, conseguindo relativo incremento da receita com os forasteiros enfermos, sendo alçado à condição de estância climática, por decreto governamental de 1935. A presença dos alojamentos de doentes em áreas de uso residencial e comercial, destinados a receber os tuberculosos, levou a uma política de zoneamento da cidade. São José dos Campos passou a ser marcada pelo zoneamento e pela modernidade.

---

<sup>65</sup> BITTENCOURT, Tania. Op. Cit Pp. 34. E 35.

<sup>66</sup> BONDESAN, Altino. SÃO JOSÉ DE ONTEM E DE HOJE. São José dos Campos, JAC Gráfica e Editora, 1996. P. 30.



67

Zoneamento Sanitário — 1938: zona residencial comercial, sanatorial, industrial, dist. Santana.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. SANT'ANNA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIRETRIZES URBANAS. São José dos Campos: J. O S. de Oliveira, 1999. p. 66.

## O Zooning e o planejamento da cidade

Os planejadores passaram a atuar na cidade em meio a polêmica dos problemas urbanos e suas possíveis soluções. As soluções urbanísticas passaram a ser marcadas, nos séculos XIX e XX, pela experiência da modernidade. A modernidade como devir, diante de uma época marcada pela técnica, se estabeleceu como a experiência estética que se fundiu com a experiência histórica urbana. Na perspectiva da técnica, da arquitetura e das intervenções urbanísticas a modernidade foi calcada em sua funcionalidade, nos efeitos que se quer imprimir como novos comportamentos. O campo do urbanismo começou a tomar forma com os processos tecnológicos de intervenção nas cidades e no território. Para Argan:

*"O que distingue o urbanismo de qualquer outra disciplina institucionalizada não é certamente a qualidade de seus conteúdos, mas o processo com que os elabora, os coloca em relação dialética entre si, os organiza em um sistema cujos diversos componentes dão lugar a uma resultante. A resultante não é um quadro estatístico nem a representação sintética de um quadro social de fato; é um programa, um plano, um projeto tendo em vista a mudança de uma situação de fato reconhecida como insatisfatória. Trata-se, porém, de saber o que e com que fim se programa, se planeja, se projeta."*<sup>68</sup>

A noção de habitat como espaço de habitabilidade aplicada principalmente para a habitação e seu entorno, estabeleceu uma nova relação com o ambiente e conseqüentemente com a natureza. A natureza, sublime, era, ainda no XIX, considerada inimiga, inacessível, inviolável — lugar das feras e de Deus.<sup>69</sup> O século XX é o momento de acelerada expansão da chamada segunda natureza sobre o planeta. O projeto de modernidade no qual se insere o urbanismo, se configurou como o campo utópico de produção do futuro através do projeto e do planejamento, ou seja, a superação do estado de natureza.<sup>70</sup>

Podemos dizer que o século XX assistiu a formação de uma "ciência da

---

<sup>68</sup>ARGAN, Giulio Carlo. ARTE MODERNA. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. Pp.211, 212

<sup>69</sup>Sobre a relação homem natureza ver: THOMAS, Keith. O HOMEM E O MUNDO NATURAL. MUDANÇAS DE ATITUDES EM RELAÇÃO ÀS PLANTAS E AOS ANIMAIS (1500 - 1800). São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

<sup>70</sup>ARGAN, Giulio Carlo. Op. Cit. 1995.p.213.

cidade" — a urbanística, que deu as bases de constituição do urbanismo. Podemos dizer que era um campo diretamente associado às idéias de reforma social. A problematização da cidade e da metrópole emergiu do mesmo campo de intervenção que a chamada "Questão Social": "change la ville pour change la vie".<sup>71</sup>

Os movimentos de reforma das cidades prepararam o surgimento das políticas sociais, ao propor a sociedade e a cidade como objetos da ação racional. No entanto duas cidades se formaram e foram partes integrantes de uma mesma unidade contraditória: a cidade legal e a ilegal.<sup>72</sup>

Identificamos o processo de formação e institucionalização do urbanismo como campo de técnicos e especialistas. De acordo com Raquel Rolnik, a base da concepção do planejamento urbano da segunda metade do século XX, foi uma visão que aliava a tradição do urbanismo higienista do final do século XIX, numa versão funcionalista, após Le Corbusier e a Carta de Atenas (CIAM), à uma economia política desenvolvimentista com forte presença do Estado, de cunho fordista. Esta tendência tinha como principais pressupostos uma estratégia de desadensamento, que começou como combate aos cortiços no século XIX e tem seu apogeu no funcionalismo de Le Corbusier. Ela partia da proposição da habitação unifamiliar e de uma concepção de isonomia, isto é, critério de igualdade, baseada na existência de um único modelo de apropriação do solo, considerado "saudável" e, portanto, legítimo.<sup>73</sup> Este processo de normalização do espaço urbano teve como principal instrumento as leis de zoneamento.

Em 1891, um instrumento urbanístico novo foi adotado pelo município de Frankfurt, Alemanha: o zoning. Escreve Franco Mancuso:

*"Dicho instrumento subdivide la ciudad en zonas dispuestas en franjas concéntricas y asigna a cada una de las normas diferenciadas según la actividad constructora; consiste en una normativa de la edificación*

---

<sup>71</sup> RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e CARDOSO, Adauto Lucio. "Da Cidade à Nação: Gênese e Evolução do Urbanismo no Brasil" in: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (org.) **CIDADE, POVO E NAÇÃO. GÊNESE DO URBANISMO MODERNO**. RJ, Civilização Brasileira, 1996. p.54. Sobre a relação reforma urbana "Questão Social", ver, TOPALOV, Christian. "Da Questão Social aos Problemas Urbanos: Os Reformadores e a população das Metrópoles em princípios do Século XX". in: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert. *op. cit.*

<sup>72</sup> ROLNIK, Raquel. "PLANEJAMENTO URBANO NOS ANOS 90: NOVAS PERSPECTIVAS PARA VELHOS TEMAS" in: SILVA, Kebler Pinto. (org.) **TENDÊNCIAS E CONCEITOS. CIDADE CONTEMPORÂNEA**. São Paulo, Editora da Unesp, 1995.

<sup>73</sup> ROLNIK, Raquel. *op. cit.*, 1995. P. 6.

*que contiene las distintas partes del territorio municipal (zonen), y de un mapa que define tales zonas en el suelo municipal (Bauzonenplan). Las normas atañen a la densidad de edificación, definida mediante parámetros de altura de los edificios y de la superficie cubierta de cada parcela edificable, y a las asignaciones de uso de los suelos, diferenciados en industriales, residenciales e para actividades mixtas. [Frankfurt] Constituye el primer auténtico plano de zonificación, completo y acabado, en tanto que implica a todo el territorio municipal y afecta a todos los sectores de actividad en el campo de la edificación.*

*(...) En 1892, le toca el turno a Berlín, donde una ordenación válida para los suburbios periféricos impone en ellos densidades de edificación diferentes y decrecientes con resto a las — altísimas — de la ciudad. En torno de los mismos años, se introduce una zonificación por densidades en base de una óptica sobremunicipal, en todo el territorio concerniente a tres grandes municipios lindantes entre sí (Düsseldorf, Essen y Duisburg) que constituyen el embrión de la futura conurbação de la cuenca del Rhur.”<sup>74</sup>*

Estes primeiros planos, de acordo com Mancuso, muito esquemáticos, abriram caminho para que outros fossem feitos nas grandes cidades alemãs. Nestas cidades — Munich, Dresden, Breslau, Stuttgart, Leipzig, Frankfurt e Colonia —, os planos de zoneamentos foram se complexificando e prontos se converteram em modelos e objetos de estudos passando a ser adotados por outros países europeus e os EUA.

A Alemanha teve como peculiaridade a ação direta do governo e setor público, desde o século XIX, — momento de formação do Estado Nacional alemão — tanto na economia, quanto controlando com rigor as transformações e intervenções nas cidades. O zoneamento se apresentava como um instrumento importante para o setor público, na medida em que, garantia o manejo e o controle de grupos, territórios e forças econômicas. Vários grupos e setores empresariais estavam em conflito pela propriedade do solo urbano na Alemanha.

O zoneamento não deixava de atender a estas demandas, principalmente a dos setor imobiliário. O conflito social se deu em torno da "questão" da moradia.

---

<sup>74</sup> MANCUSO, Franco. LAS EXPERIENCIAS DEL ZONIG. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.<sup>a</sup>, 1980. p.27

Além do processo segregatório que advém da qualificação das áreas urbanas de elite, o problema da moradia afetava um amplo espectro de classes médias emergentes dos setores financeiro, comercial e burocrático, amedrontados com o perigo da proletarização.

Estes conflitos podem, de acordo com Mancuso, ser identificados no uso e exploração do solo e na densidade das edificações e se especifica em termos de tipologia de edificação. Os funcionários públicos não só foram responsáveis pela elaboração dos planos como por sua gestão e expansão para outras cidades. Este foi um período de grande eficácia da administração alemã que tinha passado por uma reorganização, principalmente dos níveis mais altos com forte centralização das definições de políticas no Estado.<sup>75</sup>

*"En efecto, si el agente público en esto período pone en vigor gran cantidad de medidas de control sobre la ciudad, al mismo tiempo, inicia e realiza no precurso de pocos años las operaciones mas importantes para su reestructuración urbanística. Las mayores ciudades alemanas adoptan su ordenación definitiva de 'gran ciudad'. La política de las incorporaciones amplía sus límites siguiendo un modelo de concentración urbana; la reestructuración y renovación de la parte central mas antigua crea las cities comerciales y de dirección; la construcción de infraestructuras ferroviarias e viarias, de mastodonticos puertos, canales e instalaciones para almacenaje, la creación de amplias zonas industriales dotadas de todas las infraestructuras, transforman las ciudades en potentes maquinas productivas. Y obsérvese, a modo de inciso, como en contrapartida, la intervención directa de la municipalidad en el campo de la vivienda es, al menos asta la primera guerra mundial, extremadamente limitada. Por lo demás, éstas son las mismas cuestiones que se plantean los observadores europeos de la época, sobre todo americanos, que no por azar analizan la experiencia almana en busca de motivos de carácter meramente económico. Hacia 1910, hacen varios viajes de estudio a Alemania, y vuelven admirados de los resultados imponentes y evidéntísimos por parte da administración municipal de aquel país: puertos, ferrocarriles, calles, canales, teatros, museo, plazas. Al*

---

<sup>75</sup> MANCUSO, Franco. Op. cit. 1980. p.56.

*misimo tiempo, registran todos los datos acerca de poderes de la administración, que a ellos les parecen asombrosos: la transacción rigurosa, la adquisición pública de terrenos, sobretudo la municipalización de áreas industriales, puertos, empresas ferroviarias, la electricidad, el agua, el gas; por ultimo las medidas de control en el sector de la planificación urbanística: la zonificación, la lex Adikers que consiste incluso la expropiación".<sup>76</sup>*

O zoneamento se apresentava desde o começo como uma ação direcionada ao atendimento dos grupos econômicos privados apesar do discurso socializante. Esta ação normalizadora do espaço urbano e das construções apareceu como funcional e eficaz, quando na verdade passou a garantir a rentabilidade ótima da especulação privada sobre o espaço que sofreu a ação pública.

É interessante notar que de meados do século XIX a meados do XX, ocorreram grandes obras de infra-estrutura "necessárias" a expansão das estruturas produtivas capitalistas. Neste momento, que caracterizava-se por uma grande ênfase na propriedade privada, o Estado foi solicitado a assumir, cada vez mais o papel de planejador, empreendedor e gestor do espaço urbano, inclusive das relações que com ele estabeleceram os setores privados.

Os Estados Unidos, como escreve Mancuso, apesar das diferenças políticas e econômicas, com relação a Alemanha, se mostraram um terreno fértil para a implantação do *zoning*. O zoneamento passou a regular a propriedade privada da terra urbana sem contudo ferir seu princípio patrimonial.

*"El 25 de julio de 1916, la ciudad de Nueva York — la mas grande de Estados Unidos, com cerca de 5.000.000 de habitantes — adopta de forma definitiva la primera normativa de zonificación del país, después de un periodo de quatre años repleto de discusiones, propuestas, creaciones de comisiones, debates y enfrentamientos políticos. Es la primera ordenanza que abarca todo el suelo urbano administrado por una ciudad que somete a todas las intervenciones que en el ámbito de la edificación, controlando sus destinaciones,*

---

<sup>76</sup> MANCUSO, Franco. Op. Cit. 1980. Pp. 66, 67, 68. Lex Adikers feita por Franz Adkers, prefeito de Frankfurt a partir de 1891 até 1910 duplicou o território administrado por Frankfurt com a normalização de zoneamento para a cidade, lançando um conjunto de políticas — adotando uma série de medidas legislativas (cadastro, redistribuição, etc.) e financeiras; operações de intervenções em grande escala; que faz de Frankfurt um modelo. p. 132

*altura, densidad e extensión, y que cimienta cada prescripción en una base jurídica que se cree puede tener valor legal en conformidad com los principios de la construcción y legislación vigentes.*

*Cinco años después, 76 ciudades norteamericanas controlan las iniciativas constructoras por medio de normativas de zonificación análogas a la de Nueva York; diez años mas tarde, las ciudades dotadas de normativas de este tipo son ya 564; veinte años después, son 1.322. En 1936, de las 86 ciudades americana com más de 100.000 habitantes, sólo 14 non tienen plano de zonificación.*

*En el transcurso de veinte años, 46.000.000 de habitantes, más de  $\frac{3}{4}$  de la población urbana de Estados Unidos, viven en ciudades en las que los propietarios y empresarios deben someterse, en lo referente a sus iniciativas en el terreno de la construcción, a ordenanzas de zonificación que hacen referencia más o menos directa a la hecha pública por la ciudad de Nueva York en 1916.<sup>77</sup>*

A legislação normalizadora do solo urbano colocava novas possibilidades de intervenção dos setores públicos sobre o seu uso. Cada parte da cidade passou a corresponder a uma função em relação ao todo. A definição da sua função e uso estabeleceu um campo de conflito entre os proprietários e o setor público. Esta relação passou a pautar as relações entre estado e capital nas cidades praticamente de todo o mundo. Apesar da internacionalização desta ferramenta, o zoning estabeleceu um mesmo padrão para lugares diferentes, porém, guardando algumas especificidades, geralmente em função do lugar ocupado pela cidade na Divisão Territorial do Trabalho.

---

<sup>77</sup> MANCUSO, Franco. *Op. Cit.*, 1980. p. 171.

## As Transformações da Cidade e o Zoneamento Sanatorial

*Ato nº 14*  
Em 11 de Setembro de 1928  
Fica os limites das permi-  
tidas urbanas e rural da sé-  
de da Estância, e sub-di-  
vide aquele em quatro  
zonas: comercial, in-  
dustrial, residencial  
e sanatorial.

O Engenheiro Francisco  
José Augusto de Brito Brito, do  
Exército Hidráulico e de  
Engenharia de São José dos Campos,  
nominado das atas seguintes, que  
se são as seguintes por lei, e  
concedendo que o ato  
nº 14 de 11 de Setembro de 1928, que di-  
vide a Estância Brasileira em  
quatro zonas: Industrial, Comercial,  
Comercial e Sanatorial, e o ato  
nº 317 de 11 de Novembro de 1928  
que fazem os limites das zonas  
Urbanas, Suburbanas e Rurais da  
Estância, estão em conformidade  
com o disposto no artigo 1º da  
lei nº 107 de 10 de Novembro de 1928,  
concedendo que, nos  
termos do artigo 107, da lei  
nº 107, de 10 de Novembro de 1928,  
se, com o ato da Estância tra-  
çar os limites das zonas Urbanas  
e Rurais.

*Resolve:*

78

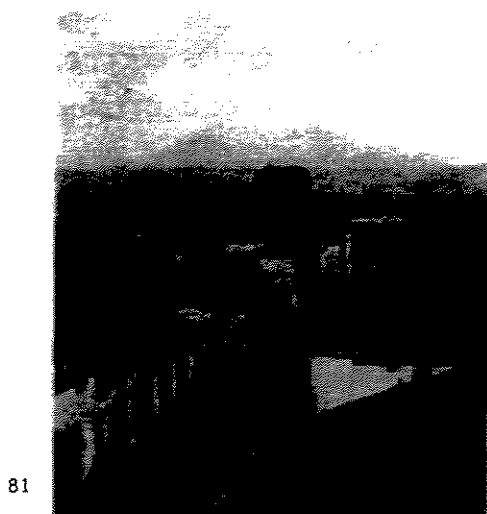
Fotocópia do ato Nº 14 — Documento da divisão do solo urbano em quatro zonas: comercial, industrial, residencial e sanatorial.

São José dos Campos passou, de 30 a 45, por muitas transformações. Um processo de aparelhamento com equipamentos urbanos inicia a construção da infra-estrutura necessária a sua industrialização que então se iniciava. Na década de trinta, São José dos Campos, contava com 29.283 habitantes e a área do

<sup>78</sup> BITTENCOURT, Tania. Op. cit p. 31.

município era de 959 quilômetros quadrados, sendo o perímetro urbano de 5 km quadrados.<sup>79</sup> Diante deste contexto, em 10 de março de 1932, pelo Ato nº 110, São José dos Campos passou a contar com um plano de zoneamento que a dividida em três zonas territoriais: a comercial, a sanatorial e a residencial e em sua ratificação em 38, foi acrescentada a zona industrial.

Este foi um momento de grande transformação da forma urbana da cidade. Esta transformação representa a primeira intervenção propriamente urbanística em São José dos Campos. O urbanismo sanitarista passou a segmentar a cidade num processo disciplinarizador, nos moldes tratados anteriormente. O principal objetivo do zoneamento sanatorial era segregar para a periferia da cidade os alojamentos para os doentes. Entretanto mesmo com a legislação passando a vigorar desde essa data, muitas pensões e mesmo sanatórios, o Ruy Doria, por exemplo, permaneceram no centro da cidade. Um ponto de transformação urbana de grande importância para São José foi a intervenção na avenida São José que serpenteia na orla do platô voltada para o Banhado.<sup>80</sup>



Rua São José antes e durante a demolição. É o "Bota a Baixo" de São José dos Campos, abrindo ruas e avenidas.

<sup>79</sup> CALDEIRA, João Neto *ALBUM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 1934*. São Paulo: Org. Cruzeiro do Sul, 1934. p. 112.

<sup>80</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. *Op. cit.* p. 100. FOTO: 4

<sup>81</sup> IDEM.

<sup>82</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. *Op. cit.* p. 102. FOTO: 6

Altino Bondesan, o principal memorialista deste período, descreveu um passeio ao banhado, no qual poderemos perceber as condições urbanísticas da área antes da intervenção. Escreve o autor:

*"Uma tarde Narciso convidou-me a conhecer o banhado. Saímos pela rua Francisco Paes, de chinelas e pijama, em pleno entardecer. Passamos pela igreja de São Benedito, cruzamos com a máquina de café do Alípio Lourenço, situada num velho casarão de esquina (hoje delegacia de polícia) e enveredamos por uma viela, até a orla da várzea, que se estendia, deslumbrante, como uma Guanabara seca. Nesses tempos a belíssima paisagem era fechada aos olhos do povo, pelo renque de casarões que se estendiam na rua São José (ou detrás). Seis anos depois, um prefeito de larga visão, desapropriou e botou abaixo tal casario, tornando o banhado um patrimônio comum a todos os cidadãos.*

*Da viela, onde a sujeira, afugentava as pessoas, víamos o espetáculo exuberante do brejão: casinhas escondidas pela folhagem, a água das valetas brilhando, o verde sujo do capinzal, alguns eucaliptos majestosos. E o Paraíba, brincando de esconde-esconde, ziguezagueando, preguiçoso, no rumo leste. À direita o bairro de Santana - espécie de menina que foi a apanhar água e ficou mirando-se no cristal da corrente.*

*O sol ia mergulhando lentamente no mar de sangue. A cena oferecida reproduzia-se todas as tardes e a natureza caprichava em dar tonalidades diferentes ao ocaso. A luz horizontal baixava sobre a vegetação, alguns focos expeliam expirais de fumaça, ouvia-se o trinar dos pássaros e tudo se constituía em visão triste, provocando na gente uma vontade de chorar...*

*Ah, banhado, banhado, espelhando nossas aflições, um sentimento que tentávamos apagar do peito, como se apagava o sol poente, lá para os lados da Mantiqueira - morrendo em sangue como muitos doentes morriam..."*<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> BONDESAN, Altino Op. Cit.,1996. p. 23.



84

Rua João José, após parte da demolição e a abertura da vista do Banhado.

A tragédia da doença que se abatia sobre a cidade, num misto de aflição e euforia reformadora, teve na abertura da avenida São José um momento importante da ação do urbanismo sanitarista. A rua suja e o casario que obstruía a abertura da cidade para o banhado vem abaixo e dá lugar a uma moderna avenida.

Desde o início do século XX, a abertura da rua São José foi estudada, mas somente foi iniciada a partir de 1930. A demolição do casario do lado par da rua, foi proposta do vereador Constanzo de Finiz, possibilitando a abertura da vista do Banhado.

*"Através do Ato de nº 17 de 1938, o Prefeito Sanitário, Engenheiro Francisco José Longo, iniciou a desapropriação da rua São José. Por este ato, foram desapropriadas as casas e terrenos do lado par entre a rua Coronel Monteiro e a Rua Rubião Junior. Mais dois atos, vieram unir-se a este, relativos a desapropriação dos imóveis do lado par da dita rua, em 1939. São estes: o Ato nº 40, que desapropriou os imóveis do número 2 até o prolongamento da Rua Rubião Junior; e o Ato de nº 44, que desapropriou todos os prédios do lado par."*<sup>85</sup>

<sup>84</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. Op. cit. p. 103. FOTO: 7.

<sup>85</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G Op. cit. p. 97.

Foram demolidas casas de tamanhos variados sendo que os casebres foram o foco principal da demolição. Os processos de desapropriação, principalmente a partir do novo zoneamento proposto em 38, foram parte de uma série de modificações feitas na cidade, nas quais se incluíam: aumento das praças, alargamento das ruas, retificações de vias públicas, novas ruas, mudança de nomes das ruas, etc. Estas desapropriações se deram através de mais de 20 Decretos e Atos Municipais.<sup>86</sup>

Em janeiro de 1935, foi publicada no "Correio Joseense" uma matéria sobre a criação da Prefeitura Sanitária em São José dos Campos, nos moldes de Campos do Jordão (28). Duas semanas depois o decreto foi assinado. Com a criação da Prefeitura Sanitária a cidade deixou de ter eleição para a Prefeitura e a Câmara e a ocupação dos cargos passou a ser feita por nomeação do Governo do Estado. A Prefeitura Sanitária não chegou a causar um grande entusiasmo na cidade num primeiro momento. Escreve o "Correio Joseense":

*"A criação de uma estação climática em São José dos Campos seria uma boa notícia se o governo do Estado houvesse feito alguma coisa em prol de Campos do Jordão, Guarujá e Prata, que tomou sob sua direção mas não fez progredir."*<sup>87</sup>

O decreto 7.007 de 13 de março de 1935, criou a estância de São José dos Campos, nos termos do decreto 6.501/34 que disciplinava as estâncias hidrominerais. A cidade não somente passou por um processo de regulamentação da ocupação do solo estabelecendo o zoneamento, como também recebeu dinheiro do Estado. De acordo com dados do governo em 1938 a receita da cidade já era a maior do Vale do Paraíba, Campos do Jordão, a outra estância, recebia 540:000\$000, dos quais 240:000\$000 foram da receita municipal e 300:000\$000 do Estado; São José dos Campos tinha uma receita de 1.459:410\$000, 709:410\$000 do município e 750:000\$000 do Estado; Taubaté 1030:700\$000 sem participação do Estado, pois não era estância. Neste momento devemos ressaltar que a receita de São José dos Campos já ultrapassava a de Taubaté, principal cidade da região desde o período do café.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> SOUSA, Ana Maria S. & SOARES, Luís Laerte. Op. cit. p. 34.

<sup>87</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 24 de março de 1935.

<sup>88</sup> VALE DO PARAÍBA. HOMENAGEM DO VALE DO PARAÍBA AO DR. ADHEMAR DE BARROS INTERVENTOR FEDERAL. COMEMORANDO A PROMULGAÇÃO DO DECRETO 9716, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938. Norte de São Paulo, 17 de Dezembro de 1938. Pp.41, 42, 43.

Neste período, a partir de 1935, encontramos no jornal "Correio Joseense" várias matérias sobre o problemas dos tuberculosos indigentes e os problemas decorrentes da falta de assistência social. Em 1936 o jornal se posicionava colocando que era preciso "evitar a vinda desses infelizes para cá, para o bem dos doentes e da saúde pública."<sup>89</sup> Partindo da criação, em 17 de maio de 1936, da Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose, que contaria com um pavilhão para os tuberculosos pobres, a Vila Samaritana, começam a ser instaladas várias instituições assistenciais na cidade, como tratamos acima. Entretanto, encontramos ainda em 1938, no jornal, campanhas pela construção de um sanatório para os pobres. "*Para solucionar o nosso grave problema social.*"<sup>90</sup> Escreve o jornal sobre as campanhas:

*"dada a excelência do clima para aqui acorrem de todos os pontos do Estado e do Brasil, razão pela qual entendemos ser dever precípua de todos os bons brasileiros auxiliar nessa santa cruzada, porque os beneficiários são justamente doentes alheios a nosso meio.*

*(...)*

*A liga de Assistência social e combate à tuberculose quer resolver seu problema máximo: construir um sanatório para tuberculosos indigentes, favorecendo com isto, a higienização e profilaxia da cidade, pois os doentes miseráveis são os que maior perigo oferece.*

*(...)*

*Convidamos a população, em nome dos princípios de caridade e de phylantropia a cerrar fileiras em favor da nobre iniciativa"*<sup>91</sup>

Ainda em 1938, o jornal publicou várias matérias sobre a imagem de São José como sanatório, "onde todos os habitantes eram tuberculosos." Estes problemas eram atribuídos ao descaso das autoridades do Estado e União, uma vez que com a Prefeitura Sanitária e as autoridades locais estavam impossibilitadas de solucionar "um problema de tamanho vulto." "*O perigo nos ronda visto a promiscuidade e o abandono no tocante a higiene e a profilaxia.*"<sup>92</sup> Os números eram manipulados pelo jornal para demonstrar uma tendência de aumento dos

---

<sup>89</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 10 de maio de 1936.

<sup>90</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 20 de março de 1938.

<sup>91</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 09 de maio de 1938.

<sup>92</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 29 de outubro de 1938

óbitos de joseenses por tuberculose, caso não fossem tomadas providências. O jornal se posiciona dizendo:

*"Os governos da União e do Estado numa ação conjunta bem poderiam melhorar as condições de higiene e de prophylaxia da cidade, com o nobre intuito de proteger não a população local, mas os brasileiros em geral. O problema deixa de ser local para tornar-se nacional, pois para cá vêm doentes de todo o país e do exterior."*<sup>93</sup>

A reforma sanitária estadual, promovida no ano de 1938, fez do centro de saúde instalando no município a sede de normalização da vida na estação de cura. O "controle da tuberculose", registrado insistentemente nos relatórios oficiais, justificava a vigilância acirrada sobre os doentes que perambulavam, quase sem rumo, pela cidade. Encontramos neste momento uma atitude policialesca em relação a tuberculose semelhante à que se fazia em relação à Lepra, por exemplo. Escreve Bertolli:

*"O olhar perscrutador da higiene pública buscava esquadrinhar o espaço joseense, localizando os tísicos desamparados e, não raramente, seqüestrando-os em nome da segurança dos sadios. Colhidos nas malhas policialescas da saúde pública, os tuberculosos eram forçados ao isolamento nos pavilhões improvisados ou, mais freqüentemente, eram devolvidos aos locais de onde haviam partido, sendo que para esta finalidade foram criadas várias entidades que, sob a máscara da filantropia, tinha como objetivo afastar da estação valeparaibana os visitantes infectados e destituídos de recursos pecuniários."*<sup>94</sup>

Em 1943 o tema da indigência continuava presente no jornal. A matéria de 07 de março colocou que São José estava impossibilitada de assistir aos tuberculosos pobres que apelavam para seu clima *"guiados apenas pela grande vontade de viver"*. Segundo a matéria esse fluxo excedia a capacidade de hospedagem e sobrecarregava de ônus a filantropia local.

---

<sup>93</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 16 de outubro de 1938

<sup>94</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit. 1993. p.338.

O artigo assinado por Dionysio S. Brasil, em 11 de abril de 1943, afirmava que devido ao grande número de pensões, sanatórios, repúblicas e clínicas onde existem muitos tuberculosos, era possível formar-se uma cidade somente com esses doentes e esta se chamaria "Kochlandia". Ele dizia que os habitantes de "Kochlandia", graças a São José dos Campos, viviam a vontade sem o preconceito que se via em outras cidades e que, principalmente nas clínicas, podia-se conversar e matar o tempo animadamente contando piadas e fatos engraçados do cotidiano da cidade.<sup>95</sup>

Segundo a matéria de 03 de setembro de 1948 a tuberculose continuava até aquele momento sua obra devastadora, aumentando suas vítimas ano a ano. Publicou algumas palavras do fisiólogo Manuel de Abreu, inventor da abreugrafia (documento que passou a ser indispensável para o ingresso nas empresas, empregos públicos, nas escolas e forças armadas), apontava como um dos métodos para se combater o mal o aumento de salários, para que, mediante a maior obtenção de dinheiro, a população obtivesse uma maior quantidade de alimentos, habitação mais higiênica, etc. Para o médico: *"As causas da elevada incidência da tuberculose no Brasil são: baixo nível de vida, ausência de educação sanitária e profilaxia adequada."*<sup>96</sup>

Apesar desta constatação de Manuel de Abreu, a busca da cura ainda apontava para a solução climatérica. A cidade era procurada também por tísicos de posses que adquiriam chácaras nas vizinhanças dos sanatórios. Atraiu inúmeros clínicos interessados no tratamento da própria saúde, na capacitação, no saber fisiológico e nos lucros proporcionados pela especialidade médica. Entre os "nosocômios" que mais prestígio acumulou neste período foi o pertencente ao médico Ruy Dória.

Nascido em Limeira, o Dr. Ruy Dória recebia em seu hospital somente pacientes particulares. Seu hospital ganhou renome nacional graças às intensas campanhas publicitárias realizadas em nome do seu estabelecimento. Apresentado como hospital equipado com equipamentos sofisticados e funcionando segundo o *"methodo norte-americano"* que unia o *"mais adeantado conhecimento da tuberculose com princípios modernos, rigorosos e científicos de tratamento"*.<sup>97</sup> A propaganda alertava, também, aos interessados, que mantinha convênio com

---

<sup>95</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 11 de abril de 1943.

<sup>96</sup> "Correio Joseense". São José dos Campos, 03 de outubro de 1948.

<sup>97</sup> REVISTA PAULISTA DE TISIOLOGIA 1. "Sanatório Rui Dória". Setembro - outubro de 1935. p. 343, 344.

uma rede de hotéis e pensões da região, abrigando nestas hospedarias os doentes que não dispusessem de 800\$00 cobrados mensalmente pelo sanatório.



98

Sanatório Ruy Dória, inaugurado em 1934.

Dr. Ruy Dória foi prefeito de São José dos Campos no período que assumiu a junta governativa indicada pelo governo revolucionário de 30, juntamente com Arnaldo Caldeira e Austin Tibiriçá. Ele foi prefeito em 1931 e ganhou prestígio e influência suficientes para se tornar líder da política valeparaibana no período varguista e teve como único opositor político outro médico de renome nacional: Rodolfo dos Santos Mascarenhas. O Dr. Mascarenhas, nascido em São José dos Campos, ainda na década de 30 (33 e 34) ocupou o cargo de prefeito municipal, tarefa que buscou compatibilizar com a docência que exercia junto ao Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo.<sup>99</sup>

No período de 1935 a 1962 a cidade viveu sob a forte presença dos Prefeitos Sanitários, em sua maioria médicos, mas contando também com a presença de alguns engenheiros. O urbanismo sanatorial foi importante pois criou as bases infra-estruturais e urbanísticas para a industrialização que se segue. Mas, a indústria não chegava sem encontrar opositores. De acordo com Bondesan *"Quando se falava em industrializar a cidade, dr. Dória protestava: Não precisamos de máquinas. Isso é para Taubaté e Jacareí. Precisamos é de doentes ... Essa é a nossa indústria"*.<sup>100</sup>

<sup>98</sup> BITTENCOURT, Tania. Op. cit p. 118.

<sup>99</sup> BERTLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., 1993. p. 336.

<sup>100</sup> BONDESAN, Altino. Op. cit. 1996. p. 31.

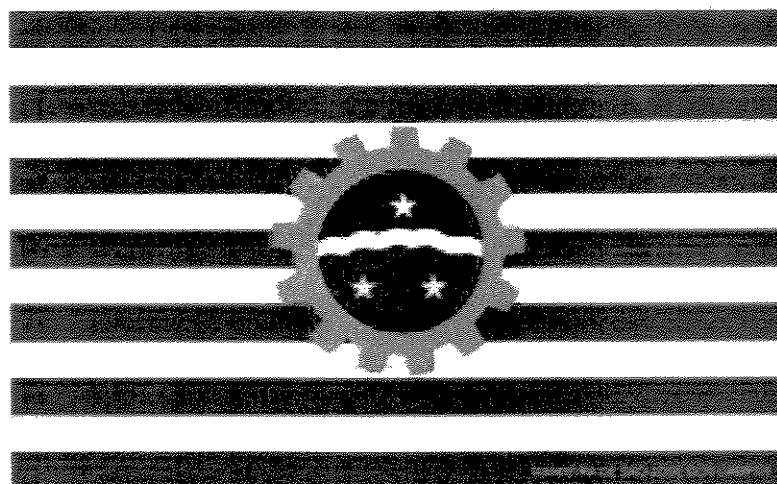
## QUADRO HISTÓRICO DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS— 1919/1954<sup>101</sup>

| ANO          | PREFEITO                                                              | MANDATO                                |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| 1919/1930    | João Alves Cursino                                                    | Eleito                                 |
| 1930         | Junta Governativa (Dr. Ruy Dória, Arnaldo Cerdeira e Austin Tibiriça) | Governo Provisório (golpe de Vargas)   |
| 1931         | Ruy Rodrigues Dória                                                   | Prefeito Nomeado/Interventor           |
| 1932/1933    | José Domingues de Vasconcelos                                         | Prefeito Nomeado/Interventor           |
| 1933/1934    | Dr. Rodolfo dos Santos Mascarenhas                                    | Prefeito Nomeado/Interventor           |
| 1935/1937    | Dr. Leovigildo Trindade                                               | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1937         | Dr. Edgar Melo matos de Castro                                        | Prefeito Sanitário Nomeado/Interventor |
| 1938/1941    | Dr. Franciaco José Longo                                              | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1942/1947    | Dr. Pedro Popini Mascarenhas                                          | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1947         | Paulino Blair                                                         | Prefeito Sanitário Nomeado/Interino    |
| 1947         | Dr. Jorge Zaur                                                        | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1947/1949    | Dr. Antenor nascimento Filho                                          | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1949         | José Vieira de Macedo (Presidente da Câmara)                          | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1949/1950    | Elmano Ferreira Veloso                                                | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1950 (parte) | Dr. Tertuliano Delfim Jr.                                             | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1951         | Eng. Pedro Sinisgalli                                                 | Prefeito Sanitário Nomeado             |
| 1951/1954    | Dr. Benoit de Almeida Victorelli                                      | Prefeito Sanitário Nomeado             |

<sup>101</sup> Dados retirados de: CABRAL, Geraldo Moacir M. " *Registro das Atas de Posse dos Prefeitos Livro 06*" in: RESENHA DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José: mimeo. S.d. Biblioteca Fundação " Cassiano Ricardo".

## CAPÍTULO 2

### O REERGUIMENTO ECONÔMICO DO VALE DO PARAÍBA: A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO REGIONAL



102

São José dos Campos se transformou, a partir das décadas de 30 e 40 do século XX, numa cidade laboratório. Várias experiências e projetos mudaram radicalmente sua forma, suas relações econômicas e sociais. O Vale do Paraíba e São José dos Campos protagonizaram no Brasil o ato inaugural das novas correlações de forças que se formaram durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre a estrutura da cidade Sanatorial e seus conflitos outros projetos estatais se sobrepunham. A industrialização e a ação planejadora do estado passaram a agir sobre a cidade e a região com grande intensidade a partir do Estado Novo.

O incremento do eixo Rio-São Paulo, através do Vale do Paraíba, passou a configurar uma nova estratégia maior que se sobrepunha àquelas ligadas a busca de uma solução para o problema da doença na Capital do Estado. Que ações e políticas estavam em jogo? Que forças passaram a ser mobilizadas e qual sua ação no território? Como São José dos Campos se colocava neste quadro?

Neste período devemos destacar, como uma mudança importante na correlação de forças, a cooperação Brasil - EUA, que começou a se consolidar a partir dos primeiros estudos e propostas conjuntas. A Missão Cooke, em 1942 e

<sup>102</sup> É interessante notar a diferença entre a São José do brasão e a da bandeira feita na década de 50. A bandeira referenda a cidade industrial enquanto o brasão a sanatorial.

1943, formada por um grupo de técnicos americanos e brasileiros fazia parte do processo de negociação e aproximação Brasil-EUA. Ela foi importante por ter sido o primeiro levantamento realizado sobre a economia brasileira para a formulação de um programa de ação. Foi a primeira análise a se utilizar de uma perspectiva regional dividindo o país em: Nordeste/Leste, Norte/Centro e Sul. Apontava grandes potencialidades e as formas de superação dos obstáculos, os caminhos para o desenvolvimento.<sup>103</sup>

O Relatório da Missão estabeleceu o setor privado como responsável pela tarefa de industrialização, ao mesmo tempo em que o governo deveria se concentrar no planejamento industrial em geral. O governo deveria desenvolver recursos de crédito industrial e proporcionar instrução técnica. Taticamente deveria em primeiro lugar privilegiar investimentos na indústria de base, particularmente, na expansão da indústria siderúrgica, que proporcionaria a base para uma indústria de bens de capital. As premissas do relatório vieram de encontro com os interesses e propostas do Governo Vargas.

O papel da Missão Cooke, de outras missões e do planejamento, durante a década de 40, foi discutido por vários autores, que não vêm nestes primeiros esforços relevância em função de uma certa ineficácia como ação de governo. Esta foi a tese de Celso Lafer, quando escreveu:

*"A partir da década de 1940 várias foram as tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira. Entretanto, o que se pode dizer a respeito destas tentativas até 1956 é que elas foram mais propostas como é o caso do relatório Simonsen (1944-1945); mais diagnósticos como é o caso da Missão Cooke (1942-1943), da Missão Abbink (1948), da Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953); mais esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário como é o caso do Plano Salte (1948); mais medidas puramente setoriais como é o caso do petróleo e do café do que experiências que pudessem ser enquadradas na noção de planejamento propriamente dito."*<sup>104</sup>

Discordando de Celso Lafer, entendemos que foi através da proliferação de diagnósticos e planos, mesmo os setoriais, que tivemos o ponto de partida

---

<sup>103</sup> BAER, Werner. A ECONOMIA BRASILEIRA. São Paulo, Nobel, 199. p.59.

<sup>104</sup> LAFER, Celso. "O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)", in: LAFER, Betty Mindlin. PLANEJAMENTO NO BRASIL. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. Pp.29 e 30.

para a elaboração de políticas públicas que passaram a intervir no território, construindo redes de infra-estrutura interurbanas, que funcionaram como os vetores da expansão da indústria, principalmente na região sudeste e, particularmente em São Paulo, nos eixos das grandes rodovias que foram construídas no período, dentre elas a via Dutra, em 1951. Como escreve Wilson Cano:

*"A partir da década de 30 o estado brasileiro foi se transformando num estado estruturante, preocupando-se com o desenvolvimento do progresso industrial e material do país, formulando políticas setoriais de industrialização, um inteligente manejo da política econômica e institucionalizando a organização dos mercados de trabalho."*<sup>105</sup>

Os acordos entre o Brasil e os EUA foram garantidores de um mercado de consumo para o café durante a guerra, assim como, do suprimento de produtos americanos para o Brasil. Destacando-se o fornecimento de créditos e materiais para a construção de Volta Redonda, em vista de seu reflexo sobre as relações econômicas e políticas entre os dois países. A construção da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, iniciada em 1941, colocou o Vale do Paraíba sob o foco das ações governamentais. À criação de empregos aliava-se a formação de quadros. Este projeto tinha como centro a metrópole paulistana. Como escreve Philip Gunn uma visão metropolitana *paucicêntrica* era a base do projeto industrial brasileiro. Escreve Philip Gunn:

*"Neste entendimento, a metrópole paulista seria uma expressão material tangível da racionalidade industrial e do progresso nacional e, com exceções parciais em determinados anos (1945-1947, 1968, 1978-1980 e 1983), a metrópole paulista seria também um prova de estabilidade social frente a tensões sociais agudas. Na sucessão política do PRP, o liberalismo oligárquico de Sales Armando de Oliveira participou da organização do Instituto de Organização Racional do*

---

<sup>105</sup> CANO, Wilson. DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL. (1930-1970). São Paulo: Editora Global e Campinas, Editora da Unicamp, 1985. CANO, Wilson. Reflexões sobre o Brasil e a Nova (des)ordem Internacional. 4a edição, Campinas, Ed. UNICAMP, São Paulo, FAPESP, 1995. p. 24

*Trabalho (IDORT) e na criação da Universidade de São Paulo, no início dos anos 30, enquanto a FIESP participava da organização da Escola Paulista de Sociologia. As repartições estaduais paulistas taylorizadas transformam-se em modelos para a administração, especialmente após 1945 (RAE-DAE-DENAE-DER-DNER). O projeto político de modernização industrial passa das mãos paulistas de Roberto Simonsen e do PSP, nos anos 30 e 40, para Horácio Lafer e a UDN, nos anos 50.*<sup>106</sup>

O Estado Novo se configurou como um período marcante para a questão urbana no Brasil. A partir de 1937 foram realizadas obras que transformaram radicalmente as estruturas urbanas, principalmente no que se referiu ao sistema viário. Neste contexto, do urbanismo no Brasil, devemos destacar o papel do planejamento urbano e regional. Reformas urbanas nos grandes centros do país, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, a construção de uma rede de infraestrutura de transportes, comunicação e distribuição de energia requalificaram o território, estabelecendo novas relações de polaridade e de hierarquia na rede urbana.<sup>107</sup>

Esta política do governo Vargas levou o Governo Federal a assumir o papel de coordenador das políticas públicas, dando fim a qualquer resquício de liberalismo que pudesse existir naquele momento. Apesar dos vários momentos de estado de exceção vividos pela República antes do Estado Novo, foi a Ditadura Vargas que rompeu com o espectro de um pretenso estado liberal vivido desde o início da República.

*"Em Vargas desaparece, portanto, uma vinculação necessária entre o caráter nacional e a suposta mentalidade das populações urbanas ou rurais, pois se há uma qualificação do habitante do interior do país como representante maior da brasilidade em seus discursos, isso se faz através de um argumento ante-cosmopolita, que opõe o*

---

<sup>106</sup> GUNN, Philip. "Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles?", in: GONÇALVES, Maria flora (org.). O NOVO BRASIL URBANOS: IMPASSES, DILEMAS, PERSPECTIVAS. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p.88

<sup>107</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. "A Formação do pensamento Urbanístico no Brasil", in: URBANISMO NO BRASIL 1895 - 1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUSP:FUPAM, 1999. p.31.

*nacional ao estrangeiro e não o homem do campo ao morador da cidade.*"<sup>108</sup>

Entre as décadas de 40 e 70, o processo de ordenamento das redes urbanas e do espaço urbano, se deu em praticamente todo o mundo capitalista como um elemento mesmo de reestruturação do próprio sistema neste período. Redes de infra-estruturas se espalham como uma malha de fios e tubulações. Uma nova divisão internacional do trabalho, a diáspora das transnacionais, implicaram ações diferenciadas de país para país. No Brasil, conflitos e ações governamentais marcaram o amadurecimento de uma vertente urbana e industrial principalmente na região sudeste. O campo ganhou uma perspectiva urbana, na medida em que, a agroindústria passou a estabelecer as relações nas, até então, áreas rurais do país. Como escreve a geógrafa Maria Adélia de Souza:

*"A urbanização e o urbano devem ser vistos sob a ótica da divisão social e territorial do trabalho. Ser urbano, (...), não significa necessariamente viver no espaço físico da cidade. A questão urbana é de uma magnitude diferente. Ela ultrapassa as fronteiras físicas da cidade. A cidade e o campo, (...), são realidades confluentes."*<sup>109</sup>

O Vale do Paraíba passou a ser uma região estratégica de intervenção do governo tanto no que diz respeito à industrialização, quanto a projetos agropecuários, que atribuíram uma nova função para a região na divisão social e territorial do trabalho em São Paulo e no país. São José dos Campos estava no meio deste processo. A cidade se configurava como um campo de ação para as políticas públicas: urbanização, industrialização, novas relações campo-cidade.

Este processo histórico de transformação do espaço se deu de maneira diferenciada no Vale do Paraíba. As terras do vale do rio ganharam a partir de 40 novos projetos agropecuários a partir do Plano do Reerguimento do Vale do Paraíba, que trataremos mais a frente, neste capítulo. As cidades ganharam nova forma. Cidades novas nasceram, como foi o caso de Volta Redonda construída, na década

---

<sup>108</sup> DINIZ FILHO, Luís Lopes & BESSA, Vagner de Carvalho. "Vocação e Nacionalismo: as visões do Urbano no pensamento de Estado Brasileiro (1930 - 1961)" in: ESPAÇO & DEBATE, 34. CIDADE E HISTÓRIA. REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. ANO XI. São Paulo: NERU, 1991. p. 107.

<sup>109</sup> SOUZA, Maria Adélia A. "O Novo Brasil Urbano: integração ou fragmentação" in: GONÇALVES, Maria Flora (org.). O NOVO BRASIL URBANOS: IMPASSES, DILEMAS, PERSPECTIVAS. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 65.

de 40, como uma "company towns". "Cidades são construídas em função da instalação de uma grande empresa, cidades corporativas por excelência"<sup>110</sup>. De acordo com Roberto Lobato Corrêa,

*"A rede urbana das áreas industriais do Sudeste, especialmente aquela do Vale do Paraíba e das áreas próximas à metrópole paulista — Santos, Jundiaí, Sorocaba e Campinas — assim como o eixo que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, caracteriza-se por forte tendência a uma coalizão física e forte integração funcional. Trata-se de um padrão espacial de áreas urbano industriais originador de corredores urbanizados."*<sup>111</sup>

São José dos Campos localizada num ponto privilegiado no eixo Rio-São Paulo, na Via Dutra, foi inserida nos planos do governo para o Vale do Paraíba, passando a ser vista como uma cidade estratégica. Seu formato em tabuleiro encravado na encosta protegido pelas montanhas dava à cidade a condição geopolítica necessária para a instalação de uma base aérea. As reformas sanitárias deram-lhe uma boa condição urbana e de habitabilidade. O fato de não ter uma elite tradicional, que pudesse fazer frente aos planos do governo também contribuiu para atrair o foco para a cidade. Estância Hidromineral, a cidade tinha seu executivo controlado pelo Estado, o que se mostrou um facilitador para fazer de São José dos Campos local de implementação das políticas públicas dos governos Getúlio Vargas/Adhemar de Barros.

O planejamento estatal e as transformações urbanas e industriais que gerou mudou o rumo do processo de industrialização e crescimento urbano no Vale do Paraíba paulista. Sem vínculos com o "complexo cafeeiro" como era o caso de outras regiões do Estado tem, primeiro nos incentivos municipais e depois nos do Estado e União sua base estruturadora. A industrialização de São José dos Campos de um começo tímido, na década de 20, passou a uma aceleração quantitativa e qualitativa com o crescimento do número de indústrias de alta tecnologia a partir de 40.

---

<sup>110</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS*. Rio Janeiro: Bertran. Brasil, 1997. p. 98.

<sup>111</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. cit.* p. 98.

## A industrialização em São José dos Campos

A industrialização manifestou-se no Vale do Paraíba a partir das últimas décadas do século XIX, destacando-se a cidade de Taubaté que se manteve como pólo principal até os anos 60 do século XX.<sup>112</sup> Menção especial deve ser feita a um empreendimento pioneiro de franceses na região, a Fábrica de Tecidos Santo Antônio, que funcionou de 1875 a 1882 em São Luiz do Paraitinga. Essa fábrica dedicava-se a produção de fios e tecidos grosseiros para suprir o mercado interno, única possibilidade que se admitia para o setor têxtil, não competindo, portanto, com os produtos ingleses, que praticamente monopolizavam o mercado brasileiro.

A industrialização do Vale do Paraíba, neste primeiro período, 1870 a 1930, foi marcada pela "lenta progressão" das atividades industriais e se restringia ao setor têxtil e de produtos cerâmicos e alimentares, em função da matéria-prima disponível, bem como pela proximidade de São Paulo e Rio de Janeiro que já despontavam como os principais centros de distribuição e consumo. Müller, chamou a atenção para o fato da industrialização não ter atingido de maneira uniforme todas as cidades da região. Podendo-se identificar "ritmos" e "intensidade" diferentes, também, no processo de urbanização.

Em São José dos Campos, cidade sanatorial voltada ao tratamento de tuberculosos, são poucas as indústrias de porte considerável até a década de 50. O marco para São José foi em primeiro lugar sua transformação em Estância Climatérica e os benefícios em forma de investimentos urbanísticos daí advindos. Os investimentos passaram a ocorrer após 38, governo Adhemar de Barros, momento de promulgação da *Lei de Reerguimento do Vale do Paraíba*.

A Fábrica de Louças Santo Eugênio foi a primeira indústria de porte a se instalar na cidade. Episódio que, de fato, marcou o início da industrialização, fruto de uma política pública para atrair investimentos fabris, consignada em lei municipal. A Resolução Municipal No. 04 de 1920, buscando atrair investimentos que procuravam fugir da capital paulista, devido ao custo elevado da implantação industrial, representou de fato uma alternativa econômica diante da montagem do complexo sanatorial, conseguido a partir do final da década de 30.

---

<sup>112</sup> MÜLLER, Nice Lecoq Op. cit. p. 80. Em 1888, (haveria 17 estabelecimentos industriais na região: "Esse modesto conjunto (...), estava evidentemente muito preso ao aproveitamento de matéria prima local...(xisto, betuminosos e argila), ao beneficiamento de produtos agrícolas (máquinas de arroz) ou à sua transformação (engenho e destilaria) e atendimento do mercado local ou regional (cervejarias); as duas indústrias têxteis, desvinculadas de matérias primas locais ou do atendimento direto à população da área, prendem-se, no entanto, à tendência geral do período, que foi a de desenvolver esse tipo de manufatura."

O incentivo da Prefeitura para novos investimentos, o Zoneamento Sanitário, já na década de 40 e 50, a construção do CTA — Centro de Tecnologia Aeroespacial. e da Dutra, marcaram o seu futuro industrial e conseqüente expansão territorial. A história da urbanização da cidade de São José dos Campos e sua industrialização, passou por um momento de transformação no período Vargas, tomando grande impulso no Estado Novo. De acordo com Cláudio Bertolli Filho, as celebrações do primeiro ano do Estado Novo foram significativas para entendermos a postura que vigorou na cidade em relação à ditadura Vargas. Para o autor as promessas de progresso cooptaram a população joseense para o projeto varguista de um nacionalismo eugenista e higienista. Escreve o autor:

*"A convocação getulista para que São José dos Campos percorresse em pouco tempo a 'senda do progresso' entusiasmou a população despojada dos benefícios da 'civilização moderna' e dominada pelo coronelismo tacanho. As expectativas sobre a aproximação de um 'novo tempo' ampliavam a legião de simpatizantes da Ditadura, alimentando os anseios coletivos e legitimando as medidas impostas pelo governo golpista."*<sup>113</sup>

Este momento teve grande importância para o processo de transformação de São José em pólo regional. Ela não era uma cidade representativa no Vale do Paraíba até este período das décadas de 30 e 40. Cidade pobre tem na horda de doentes, em sua maior parte também pobres em busca da cura da tísica, a solução e, ao mesmo tempo, o agravamento de seus problemas. As primeiras indústrias vão para a cidade na década de 20, não sem alguma resistência, principalmente dos setores voltados à exploração de atividades ligadas à cura da tuberculose. A Prefeitura, por sua vez, ofereceu benefícios que atraíram as primeiras indústrias, cerâmicas e tecelagem, também beneficiadas pela facilidade de matéria prima.

Em decorrência destes benefícios oferecidos pela Prefeitura, devemos destacar a ocupação do território, a industrialização e o processo de consolidação do bairro Santana. Santana começa a se configurar como uma opção de expansão efetiva em 1915, com o término da construção da ponte vinda da França e iniciada

---

<sup>113</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. *"As Coisas nos Seus Devidos Lugares": São José e a Ditadura Vargas*" in: *CADERNOS DO CIRC — CENTRO DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIAS CULTURAIS. SÃO JOSÉ: A CIDADE, A CULTURA E SEU TEMPO. Ano I - nº 1. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro/1996. p. 13.*

em 1910. Um ofício da Câmara, citado por José Oswaldo de Oliveira, datado de 1911, já coloca a preocupação com a instalação de indústria têxtil, para dar emprego principalmente às mulheres.

*"Em 14 de março de 1925 se instalava em São José dos Campos a Tecelagem Parahyba, iniciando suas atividades com cerca de trezentos operários e um capital de duzentos contos em debêntures."*<sup>114</sup>



Vista Aérea do Complexo da Tecelagem Paraíba<sup>115</sup>

A instalação de uma grande indústria teve como decorrência o início da migração do campo para a cidade. Com o começo da industrialização em São José dos Campos uma nova categoria começou a se fazer presente na cidade: o operário assalariado, constituindo um fator de conflito urbano.

---

<sup>114</sup> OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. **SANT'ANNA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIRETRIZES URBANAS**. São José dos Campos: J.ºS. de Oliveira, 1999. p.59.

<sup>115</sup> PENEDO, Alexandre. **ARQUITETURA MODERNA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**. São José dos Campos, SP: Fundação "Cassiano Ricardo", 1997. p.52.



116

Saída de operários da Tecelagem Parahyba em 1935.

A relação que no início tinha no paternalismo uma certa garantia de controle social, foi quebrada por conflitos em 2 de fevereiro de 1935. A razão do conflito apontava para a resistência a disciplina fabril que interpôs calendários e horários sobre os calendários de festas tradicionais. Escreve Bondesan:

*"(...) os operários da terceira turma, pouco antes de entrar em serviço, pediram dispensa, a fim de assistir às tradicionais festas de Santana. Por uma questão de disciplina, foi-lhes negado o pedido. Diversos trabalhadores faltaram nessa ocasião e, no dia seguinte, eram exonerados, através de comunicado afixado na portaria do estabelecimento. Segunda-feira os despedidos tentam, às 13 horas, um entendimento com a direção. Negam-se os patrões a recebê-los. O ambiente está carregado. Os portões trancados. Mas, quando se abre passagem a um veículo, alguns dos mais exaltados entram e se dirigem no rumo das máquinas, tentando pará-las. São repelidos por colegas, teria havido até um princípio de luta, não esclarecido. A*

---

<sup>116</sup> PENEDO, Alexandre .Op. cit. p.53.

*polícia comparece, tendo a frente o inspetor José Pimentel e o primeiro suplente Gusmão Pinto da Cunha. São detidos 39 operários, há um aparato tremendo, grande publicidade, residências são varejadas, inclusive a do Dr. Ivan de Souza Lopes, onde são apreendidos livros de inspiração marxista.*<sup>117</sup>

Os estabelecimentos fabris anteriores à década de 20, encontravam-se na zona urbana. Uma fábrica de meias, a Malharia Alzira e até uma fábrica de cerveja se instalaram no centro da cidade, em plena Praça Afonso Pena. São empreendimentos pequenos, de caráter familiar, que além de se dedicarem ao abastecimento do mercado imediato, visavam, principalmente, abastecer a zona rural, onde se concentrava a maioria da população. Como nas demais cidades da região, estes empreendimentos eram sobretudo do setor alimentício, restringindo-se, em termos de equipamento utilizado a algumas máquinas, e tinham como matéria-prima, os produtos agrícolas da região, tais como o café, o arroz, o algodão e o milho. Oficinas tais como a selaria, a ferraria, e onde se fazia e consertava-se as carroças, também eram relacionadas nas publicações da época como estabelecimentos fabris.

Estas fábricas localizavam-se em qualquer lugar do perímetro urbano onde o proprietário possuísse um lote, sendo comum nas vias de acesso aos bairros rurais, de onde vinha o produto agrícola, a matéria-prima. Nesse momento não havia maiores restrições para a localização de uma fábrica deste porte. A cidade se concentrava numa pequena parte do platô da área central, além de haver uma significativa aglomeração distante e periférica, às margens do rio Paraíba. O Bairro de Santana, apesar de estar organicamente ligado ao cotidiano da cidade alta, foi a primeira ponta de expansão do território urbano de São José dos Campos em direção ao Vale.

*"Em termos arquitetônicos, trata-se de galpões construídos em lotes urbanos maiores, mas onde se utilizavam as mesmas técnicas construtivas das edificações residenciais e comerciais como a alvenaria de tijolos com estrutura de madeira na cobertura, telhado cerâmico de duas ou quatro águas. Diferenciavam-se na escala, no tipo e tamanho das aberturas, da porta principalmente e na*

---

<sup>117</sup> BONDESAN Op. cit. 1967 p. 112.

*ornamentação bastante simplificada. O partido é o mesmo, merecendo atenção as exigências dos novos maquinários — elemento perturbador à referência original, a residência, que demandavam vãos maiores, tendo que se contemplar também a circulação de pessoas envolvidas no trabalho. Destaque merece o uso de lanternins, que quando ocorrem, revelam uma requintada preocupação com a ventilação.*"<sup>118</sup>

A ligação com a cidade alta fazia de Santana um pólo de atração de fábricas e do comércio. Esta travessia no porto do rio Paraíba, era feita, nos primeiros tempos através de balsa e posteriormente através de uma ponte em direção à Minas Gerais. Aos fatores geofísicos apontados por Ab'Sáber, que justificavam o incremento das atividades econômicas em Santana pela sua localização, somava-se o fato de que nesta localidade atingia-se duas bacias significativas, a do rio Jaguari e do Buquira. Ambos tinham a foz muito próxima na outra margem do rio Paraíba, embora percorressem caminhos distintos. Eram, assim, diretrizes para as estradas rurais que demandavam longínquas propriedades, atingindo-se Caçapava, Campos do Jordão mais a direita, e do outro lado, o sul das Minas Gerais ao chegar na cidade de Joanópolis.

Acrescentava-se, ainda, o fato do Distrito de Buquira polarizar um contingente considerável de agricultores, sendo o principal dos 3 distritos rurais de São José dos Campos até 1938, quando erigiu-se como a cidade de Monteiro Lobato. Naquela zona concentrava-se, portanto, um razoável mercado consumidor, além de ser grande produtor de café, leite e culturas de subsistência. E assim, Santana formou-se área comercial e residencial importante, sediando, também, os primeiros estabelecimentos fabris, pela proximidade do rio, do porto e por estar na única faixa de terra firme que ligava a região ao platô, onde concentrava-se a principal ocupação urbana. Escreve o jornal *Vale Paraibano* em 3 de Setembro de 1974, em comemoração aos 105 anos de Santana:

*"Até 1925, predominavam as chácaras em Santana, onde se cultivavam frutas especialmente uvas.*

*Santana era caminho de tropeiros que vinham vender pinhão ou que iam a Aparecida cumprir promessa, por isso, até bem pouco tempo,*

---

<sup>118</sup> SANTOS, Ademir Pereira dos. Op. cit. 1999. (mimeo).

*os estabelecimentos comerciais tinham características próprias de atendimento a tropeiros, isto é, rancho as ferrarias e palanques para amarrar cavalos.*

*Em 1925, o primeira chácara ('São José'), era adquirida para a construção da Tecelagem Paraíba e, na década de 40, Pedro Rachi cedia sua chácara para a construção da antiga Rhodosá (hoje Rhodia), na estrada Grande.<sup>119</sup>*

A partir dos primeiros anos da década de 20, mudou a situação do bairro quando a ferrovia foi retirada da área central, passando muito próxima à Santana e não distando muito da própria estação principal da cidade, inaugurada em 1925. Observa-se mais um fator, além do rio Paraíba, que por certo contribuiu para que o bairro figurasse na *Planta Baixa da Cidade* de 1938 como a zona industrial do município. Esta zona industrial se colocava no "Zoneamento Sanatorial" do lado oposto às zonas sanatorial e residencial, ambas situadas em local mais elevado, no platô central, tal como recomendava os preceitos do urbanismo sanitaria.



Estação Ferroviária Eng. Martins Guimarães inaugurada em 1925, próximo a Santana.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> JORNAL Vale Paraibano. São José dos Campos, 03 de setembro de 1974. p 1.

<sup>120</sup> MELO, Elisângela A de & ZAMBADI, Fabiana G. Op. cit. FOTO: 12.

Em 1925 iniciam as obras da Tecelagem Parahyba em terreno vizinho à Estação Ferroviária, recém-inaugurada. Foi a primeira grande indústria instalada no bairro, a segunda no município, e grande responsável pela caracterização de Santana como um grande bairro operário. De acordo com Ademir Santos, à chegada desta fábrica seguiram-se outras. Escreve o autor

*"...em Santana, instalaram-se mais quatro empreendimentos fabris que merecem destaque. Dois na fase que chamamos de primeira industrialização: a Cerâmica Conrado e Bonádio que funcionou de 1936 a 1958, e a Cerâmica Weiss (1943 a 1995). Dois outros surgem na segunda industrialização: a Rodhosá de Rayon, que marca a chegada das multinacionais em 1946, conferindo uma nova dimensão ao processo industrial, e a meteórica Móveis Z (1948 - 1953), de onde Zanine Caldas projeta-se como vanguarda para a história do mobiliário moderno no Brasil. A partir deste momento, não havia mais espaço no bairro para sediar a construção de grandes plantas, além da Rodovia Presidente Dutra sinalizar um vetor radicalmente diferente para a localização dos empreendimentos industriais e uso dos meios de transporte de grande volumes, até então, calcado exclusivamente no transporte ferroviário."*<sup>121</sup>

Com a Rhodosá de Rayon (construída a partir 1946 e inaugurada em 1949), começou uma nova fase que denominamos segunda industrialização. Apesar da notória polarização atrativa que seria exercida pela BR 116, em função do processo de descentralização das metrópoles nacionais, especialmente São Paulo, esta nova fase de industrialização em São José dos Campos começou por Santana, na então Zona Industrial conforme fora estabelecido no período sanatorial. O início do percurso industrial no Bairro de Santana associou-se à facilidade do uso das águas do rio Paraíba do Sul e do acesso pelo ramal ferroviário.

Estas transformações da cidade, com o contingente de doentes e as novas indústrias, colocou a cidade em uma nova posição no Vale do Paraíba. As outras cidades do Vale, em grandes dificuldades devido a crise do café, passou a pressionar o governo por novos investimentos e alternativas. Os novos projetos do Estado Novo e a pressão das elites valeparaibanas, levaram às primeiras ações planejadoras sobre a região.

---

<sup>121</sup> SANTOS, Ademir. Op. cit.

## O Reerguimento do Vale do Paraíba

Entre a decadência e a opulência do Vale do Paraíba notamos o período marcado pelo Estado Novo, a ditadura de Vargas, como um novo período de emergência desta região no cenário nacional. O marco da ação planejadora do governo vargista na região foi o Decreto N.º 9.716, de 9 de novembro de 1938, *"Das providências preliminares para um programa de reerguimento econômico do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo"*, no governo de Adhemar de Barros, como interventor no Estado. A Lei foi apresentada na comemoração de um ano do Estado Novo, em Taubaté, principal cidade do Vale do Paraíba até então, numa homenagem a Adhemar de Barros, em dezembro de 1938. Diz o texto da Lei:

*"Considerando que a zona 'NORTE DO ESTADO', tradicional e historicamente chamada o vale do Paraíba, comporta por sua posição geográfica, um desenvolvimento econômico paralelo em importância apenas à sua valia política, decorrente de excepcional localização entre as duas maiores cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo; (...)*

*Considerando que os recursos econômicos ativos e potenciais da região, bem como as suas características geográficas e demográficas são de molde a indicá-la como ponto de partida da obra concreta de reconstrução econômica do Estado;*

*Considerando que as possibilidades do momento e a vantagem de limitar a uma zona do Estado o início da reorganização agrária se aliam, de maneira feliz, para determinar as providências preliminares de um programa de reerguimento econômico de uma região que foi a matriz fecunda de grande parte do país, tanto na conquista, como do povoamento;*

*Considerando que o Estado de São Paulo deve repor no ritmo do seu progresso a zona do vale do Paraíba, injusta e clamorosamente relegada ao esquecimento e abandono que devem desaparecer com a passagem, amanhã, do primeiro aniversário da declaração do Estado Novo pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas;*

*Considerando, finalmente que a Secretaria do Estado dos Negócios e da Agricultura, Indústria e Comércio atingiu, em sua evolução progressiva, os necessários meios científicos e técnicos para*

*enfrentar uma tarefa de grande envergadura.*

**Decreta:**

*Artigo 1º — A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, pelos seus departamentos competentes, executará as disposições do presente decreto, como medidas preliminares para o reerguimento econômico do Vale do Paraíba no ramo da Produção Animal, no ramo da Produção Vegetal e no ramo da organização econômica, por via da Assistência ao cooperativismo.*<sup>122</sup>

Este Decreto tinha dois focos principais, em primeiro lugar o "reerguimento econômico" do Vale do Paraíba no ramo da produção animal, vegetal e da organização econômica (indústria e comércio), através da assistência ao cooperativismo. Criando uma estrutura burocrática que foi de um Departamento de Assistência ao Cooperativismo até inspetorias e cooperativas, toda ela sob o controle direto do Estado.<sup>123</sup> Em segundo lugar, a determinação da criação de estações experimentais e hortos florestais, a cargo do Instituto Agrônômico do Estado de São Paulo, provavelmente o mais importante centro de pesquisas da época, para a implantação de projetos agropecuários e industriais nesta Região.

Foi interessante a influência, encontrada no Plano do Reerguimento, da perspectiva italiana como o uso do conceito de *"Peglion (Le trasformazione fondiaria in Itália): 'Dar estabilidade física ao ambiente, significa fixar nêle a terra e o homem, evitando que os vínculos dos empreendimentos agrários sejam minados pela base'".*<sup>124</sup> De acordo com o Plano este enfoque visava o "profundo alcance social", que existia na base deste projeto. Para os produtores deste Plano: *"É universalmente reconhecida a influência que as condições mesológicas exercem sobre os povos."*<sup>125</sup>

<sup>122</sup> VALE DO PARAÍBA. Homenagem do Vale do Paraíba ao Dr. Adhemar de Barros interventor Federal. Comemorando a promulgação do Decreto 9716, de 9 de Novembro de 1938. Norte de São Paulo, 17 de Dezembro de 1938. Pp.41, 42, 43.

<sup>123</sup> VALE DO PARAÍBA Op. cit. 1938. p. 45. "Às cooperativas que se constituírem na conformidade deste artigo, o Governo dará a título de incentivo e em forma de empréstimos, pelo prazo máximo de cinco anos, o auxílio necessário para as suas primeiras instalações, aquisição de animais de tração, máquinas agrícolas ou industriais, de acordo com o regulamento do presente decreto."

<sup>124</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SRVICO DE MELHORAMENTO DO VALE DOPARAÍBA (CHEFE: Caio Dias Baptista) O VALLE DO PARAHIBA. Colletanea de "comunicados agrícolas elaborados pela Diretoria de Publicidade Agrícola, em prol do reerguimento do Valle do Parahyba e publicados gratuitamente pela imprensa de São Paulo. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1940. p. 39.

<sup>125</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SRVICO DE MELHORAMENTO DO VALE DOPARAÍBA ( CHEFE: Caio Dias Baptista). Op. Cit., 1940. p. 39

Para que o projeto proposto pela lei fosse implementado vários estudos foram feitos sobre a região. Nestes estudos encontramos uma problematização do meio diferente daquela posta à cidade sanitária. O Plano de Reerguimento foi, num primeiro momento, direcionado para propostas de empreendimentos agropecuários. Para sua implementação foram feitos estudos geomorfológicos e da paisagem oriunda do processo de ocupação da região. Após constatar a degradação das matas nativas, o professor Carlos Mendes, da Escola Agrícola de Piracicaba, mostrou como o passado cafeeiro e suas opções de ocupação das terras altas do Vale, possibilitou que as terras baixas ficassem disponíveis e férteis à uma ocupação no momento da implantação do plano de reerguimento. Escreve Carlos Mendes:

*"Vamos chamar de 'Valle do Parahyba', toda essa região que começa pouco além de Mogi das Cruzes, estende-se aos lados do rio que lhe deu o nome, ultrapassa as nossas fronteiras e vae interessar também o Estado do Rio de Janeiro; essa mesma região que muito erradamente se chama de 'Norte de São Paulo'.*

*Vamos chamar de 'Valle', toda a região, quer as partes que constituem a verdadeira depressão, quer as terras adjacentes que, em laces de toda a natureza, vão constituir as grandes elevações, até a montanha. Essa região já foi florescente, já desfrutou grandezas, como outras partes do Estado de São Paulo, quando o café, na sua primeira phase de expansão, semeava cidades e attrahia as locomotivas.*

*Mais tarde, quando aquella cultura entrou em declínio, por effeitos da modificação radical que se operou em nosso systema econômico de exploração da terra e do braço e, também, por várias outras causas, sobreveio do desanimo, appareceram as 'Cidades mortas'...*

*Consideravam-se causas dessa decadência, a terra e a raça que a habitava. Agora, apparecem os primeiros symptomas de vida nova, de verdadeira ressureição, na mesma terra e com a mesma raça...*

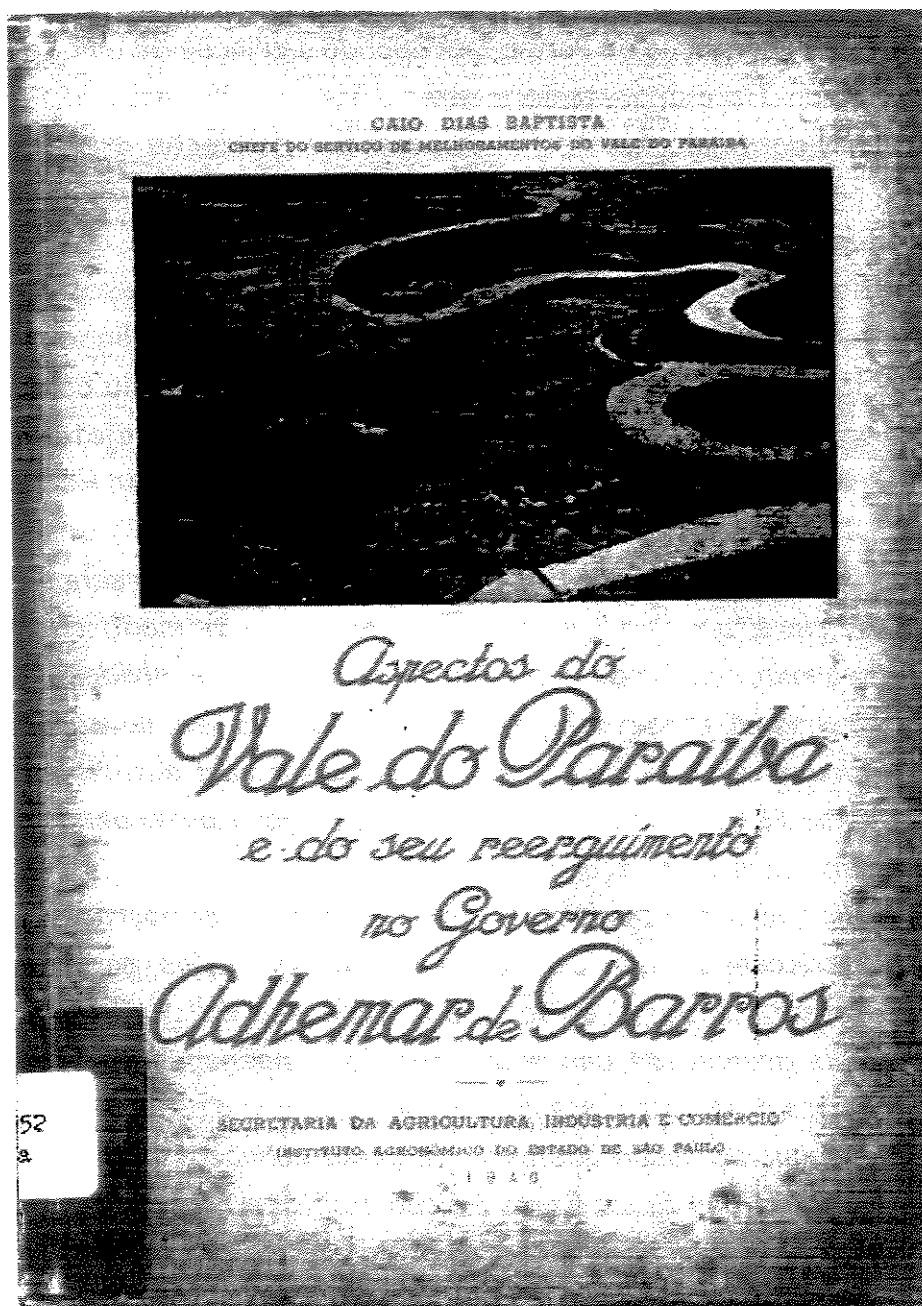
*Conhecendo a região de passagem e, portanto, superficialmente, vamos dizer, em poucas palavras, o que soppomos em relação ao seu futuro econômico. Em todas as partes do mundo, a civilização penetrou e caminhou pelos valles; S. Paulo apresentava uma excepção: a sua primeira grandeza agrícola, vinha dos espigões. Foi uma imposição da planta que monopolizava nossas actividades. Mais tarde,*

*ou melhor, muito recentemente, depois que a política do café o collocou em posição de vencido e que causas varias nos attrahiram para outras culturas, o próprio fazendeiro desceu dos espigões, constricto, e, veio fazer aquillo que chamava de 'quitanda', isto é, outras culturas que não a do café. Lançou-se a ellas com o mesmo entusiasmo, com o mesmo vigor que sempre caracterizaram a raça. Fez e está fazendo aquillo que, no mundo inteiro, só se fez em São Paulo: um homem opprimido pela crise, em vez de desanimar, abate a machado um cafezal de duzentos ou trezentos mil pés de café, isto é, destróe uma cultura perenne, uma fortuna, para em seu logar semear duzentos e trezentos alqueires de terra em algodão. Por esta ou por aquilla razão, o paulista já está descendo dos espigões para os valles e nelles reviverá os mesmos prodígios que realizou com o café".<sup>126</sup>*

Em 1940 o Instituto Agronômico concluiu seus estudos sobre a região e propôs o primeiro plano regional do Brasil, chamado : "*aspectos do vale do Paraíba e de seu reerguimento no governo Adhemar de Barros*". Este plano orientou o governo no trato da questão agropecuária, propondo a ocupação das várzeas do Paraíba com horti-fruti-granjeiros e pecuária leiteira (bacia leiteira do Paraíba), em minifúndios, que visava principalmente o mercado da Capital. Esta área se consolidou como uma importante fonte de abastecimento não apenas para a capital do Estado de São Paulo, mas para a grande megalópole brasileira que se constituiu exatamente na região compreendida pelo Vale.

---

<sup>126</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Op. cit. 1940. Pp. 19 e 20.



Este reerguimento estava baseado no trabalho de instituições técnicas: o Instituto Agrônomo, o Departamento de Indústria Animal, o Departamento de Fomento da Produção Vegetal, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo

<sup>127</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRÔNOMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SERVIÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA (CHEFE: Caio Dias Baptista). ASPECTOS DO VALE DO PARAÍBA E DO SEU REERGUIMENTO NO GOVERNO ADHEMAR DE BARROS. São Paulo, 1940. Capa.

e o Serviço Florestal. Tinha, também, uma proposta de aproveitamento do potencial hidroelétrico e da navegação do Paraíba, propondo a criação de uma hidrovia que ligaria o Paraíba ao Tietê e, posteriormente, o Tietê ao Paraná.

O que foi particularmente interessante em relação a este plano foi justamente a perspectiva de "desenvolvimento econômico" que ele trouxe. Todo o tempo ele remeteu suas propostas, quer seja na agropecuária, quer na questão da hidrovia e da via do "progresso industrial", a exemplo dos países da Europa e, principalmente, dos EUA. Este projeto tinha seus fundamentos ligados, em todos os seus aspectos, ao planejamento regional estatal, que emergiu como proposta dos estudos geográficos e econômicos do período. Todo o projeto tinha como base a estatização e o controle do desenvolvimento nas mãos do Estado.

*"Dado o vulto da obra, os reflexos que, sôbre os trechos de jusante do rio situados em outros Estados, terão as modificações do seu regimen, dada a diversidade de interesses envolvidos, tais como a drenagem, irrigação, defesa contra inundações, navegação fluvial e aproveitamento hidroelétrico, somente uma autoridade superior como o Estado poderá elaborar o seu projeto, defendendo o interesse geral num justo equilíbrio.*

*Aliás, não só nos países totalitários, mas nas democracias, tais obras obedecem a planos de conjunto estudados pelos govêrno.*

*Arthur Mórigan, presidente do Tennessee Valley Authority, um dos mais grandiosos empreendimentos congêneres do atual governo Norte Americano, assim se exprime sobre o assunto: 'Parece estar geralmente assentado entre os povos europeus e americanos, que o controle das águas é uma função pública e não uma função privada. A água é, essencialmente, um bem público; ela muda de lugar, é de necessidade vital, tem usos variados, não obedece aos limites de propriedade, e seu uso interessa geralmente a muitas pessoas'".<sup>128</sup>*

Esta perspectiva já havia sido referendada pelo governo Vargas, quando em 1934, fez o Código de Águas, estabelecendo a jurisdição do Estado sobre as águas, no Brasil. O plano que foi feito pelo IAC — Instituto Agrônômico de Campinas, instituiu o Serviço de Melhoramentos do Vale do Paraíba, com sede em

---

<sup>128</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRÔNOMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SERVIÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA (CHEFE: Caio Dias Baptista). Op. cit. 1940. Pp. 37, 38.

129 SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRÔNOMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SERVIÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA ( CHEFE: Caio Dias Baptista). *Op. cit.* 1940. Fig. 22.



São Paulo era o epicentro do desenvolvimento para o Estado e do País.<sup>129</sup>

<sup>129</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SERVIÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA (CHEFE: Caio Dias Baptista). *Op. cit.* 1940. Fig. 22.

Fazendo uso das discussões do Congresso Mundial de Energia, realizado em Londres, em 1923, os técnicos justificavam a importância de se conciliar os interesses da navegação fluvial com os do aproveitamento hidroelétrico tratando ambos em conjunto. Escreveram os técnicos:

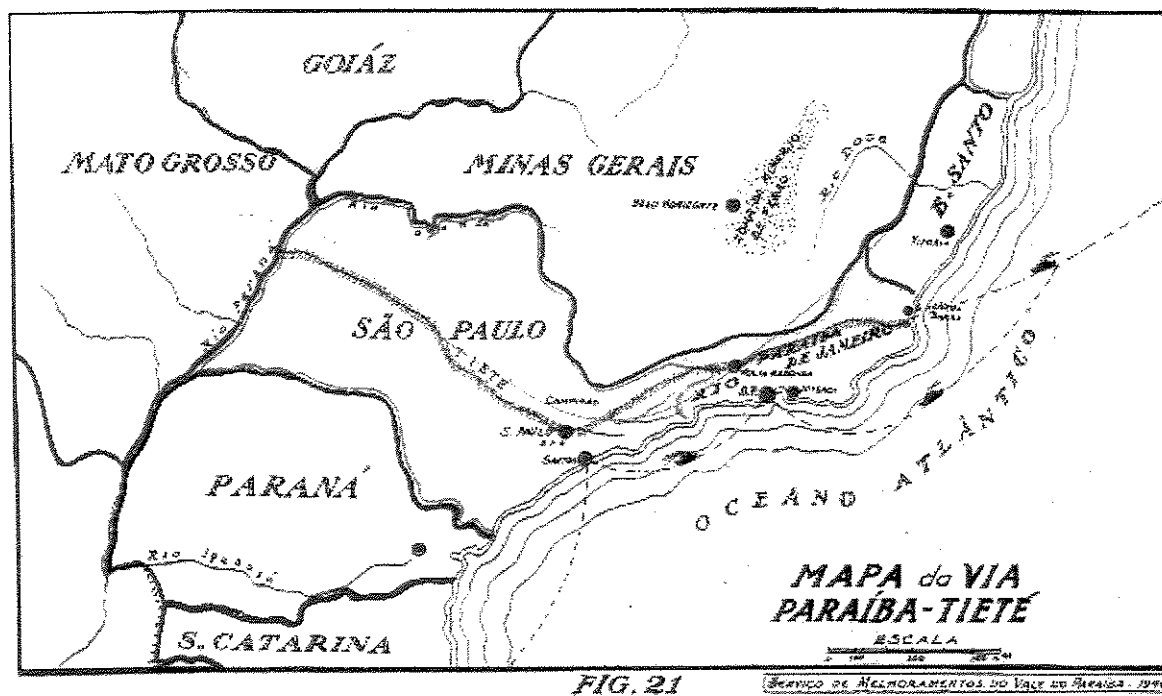
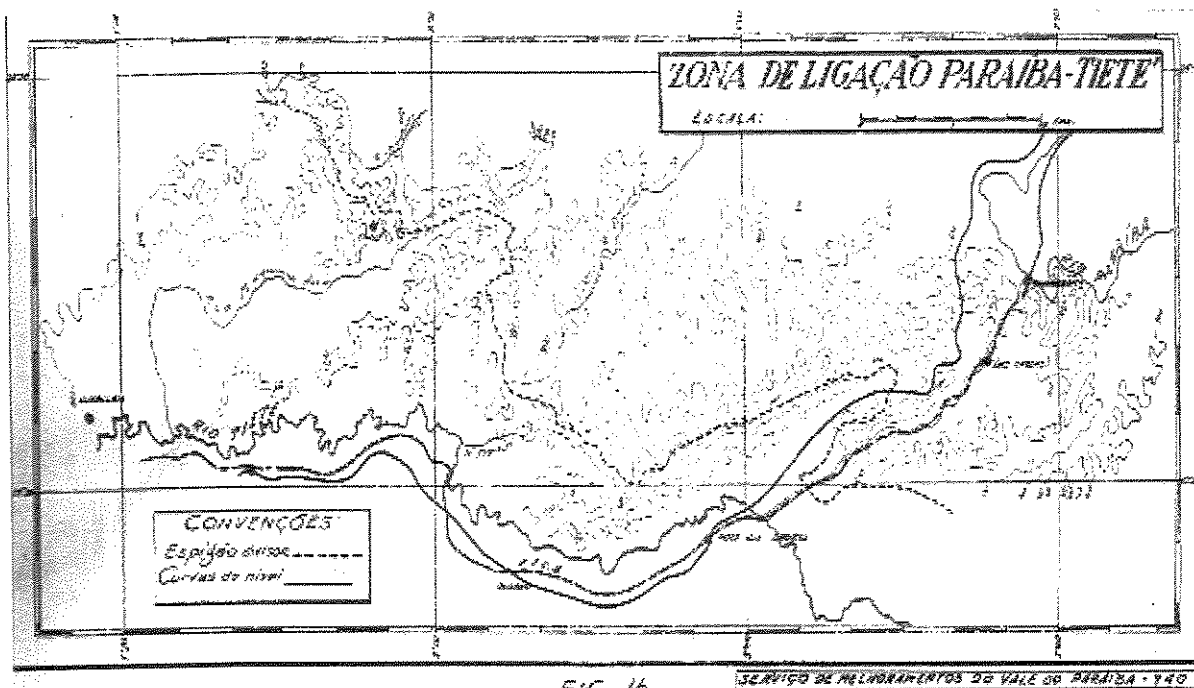
*"Pioneiro que foi do surto econômico em São Paulo, está o Vale do Paraíba destinado a concentrar, em futuro bem próximo, o maior parque industrial do Brasil, graças a sua situação vizinha da costa e entre os dois mais importantes mercados do país, por ser a zona natural obrigatória de confluência da maior parte dos minérios que de Minas se dirigem para São Paulo, Rio, ou para o litoral, e, finalmente, pelo enorme potencial hidroelétrico que a hidrografia da região oferece à topografia da cordilheira marítima. Foi compreendendo isso que o Governo Federal, segundo notícias alvissareiras que acabam de ser divulgadas, decidiu instalar a grande siderurgia no Vale do Paraíba, resolvendo assim um dos maiores, senão o maior problema econômico do Brasil".*<sup>130</sup>

O governo justificava seu investimento no Vale do Paraíba acenando tanto com a depressão que a região se encontrava, (de 37% da produção agrícola do Estado passou nos últimos 100 anos a 5% apenas), como com a possibilidade de recuperação e compensação imediata. Além dos programas agropecuários o plano ao tratar do potencial energético e de navegabilidade do Paraíba apontava para a vocação industrial desta região.

A presença da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), no Vale do Paraíba resolvia o maior problema de se construir a Hidrovia, ou seja, garantia, de acordo com os técnicos do Instituto Agrônomo, mais de um

---

<sup>130</sup>SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRÔNOMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SERVIÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA ( CHEFE: Caio Dias Baptista). Op. cit., 1940. Pp. 47, 48.



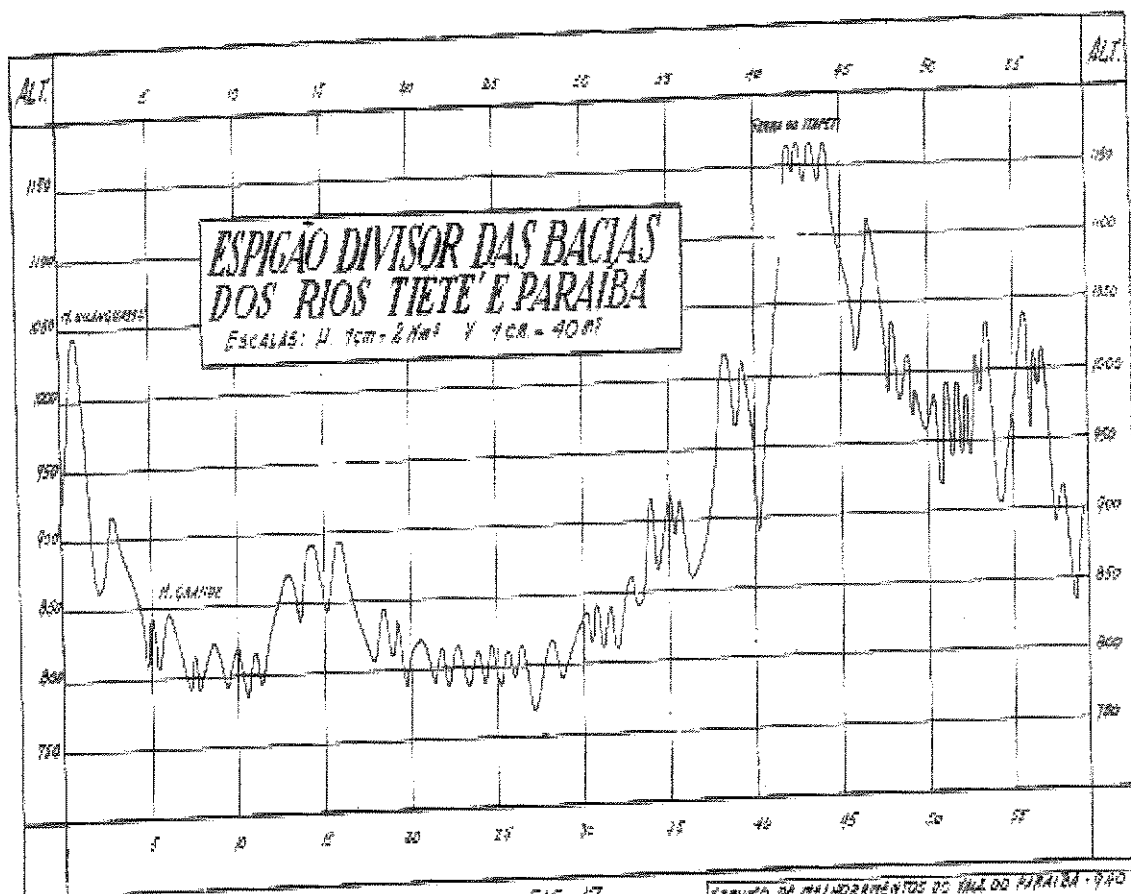


FIG-17

Mapas da Hidrovia concebida pelo IAC no Plano do Reerguimento do vale do Paraíba.<sup>131</sup>

milhão de toneladas de materiais que encontrariam na navegação fluvial sua via natural de escoamento. "Pela via Paraíba-Tietê subiriam de Volta Redonda os produtos siderúrgicos que serão importados por S. Paulo, Mato-Grosso, Goiás e Bolívia".<sup>132</sup>

A instalação da CSN em Volta Redonda em 1941 e o projeto do CTA (Centro Técnico de Aeronáutica) em São José dos Campos, feito pelo Governo Federal, em 1946, se inseriram nesta perspectiva estratégica que o Vale do Paraíba assumiu

<sup>131</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRÔNOMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SRVÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA ( CHEFE: Caio Dias Baptista). Op. cit., 1940. Figuras 16, 17 e 21.

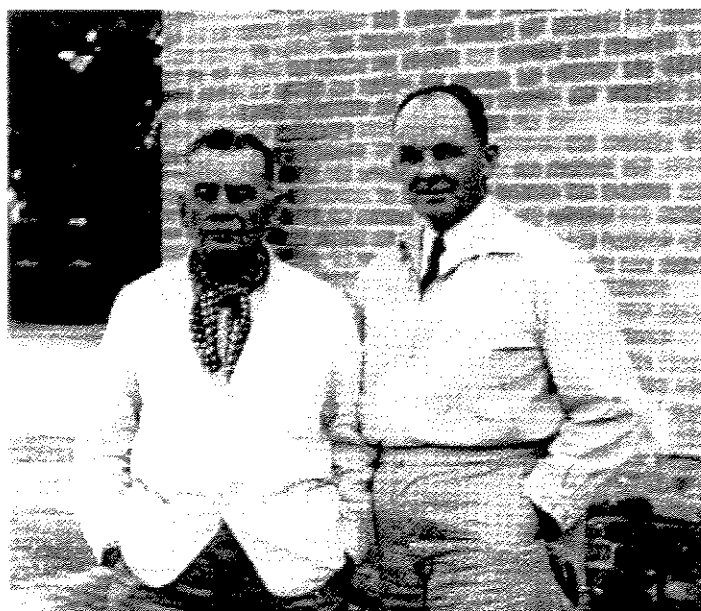
<sup>132</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, INSTITUTO AGRÔNOMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SRVÇO DE MELHORAMENTO DO VALE DO PARAÍBA ( CHEFE: Caio Dias Baptista). Op. cit., 1940. p. 50.

a partir do Estado Novo. O Vale se tornou o novo foco de industrialização e de agropecuária, estabelecidos sob parâmetros técnico-científicos, políticos e econômicos, assumidos em busca da posição do governo brasileiro, nos compromissos de guerra e na Divisão Internacional do trabalho.

A avenida Nelson D'Ávila que liga o CTA ao centro da cidade e a construção da Dutra demarcaram um novo eixo de crescimento da cidade. A Arquitetura Moderna trazia para São José dos Campos uma nova cidade. O projeto de Niemayer para o CTA tornou-se uma referência arquitetônica para a construção da paisagem urbana de São José nas décadas seguintes.

Indústrias, associações e a continuação das obras do CTA, trouxeram arquitetos de fora, alguns de renome, como Rosento Santos Mourão, ( Hotel do CTA, 1958, Hospital Nossa Senhora de Fátima 1966), Ícaro de Castro Mello ( Tênis Clube-1966), Rino Levi ( Fundação Vale Paraibana de Ensino 1969, dentre outros), Roberto Burle Marx, ( paisagismo e painéis da casa de Olívio Gomes). Estes arquitetos exerceram uma forte influência na arquitetura local. As residências de uma classe média emergente passou a se valer desta arquitetura como representação do destino que queriam para a cidade: modernidade e indústria.

A Tecelagem Parahyba, tendo em Olívio Gomes um caráter de mecenas, mudou também a sua imagem buscando se modernizar. A arquitetura, o paisagismo e a arte moderna se aliaram às forças produtivas num único projeto de modernidade.



133

Sr. Olívio Gomes à esquerda.

O Bairro de Santana passou por transformações devido a ação de loteadores. Escreve o jornal *Valeparaibano* de 03 de setembro de 1974:

*"Santana, até 1948 compreendia poucas ruas que ficavam da avenida Rui Barbosa até a rua da Matriz. Havia muitos campos do outro lado da referida avenida e o perímetro do bairro tinha início a partir dos trilhos da ferrovia, terminando no Rio Paraíba.*

*Em 1948, Benedito de Paula Oliveira, dono de grande área da outra margem da avenida Rui Barbosa, deu início a um loteamento, denominado Vila do Carmo, ao lado do atual Hospital Pio XII, (...). Os loteamentos prosseguiram e em 1954, Manuel Machado e Evaristo Maldonado loteavam as áreas na proximidade do Rio Paraíba em ambos os lados da avenida Rui Barbosa. O dr Sebastião Henrique da Cunha Pontes loteou a Vila Anchieta; a família Rangel, a Vila Rangel e José Priante, a Vila Esmeralda ali nos finais das ruas São Luís Gonzaga, Paraguaçu e outras."*<sup>134</sup>

Santana se tornou o Bairro mais populoso da cidade mas a Dutra e o CTA, mudaram o sentido da expansão de São José dos Campos. A modernidade se fixou em outro eixo da cidade com a instalação das transnacionais ao longo da Dutra. O projeto modernizante, foi contruído ao longo da Dutra, trazendo no binômio inclusão/exclusão na aglomeração urbano-industrial sua relação com o espaço. Relação estava pautada pelo aparato técnico que atraiu.

O encontro do Urbanismo com a Arquitetura Moderna, deu suporte para a formação deste novo eixo de expansão da cidade valorizando as terras, que foram elevadas à condição oficial de imóveis a partir de um cadastramento pelos órgãos públicos. Foi dessa forma que ocorreu a demarcação das áreas urbanas de São José dos Campos definindo-se, assim, sua territorialização. O crescimento do setor imobiliário marcou o processo de expansão da cidade através da emergência do mercado fundiário valorizado pela proposta estatal desenvolvimentista.

---

<sup>134</sup> JORNAL Valeparaibano 3/9/74 p.2.



Fábrica da Ericsson (1954) e da Johnson & Johnson (1953).<sup>135</sup>

No setor privado, despontaram em São José dos Campos as primeiras transnacionais do setor químico e farmacêutico. A Rodhosá de Rayon (França), em funcionamento a partir de 1949, a Johnson & Johnson (EUA) em 1953, e a Ericsson (Suécia) em 1954, foram empreendimentos precursores de uma tendência que se prolonga até hoje. A partir da instalação destes complexos industriais todo um novo processo de urbanização foi desencadeado.

Devemos destacar a agroindústria, com a inauguração de duas usinas de processamento de leite. A Vigor surgiu em 1943, grupo nacional sediado em São Paulo, onde era industrializado o leite; a segunda, a usina da Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos, a Cooper, em 1948. Foram expressões do setor pecuário, muito representativo da região na primeira metade do século.

Este caráter agropecuário tem um grande impulso com o *Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba* que levou à formação da bacia leiteira do Vale do Paraíba como uma alternativa à cultura do café. No setor agro-industrial, este plano, digno de nota, foi implementado pelo governo do Estado de São Paulo desde 1938. Tratava-se de um sistema para otimizar o uso agrícola da várzea em grande escala, utilizando canais, diques e reservatórios para conter as cheias do Rio Paraíba do Sul, além da experimentação e seleção de espécies apropriadas para a região. O DAAE (Diretoria de Águas, Agricultura e Energia), criado em 1940, estabeleceu um campo experimental na cidade de Pindamonhangaba, local estratégico para manutenção do sistema hidráulico implantado.

Um elemento importante para esse processo de transformação que começou

<sup>135</sup> Fotos retiradas de um FOLDER DE PROPAGANDA DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS de 1975.

em 1930, foram as primeiras leis e estudos para o reerguimento do Vale do Paraíba. Os primeiros estudos apontavam de início a vocação agropecuária da região, sem contudo, já naquele momento, deixar de indicar a possibilidade da via industrial. Esta mudança ocorrida em São José dos Campos, pelo fato de sediar empreendimentos industriais, estatais e privados, de grande importância política e econômica, ao longo das décadas seguintes a de 40, colocou a cidade em evidência, associando-a à modernização do país, verificada na segunda metade do século XX.

As mudanças na cidade em função da presença de projetos estatais e suas conseqüências, foram: a nova agropecuária, o CTA, novas fábricas, novos bairros, a Dutra, tudo isso levando à transformações da forma urbana; fomentando as migrações e o crescimento da cidade. Este contexto tinha como eixo a nova geopolítica de dispersão industrial partindo da Capital para o interior paulista, prática esta em consonância com o processo de expansão do sistema capitalista no período da Guerra Fria. Neste momento agregou-se ao enfoque do planejamento urbano a perspectiva regional. O planejamento regional colocava como o campo de problematização o território.

O Planejamento Regional, emergente nas décadas de 30 e 40, tomou como base o diagnóstico do meio físico, principalmente a partir do estudo das bacias hidrográficas, agregando os estudos sociológicos e econômicos. Mudou a abordagem feita ao conceito de meio, da perspectiva mesológica do habitat, do sanitarismo, para o meio visto como meio geográfico, território sob a ação do homem (antropizado). Nesta mudança a preocupação não era mais com a ação do meio sobre o homem mas do homem sobre o meio, a partir do uso da técnica. Seu suporte era a geomorfologia, os elementos físicos do meio e as tecnologias apropriadas para manipulá-lo.

## O Planejamento Regional

Complexo, o conceito de região pode se aplicar a várias escalas e sob muitas abordagens. Nossa análise deste conceito partiu da problematização das cidades e do urbano, buscando localizar, no pensamento urbanístico, cortes temporais onde se tornava visível a relação entre CIDADE/TERRITÓRIO/REGIÃO, construída por este pensamento.

Por volta do século XV, na emergência de um mundo mercantil ocidental — mundo do qual continentes inteiros passaram a fazer parte — a grande cidade do

capitalismo começou a se configurar. Através das relações comerciais, a cidade mercantil passou a constituir seu poder na relação com a região e mesmo com o mundo. As capitais — as "cidades abertas" — se constituíram como metrópoles dos impérios coloniais, deixando, principalmente a partir do século XVII, de ser as "cidades fechadas" em muros e cidadela fortificada. A formação e consolidação dos Estados Nacionais mudou a fronteira e a relação geopolítica das cidades com seus territórios.

Para tratarmos o poder da metrópole sobre a região, sua relação com o território, desde o século XV, emprestaremos de Argan a alegoria da torre-cúpula, tomando como símbolo a cúpula de Santa Maria del Fiore feita por Brunelleschi em Florença. Quando enveredamos pelo texto de Argan percebemos a possibilidade da cúpula de Santa Maria del Fiore estar para a história das metrópoles como um ato inaugural de uma nova era para as cidades e para a cultura urbanística. A cúpula de Brunelleschi no final dos quatrocentos, como afirma Argan, era "uma novidade técnico-formal tão radical e clamorosa quanto, no final do oitocentos, a torre Eiffel"<sup>136</sup>. De acordo com o autor no momento de sua construção a cúpula de Florença projeta sua sombra sobre a Toscana, e estende o poder da cidade para além dos seus muros, sobre a região:

*"Centro visível e símbolo de um espaço geográfico-social, a cúpula de Santa Maria del Fiore é significativa não apenas para a cidade propriamente dita, mas também para aquilo que nós chamamos de território, do qual Alberti, dará uma definição urbanística como regio, zona muito mais extensa do que a área da cidade - uma entidade que poderíamos dizer geopolítica, porque é toda a extensão em que se faz sentir a influência política e econômica do núcleo urbano, a ação do Estado"*<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> ARGAN, Giulio Carlo. Op. cit. 1995. p. 99 Sobre Filippo Brunelleschi foram consultados também: MARTINDALE, Andrew. O MUNDO DA ARTE. ENCICLOPÉDIA DAS ARTES PLÁSTICAS DE TODOS OS TEMPOS. O RENASCIMENTO. Distribuição da: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL PUBLICAÇÕES LIDA., 1979. p.34. "A matemática e geometria exigida por Brunelleschi para o cálculo de seus efeitos arquitetônicos levou-o, também, (...), a idealizar um sistema de construção em perspectiva cuidadosamente calculado — isto é, a imaginar um sistema para a representação de formas tridimensionais em uma superfície plana, por meio da utilização de construções geométricas por parte do pintor."; BLACK, C. F.; GREENGRASS, Mark; HOWARTH, David; Lawfance; MARCKENNY, Richard; RADY, Martin, WELCH, Evelyn. GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES. O MUNDO DO RENASCIMENTO. ARTE E PENSAMENTO RENOVAM A EUROPA. Vol. I, II. Madrid, Edições Prado, 1997. Pp. 69,70; ALBERTI, Leon Battista. DA PINTURA. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989. Obra na qual Alberti faz o elogio a Brunelleschi e primeiro tratado da literatura artística a constituir a pintura como objetivo de teoria e doutrina sistematizadas.

<sup>137</sup> ARGAN, Giulio Carlo. Op. cit. 1995. p.102.

Esta passagem tem um sentido alegórico, buscávamos a emergência do conceito de região. Entretanto, o fenômeno de crescimento, concentração e dispersão das metrópoles sobre a região, levando a conurbações de grande extensão do território, tem sido próprio da sociedade capitalista e somente passou a se mostrar mais visível no final do XIX e, principalmente, no século XX. A cidade que não cabia mais em seus limites municipais. Evocava uma nova série de problemas para o campo do Planejamento Urbano que, num diálogo com a geografia, a política, a sociologia e a economia, passou a pensar o planejamento não mais somente em termos urbanos mas como região urbanizada.

As aglomerações urbanas conurbadas da Inglaterra levaram a problematização da região e ao planejamento regional que se formou com Patrick Geddes (1854-1932), uma figura polêmica, professor de Biologia na Universidade de Dundee, na Escócia. Foi graças ao seu encontro com Lewis Mumford (1923), jornalista e sociólogo norte-americano, que as idéias de Geddes tomaram uma forma mais coerente. De acordo com Peter Hall,

*"essa filosofia passou para um pequeno mas brilhante grupo de planejadores sediados na cidade de Nova York, de onde — por intermédio dos portentosos escritos de Mumford — acabou fundida às idéias intimamente correlatas de Howard [cidade-jardim] e espalhou-se por toda a América e pelo mundo afora, exercendo enorme influência, em particular sobre o New Deal de Franklin Delano Roosevelt, na década de 30, e sobre o planejamento das capitais européias nos anos 40 e 50."*<sup>138</sup>

A geografia francesa influenciou Geddes, na medida em que, unia dois aspectos para ele fundamentais no diagnóstico da região, o meio físico e o social. De Elisée Reclus (1830-1905) e Paul Vidal de la Blache (1845-1918) extraiu o conceito de região natural, em sua forma pura longe da influência da cidade, de que sua "seção de vale" era um exemplo. O levantamento dos recursos da região natural foi o ponto de partida para Geddes, assim como, seguindo a geografia francesa, as respostas que o homem dava a ela e as complexidades resultantes da paisagem cultural. Esta escola geográfica, informada pela sociologia francesa

---

<sup>138</sup> HALL, Peter. CIDADES DO AMANHÃ. UMA HISTÓRIA INTELECTUAL DO PLANEJAMENTO E DO PROJETO URBANOS NO SÉCULO XX. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995. p. 161.

que nasce no XIX, não perdia de vista seu aspecto humano: antrópico. Escreve Peter Hall:

*"Para essa grande empreitada, alegava constantemente Geddes, os mapas comuns do planejador não vigoram: é mister começar idealmente com o grande globo proposto por Reclus e que jamais foi construído; à falta dele, que se tracem cortes transversais 'desse declive geral que desce das montanhas até o mar e que encontramos no mundo inteiro [o qual] podemos prontamente adaptar a qualquer escala e a quaisquer proporções de nossa particular e característica série de declives e planície'. Somente tal 'Seção de vale, como comumente a chamamos, faz-nos ver com nitidez a zona climática com sua vegetação e vida animal correspondente [...] o esboço seccional essencial e de uma 'região' de geógrafo, pronto para ser estudado'. Se a examinarmos de perto, veremos que 'encontra lugar para todas as ocupações ligadas à natureza'[ o caçador, o pastor o camponês pobre ou rico].*

*(...)*

*Para Geddes, como para Vidal, a região era mais que um objeto de levantamento. A ela cabia fornecer a base para a reconstrução total da vida social e política."*<sup>139</sup>

Em 1915, Geddes escreveu seu livro *Cities in Evolution* que constituiu a mais coerente explanação de suas idéias. Este livro estava repleto de neologismos para conceitualizar novos fenômenos técnicos e urbanos. Outra influência importante foram as proposições de Kropotkin. A proposição de Kropotkin apontando para a emergência de uma nova ordem técnica na qual novas fontes de energia, hidráulicas e sobretudo elétricas, tornavam desnecessária a centralização da fonte de energia e conseqüentemente das unidades industriais, levaram Geddes à idéia de dispersão das unidades sobre o território urbanizado. Kropotkin escreve na primeira edição de *Fields, Factories and Workshops*:

*"É preciso que as indústrias se dispersem pelo mundo; e a dispersão das indústrias dentro das nações civilizadas será necessariamente*

---

<sup>139</sup> HALL, Peter. Op. Cit.. Pp. 165, 166.

*seguida de uma ulterior dispersão de fábricas pelos territórios de todas as nações".*<sup>140</sup>

Escreve Geddes:

*"Para enfocar esses desenvolvimentos, na verdade transformações, da tradição geográfica da cidade e do campo, onde crescemos, e expressá-los com maior propriedade, precisamos de um pequeno aumento do nosso vocabulário; a expressão de uma nova idéia, para a qual ainda não existe um vocabulário; merece uma nova palavra. Essas cidades-região, essas cidades-agrupamento pedem um nome. Não podemos chamá-las constelações, o vocabulário conglomerações parece mais próximo da realidade presente, mas ainda não é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a expressão dessa nova forma de agrupamento demográfico, que já está, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida, de governo e administração bem definidos."*<sup>141</sup>

Segundo Geddes, as diferenças entre as cidades por sua natureza, raça, tradições, função social ou estrutura, não impediu que o processo de conurbação tendesse a homogeneizá-las, englobando todas em uma só onda de expansão. Os limites da cidade passaram a ser demarcados pelo tempo de viagem *"o máximo que os homens em atividade podem enfrentar, sem grande redução do seu dia de trabalho; e dessa forma cada conurbação surge e se expande com a constante expansão e aceleração dos meios de comunicação"*.<sup>142</sup>

As idéias de Geddes tiveram ressonância nos EUA com a ascensão de Roosevelt ao poder, a partir de 1933. A política Roosevelt propiciou a criação de inúmeros mecanismos de intervenção estatal até então desconhecidos nos Estados Unidos. Sob influência de idéias keynesianas, os *policy makers* americanos iniciaram algo até então inédito no mundo ocidental, uma série de intervenções "cirúrgicas" na economia, visando a superação da depressão iniciada após o Crack da Bolsa de Nova Iorque.

<sup>140</sup> Kropotkin citado por HALL, Peter. Op. cit. p.169.

<sup>141</sup> GEDDES, Patrick. *CIDADES EM EVOLUÇÃO*. Campinas, Papirus, 1994. p. 48.

<sup>142</sup> GEDDES, Patrick. Op. cit. p. 52.

Estas intervenções abrangeram setores centrais como a agricultura, através ao AAA (Act Adjustment of Agriculture), a indústria, e os gastos públicos. A construção civil e o mercado imobiliário foram os setores privilegiados do gasto público por seus efeitos multiplicadores sobre a economia. Talvez, por maximizar o investimento público, o planejamento urbano tenha dado um salto neste período.

A eclosão da II Guerra também deixou marcas imensas no planejamento econômico dos Estados Unidos. A necessidade de organizar a produção com vistas ao esforço de guerra levou à utilização de diversos procedimentos racionalizadores, de forma a evitar a carência de recursos em um setor e a abundância em outros. Técnicas de planejamento, que tinham como suporte a Contabilidade Nacional, permitiram aos Estados Unidos reorientar sua produção civil de tal forma a atender plenamente às necessidade de guerra: uma economia de guerra.

Após o êxito norte-americano, o prestígio do "planejamento" no Ocidente atingiu o seu ápice. Este serviu de paradigma para todos os outros países, inclusive o Brasil da Era Vargas. O Plano Marshall, o FMI e as Nações Unidas, foram os grandes "divulgadores das virtudes" do planejamento.<sup>143</sup> O sonho do desenvolvimento econômico era difundido em todos os países do planeta.

O Brasil não ficou imune a esta "onda" planejadora. Desde o Estado Novo, através da Comissão Federal de Comércio Exterior, o planejamento foi adotado com vistas a maximizar as poucas reservas em moeda forte e também a organizar o esforço de guerra do país (1937-1945). Posteriormente, durante o governo Dutra (1946-1950), os "planejadores" do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) formularam o Plano SALTE sugerindo a intervenção estatal visando a superação dos "pontos de estrangulamento" da economia.<sup>144</sup>

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos inspirou a implementação de ações públicas com vistas a acelerar o desenvolvimento econômico. O BNDE (1952), o organismo estatal de fomento da industrialização, idealizado pela Comissão Mista, passou a dirigir os investimentos estatais com vistas a maximizar os frutos do investimentos. Mais tarde, quando da implementação do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, este órgão foi o "locus" privilegiado do planejamento econômico do país.

<sup>143</sup> O planejamento, ou a planificação, já estavam sendo adotados em países como a União Soviética e a Alemanha hitlerista. O preconceito ideológico, entretanto, impediam sua adoção no Ocidente.

<sup>144</sup> DRAIBE, Sônia. RUMOS E METAMORFOSES: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A ALTERNATIVA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1930-1960). Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1985.

## O Vale Do Paraíba Na Era Vargas

O Vale do Paraíba, região que se encontra entre os três principais centros urbanos do país: Belo Horizonte um pouco mais distante, Rio de Janeiro e São Paulo, devido à importância política e econômica das três capitais, passou a ser estratégica nos planos oficiais de apoio à industrialização. O Vale sediou empreendimentos estatais de grande porte, bem como os investimentos estatais e privados, brasileiros e multinacionais, que viram aí, condições adequadas para estabelecerem suas plantas. Praticamente toda a região, algumas cidades em maior ou menor grau, foi afetada pela política econômica do período Vargas.

As intervenções significativas do governo Vargas para a industrialização se iniciaram a partir de 1933, quando se criou a legislação trabalhista, e se estabeleceu o monopólio do Estado sobre os recursos hidrominerais com o Código de Águas, em 34, além da nacionalização das empresas estrangeiras. Setores de infra-estrutura, transporte, comunicação e energia eram pontos de estrangulamento inadiáveis para a implementação dos empreendimentos industriais no País.

Em 1934 surgiu o Plano Geral de Viação Nacional onde figurou a BR 116, que depois viria se chamar Rodovia Presidente Dutra (1944-51), e se constituiu num dos principais fatores para a rápida transformação da região do Vale em área de expansão industrial, a partir das áreas metropolitanas: Rio de Janeiro e São Paulo. Combinava-se a ela o complexo siderúrgico formado pela Companhia Vale do Rio Doce (1942, Minas Gerais) e a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (1943, Estado do Rio de Janeiro), que possibilitaram a implantação de indústrias de base, bens de capital e consumo durável.

No que diz respeito à São José dos Campos, a principal medida do Governo Federal, na década de 40, relacionava-se a sua escolha, em 1946, para sediar o CTA - Centro Técnico de Aeronáutica, posteriormente chamado de Centro Tecnológico Aeroespacial, um dos seus principais projetos. Planejado para ser um misto de núcleo de formação e produção especializada, tornou-se de fato o embrião da indústria aeronáutica, bélica e aeroespacial brasileira, além da formação de especialistas em mecânica, eletrônica e informática, imprescindíveis às indústrias da era da eletrônica. A Via Dutra roubou a cena logo depois, polarizando a maioria dos grandes conjuntos industriais que se estabeleceram no município a partir dos anos 50.

O Vale do Paraíba apareceu tradicionalmente na literatura sobre São Paulo

como berço da cultura do café, em sua primeira fase, marcada pela escravidão e pelos barões do café. A outra imagem marcante do Vale do Paraíba era aquela criada por Monteiro Lobato: "as cidades mortas", a decadência de uma elite tradicional que não soube acompanhar o "progresso" que o "complexo cafeeiro", conquistador da terras do Oeste, proporcionou não somente àquela região mas a todo o estado de São Paulo e ao Brasil.

Contrapondo as imagens do passado com o Vale do Paraíba no presente, somos quase que forçados à indagação sobre o que aconteceu para que a região decadente passasse a ser uma das mais industrializadas e urbanizadas do país. De acordo com a bibliografia sobre a cidade de São José dos Campos a resposta parece simples: foi o avanço do capital monopolista e a vinda das transnacionais que lá se instalaram devido a sua posição estratégica no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Este capital "elegeu" o corredor da Dutra como um dos lugares para se instalar. De acordo com Milton Santos vai se configurando, no corredor da Dutra, a formação das cidades corporativas

*"A modernização do País e do seu território não é apenas uma preocupação do próprio País, mas tarefa de interesse mundial, embora seja a sociedade nacional que deva arcar com esse ônus. O equipamento do território nacional é freqüentemente financiado com a conjugação de recursos nacionais e de recursos externos, na forma de empréstimos multilaterais.*

*Em poucos anos, a infra-estrutura e a superestrutura se modificam fundamentalmente e o processo correspondente de urbanização também conhece mudanças. Em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa, mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado.*

*De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações. As cidades e, sobretudo as metrópoles, são corporativas. O cidadão é ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muito*

*depois a construção do homem público. Daí a busca de privilégios em vez de direitos.*

*O poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Desse modo, o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos.*

*O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres. Os conjuntos residenciais levantados com dinheiro público — mas por firmas privadas — para as classes médias baixas e os pobres se situam quase invariavelmente nas periferias urbanas. As operações de renovação empreendidas nos centros urbanos têm como resultado, também, a ativação da especulação imobiliária, que expulsa parcela da população preexistente, impondo uma nova lógica à cidade como um todo. Nessas condições, cada solução se impõe como um problema.*

*A principal mudança nos recortes das cidades brasileiras é o aumento exponencial da fluidez do território, graças aos progressos nos transportes, nas comunicações e na produção e uso das informações. Outras mudanças vem da importância das corporações no processo econômico e social.*

*A eficácia das grandes empresas vem de sua presença em lugares estratégicos do espaço total. Nesse sentido, pode-se, hoje, dizer que o território nacional da modernidade é objeto de dois tipos de recorte. De um lado, a criação de subespaços combinando atividades de produções homogêneas. De outro, o recorte espacial, pela união dos pontos de apoio das corporações no seu processo produtivo. A urbanização se deu neste eixo a reboque das necessidades de infraestrutura das grandes transnacionais que irão se instalar ao longo desta rodovia.<sup>145</sup>*

---

<sup>145</sup> LESSA, Simone Narciso, OLIVEIRA, Ernestina Gomes de, SILVA, Paulo. César da. RESENHAS. Campinas: mimeo, 1998. P. 12, 13. SANTOS, Milton. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

Mas quando se deu esta mudança? Como? Quais os fatores que propiciaram esta mudança? Será que, a exemplo do restante do estado de São Paulo, podemos adotar para São José dos Campos e o Vale do Paraíba teses como a da industrialização atrelada ao Complexo Cafeeiro? Ou aquela que atribuiu o processo de industrialização de São Paulo ao avanço da mentalidade capitalista dos donos do café que se tornaram homens de negócios, donos de ferrovias, bancos, etc.<sup>146</sup>

As pesquisas sobre a industrialização e urbanização no Brasil foram unânimes em apontar a concentração industrial na cidade de São Paulo e, também, para um intenso processo de industrialização no interior do Estado (em 1928 a indústria do interior representava 35% do valor da produção industrial estadual e 13% da nacional), ambos possibilitados até 30, aproximadamente, pelo excedente proporcionado pelo Complexo Cafeeiro.<sup>147</sup>

O Vale do Paraíba, não fazendo parte deste processo, pois se estagnara neste período, se apresentava como uma outra via da industrialização e urbanização no Estado de São Paulo. Somente encontramos números mais expressivos em relação a industrialização do Vale do Paraíba a partir da década de 40. Esse processo que podemos verificar no Vale do Paraíba e mais especificamente em São José dos Campos, estava imerso na discussão sobre a mudança da divisão inter-regional do trabalho, com a definitiva ocupação do Estado pelas indústrias, *"descolando a impulsão do processo de urbanização das mãos da acumulação cafeeira para as da acumulação de capital industrial."*<sup>148</sup>

Encontramos em São José dos Campos especificidades que colocaram essa cidade e a região numa posição diferenciada em relação a Campinas e Ribeirão Preto e Santos ligadas à expansão industrial do Complexo Cafeeiro. Esta posição estava diretamente relacionada ao papel desempenhado, nessas cidades, pelo capital cafeeiro e nacional em relação ao capital estrangeiro e ao estatal.

Para Barjas Negri, regiões como o Vale do Paraíba que não tinham suporte de um desenvolvimento agrícola importante, mantiveram-se desenvolvendo condições *"para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada, com uma indústria que prescindiria cada vez mais de produtos naturais locais"*.<sup>149</sup> O autor não diz como o desenvolvimento destas

<sup>146</sup> NEGRI, Barjas. Op. cit., 1996.

<sup>147</sup> NEGRI, Barjas. Op. cit. p. 51.

<sup>148</sup> Idem. P. 91.

<sup>149</sup> BARJAS, Negri. Op. cit. p. 93. "Regiões como Campinas e o Vale do Paraíba cresceram a taxas superiores às da própria grande São Paulo." p. 133

condições se deu. Foi interessante notar, na obra deste e de outros autores<sup>150</sup>, o peso acentuado que o Vale do Paraíba passou a ter na expansão da indústria para o interior de São Paulo, na década de 50. A industrialização do Vale do Paraíba pareceu, nesta bibliografia, não ter antecedentes.

### A industrialização e o desenvolvimentismo



151

Construção da Rodovia Presidente Dutra, na década de 50.

No Brasil, a implantação de indústrias, principalmente, de transnacionais, com a entrada do capital monopolista, a partir da década de 50, levou a uma expansão da indústria da Grande São Paulo para o interior. O Vale do Paraíba, particularmente São José dos Campos, além da capital, foi uma das principais áreas de implantação das grandes corporações. Poderíamos citar outras áreas do estado de São Paulo, como Campinas ou Baixada Santista, mas nenhuma delas sofreu o impacto transformador nas proporções daquele causado pela construção do corredor industrial da via Dutra. Neste processo, a Dutra, o CTA e as indústrias protagonizaram uma veloz transformação da paisagem e dos elementos definidores do desenho de São José dos Campos, incorporando-se à imagem da cidade, definindo sua forma e estrutura urbana.

<sup>150</sup> PACHECO, Carlos Américo. "A Região Administrativa do Vale do Paraíba" in: *São Paulo no Limiar do Século XXI - Cenários da Urbanização Paulista*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, SEADE, 1992. P. 183.

<sup>151</sup> PENEDO, A. Op. Cit. P. 27.



<sup>152</sup> No âmbito nacional, a década de 50 foi marcada inicialmente pela criação da PETROBRÁS e a inauguração das refinarias de petróleo: Refinaria Landulpho Alves, Mataripe, BA, 1950; Refinaria de Manaus, AM, 1952; Refinaria de Capuava, Mauá, SP, 1954 e Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão, SP, 1955. Abriu-se assim novas perspectivas, não só para a indústria química e automotiva, mas principalmente para a indústria bélica, setores fundamentais após a Segunda Guerra Mundial para entendermos São José dos Campos. <sup>153</sup>

Estes setores criaram uma extensa rede de indústrias complementares e derivadas, atraindo investimentos em plantas responsáveis por uma grande diversidade de produtos e aplicações, bens de consumo duráveis e intermediários e um grande contingente populacional. O eixo Rio-São Paulo representa até hoje a principal área de atração populacional do país embora o último censo demográfico tenha apontado para uma queda no fluxo migratório interno.

A cidade de São Paulo a partir deste momento passou por uma intensa industrialização, tornando-se uma das maiores e mais problemáticas cidades do mundo. Este aspecto foi importante para compreendermos a industrialização de São José dos Campos e região. Philip Gunn ressaltou o caráter paulicêntrico do discurso industrial.

*"Uma visão metropolitana paulicêntrica tradicionalmente fez parte de um projeto da hegemonia burguesa no Brasil, sustentado por uma roupagem ideológica de integração nacional, com base em um processo de desenvolvimento industrial"*<sup>154</sup>

São Paulo passou a ser a maior área de concentração industrial do país. A industrialização e migração levaram à metropolização da capital. Concomitantemente ao processo de concentração urbano-industrial, formando a Grande São Paulo, emergiu o fenômeno de descentralização do parque fabril paulistano. Foi em direção ao Vale do Paraíba que este processo de expansão do

<sup>152</sup> NOSSO SÉCULO 1960/1980 (II). Op. cit. p.84. Símbolo da PETROBRÁS, p. 84.

<sup>153</sup> PIRES, Marcos Cordeiro. ESTADO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: o caso da PETROBRÁS — 1954/1964. São Paulo: Dissertação de Mestrado — FFLCH/USP, 1996.

<sup>154</sup> GUNN, P. Op. cit. 1995. p. 87.

território urbanizado brasileiro ocorreu de forma mais concentrada. Podemos ver a Capital como o *core* (centro, coração) de uma área de expansão e descentralização das unidades produtivas e do setor terciário.

*"Admita-se, ainda, que a partir de certo momento, essa mesma industrialização age como elemento de criação de novos estabelecimentos, pelo surgimento de um mercado interno para indústrias subsidiárias ou de manutenção. Frise-se que, tanto Taubaté quanto em São José dos Campos, à industrialização corresponde mercado crescimento demográfico que, por sua vez, aumentando o mercado interno, levou à multiplicação de estabelecimentos, produzindo bens de consumo imediatos e diretos. Estabelecem-se assim, relações de causa e efeito, que criam um círculo vicioso: a indústria atrai a indústria; a industrialização leva ao crescimento demográfico; o aumento de população faz com que apareçam novas indústrias para atender às suas necessidades e, por outro lado cria um mercado de mão de obra que, por sua vez, poderá constituir elemento de atração de novas indústrias.<sup>155</sup>"*

Neste período juntamente com a vinda das indústrias surgiu outros fenômenos correlatos: migrações internas e expansão da área urbana. Surgiu a *Cidade Corporativa* no processo de inter-relação entre a instalação das indústria e a expansão da área equipada de infra-estrutura, atraindo a urbanização. Este período foi marcado pelo desenvolvimentismo e pela crescente entrada de capital estrangeiro em investimentos diretos no Brasil: indústrias de bens de consumo duráveis e não duráveis. De acordo com Milton Santos foi desencadeado o processo de formação e consolidação das *Cidades Corporativas*<sup>156</sup>. Além do crescimento das cidades ditado pelas necessidades das grandes corporações, cidades foram construídas pelas próprias empresas. Roberto Lobato Corrêa escreve:

*"Empresas industriais e de mineração criaram cidades, 'company towns' estreitamente dependentes de suas atividades e decisões:*

---

<sup>155</sup> MÜLLER, N. L. Op. cit. p. 122

<sup>156</sup> SANTOS, Milton A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. São Paulo, Editora Hucitec, 1993. SANTOS, M. Op. cit., 1998. Op. cit., 1996. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O BRASIL TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

*João Monlevade (Belgo Mineira), Volta Redonda (CSN), Harmonia (Klabin), Carajás (CVRD) e Porto Trombetas (Mineração Rio Norte) são apenas alguns dos muitos exemplos.*

*(...)*

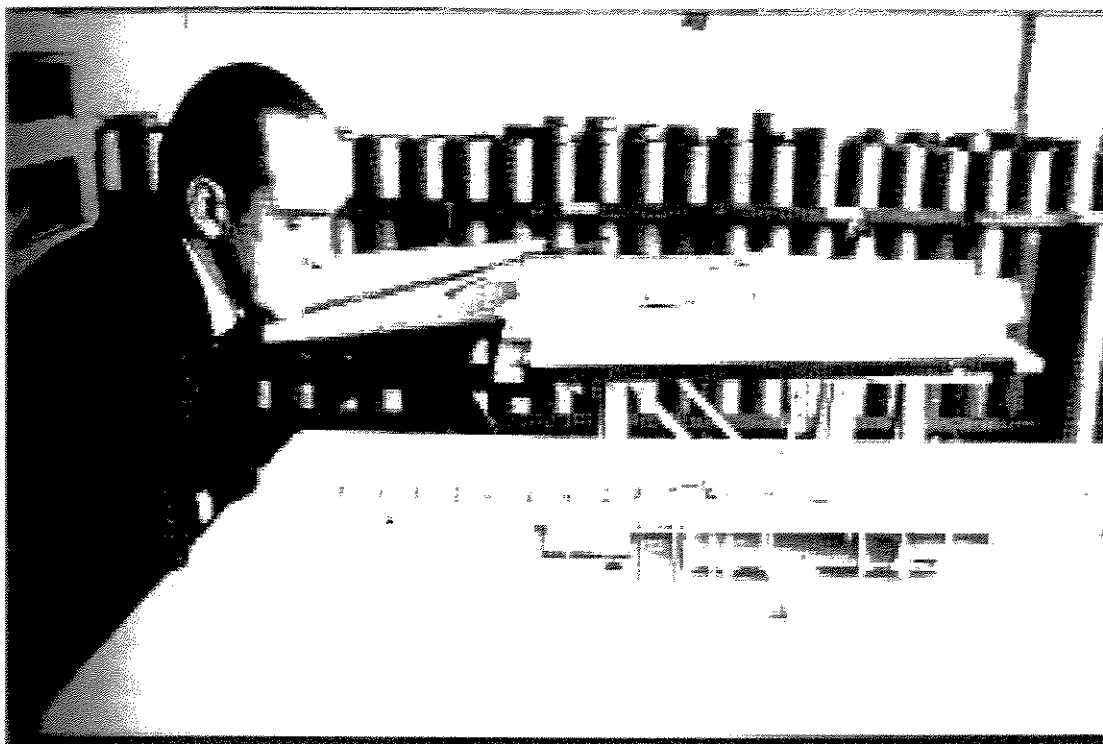
*A rede urbana das áreas industriais do Sudeste, especialmente aquelas do Vale do Paraíba e da área próxima à metrópole paulista - Santos, Jundiaí, Sorocaba e Campinas - assim como pelo eixo que se estende de Campinas a Ribeirão Preto, caracteriza-se por forte tendência a uma coalescência física e forte integração funcional. Trata-se de um padrão espacial de áreas urbano-industriais originador de 'corredores' urbanizados.*

*As interações espaciais nesta região são intensas, evidenciando relações de subordinação e complementaridade. Assim, as interações entre Ribeirão Preto e Araraquara, Campinas e Piracicaba e São José dos Campos e Taubaté são mais intensas que aquelas entre Belo Horizonte, de um lado, e Montes Claros, Juiz de Fora, Governador Valadares e Teófilo Otoni de outro.<sup>157</sup>*

O desenvolvimentismo modernista presente nos projetos, no Vale do Paraíba e, mais especificamente, em São José dos Campos, nas plantas das fábricas e edifícios, nos jardins e em projetos como o CTA, tiveram nesta cidade uma função homogeneizadora da paisagem. Encobriu o passado sanatorial e apontava para o futuro industrial. Esta tendência à homogeneidade era reforçada pela tendência da região-corredor à coalescência física, à qual Correia se referia.

---

<sup>157</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Op. cit. 1997. Pp. 97, 98 103. Sobre a formação do pólo no Norte de Minas, Montes Claros, ver: LESSA, S. Op. cit.1993. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciane; CARDOSO, José Maria Alves; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO NORTE DE MINAS**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.



Niemeyer examina a maquete do Palácio da Alvorada, 1956.<sup>158</sup>

Este aspecto de aglutinação nos têm colocado em face de uma *jornada de imersão* quando percorremos a via Dutra. Jornada esta que marcou uma experiência moderna diferente daquela sugerida por Brasília que, como um monumento moderno no meio do nada, nos remete como colocou James Holston, a uma *jornada de separação*. Monumento ao futuro, Brasília foi uma *pedra jogada* para criar ondas de desenvolvimento.

*"A viagem rumo a Brasília, através do Planalto Central, é uma jornada de separação. Faz o viajante confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias; entre os densos povoamentos do litoral e o vazio do interior; entre o congestionamento e a aglomeração das grandes cidades e os silenciosos horizontes do planalto; entre as praças do interior, com suas feiras e suas conversas, e os espaços vazios de Brasília, onde não há praças nem feiras; entre a civilização e a fronteira; entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno".*<sup>159</sup>

<sup>158</sup> NOSSO SÉCULO 1945/1960 (II). Op. cit. p. 85.

<sup>159</sup> HOLSTON, James. A CIDADE MODERNISTA. UMA CRÍTICA DE BRASÍLIA E SUA UTOPIA. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 11.



60

Fábrica da Ericsson (SJC) projetada por Niemeyer em 1954.

O modernismo como movimento internacional casava perfeitamente bem com a imagem das grandes transnacionais que, assim como os prédios, poderiam estar em qualquer país do mundo. Estas estruturas, construídas com base nos planos e plantas gerados por escritórios públicos e privados, passaram a marcar a paisagem destas cidades como emblemas do futuro que o planejamento projetava para o país. O futuro partia dos dois centros urbanos do país — Rio e São Paulo —, em um processo de dispersão de população e unidades produtivas e entre uma e outra estava o Vale do Paraíba e São José dos Campos.

O Brasil desde a ditadura Vargas se empenhou num esforço nacional-desenvolvimentista buscando, na parceria com o capital estrangeiro, o capital privado nacional e capital estatal a base para esse desenvolvimento. Foi este tripé<sup>161</sup> responsável pela implantação de um sistema de infra-estrutura, pela regulamentação do trabalho e pelo investimento na indústria de base. Diante dos grandes projetos propostos pelos planos SALTE (no governo Dutra) e principalmente o Plano de Metas ( J. Kubitschek ), de acordo com Malan, "*em 1945-1946, o Brasil, através de parcela majoritária de suas chamadas elites - civis e militares - , julgava-se no limiar de uma nova era da secular 'relação especial' com os Estados Unidos da América do Norte.*"<sup>162</sup>:

<sup>160</sup> PENEDO, A Op. cit. 145

<sup>161</sup> O tripé - aliança entre o Capital Nacional, o Capital Estrangeiro e o Estatal no Brasil na Segunda metade do século XX.

<sup>162</sup> MALAN, Pedro Sampaio. "*RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DO BRASIL (1945-1964)*" in: FAUTO, Boris (Org.) III O BRASIL REPUBLICANO - 4 - ECONOMIA E CULTURA. (1930-1964) HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. São Paulo, DIFEL, 1984. Pp. 59, 60.

A partir de 1945 começou a se configurar a pressão americana para que os países latino-americanos eliminassem restrições e controles cambiais permitindo o fluxo de capitais estrangeiros privados em suas economias. Em 1945-46 o Brasil lançou mão de suas prerrogativas de "parceiro preferencial" na América Latina e passou a reivindicar financiamentos às instituições financeiras internacionais — BID, BIRD, FMI. O País assumiu, assim, o fato de que seu desenvolvimento dependia da sua habilidade de criar um clima favorável ao ingresso de capitais internacionais privados.<sup>163</sup>

Em 1950, foi formada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos com a missão de elaborar "*projetos concretos e bem trabalhados, suscetíveis de imediata apreciação por instituições financeiras tais como Eximbank e o Banco Mundial*."<sup>164</sup> A Comissão Mista terminou seu diagnóstico em 1953. Além de uma análise acurada da economia brasileira, forneceu material para a elaboração de políticas públicas, de trabalhos e projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDES, criado no governo Vargas, em 1952.

Divergências marcaram o segundo governo Vargas quanto à participação externa tanto no setor público, quanto na vida econômica. A política de Vargas, diferentemente daquelas do governo Dutra, esboçava um confronto com o capital estrangeiro. Diante de conflitos com o governo Vargas, o Banco Mundial decidiu não mais conceder empréstimos ao Brasil. A recuperação da Europa, após 1954, fez com que ela passasse a exercer um papel importante no sistema de crédito internacional, principalmente financiando a compra de maquinaria e equipamento estrangeiro. O Brasil se destacou entre os importadores de capital,

*"especialmente após a ruptura com o Banco Mundial em 1952, a atitude de negligência da administração Eisenhower após 1953, a sensacional queda dos preços do café a partir 1954 e por último, mas não menos importante, a eleição de Kubitschek em 1955, com uma clara plataforma desenvolvimentista (com concurso do capital estrangeiro), (...)."*<sup>165</sup>

---

<sup>163</sup> Idem. Pp. 63,64.

<sup>164</sup> MALAN, Pedro Sampaio. Op. cit. p. 69.

<sup>165</sup> BAER, Werner. Op. cit. Pp. 29,31,34,35.



166

Última aparição de Vargas em público, antes de sua morte.  
Inauguração da Mannesmann, Minas Gerais , agosto de 1954.

Após a guerra o discurso populista voltado para as massas alijadas do processo e a crescente massa urbana acenou com a possibilidade de adoção do padrão de consumo quantitativo. Na década de 50 a perspectiva desenvolvimentista se impôs ao País:

*"Esses vários planos de desenvolvimento do pós-guerra e as intensas discussões que os cercaram 'disseminaram uma espécie de mística política de desenvolvimento - o que veio a se chamar de 'desenvolvimentismo' — entre os líderes brasileiros de opinião pública e política.' Essa preocupação com o desenvolvimento - isto é, a obtenção de altos índices de crescimento em um período de tempo relativamente curto — e o papel do governo em influenciá-lo firmemente tornou-se característica de destaque da administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61). No dia posterior a sua posse foi criado o Conselho de Desenvolvimento Nacional que formulou o Programa de Metas."*<sup>167</sup>

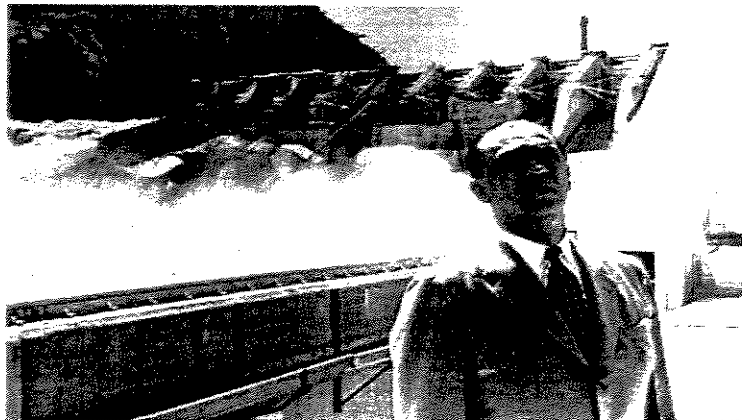
Ao Programa de Metas do governo Kubitschek, se colocavam duas grandes dificuldades: a insuficiência da capacidade para importar, que estava relacionada ao problema da obtenção dos recursos externos necessários para atender à parcela de aproximadamente um terço dos investimentos globais do programa e à queda das receitas de exportação, provenientes do café. Estes problemas colocavam

<sup>166</sup> NOSSO SÉCULO 1945/1960 (I).Op. cit. p. 147.

<sup>167</sup> BAER, Werner. Op. cit. p.77, 78, 79.

como meta adicional ao governo a preocupação em atrair capital estrangeiro de risco e empréstimo (público e privado), para a economia brasileira. A Europa foi a principal saída para este problema. Sintomático no caso da indústria automobilística que tenham sido firmas européias as primeiras a entrarem no mercado brasileiro, seguidas pelas norte-americanas.

Questões internas também interveio na política adotada por Kubitschek. O crescimento da população urbana de 6% em 1950, num período no qual a população brasileira cresceu 3%. *"1950, 36,2% da população brasileira era urbana enquanto que, em 1960, esta porcentagem subiu para 45,1%".*<sup>168</sup> Administradas as crises advindas do último governo Vargas, o período foi marcado pela intensa industrialização, tornando o país auto-suficiente em alguns setores, e iniciando ou modernizando outros. A entrada das transnacionais combinada com uma política de incentivo ao empresariado nacional, redundou no aquecimento da economia e, conseqüentemente, na afirmação da sociedade de consumo, esboçada nas décadas anteriores.



169

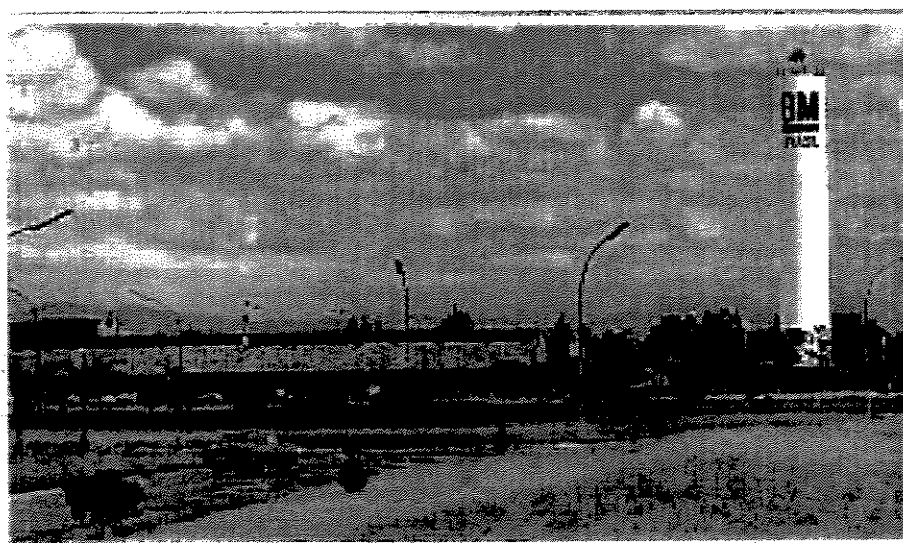
Juscelino Kubitschek na Usina Hidroelétrica de Furnas, MG.

Os grandes investimentos em infra-estrutura, principalmente em transporte rodoviário, na produção de energia elétrica e no setor petroquímico aumentavam a concentração industrial na cidade de São Paulo, que se expandiu em direção ao principal porto do país, Santos. Emergiu a região metropolitana, a Grande São Paulo, com a implantação das primeiras montadoras na região que viria a ser conhecida na década de 70, como a região do ABC paulista, Santo André, São Bernardo, São Caetano.

<sup>168</sup> LAFER, C. Op. cit. p. 32.

<sup>169</sup> NOSSO SÉCULO 1945/1960 (II). Op. cit. p. 84

O Vale do Paraíba com a instalação Ford/Volkswagem em Taubaté foi incluído nesta tendência que se acentuaria nas décadas posteriores. Em São José dos Campos instalaram-se a General Motors (EUA) e a Eaton (EUA) em 1957 do setor automotivo. Surgiu a Bendix Applicances do setor de eletrodomésticos que fabricava fogões e geladeiras e, representando a modernização do setor têxtil, surgiu a Kanebo. Também em 1957, foram inauguradas a Avibrás- Aviação Brasileira, o INPE — Instituto de Pesquisa Espacial no ano de 1961 e a EMBRAER- Empresa Brasileira Aeronáutica em 1969, marcos de transformação da cidade de São José dos Campos. A cidade se especializou no setores aeronáutico, bélico e espacial, o que estabeleceu uma nova identidade para São José dos Campos. À cidade sanatorial, industrial e moderna veio se juntar a produtora de tecnologia e conhecimento completando, assim, o projeto modernista e desenvolvimentista.



Fábrica da GM e m São José dos Campos<sup>170</sup>

Estas fábricas fugiram do saturamento evidente da grande São Paulo e Rio de Janeiro, sem, no entanto, se afastarem completamente de sua órbita. Uma nova conjuntura internacional surgiu depois da Segunda Guerra Mundial. O Brasil passou a figurar como espaço estratégico para a expansão das transnacionais na América do Sul. Os novos empreendedores interessavam-se por lugares específicos de São José dos Campos em termos topográficos: os platôs, extensas planícies. A via Dutra passou a ser um marco da expansão urbana na cidade e na região. Investimentos industriais foram protagonistas da expansão da mancha urbana

<sup>170</sup> FOLDER DE PROPAGANDA DE SJC - 1975

em saltos, de ambos os lados da rodovia, verificado a partir do início dos anos 50, quando foi aberta ao tráfego e se instalaram os primeiros parques fabris.

### **Chegam as transnacionais**

O rio e a ferrovia deixaram de ser fatores universais para a localização industrial com os poços artesianos, eletricidade, ônibus, automóveis e caminhões. O transporte da matéria-prima, de funcionários, e, principalmente, o escoamento dos produtos acabados, intensificou o fluxo através das rodovias a partir de 1950. O governo Brasileiro a reboque do padrão fordista adotou o modelo rodoviário e o automóvel. Este processo se deu com o surgimento das primeiras rodovias nacionais, com a inauguração sucessiva de fábricas automobilísticas, destacando-se, nesta oportunidade, a fábrica de caminhões, a estatal FNM, Fábrica Nacional de Motores (1958) a Willys Overland, a Ford em São Paulo (1947), a GM em São Caetano do Sul (1948) e depois em São José dos Campos (1957).

A rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra, uma vez anunciada (1934), iniciada (1946) e inaugurada a primeira via (1951), e, finalmente, duplicada (1967), passou a ser gradativamente objeto de grande especulação imobiliária. Este fenômeno especulativo se deu principalmente nas glebas mais próximas da área urbanizada, bem como naquelas que apresentassem planícies de grandes extensão, os platôs, tipo de sítio preferido para implantação de conjuntos fabris de grande porte. A Dutra foi, na região, o suporte da cidade corporativa.

Durante o início da industrialização em São José dos Campos, as fábricas concentraram-se no interior do perímetro urbano, até então definido por sua relação topográfica platô-vale. Após a construção da rodovia, devido ao fato de se alinharem ao longo da rodovia Presidente Dutra, ignorando a topografia, as fábricas transformaram-se em pólos de atração de um tipo de crescimento urbano caracterizado por saltos. Foi um crescimento urbano horizontal a partir do qual delineiam-se grandes vazios, onde a área rural, transformava-se em estoque de terras para a futura urbanização.

A cidade virou-se do avesso, crescendo ao sabor das ocasiões, sempre protagonizadas pelas grandes plantas industriais, atraindo outros investimentos como a criação de novos bairros residenciais e conjuntos habitacionais de cunho social. Estes, estabeleciam-se ao redor da fábrica ou as tinham como referência para serem viabilizados, dependendo, portanto, de um momento oportuno.

Os mecanismos de loteamento no eixo em direção da Dutra e do CTA levou ao parcelamento das glebas rurais em áreas periféricas esparsas e descontínuas. Os núcleos de habitação, assim como as transnacionais, passaram a fazer pressão sobre o poder público, afim de obter a extensão da infra-estrutura e dos serviços. O traçado da Dutra procurava se afastar do perímetro urbano, mas na verdade atraiu a cidades em sua direção

Na década de 50, foi inaugurada a BR 116 (1951), a Dutra, e quatro grandes empreendimentos instalaram-se espaçadamente ao longo dessa rodovia, abrangendo quase toda sua extensão ao dividir o município: da divisa com Jacareí (em direção à São Paulo) à Caçapava (em direção ao Rio de Janeiro). Trata-se da Johnson & Johnson (1953), da Ericsson (1954), da General Motors (1957) e da Eaton (1959). Todas transnacionais já instaladas na cidade de São Paulo, corroborando, portanto, as versões acerca do parque industrial local ter como origem o extravasamento da capital paulistana, como uma consequência dos aspectos negativos da aglomeração típica da metropolização. Tal fenômeno foi batizado de "deseconomia de aglomeração"<sup>171</sup> e passou a ser um aspecto difícil de ser ignorado pela bibliografia sobre a expansão dos grandes investimentos industriais.

São José dos Campos participou da formação da cadeia da indústria automotiva, o incremento do setor têxtil e a especialidade representada pelos aparelhos de comunicação e a indústria farmacêutica, apontando para a diversidade como uma das características do parque industrial que a cidade passou a sediar. Na década seguinte, nos anos 60, reforçava a diversidade e especialização com a fábrica de calçados Alpargatas (1961) e a fábrica de produtos fotográficos, a Kodak (1969). Continuou chegando mais automotivas e metalúrgicas, incrementando o setor.

A instalação de um órgão federal responsável pela pesquisa e política espacial, o INPE (1961), consolidou o caminho iniciado pela CTA em busca do domínio tecnológico no setor tecnológico que levou à instalação da indústria bélica e aeronáutica. Neste período surgiram, as fábricas pioneiras deste que seria o setor mais característico para a cidade, sendo notório o fato de representarem a indústria nacional: as telecomunicações, o aeronáutico e o bélico. Foi criada a Avibrás (1961), a Neiva (19 ? ), a Tecnasa e finalmente a Embraer (1969).

---

<sup>171</sup> CANO, Wilson. OP. cit. 1995, e. ESTUDOS DE CASOS DE MUNICÍPIOS DE CAMPINAS, SUMARÉ, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. RELATÓRIO FINAL. 4 vol., parte, III, 1990.

A questão do desenvolvimento urbano proporcionado pela industrialização era tão emergente na década de 50 que sequer a recém fundada Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP, 1948) possuía formação adequada para o Urbanismo com disciplinas e pesquisas sobre o assunto. O primeiro Plano Diretor de São José dos Campos (1954-1958) constitui-se em um marco com diferentes significados históricos.

São José dos Campos, devido a seu lugar de cidade Estância Climatérica, foi uma das primeiras cidades do interior paulista a ter um Plano Diretor moderno sintonizado, teórica e tecnicamente, com o grau de conhecimento produzido naquele momento. Somava-se a isto a nova demanda industrial da cidade, foi estabelecido um convênio entre o Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria de Serviços e Obras Públicas do Estado e o CPEU-Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, estrategicamente criado pela FAUUSP para aprimorar a pesquisa e o ensino do urbanismo, possibilitando que os Planos Diretores exigidos para as cidades-estâncias fossem elaborados.

A recepção das propostas para as cidades-estâncias e a legislação que comporta o primeiro Plano Diretor de SJC (1958) podem ser avaliados minimamente pelo título do comentário que o Dr. Hely Lopes Meirelles, publicou na Folha de São Paulo, 15 de janeiro de 61: *"Digna de imitação da Legislação Urbanística de São José dos Campos"*. Dizia que *"obedeceu ao mais moderno sistema, da distribuição de encargos a duas comissões distintas e com funções bem diferenciadas: a Comissão do Plano e a Comissão Técnica. Dessas comissões participaram toda as classes sociais e os cidadãos prestantes do município..."*<sup>172</sup>

A sua principal característica consistiu na preservação da zona habitacional, direcionando o uso industrial que se avolumava, indicando áreas de expansão, além de ser vanguarda na questão da regulamentação de loteamentos, feita pelo município e não pela legislação federal de 1937 (decreto-lei n. 58/37). Outros planos se seguiram, para a cidade e a região, sempre reafirmando sua "vocação" industrial e direcionando o crescimento urbano no sentido do corredor da Dutra.

O Zoneamento Sanitário da década de 30 foi o início de um processo de intervenções urbanísticas, de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para a cidade de São José dos Campos. O planejamento regional também passou a atuar desde o Plano do Reerguimento do Vale do Parayba. Foi, no entanto, entre 1950 e 1964 que os planos regionais procuraram dar conta da nova realidade que

---

<sup>172</sup> CANO, W. Op. cit.

se configurava nesta época: *"a migração campo-cidade, o processo crescente de urbanização, o aumento da área e conseqüente conurbação"*.<sup>173</sup>

Nas décadas de 50 e 60 foram feito estudos para o planejamento da região e da cidade. O Plano do C.P.E.U — Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da FAUUSP, começou a ser feito no final da década de 50 e se beneficiou de estudos que vinham, mesmo que morosamente, sendo feitos ao longo desta década. O depoimento do engenheiro Rubens de Mattos Pereira, relata a trajetória deste plano:

*"A experiência do planejamento no Município de São José dos Campos. Os trabalhos de planejamento em São José dos Campos iniciaram-se em abril de 1958, após a assinatura de um convênio entre a secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e a Prefeitura Municipal. A iniciativa para o estabelecimento deste convênio coube ao Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, ficando a cargo deste órgão toda a orientação técnica para os trabalhos. O DOS ficou com o encargos financeiros."*<sup>174</sup>

A questão social estava posta no pós-guerra. Apesar do anti-comunismo, os governos tinham que se voltar para as massas, cada vez mais urbanas, mobilizadas, no campo e na cidades. O voto restaurado e universal faz do cidadão um eleitor, um usuário dos serviços públicos, um contribuinte. Na perspectiva do capital, principalmente o urbanita, o homem urbano, passou a sustentar o sistema como massa de mão-de-obra assalariada habilitada ao consumo de massa. Ao binômio cidade-indústria se junta a população.

A industrialização do Vale do Paraíba gerou uma forte migração intra-regional. A população urbana cresceu. Cresceram os problemas urbanos e sociais. Para se implementar o projeto industrial brasileiro, paulicêntrico era necessário controlar estas variáveis. O planejamento foi apresentado neste contexto como a panacéia que trazia as soluções para os problemas e apontaria a rota do desenvolvimento.

---

<sup>173</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. Op. cit. p.32.

<sup>174</sup> C.P.E.U. FAUUSP. ESTUDOS E PLANOS SETORIAIS S. JOSÉ DOS CAMPOS 1961-1964. São Paulo: CEPEU/FAUUSP, 1971-72. p.0008.

O governo federal estava assessorado por equipes de planejamento que traçaram políticas econômicas e territoriais, dentro da perspectiva de acordos internacionais que vinham desde a Guerra. Entre 1953 e 1955 devemos destacar a atuação dos técnicos do BNDES e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina — CEPAL. Estas instâncias atuaram no sentido de uma tentativa conjunta de realizar um planejamento sistemático global voltados principalmente aos acordos econômicos e a manutenção dos relacionamentos agregados à economia, projeções econômicas dentro da perspectiva desenvolvimentista.

O processo de instauração da cultura de planejamento no Estado brasileiro pressupôs a formação de um contingente de profissionais de várias áreas voltadas ao planejamento. Os planos eram marcadamente interdisciplinares e em suas introduções passaram a fazer a defesa desta forma de trabalho. A partir da década de 30, os quadros públicos passaram a ser ocupados por "police makers", uma nova geração de urbanistas, engenheiros, economistas e etc que, trabalhando em equipes multidisciplinares, passaram a fazer planos diretores nos primeiros departamentos de urbanismo do país.

### **O Plano Setorial - São José dos Campos - 1961-1964**

O Plano Setorial para São José dos Campos, feito pelo CPEU, trouxe para a região uma equipe interdisciplinar e defendeu logo em sua primeira página esta premissa:

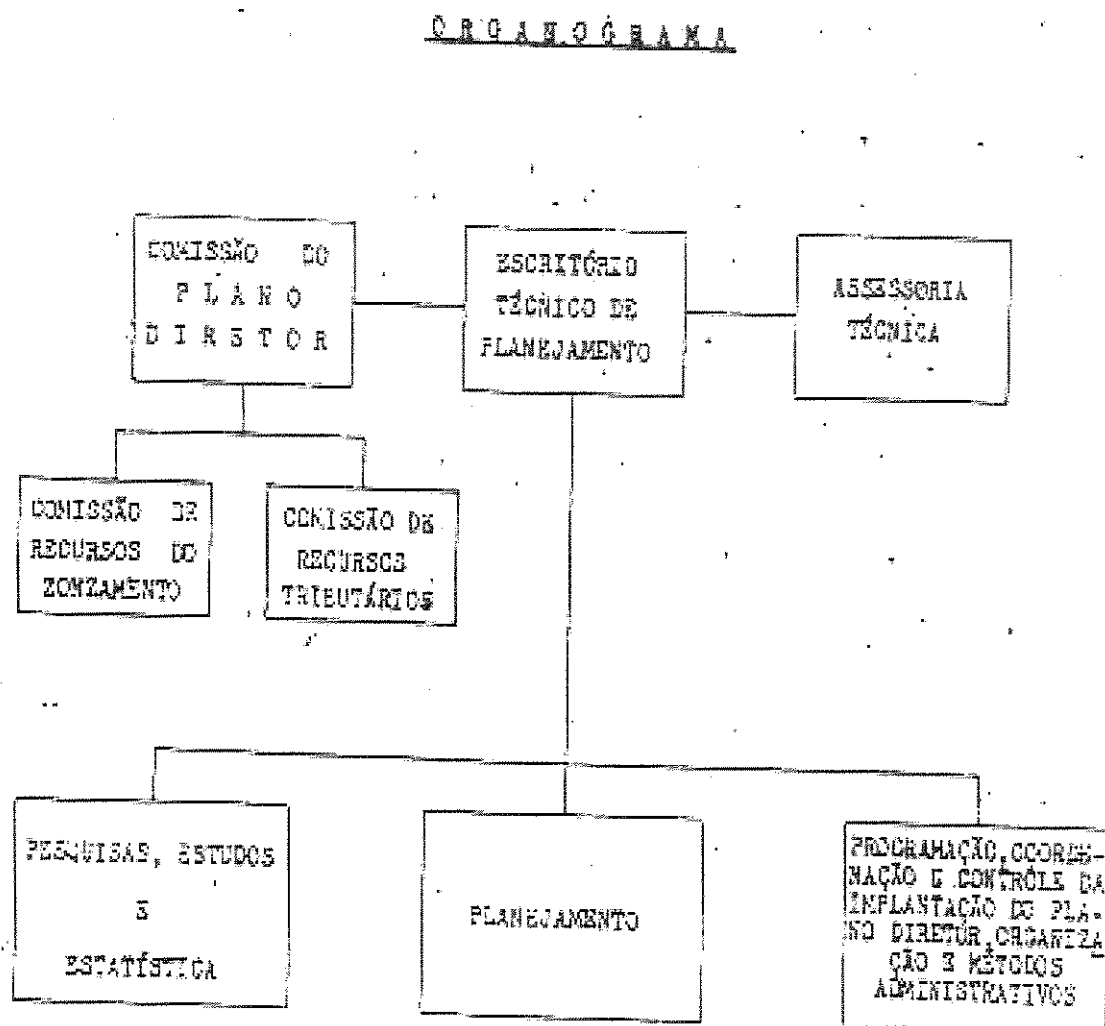
*"(...) o Plano preliminar de São José dos Campos propiciou a colocação em prática do ponto de vista da técnica do planejamento de uma série de orientações novas em relação ao comportamento do CPEU. Essas orientações são fruto do amadurecimento de suas experiências e constituíram especialmente no trabalho interdisciplinar com especialistas nos diversos setores envolvidos no planejamento. É um caminho ainda difícil entre nós pela falta de experiência mas que necessita ser iniciado"*<sup>175</sup>

Os trabalho para o plano em São José dos Campos se iniciou em abril de

---

<sup>175</sup> CPEU. FAU/USP Vol 1. Op. cit. p. 0008.

1958. A iniciativa do convênio foi do CPEU e este ficou a cargo da orientação técnica enquanto os órgãos do Estado ficaram com os encargos financeiros dos estudos. O processo de planejamento contava também com técnicos designados pelas prefeitura e comissões locais das quais faziam parte representantes da sociedade civil e outra com técnicos e assessores de planejamento.



0127

Organograma da equipe de planejamento constituída para fazer o plano do CPEU.<sup>176</sup>

<sup>176</sup> CPEU, FAU/USP Vol 1. Op. cit. p. 0127

De acordo com o Arq. Breno Cyrino Nogueira a experiência de São José serviu de parâmetro, indicando aos técnicos novos rumos e procedimentos no trabalho de planejamento. São José passou a ser um balão de ensaio para os outros planos que o CPEU deveria fazer no restante do Estado. A experiência em São José, mais participativa e detalhada, se mostrava mais adequada que a mesma tentativa feita em Taubaté na qual Nogueira diz ter faltado debate e prevalecido *"o princípio da autoridade na aprovação do Plano Piloto."*<sup>177</sup>

O Plano contou com a parceria da prefeitura de São José dos Campos. O tom da reportagem da revista "ATUALIDADES", mensário do Vale do Paraíba, de abril de 1954, deixou claras as disputas e incertezas de uma cidade, Estância Climatérica, que tinha seu executivo nomeado até então. Escreve o artigo:

*"A exoneração do engenheiro Bonoit de Almeida Vitoretti, do cargo de prefeito de São José dos Campos, abriu a luta pela conquista do executivo, movimentando, assim, os vários partidos que, desejando ficar em situação privilegiada no caso de serem efetuadas as eleições municipais, procuram preencher a vaga com um militante seu. Assim é que já conseguiram desalojar o sr. Paulino Blair, que substituíra o engenheiro Benoit Vitoretti, e que segundo versão corrente, permaneceria até o dia das eleições municipais (se houver, é claro!). Agora, entretanto, uma vez superada a luta pela preferência do Governador, voltam-se as atenções para os futuros candidatos nas eventuais eleições municipais."*<sup>178</sup>

O relatório do CPEU apontava para uma íntima colaboração entre funcionário e técnico da USP, na produção e mesmo nos rumos que os estudos deveriam tomar. Segundo o eng. Rubens de Mattos Pereira, diferentemente de Taubaté, onde não teria havido debate na produção do Plano Piloto. Apesar dos adiamentos e da pouca colaboração do prefeito que entrou em 58, Donato Mascarenhas. Ex-prefeito sanitário e então prefeito eleito de acordo com o relato presente no Plano, *"não compreendeu de imediato a vantagem de um plano que orientasse, a longo prazo, o desenvolvimento do município"*<sup>179</sup>.

---

<sup>177</sup> CEPEU. FAU/USP Vol 1. Op. cit. p.0009

<sup>178</sup> SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. REVISTA ATUALIDADES MENSÁRIO DO VALE DO PARAÍBA. Ano I. Abril de 1954. p. 29.

<sup>179</sup> C.P.E.U. FAU/USP. Vol. 1. Op. cit. p 0009.

A experiência do CPEU em São José dos Campos foi pioneira em São Paulo e no Brasil. Além de novas metodologias, novas relações entre as diversas áreas envolvidas na questão regional passaram a fazer parte do cotidiano de trabalho comum. De acordo com o prof. Lauro B. Birkhols diretor do Centro de Pesquisa:

*"O planejamento deste município marca uma nova experiência nos métodos de trabalho do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, realizando os estudos e pesquisas por meio de equipes polivalentes, com profissionais especializados nos diversos ramos do conhecimento necessários ao planejamento. Abandonou-se o método até então adotado de realizar preliminarmente uma pesquisa geral, que englobava todos os campos, utilizando unicamente arquitetos. Instalou-se um serviço de cadastro imobiliário, entrosado com o serviço de aprovação e fiscalização de obras particulares. Procurou-se disciplinar os crescimento caótico da cidade por meio de leis e decretos"*<sup>180</sup>



Construção do edifício Nacional (ao fundo) na antiga Zona Sanatorial. A bucólica cidade sanatório se transformou rapidamente em uma cidade industrial produzindo espaços modernos.

181

Este processo de regulamentação do solo urbano fez com que o mercado imobiliário encontrasse suas regras estabelecidas em São José dos Campos e pudesse atuar de forma mais orgânica sobre o solo da cidade. A construção da Dutra desviou o eixo de crescimento e levou a criação de um corredor industrial. De acordo com Aziz Ab'Saber, houve uma proliferação de loteamentos populares

<sup>180</sup> C.P.E.U. FAU/USP., Vol. 1. Op. cit. p 0011

<sup>181</sup> PENEDO, A. Op. cit. p. 79.

— na categoria de extensivos bairros dormitório — que ultrapassaram a Dutra *"para o interior, conquistando a maior parte do pequeno platô tabuliforme regional."*<sup>182</sup>

Na medida em que esta forma de ocupação ganhou hegemonia, o terreno ficou propício para a especulação, a criação de solo e a verticalização nas áreas mais equipadas do centro e sub-centro da cidade. O Plano do CPEU, fez um diagnóstico e traçou políticas para a cidade. Elaborou uma série de legislações como a Lei de Uso do Solo n. 664 de 16 e fevereiro de 1960, *"que regulou para a cidade, o aproveitamento dos lotes, a altura máxima das edificações, os recuos e afastamentos, bem como a capacidade das habitações."*<sup>183</sup>

Dois problemas foram ressaltados: o excesso de verticalização, circulação, saneamento e o problema social das favelas. A verticalização passou a ser regulamentada pelo zoneamento e a lei do uso do solo. O saneamento, de acordo com o parecer do arquiteto Brenno Cyrino Nogueira, foi equacionamento difícil, entre a tarefa de planejar e a de executar as obras diante da situação precária e da crescente demanda. O engenheiro sanitarista Julio Cerqueira César Neto, ressaltava que o problema não era meramente técnico mas, também, foram afetadas por questões *"econômicas, financeiras, sociais e políticas"*. Outro agravante levantado foi o vulto financeiro e o prazo de execução das obras.

Em 1963 foi elaborada a Lei que dispõe sobre o zoneamento do município. De acordo com seu texto ela tinha *"como objetivo regulamentar o uso do solo e dos edifícios no município d São José dos Campos"*<sup>184</sup>. Neste plano o zoneamento não se restringiu ao solo urbano, mas também foi feito um diagnóstico rural do município. Em 1961 ficou pronto o *Plano Preliminar de S. José dos Campos - São Paulo*, feito pelo Departamento de Obras Sanitárias, o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da FAUUSP e a prefeitura de São José dos Campos.

Neste diagnóstico foi conclusivo para os participantes a necessidade de ações conjuntas de todos os níveis governamentais, mas, não se colocou nenhuma necessidade de envolvimento dos setores privados nestas políticas. Foi proposto que fosse feito um consórcio para a execução de *"obras e serviços visando o desenvolvimento do Vale do Paraíba"*<sup>185</sup>. Esta idéia se colocou sob a forma de uma solução para questões de abrangência regional que passavam a dizer respeito a

---

<sup>182</sup> AB'SABER, Aziz N. Op. cit. 1991 pp. 6 e 7.

<sup>183</sup> C.P.E.U. FAU/USP. Vol. 1 Op. cit. p. 0112.

<sup>184</sup> C.P.E.U. FAU/USP Vol 2 Op. cit. p 0127.

<sup>185</sup> C.P.E.U. FAU/USP Vol 1. Op. cit. Pp. 0021, 0022.

mais de um município ao mesmo tempo. Apesar de elogiar o aspecto federativo a necessidade de manutenção da autonomia dos municípios, os planejadores sugeriram como solução esta fórmula metropolitana de gestão dos problemas regionais. Escreveram no plano:

*"Para agravar o aspecto administrativo do regime federativo, verifica-se uma constante transformação da escala dos problemas: assim questões, anteriormente meramente de âmbito municipal, passam a ter significações inter-municipal, estadual ou mesmo nacional. Fatores vários explicam esse fato, mas a escassez de recursos naturais e a evolução da tecnologia são as suas causas. Assim a concentração populacional em áreas limitadas, particularmente em bacias hidrográficas faz com que os recursos naturais tornem-se escassos e o problema tenha de ser encarado conjuntamente. Um exemplo é o ocorrido com o abastecimento de água de São Paulo e o ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) era tratado conjuntamente pelos vários municípios e o Estado. Já no caso da geração de energia, fatores tecnológicos fizeram com que a questão só possa ser resolvida economicamente por grandes unidades e o problema passou da escala municipal para a regional. Alias essa necessidade da ação cooperativa entre municípios ou entre estes a União e Estados, não foi descurada na nossa legislação. Assim, no Estado de São Paulo, a constituição estadual e a lei orgânica dos municípios referem-se expressamente ao agrupamento de municípios para a instalação, administração e exploração de serviços comuns, bem como a possibilidade de acordo para o mesmo fim com o Estado e a União (ver o capítulo III deste trabalho). O convênio, ora sugerido tem essas bases legais. O convênio de consórcio apresentado é bastante simples e geral. Os objetivos são amplamente definidos para a região em questão — o Vale do Paraíba, fixando-se a necessidade de um plano regional com a indispensável participação dos governos estadual e federal, tratando da execução das obras e serviços de interesse regional de forma ampla que seja possível a adoção de uma solução adequada para cada caso concreto que se apresentar."*<sup>186</sup>

---

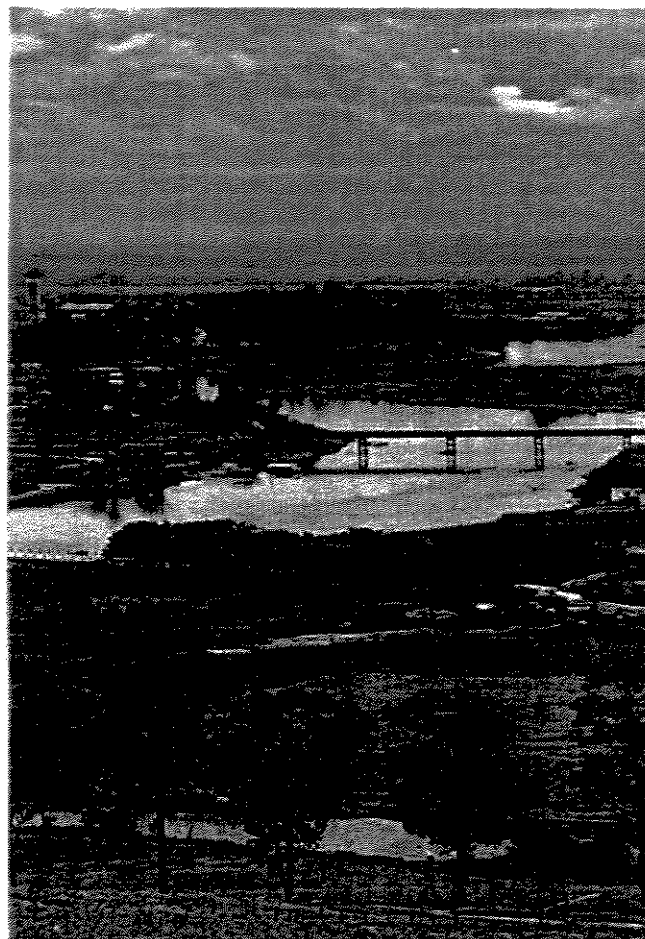
<sup>186</sup> C.P.E.U. FAU/USP. Op. cit. p. 0022.

Esta proposta de consórcio levou à reuniões dos prefeitos da região, como recomendava o Estudo e Plano Setorial S. José dos Campos 1961-1964. Estas reuniões e o tema do consórcio, uma instância de administração regional, começaram a ser feitas dentro do âmbito dos trabalhos do CPEU. O planejamento regional e urbano que marcou as transformações desta região se configurou como a base da regulamentação do processo de territorialização desta região. Este processo não se deu de forma deslocada e estava dentro do espectro de planos regionais para todo o estado de São Paulo, feito posteriormente pelo CPEU.

## **A CODIVAP PROVA QUE O VALE É UMA CIDADE SÓ**

A necessidade de se reunirem todos os municípios do Vale do Paraíba, afligidos por problemas comuns e de difícil solução, deu origem ao nascimento do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba - CODIVAP, que funcionará à maneira dos mais adiantados sistemas semelhantes implantados na Europa, com ótimos resultados. O CODIVAP é composto por 35 cidades paulistas do Vale, e tem sede na cidade de Pindamonhangaba.

Dentre as suas principais atribuições está a ativação da SUDEVAP, Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Paraíba, no que se refere à política de incentivo fiscal; criação de um Centro Regional de Abastecimento; execução conjunta de obras de interesse comum; fomento industrial, através de incentivos e financiamento; criação de TV Educativa Regional; implantação de sistema habitacional regional, com construção de casas populares; reflorestamento da região e desenvolvimento do serviço social.



187

O Planejamento é apresentado como um fator de desenvolvimento e seus instrumentos, como o CODIVAP, são os mais "modernos".

Os Estudos, o Plano para o Vale do Paraíba e o Plano Diretor de São José dos Campos foram os primeiros feitos pelo Centro de Estudos Urbanísticos. Sua

<sup>187</sup> Folder de propaganda da cidade de São José dos Campos - 1975.

conclusão apontava para uma seqüência de planejamento criando a demanda de um plano mais amplo para a região, assim como, a criação desta instância administrativa que englobasse: Governo do Estado, União e municípios da região. A idéia de consórcio levou a criação do CODIVAP — Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral com a participação dos municípios da região.

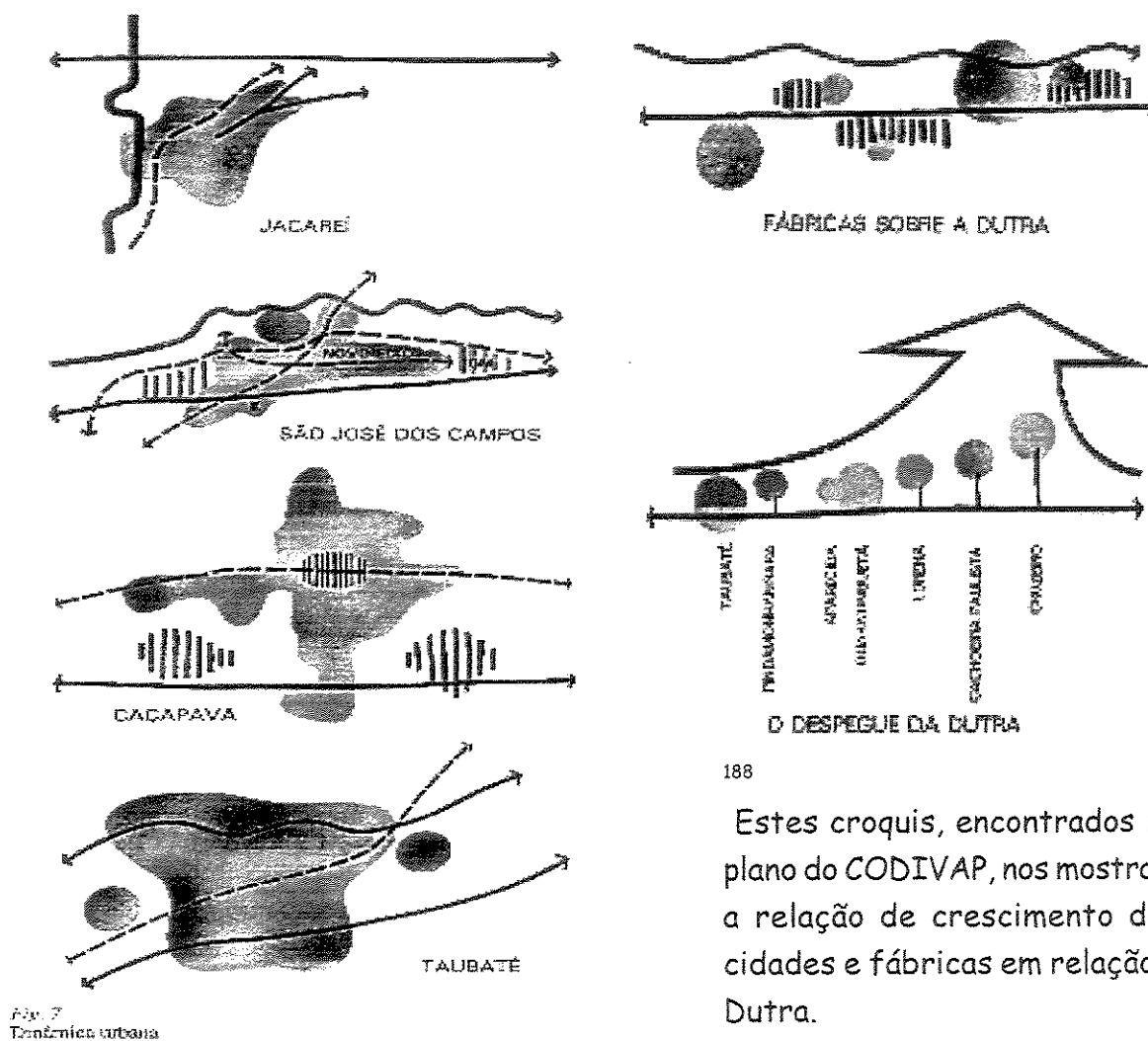


Fig. 7  
Evolução urbana

Fonte: Cálculos baseados no planejamento do Vale do Paraíba - CODIVAP 1972.

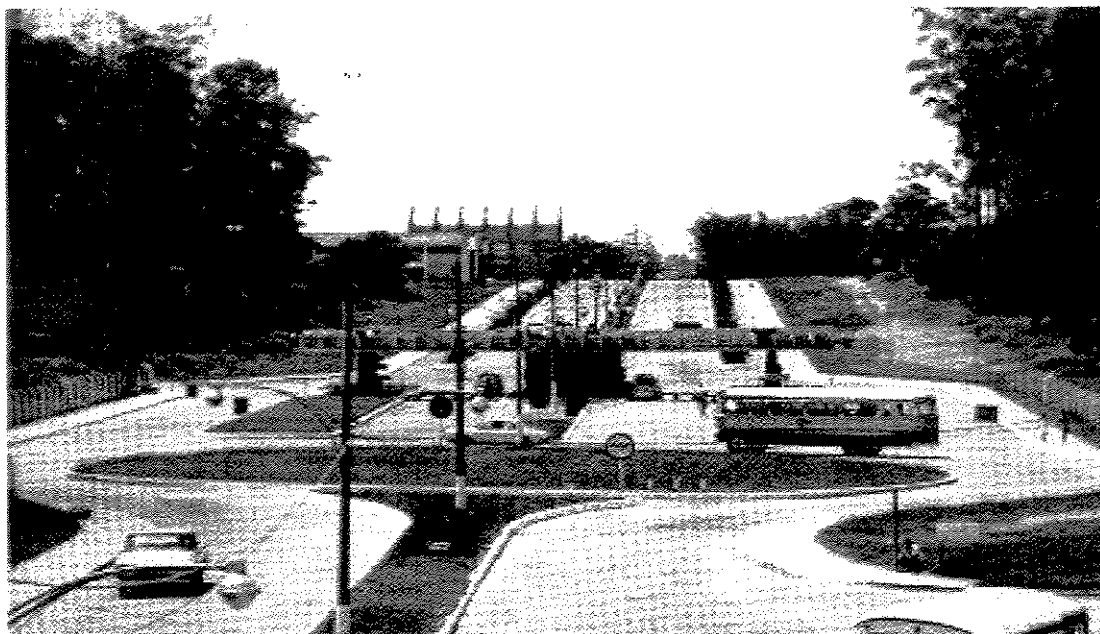
Podemos apontar nesta ocupação das cidades sobre a Dutra, a complexidade da ocupação de São José dos Campos. Diferentemente das outras cidades, tem vários eixos de crescimento que se entrecruzam. O CODIVAP tem como principal

mérito ressaltar a escala de conurbação já existente naquele momento, assim como, sua tendência futura. Era uma proposta arrojada.

A estas propostas desde o sanitarismo até o consorciamento, se sobrepôs, desde a década de 40, o projeto militar que perpassou o processo de transformação de São José dos Campos em pólo regional. Este projeto foi marcado pelo planejamento e teve uma participação incisiva na região. O CTA, INPE — Instituto Nacional de Pesquisa Espacial e EMBRAER — Empresa Brasileira Aeronáutica, até 60, colocou os militares na linha de frente destas políticas para o eixo Rio-São Paulo. Vários planos foram feitos até o período da Ditadura Militar enquadrando a região e, especificamente São José dos Campos, como uma das bases territoriais do projeto militar brasileiro.

### CAPÍTULO 3

#### PLANEJAMENTO E INDÚSTRIA NO VALE DO PARAÍBA: O PROJETO MILITAR E A CONSOLIDAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COMO PÓLO REGIONAL



189

Portaria do CTA (1962) que se encontra ao longo do eixo do ITA.

São José dos Campos, entre 1940 e 1960, cresceu 310%. Neste período somente 27% de sua população era nascida na cidade. Entre 40 e 60, o principal centro urbano e de atração populacional do Vale do Paraíba era Taubaté, no entanto, de acordo com Nice Lecocq Müller, São José dos Campos era a cidade que apresentava uma população mais heterogênea, com migrantes provenientes de vários estados do Brasil, principalmente Minas Gerais. Para Müller, o caso de São José dos Campos foi diferente de Taubaté, que possuía maior tradição industrial no Vale. Escreve a autora:

*"em posição de inferioridade em relação a Taubaté até 1960, seu*

---

<sup>189</sup> PENEDO, A. Op. cit. p. 167.

*desenvolvimento industrial, realizado em rítmico acelerado, fez com que, a partir dessa data, passasse à posição de liderança. O contínuo crescimento de seu parque industrial poderia, até 1960, ser parcialmente explicado pela isenção de impostos e doação de terrenos por parte da prefeitura municipal; no entanto, cessadas essas vantagens, sua industrialização continuou e, até mesmo, em ritmo mais acelerado. Diante desta constatação, deve-se admitir que a proximidade da Capital, aliada à existência de bons terrenos, industriais, deve ter agido como fatores essenciais do rápido desenvolvimento do seu parque fabril*<sup>190</sup>.

Para analisar a rede urbana do Vale do Paraíba Nice Lecocq Müller nos chamou a atenção para a metodologia estruturalista de análise das redes urbanas e numa crítica a abordagem Chritaleriana<sup>191</sup>, que estabeleceu uma ligação forte de seus índices aos serviços e equipamentos, optou pelo chamado "Método Rochefort"<sup>192</sup>, mesmo que com algumas adaptações. Este método se apresentou como o mais conveniente de acordo com a autora apesar da necessidade de adaptação, devido às características de algumas fontes estatísticas brasileiras. Dois pontos deste método se aplicavam melhor ao Vale.

- "a) avaliação da importância do setor terciário de cada aglomeração em relação ao setor terciário total da região considerada (t:T)*
- b) avaliação do setor terciário na população ativa de cada aglomeração (t:a)*<sup>193</sup>

A autora, ao aplicar o método Rochefort para o Vale do Paraíba, para o período entre 1950 e 1960, chegou a seguinte escalação no sentido decrescente:

*"Aplicado o método Rochefort, na base regional, para 1950 e 1960, verificamos que, de uma data para a outra, algumas modificações se fizeram sentir na hierarquia urbana do Vale do Paraíba. Em 1950, tínhamos a seguinte escalação, no sentido descendente:*

---

<sup>190</sup> MÜLLER, Nice L. Op. cit. p.121 e 122.

<sup>191</sup> IDEM

<sup>192</sup> MÜLLER, Nice. Op. cit. 295

<sup>193</sup> IDEM

1- Taubaté  
2- Guaratinguetá  
Lorena  
São José dos Campos  
3- Piquete  
Pindamonhangaba  
Cruzeiro  
Jacareí  
Cachoeira Paulista  
Aparecida  
Caçapava  
4- Bananal  
Cunha  
Monteiro Lobato  
Silveiras  
São Luís do Paraitinga  
Paraibuna  
Areias  
Jambeiro  
São José do Barreiro  
Tremembé  
Guararema  
Queluz  
Natividade da Serra  
Redenção da Serra  
Santa Branca  
Lavrinhas  
Santa Izabel

*Observa-se que Taubaté mantinha posição ímpar, colocando-se como 'capital regional', dominando todo o conjunto. Os centros urbanos imediatamente abaixo, que estariam portanto, em posição de 'centros de sub-região' seriam Guaratinguetá, Lorena e São José dos Campos. Seguiam-se, depois, os que seriam em subdivisão mais avançada, os 'centros de zona' - Piquete, Aparecida e Caçapava, aos quais se subordinavam, como 'centros locais', todas as demais aglomerações. Os resultados da aplicação do método para 1960 acusam a seguinte*

*hierarquia dos centros urbanos da região*

- 1- Taubaté  
São José dos Campos  
Guaratinguetá
- 2- Lorena  
Jacareí  
Pindamonhagaba  
Cruzeiro
- 3- Aparecida  
Piquete  
Cachoeira Paulista
- 4- São Luís do Paraitinga  
Queluz  
Tremembé  
Caçapava  
Cunha  
Monteiro Lobato  
Areias  
Natividade da Serra  
São José do Barreiro  
Lavrinhas  
Redenção da Serra  
Paraibuna  
Jambuí  
Silveiras  
Santa Branca  
Guararema  
Santa Isabel  
Bananal

*Verifica-se imediatamente, que Taubaté deixa de aparecer isolada, a ela se reunindo, no primeiro escalão de hierarquia urbana, São José dos Campos, que praticamente, estaria 'em seus calcanhares', e, mais distanciada, Guaratinguetá. Tal fato poderia ser sintoma de que a área estaria sob a influência direta da Metrópole, o que anulou a presença de uma capital regional; por outro lado, o desenvolvimento de São José dos Campos melhorou consideravelmente sua posição, o*

*mesmo fenômeno mas em escala menor garantindo a Guaratinguetá, a manutenção daquela que ocupara anteriormente. Embora com defasagem sensível para Guaratinguetá, pode-se admitir que esta cidade, com São José dos Campos e Taubaté, integram o grupos dos principais centros polarizadores do Vale do Paraíba, que, pelo desaparecimento da capital, seriam centros de sub-regiões dentro de um espaço comandado, diretamente pela metrópole".<sup>194</sup>*

Verificamos a necessidade de observarmos além das formas urbanas e regionais seus conteúdos sócio-econômicos, na busca da circunscrição das relações constitutivas de sua formação territorial. De acordo com Rochefort não bastava analisar uma cidade num momento ou num aspecto isoladamente, mas sim em suas relações com as outras aglomerações e "la place qu'elle occupe dans l'organisation de la vie regionale"<sup>195</sup> Como escreve Maria Adélia Aparecida de Souza, em sua tese sobre a rede urbana paulista, orientada por Michel Rochefort:

*"La Ville représentant l'élément fundamental de l'organisation régionale, et par conséquent, de la vie sociale elle-même, as signification est étroitement liée aux modèles socio-economiques qui régissent la dynamiques des sociétés modernes. L' 'apparence' et le 'conten' urbain vont refléter ces modèles."<sup>196</sup>*

Além do modelo de análise, Müller chamou nossa atenção pois não se referiu a dois aspectos: o planejamento regional estatal gerador de políticas públicas e o projeto militar na industrialização em São José dos Campos. Em São José dos Campos vimos a formação de um verdadeiro campo de provas destes modelos. A cidade sanatorial e o modelo sanitarista; a cidade industrial e o planejamento urbano e regional estatal; as estruturas militares.

O processo de industrialização cresceu, em São José dos Campos, após o plano do CPEU. Esses processo já estava apontado desde 1954, pela equipe do SAGMACS, quando escreveram em seu trabalho "Tendências e possibilidades do

---

<sup>194</sup> MÜLLER, Nice L. Op. cit. 299, 300 e 301.

<sup>195</sup> ROCHEFOURT, ver também: SOUZA, Maria Adélia A. SÃO PAULO VILLE/REGIONS. PROPOSITINS METHODOLOGIQUES. Paris: Tese de Doutorado 3 ème Cycle, Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) Orientador Michel Rochefort, 1975. p. I

<sup>196</sup> SOUZA, Maria Adélia A Op. cit. 1975. p.1

Estado de São Paulo" que: *"Acredita-se que Taubaté cederá a São José dos Campos o encargo de capital do Vale do Paraíba."*<sup>197</sup> A área do planejamento começou, na década de 40, a formar quadros dentro e fora da academia. A Sagmacs foi um grupo importante. Como Coloca Maria Cristina da Silva Leme:

*"A vinda do Padre Dominicano Louis Joseph Lebreton ao Brasil em 1946 para difundir o movimento Economia e Humanismo e fundar os escritórios da SAGMACS em Recife, São Paulo e Belo Horizonte traz uma nova expectativa de inserção e resultados do trabalho profissional. Para os arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas que compõem os escritórios da SAGMACS, esta dupla inserção traz tensão e ambigüidade, em especial porque se colocam expectativas políticas e sociais através desta atuação."*<sup>198</sup>

A Sagmacs contratada pelo prefeito Wladimir de Toledo Piza, em outubro de 1956, tinha como missão fazer um diagnóstico da *cidade-problema*, a capital paulistana. Conhecendo o trabalho que a Divisão de Urbanismo vinha desenvolvendo, desde 1947, organizando dados sobre a cidade e preparando o Plano Diretor, a Sagmacs se propunha a fazer um estudo pioneiro e abrangente da aglomeração urbana de São Paulo. De acordo com Regina Prosperi Meyer:

*"Como o próprio nome indicava, a Prefeitura de São Paulo contratou, ou pelo menos recebeu em 1958, pelas mãos do então prefeito Adhemar de Barros (1957/1961) um estudo abrangente da assim denominada 'aglomeração paulistana'. Minucioso em certos aspectos, analítico e exploratório em outros, o estudo confirmou seus propósitos de não ser em si mesmo 'um plano para a cidade' mas de conter as informações essenciais para se chegar a um Plano Diretor. As cinco partes de que se compõe o estudo revelam as preocupações da equipe da Sagmacs: Perspectivas Históricas, Demográficas e Econômicas da aglomeração paulistana; Estrutura Urbana de São Paulo; Aspectos Sociológicos da Aglomeração Paulistana; Análise Urbanística; conclusões e sugestões. Uma equipe multidisciplinar, de diferentes níveis: diretores,*

---

<sup>197</sup> CEPEU. FAU/USP. Vol. 1 p. 0006

<sup>198</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. Op. cit. p. 32.

*pesquisadores, assessores, elaborou as cinco parte acima descritas assim como um valioso Atlas, contendo cerca de 100 mapas inéditos da 'aglomeração Paulistana'*<sup>199</sup>

O Vale do Paraíba na década de 40, com o plano do *Reerguimento do Vale do Paraíba* e o projeto do CTA, foi um campo pioneiro do planejamento em São Paulo e no Brasil. A experiência da Sagmacs exerceu grande influencia no planejamento, especialmente nas décadas de 50 e 60, no Estado de São Paulo. O Plano do CPEU foi seguido no início de 60 pelo CODIVAP, que propunha um consórcio de município como um fórum gestor regional e, na década de 70, a criação da região Metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro, 1973, manifestavam diretamente a influência da Sagmacs. Estes planos reforçavam a perspectiva megalopolitana, principalmente após a duplicação da Dutra, em 68, e o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista em 1978.

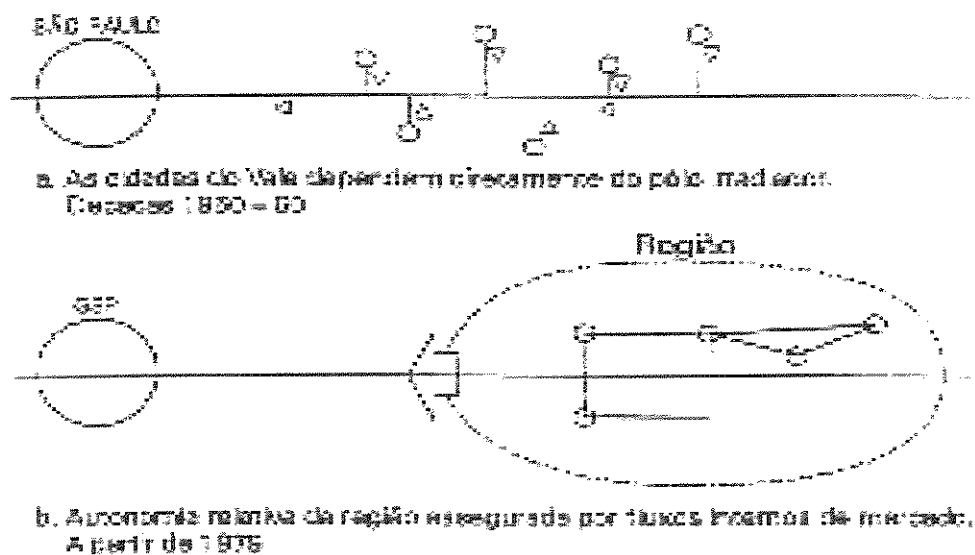


Fig. 5  
Esquema de Polarização, SP. Autonomia Regional

Fonte: Plano Regional do Macro-Eixo Paulista

200

No Plano Regional do Macroeixo Paulista (1978), encontramos o esquema de polarização e migração acima que confirma a tese de Müller sobre o

<sup>199</sup> MEYER, Regina. *METRÓPOLE E URBANISMO. SÃO PAULO ANOS 50*. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU/USP, 1991. p. 130.

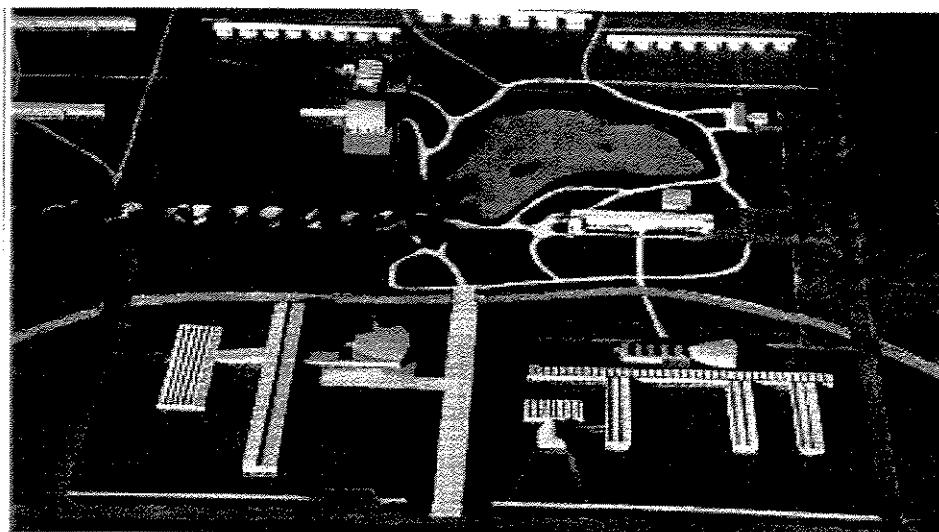
<sup>200</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (Paulo Egydio Martins) SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. (Jorge Wilhelm) COORDENADORIA DE AÇÃO REGIONAL (1978- Ricardo Uchôa Alves Lima, 1975 a março de 1978 - Maria Adélia A de Souza). *PLANO REGIONAL DO MACRO-EIXO PAULISTA*. São Paulo: 1978.

papel preponderante das migrações internas para o crescimento dos pólos no Vale do Paraíba.

Vimos no Brasil o crescimento da centralização da tomada de decisão no Governo Federal, na medida em que, mesmo nos períodos democrático, o ponto de partida das políticas locais e regionais era o planejamento do governo federal. A unidade de planejamento e gestão que entrou em uso neste período foi a região. As divisões e subdivisões regionais que apareceram em primeiro lugar no relatório da Missão Cooke, na década de 40, ganharam cada vez mais força no âmbito do planejamento nas décadas seguintes.

Em São José dos Campos este processo planejador estava diretamente ligado ao campo do planejamento estatal militar e, mais especificamente, ao projeto aeronáutico inaugurado com o CTA. Os projetos militares geraram uma industrialização voltada à indústria armamentista, ligada à instituição de produção e capacitação para o conhecimento. O CTA, o ITA — Instituto de Tecnologia Aeronáutica, o INPE, IEA — Instituto de Estudos Aeroespaciais, a EMBRAER e a ENGESA, instituições estatais, estiveram, nas décadas de 50 e 60, ligados a iniciativas particulares como a Neiva, a Avibrás, a Órbita e outras.

Estas iniciativas ligadas ao projeto militar extrapolaram esta dimensão industrial, influenciando a área de ciência e tecnologia em São Paulo, através da participação dos seus quadros técnicos, principalmente aqueles formados pelo ITA, na construção de laboratórios e universidades em São Paulo e no Brasil.



201

Maquete do CTA com a inserção do ITA em 1947.

---

<sup>201</sup> PENEDO, A. Op. cit. p. 87.

O CTA foi, juntamente com a Dutra, um dos principais fatores de transformação urbana em São José dos Campos. Apesar de não ser uma cidade corporativa privada, a vila militar, como um condomínio com autonomia em relação a cidade, agiu sobre o solo urbano de São José, como hoje fazem os condomínios residenciais, avançando com a cidade sobre a área rural do município.

## **Os Militares e a industrialização no Brasil**

A participação dos militares brasileiros e das Forças Armadas no processo de industrialização tem sido polêmica entre seus estudiosos. Para entrarmos neste campo da história de São José abrimos a porta da história política e espiamos a história econômica apenas por uma pequena fresta. Ao abirmos estas portas nos deparamos com o campo minado das polêmicas que aconteceram e acontecem ainda em nossos dias sobre o processo de industrialização brasileiro e a participação dos militares.

Nos capítulos anteriores já havíamos falado de teses sobre a industrialização do Brasil, em relação à questão da influência do Complexo Cafeeiro. Nos furtamos a entrar nesta discussão mais profundamente pois o Complexo Cafeeiro não exerceu uma influência direta na industrialização de São José dos Campos. No caso dos militares foi diferente. O projeto do CTA, na década de 40 e, posteriormente, a indústria bélica na região, tem como base São José dos Campos. De onde veio? Qual foi a relação da corporação com as instâncias tomadoras de decisão neste processo de industrialização no Vale.

A partir do Trabalho de Ítalo Armando Tronca sobre a relação das Forças Armadas, especialmente o exército com a instalação de siderúrgicas no Brasil, nos foi possível vislumbrar este campo e suas correlações de forças, até chegarmos a CSN e sua construção em Volta Redonda.



"O Presidente Getúlio Vargas, no vagão presidencial, a caminho de São Paulo. Sentado à direita do eminente brasileiro, o General Miguel Costa. De pé, o coronel Góes Monteiro, chefe do Estado Maior das forças revolucionárias" <sup>202</sup>— Revolução de 30

Em seu texto, *"O Exército e a Industrialização: Entre as Armas e Volta Redonda"* o autor se contrapõe à tese do historiador norte-americano John D. Wirth, *"A Política de Desenvolvimento na Era Vargas"*, que viu as Forças Armadas latino-americanas como *"mentoras da modernização representada pelo esforço modernizante."*<sup>203</sup> De acordo com Tronca, buscando superar a indeterminação da corrente de Wirth, e mesmo seu caráter ideológico, *"no final, o que se constata é que a tese central desse autor - os militares como uma força modernizadora*

<sup>202</sup> RASTELLI, Enrico & CROPANI, Elisabeth De Fiore di. (orgs.) NOSSO SÉCULO. BRASIL. 1930/1945 (I). São Paulo: Editora Abril Cultural/Círculo do Livro, 1987. p. 46.

<sup>203</sup> WIRTH, John. A POLÍTICA NA ERA VARGAS. Rio de Janeiro: FGV, 1973. Apud: TRONCA, Ítalo A. *"O Exército e a Industrialização: Entre as Armas e Volta Redonda"* in: HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. TOMO III O BRASIL REPUBLICANO. VOL. 3º SOCIEDADE E POLÍTICA (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1983. p. 340.

*que exerceu grande influência na política econômica, com exceção do comércio exterior — não se sustenta.*<sup>204</sup>

Tronca discutiu a assertiva de que a pressão do exército e das Forças Armadas teria levado o Governo Vargas às opções relativas a construção de siderúrgica e a medidas relativas ao comércio exterior. Escreveu o autor:

*"Nesse contexto, faz afirmações infundadas a respeito do desempenho do setor civil do governo na questão do aço. Assim, o próprio Vargas, 'raramente assumiu iniciativas novas, tais como construir uma siderúrgica' mas 'graças ao exército brasileiro, Vargas e seus ministros estiveram sob forte e contínua pressão para produzir resultados' depois de 1937. O argumento parece logicamente correto, desde que a indústria pesada aparecia, pelo menos no discurso de alguns militares, como uma exigência imediata.*"<sup>205</sup>

Entre 35 e 39, a política comercial despertou muito mais o interesse da corporação que propriamente a industrial. Este quadro começa a se delinear mais claramente após 1934, com a constituição. Para Tronca, havia evidências dos interesses dos militares na política de comércio exterior brasileira: *"o Alto Comando não se opôs à política comercial nem antes nem depois de 1937 e sua diretriz, como Wirth mesmo reconhece, não se alterou entre 1934 e 1939.*"<sup>206</sup> Para o autor, as forças Armadas tinham dois interesses que buscavam salvaguardar em sua atuação dentro do aparelho de estado: o controle militar interno e absoluto (para isso optaram por uma política de compra de armas, devido ao sucateamento e, portanto, a urgência de equipamentos) e um maior espaço político no âmbito do aparelho de estado. Escreve I. Tronca:

*"A fase constitucional que se abria marcava o fim do tenentismo e, no interior das Forças Armadas, o início da hegemonia da corrente liderada pelo General Góes Monteiro. O objetivo prioritário da alta hierarquia militar, cujo o porta voz era o próprio Góes, então Ministro da Guerra, era transformar o exército na instituição política nacional por excelência, em torno da qual deveriam gravitar todos os demais*

---

<sup>204</sup> TRONCA, I. A . Op. cit. p. 340.

<sup>205</sup> IDEM.

<sup>206</sup> TRONCA, I. A . Op. cit. p. 341.

*setores da vida do país. Para isso, faziam-se necessárias medidas de caráter urgente e simultâneo sobretudo a aquisição de material bélico e a remodelação de seus quadros.*"<sup>207</sup>

Esse interesse na compra de armas aproximou o Brasil comercialmente da Alemanha e foram compradas armas da Krupp. Armas estas que devido ao bloqueio inglês feito sobre o Atlântico durante a Guerra, que começa em 39, não chegaram ao Brasil, pois foram interceptadas. As relações militares Brasil-Alemanha e Brasil-EUA, passaram por um intrincado processo de negociações até 1942, com o ataque a Pearl Harbor, levando os EUA à guerra. Necessitando manter bases militares no Brasil e temendo o interesse alemão na região, os EUA passaram a pressionar mais para uma definição do governo Brasileiro.

No Governo Vargas cresceu o interesse na opção siderúrgica. O governo brasileiro, que tinha como opção para a entrada de divisas a venda do minério *in natura*, através do parecer do capitão Macedo Soares, militar e engenheiro metalúrgico que fez parte da CTEF- Conselho Técnico de Economia e Finanças, introduziu novos dados:

*"a compatibilidade entre o minério existente no Brasil, com baixo teor de fósforo e de enxofre, e os processos técnicos utilizados pela grande siderurgia dos países para os quais se queria exportar. (...) Macedo Soares sustentará o ponto de vista de que seria um a ilusão pensar que o minério brasileiro poderia substituir o sueco no mercado alemão, como se acreditava na época, por isso implicaria em que a Alemanha modificasse totalmente seus processos de produção de aço. O mercado alemão poderia absorver uma parte do minério nacional, mas era a Inglaterra que tinha nele a sua matéria prima ideal, devido ao tipo de tecnologia empregada, diversa da alemã.*"<sup>208</sup>

Esta questão técnica foi um dos aspectos que despertou o interesse americano no ferro brasileiro. 1940 foi um ano importante no que diz respeito à estratégia americana em relação ao Brasil. Vargas fez seu famoso discurso a bordo do porta-aviões Minas Gerais, interpretado como apoio ao Eixo.

---

<sup>207</sup> TRONCA, I. A. Op. cit. p. 346.

<sup>208</sup> TROCA, I A Op. cit. p. 352.

*"Aproveitando a ambigüidade da situação criada pelo discurso, que podia significar uma opção do Brasil pelo Eixo, apesar dos compromissos assumidos pelo governo Vargas com o pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos, o embaixador alemão no Rio é autorizado pelo Reich a comunicar ao ditador uma grande transação de 300 milhões de marcos e a 'entrega rápida de uma siderúrgica' um ano depois do fim da guerra.*

*Nessa altura, o Departamento de Estado mudara de posição e endossava a opinião do embaixador americano no Brasil, Caffery, segundo a qual a concessão de financiamento para a siderúrgica 'era da mais alta importância', a fim de evitar que Vargas se voltasse para Berlim. A siderúrgica passa, assim, a assumir para os Estados Unidos uma importância decisiva em relação à política econômica e militar com o Brasil. Para embaixador, havia apenas duas maneiras de combater a 'crescente ameaça alemã': crédito para a aquisição de armas e um esquema liberal de financiamento para a siderúrgica. Se os alemães fornecessem as armas ou a usina, ou ambas, os Estados Unidos perderiam sua posição no Brasil. Assim, ponderava, havia chegado a hora de Washington decidir se manter o Brasil fora do controle alemão valia esse preço.'*<sup>209</sup>



210

Jefferson Caffery, embaixador norte-americano, e Góes Monteiro, chefe do Estado maior das Forças Armadas brasileiras 1940

<sup>209</sup> TRONCA, I. A Op. cit. p. 356, 357.

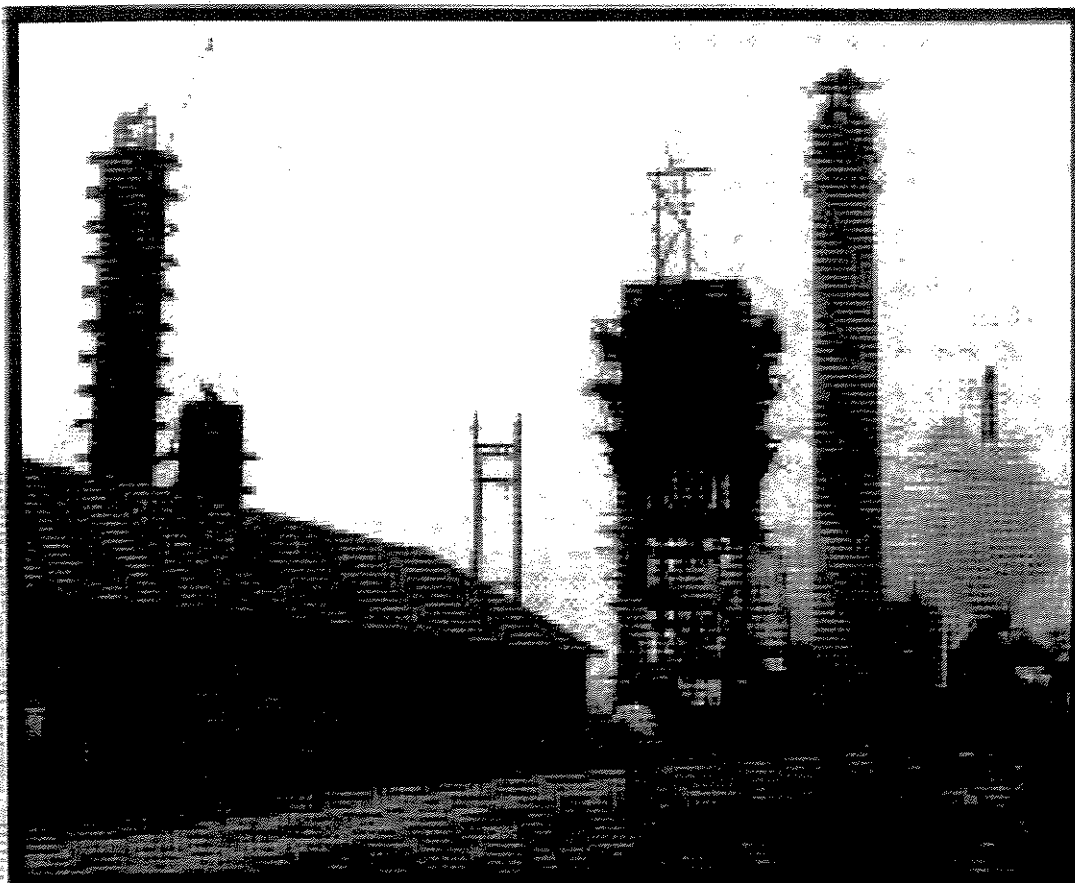
<sup>210</sup> NOSSO SÉCULO BRASIL. 1930/1945 (II). São Paulo: Abril Cultural/Círculo do Livro, 1987. p. 74

Diante do interesse crescente do Brasil na construção de uma siderúrgica, Roosevelt se viu diante de um impasse. Não havia interesse do empresariado americano numa usina no Brasil naquele momento que se ganhava muito dinheiro com o esforço de guerra. O Federal Loan Administration e o Departamento de Estado eram contra uma siderurgia ou empréstimos que não estivesse nas mãos de americanos. As circunstâncias da Guerra vão levar os EUA a pagar o preço da aliança com o Brasil.

*"Em fevereiro e março [1940], os Estados Unidos havia proposto ao Brasil o envio de material de guerra no valor de 100 milhões de dólares, contra pagamento em minério de ferro, conforme havia sido ajustado pelo general Góes Monteiro em sua viagem àquele país, em outubro de 1940. De fato, o minério nacional adquirira uma importância estratégica também para os Estados Unidos, no momento em que a Inglaterra sofrera uma drástica redução em suas fontes de abastecimento devido ao bloqueio alemão. O chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, portanto, aproveitara a conjuntura para obter armamento numa fase em que todo o esforço de um setor do governo estava concentrado na questão do financiamento da siderurgia. É Vargas quem irá inverter os termos, instruindo o embaixador Martins para que desse prioridade ao equipamento siderúrgico sobre a troca de armamentos por minério."*<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> TRONCA, I. A. Op. cit. p. 358.



212

CSN — 1943

Neste contexto o projeto siderúrgico passou a ter primazia sobre o projeto do Exército. Outro duro golpe na supremacia do Exército sobre as outras armas, foi a criação do Ministério da Aeronáutica, criado por Vargas, em 1942, derivado dos preparativos para o esforço de guerra que se seguiria após 43, dentro das alianças com os EUA.

Ainda como um dos elementos dos acordos com os EUA, São José dos Campos foi escolhida em 1946 para sediar o CTA - Centro Técnico de Aeronáutica, posteriormente chamado de Centro Técnico Aeroespacial, o principal projeto aeronáutico do país. Planejado para ser um misto de núcleo de formação e produção especializada, tornou-se de fato o embrião da indústria aeronáutica, bélica e aeroespacial brasileira, além de formar os especialistas em mecânica, eletrônica e informática, imprescindíveis às indústrias da era da eletrônica.

A Via Dutra polarizou a maioria dos grandes conjuntos industriais que se

---

<sup>212</sup> NOSSO SÉCULO BRASIL. 1930/1945 (II), p. 82.

estabeleceram no município a partir dos anos 50. O CTA, a CSN e a Dutra, grandes projetos estatais, apontavam para a importância do papel do Estado brasileiro neste processo de transformação regional. Como coloca Celso Furtado, o papel do Estado Brasileiro na industrialização se intensificou no pós-guerra triplicando o volume físico da produção entre 1947 e 1961. Os dois principais exemplos apontados por ele foi a indústria siderúrgica e a petroquímica. Escreveu o autor sobre a siderurgia um trecho que foi praticamente um depoimento de época:

*"Aquele primeira eventualidade [ação do estado nos setores essenciais da economia] se observa no caso da siderurgia, que somente começou a se desenvolver seriamente no Brasil graças à iniciativa estatal, no caso representada pela Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) organizada no curso da II Guerra Mundial."*<sup>213</sup>

A CSN inaugurou a implantação dos projetos estatais para o Vale do Paraíba. A opção pela siderurgia no Vale, não em Minas como seria lógico devido a localização das jazidas ferríferas, apontava para o projeto de industrialização do eixo Rio-São Paulo. A presença da CSN foi o primeiro indício da ação planejadora do Estado na região. A segunda ação foi o CTA.

Uma nova conjuntura se instaurou no pós-guerra, na região sudeste do Brasil, com a intensificação da urbanização e industrialização. Novos agentes entravam em cena, dentre eles um corpo técnico civil e militar, "modernizante", passou cada vez mais a atuar nas instâncias de planejamento, políticas públicas e privadas que afetaram substancialmente a formação social, política e territorial da região.

O Vale do Paraíba com a presença das transnacionais e do complexo militar, assim como a sua posição estratégica entre as duas metrópoles nacionais, Rio-São Paulo, atraiu cada vez mais o olhar deste "planejamento indicativo e alocativo" de recursos. De acordo com René Armand Dreifuss, quando buscou analisar a bases do Golpe Militar de 1964, o planejamento era um substrato importante para entendermos a política brasileira no pós-guerra e a ação dos militares brasileiros. Escreve o autor:

---

<sup>213</sup>PRADO JÚNIOR, Caio. HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 321.

*"a necessidade de planejamento foi defendida pelas classes empresariais naquilo que ele tinha de alocação calculada de recursos. A implementação de um planejamento indicativo e alocativo significava a intervenção no processo de acumulação do potencial dos interesses multinacionais e associados, servindo principalmente aos propósitos de manter o complexo sistema social em equilíbrio (política de estabilização) e de canalizar recursos limitados e poupanças, tanto para os potenciais obstáculos na indústria quanto para situações de crise. Simultaneamente, o planejamento indicativo e alocativo servia para induzir novas características de desempenho na economia através de modificações em suas relações estruturais, os chamados 'pontos de germinação'. [cita Roberto Campos] Os tecnocratas foram então capazes de controlar a 'marcha evolutiva do processo'. Ao mesmo tempo, a projeção do planejamento como um recurso estatal, manejado por tecnocratas supostamente desprovidos de interesses e de determinações classistas, ajudou a eliminar as críticas e pressões por parte do bloco populista no poder e das classes subordinadas. Além disso, o planejamento era necessário por ser um recurso institucional que ocultava do público a relação de interesses. De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito 'elíptico' ou oculto), dimensão da 'racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como objetivos nacionais."*<sup>214</sup>

O CTA e a indústria Bélica no Vale do Paraíba foram a materialização das estratégias traçadas no âmbito das Forças Armadas, um importante agente associado deste sistema que se instaurou no Brasil do pós-guerra. Os militares além de imbuídos, principalmente na ESG — Escola Superior de Guerra, criada em 1946 com o apoio norte-americano, por esse viés planejador como condição para que a "ordem" se estabelecesse, compartilhavam da perspectiva que pressupunha um "planejamento da Segurança Nacional". Como escreve seu principal ideólogo no Brasil Golbery do Couto e Silva:

---

<sup>214</sup>DREIFFUS, Réne A. Op. cit. pp. 74 e 75

*"Planejamento significa orientação, disposição e racionalização do conjunto de ações visando a determinados objetivos. Ele pressupõe a existência de recursos ou meios a serem usados, bem como o prognóstico de obstáculos, quando não de antagonismos. Por outro lado, o planejamento implica uma busca orientada de conhecimento ... de escolhas ou decisões, sucessivas e hierárquicas, entre alternativas distintas."*<sup>215</sup>

Os militares como agentes associados deste processo de planejamento faziam parte não somente das instâncias de governo, agências técnico-burocráticas estatais e comissões, nas décadas de 50 e 60, mas também passaram a fazer parte da empresa privada, presentes nos conselhos de diretoria das corporações transnacionais e associadas após 64. A emergência da indústria bélica, principalmente a aeronáutica, não se deu dissociada do processo de industrialização levado a cabo pelo capital privado, mas em íntima relação com ele.

### **A Indústria Aeronáutica Brasileira e o Nascimento da Força Aérea Brasileira: O CTA**

O Brasil, desde a década de 30, já havia feito tentativas de lançar-se ao empreendimento aeronáutico, com a construção de aviões nacionais de pequeno porte, civis e militares, projetados e produzidos no período de 1930-50. De acordo com Carlos Alberto Primo Braga e Aroldo Souza Cabral, *"O Estado e o desenvolvimento tecnológico da Indústria Aeronáutica Brasileira"*<sup>216</sup>, a primeira empresa a produzir aviões no Brasil em escala comercial, foi a companhia do armador Henrique Lage que, com o apoio do governo Vargas, pôde colocar em prática os planos reservados para sua Companhia Nacional de Navegação Costeira.

A Segunda Guerra mudou o quadro tecnológica da aviação, o desenho dos aviões estrangeiros passaram por grandes modificações e os aviões produzidos por Lage perderam a competitividade em termos do preço e padrão tecnológico. A morte de Lage em 1942 e o início da produção de aviões em parceria com os alemães, no Galeão, em 1939, estabeleceu nova relação da produção aeronáutica brasileira entre a Marinha, responsável pela construção dos pavilhões no Galeão,

---

<sup>215</sup>DREIFFUS, Réne A Op. cit p. 110.

<sup>216</sup> BRAGA, C. A P. & CABRAL, A S. O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA INDUSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA. s.n.t. p. 2

e as Forças Armadas Alemãs que passaram a fornecer equipamentos e ferramentas.

Neste período o Brasil ainda não tinha a aeronáutica como uma das forças armadas, ficando a cargo da Marinha e do Exército qualquer iniciativa neste sentido. A aproximação do Brasil com os Aliados durante a guerra pôs por terra a relação com a Alemanha e conseqüentemente com o Eixo.

A Aeronáutica foi a grande novidade que as Forças Armadas brasileiras passaram, a ter a partir do ano de 1941, quando através do decreto-lei n. 2961 foram criados o Ministério da Aeronáutica e as "Forças Aéreas Nacionais", nome alterado pelo decreto 3302 do mesmo ano para "Força Aérea Brasileira". Em 1942, os Estados Unidos diante de necessidades táticas, agravadas com sua entrada na guerra, investiram na Força Aérea Brasileira construindo bases em Belém, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Natal. Estas bases foram equipadas com aviões de ponta: B-18, B-25, PT-19, T-6, C-47, P-40 e P-47.

O Ministério da Aeronáutica assumiu em 1941 o controle da fábrica do Galeão, até então pertencente à Aviação Naval, firmando um acordo com a empresa americana Fairchild. A fábrica do Galeão entraria em sua fase "brasileira" após o término do contrato com a Fairchild, porém as tentativas de nacionalização não obtiveram êxito, pois careciam de investimento na área de pesquisa, tecnologia e formação de mão-de-obra especializada. Num primeiro momento o IPT — Instituto de Ciência e Tecnologia cumpriu essa função, mas logo se fez necessário a formação de institutos especializados e de toda uma rede de instituições de pesquisa e ensino ligadas a uma industrialização de ponta, seja ela, privada ou estatal. Braga e Cabral escrevem:

*"(...) se destaca a Companhia Aeronáutica Paulista (CAP) organizada pelo industrial Francisco Pignatari em 1942. Uma característica peculiar a CAP diz respeito à forma de aquisição de tecnologia que esta empresa adotou. Pela primeira vez no Brasil, uma empresa aeronáutica utilizou-se dos serviços de um centro de pesquisa e desenvolvimento exógeno a sua estrutura: o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) da Universidade de São Paulo."*<sup>217</sup>

A indústria aeronáutica não conhecia barreiras ao longo da década de 60,

---

<sup>217</sup> BRAGA & CABRAL. Op. cit. p.6

quando tomou corpo e fôlego para se lançar, levando à frente o ideário que deu origem ao CTA, em São José dos Campos, na década de 40. São José dos Campos entrou como protagonista no cenário industrial do Vale do Paraíba com a proposta de construção do CTA.

Os objetivos descritos no relatório "Plano de Criação do CTA" eram:

*"a criação de um centro aeronáutico com a dupla finalidade de preparar técnicos e especialistas em aeronáutica e ciências conexas e realizar as experiências, pesquisas e estudos necessários ao desenvolvimento seguro da indústria especializada, do comércio aéreo e da arma aeronáutica."*<sup>218</sup>

Podemos constatar que a história da aviação brasileira não deslanchou até a criação do CTA — Centro Técnico Aeronáutico, que posteriormente foi chamado Centro Técnico Aeroespacial, assim como da Embraer — Empresa Brasileira Aeronáutica, devido a uma ausência de uma política que direcionasse investimentos no setor privado de forma contínua. Com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, passou a existir entre os partidários da organização do Ministério, o consenso de que para o bom desempenho de sua missão, este deveria estabelecer em sua estrutura diretorias de Tecnologia Aeronáutica e de Ensino.<sup>219</sup>

No "Histórico Analítico do CTA", em entrevista feita em 1941 a uma jornalista norte-americana Mrs. Hager, o presidente Getúlio Vargas foi indagado acerca da contribuição do Brasil aos EUA na questão do "sentimento de solidariedade continental", ao que ele respondeu:

*"O governo do Brasil não faz restrições sobre a forma de colaboração com os Estados Unidos. Estamos, dia a dia, mais prontos a fazer o que for preciso para aumentar. (...) A grande indústria americana de aviação tem no Brasil um considerável campo de expansão. Temos que fazer tudo quanto for possível para nos valermos destas oportunidades que significam um estreitamento maior dos nossos interesses políticos e econômicos. A aviação é um dos mais vitais*

---

<sup>218</sup> IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil)/MG. REVISTA ARQUITETURA E ENGENHARIA Nº 5 ANO 1. Rio de Janeiro, IAB, 1947. p.19.

<sup>219</sup> CTA - CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL. HISTÓRICO ANALÍTICO DO CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA. VOL.2. São José dos Campos: Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento - CTA, mimeo., 1984. p. 359

De acordo com Edgar Carone, a criação do Ministério da Aeronáutica não foi vista com bons olhos pelos ministérios do Exército e Marinha, que eram contrários a saída da aviação de seus respectivos domínios. A aviação comercial que havia sido criada sob a dependência estrangeira (Condor, Varig, Panair), temia que a militarização do Ministério pudesse prejudicar suas atividades e prerrogativas, então protegidas sob a capa da nacionalização.<sup>221</sup>

A maior oposição era oriunda dos setores que se opunham à criação, dentro do novo Ministério, de órgãos de ciência e tecnologia aeronáutica e à formação do quadro de engenheiros militares. Estes setores eram a favor da compra de aviões e armamentos que seriam escolhidos entre os mais avançados do mercado internacional, deixando para o Brasil o papel de aperfeiçoador das técnicas de operação e manutenção de equipamentos aeronáuticos civis e militares. Esta proposição era defendida pelos comerciantes internacionais e nacionais de armamentos.

Os setores liberais também se opunham ao projeto, apontado para o contexto conflituoso da criação do parque industrial e de C&T em São José dos Campos. Os empresários defendiam um plano de governo que propiciasse o desenvolvimento das indústrias particulares já existentes no Brasil. Eles alegavam que eram prejudicados pelo governo que mantinha uma Comissão de Compras de caráter permanente, responsável pela aquisição de todo o material aeronáutico do governo nos Estados Unidos, desvalorizando a indústria nacional.<sup>222</sup>

O industrial interessado na indústria aérea não tinha interesse nem na tecnologia nacional nem na relação tão direta governo brasileiro e americano. No "Histórico Analítico do CTA", encontramos a seguinte referência à indústria particular:

*"A indústria particular, por outro lado, tem construído no país com materiais nacionais, protótipos e séries de aviões, dos tipos importados, a preços inferiores e sem proteção alfandegária. Infelizmente não pode progredir por ser insuficiente o mercado particular. (...) A indústria particular, que poderia fornecer aviões*

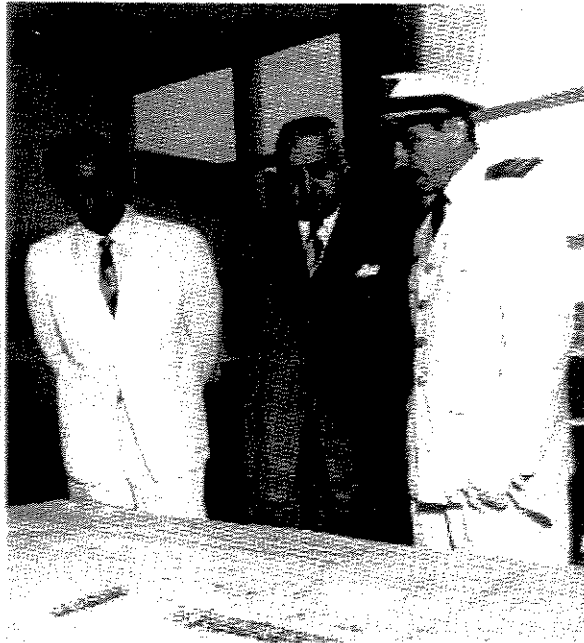
---

<sup>220</sup> CTA. Op. cit. p. 364

<sup>221</sup> CARONE, Edgard. Op. cit. 1977 p. 353-65.

<sup>222</sup> CTA Op. cit. p. 370

*necessários ao governo, fica ignorada e não lhe dá chance de progredir chamando-a à concorrência, e é esse motivo pelo qual vive sistematicamente deficitária e está prestes a desaparecer.*"<sup>223</sup>



224

Prof. Richard Smith, Presidente Eurico Gaspar Dutra e Mal. Casimiro Montenegro na apresentação do CTA às autoridades.

O projeto do CTA surgiu em meio a todos estes conflitos. A forma como foi concebido trouxe insatisfações entre os militares, pois seus idealizadores tinham como modelo o Massachusetts Institute of Technology (MIT), e a orientação de Richard Smith, chefe do Departamento de Aeronáutica do MIT, e imaginavam-no como um instituto autônomo. A oposição militar fez com que mudassem de idéia e revissem o projeto. De acordo com Flávia Rocha André,

*"O plano de estabelecimento do centro de pesquisa foi aprovado pelo Presidente da República. O Ministro da Aeronáutica baixou a portaria n. 39, de 20/01/46, criando a Comissão Organizadora de Centro Técnico de Aeronáutica (COCTA) subordinada diretamente ao Diretor da Sub-diretoria de Técnica Aeronáutica.."*<sup>225</sup>

<sup>223</sup> CTA. Op. cit. p. 438.

<sup>224</sup> PENEDO, A. Op. cit. p. 31.

<sup>225</sup> ANDRÉ, Flávia Rocha. CTA: UM MARCO NA HISTÓRIA URBANÍSTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José dos Campos: Trabalho de Graduação Dep. de História/Univap, orientação: Simone Narciso Lessa, 1996. p. 23

DECRETO Nº 26.619 - de 30 de abril de 1949.

M. ARR. —

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, usando as atribuições que lhe confere o art. 87, na I, da Constituição Federal e considerando a necessidade de intensificar a execução do "Plano de Criação do Centro Técnico de Aeronáutica" decreta:

Art. 1º A Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica (COCTA), criada pelo Decreto nº 26.508, de 25 de março de 1949, funciona de acordo com o art. nº 3º, alínea d e art. 25 do Decreto-Lei nº 9.888, de 16 de setembro de 1946, como órgão especial de caráter transitório, até a instalação do Centro Técnico de Aeronáutica em São José dos Campos, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A COCTA é unidade administrativa diretamente subordinada ao Ministro da Aeronáutica.

Art. 2º Compete à COCTA:

I - a construção dos edifícios e a instalação do Centro Técnico de Aeronáutica em São José dos Campos, e a aquisição de material para esse órgão;

II - a seleção e indicação de professores e técnicos, nacionais e estrangeiros, para o Instituto Tecnológico do Centro Técnico de Aeronáutica;

III - a ligação entre os professores contratados para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e a Escola Técnica do Exército enquanto nesta funcionarem os cursos de engenharia aeronáutica;

IV - a orientação e execução das pesquisas técnicas e dos trabalhos de laboratório dos professores e especialistas contratados para o C.T.A.;

V - todas as demais medidas necessárias à execução do "Plano de criação do Centro Técnico de Aeronáutica".

Art. 3º A Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica é chefiada por um Coronel-Aviador, de preferência com o curso de engenharia aeronáutica, e constituída pelo número de membros fixado pelo Ministro da Aeronáutica.

§ 1º O Chefe e os membros da COCTA são designados pelo Ministro da Aeronáutica.

§ 2º Os trabalhos de execução da COCTA são desempenhados por elementos civis ou militares admitidos, transferidos ou classificações na forma da lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1949, 128ª da Independência e 61ª da República.

EDRICO G. DUTRA  
Armando Trompowsky

(D.O. de 3-5-949). (Pág. 6777).

Transcrito no Bol.nº 87, de 5/5/49, da COCTA

O Decreto No. 26.619/49, dispõe sobre a COCTA. <sup>226</sup>

De acordo com Altino Bondesan, memorialista local, São José foi escolhida para sediar o CTA após acirrada disputa com outros municípios como Campinas e Rio Claro. De acordo com o Bondesan, pesou muito a doação, feita pelo município, de um terreno 13,5 km, junto à estrada São José Paraibuna, cabendo ao Estado desapropriar os terrenos particulares.



## Prefeitura da Estância de S. José dos Campos 231

ESTADO DE SÃO PAULO

Em de de 1951

L. Z. I. Nº 138

de 23 de Novembro de 1.951

A Câmara Municipal de São José dos Campos decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Artigo 1º** - Fica a Prefeitura da Estância autorizada a doar ao Ministério da Aeronáutica, para incorporação no Patrimônio da União, os terrenos pertencentes à municipalidade, situados no chamado "Campo dos Alemães" (Bairro do Lútem), com a área total de 9.280.000 m<sup>2</sup>. (nove milhões, duzentos e oitenta mil metros quadrados), destinadas ao Centro Técnico de Aeronáutica, com as confrontações e características constantes da planilha devidamente autenticada, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

**Parágrafo 1º** - A presente doação fica condicionada à reserva pelo Ministério da Aeronáutica de uma área de 40.000 m<sup>2</sup>. (quarenta mil metros quadrados) para construção pela Prefeitura de uma necrópole municipal.

**Parágrafo 2º** - Fica mantida a Estrada de Brejaúveira como bem de uso comum, e cuja área não está compreendida na presente lei, exaustão dela se utilizarem os moradores dos bairros servidos pela mesma.

**Artigo 2º** - As despesas decorrentes desta doação e de ações judiciais por ela provocadas ficam a cargo exclusivo do Ministério da Aeronáutica.

**Artigo 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância de São José dos Campos, 23 de Novembro de 1.951.

*Benedito Almeida Viana*  
Benedito Almeida Viana  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na seção do expediente e Resol, aos vinte e três de novembro de mil novecentos e cinquenta e um.

*Josefa Achada*  
Josefa Achada  
Chefe da Seção do Exp. e Resol

227

A Lei Municipal, No 138/51, de São José dos Campos dispõe sobre a doação do terreno do "chamado Campo dos Alemães", para a construção do CTA, regularizando sua situação fundiária.

O CTA associado à construção da Dutra marcou uma grande transformação na forma urbana de São José dos Campos. A cidade que crescia às bordas do banhado seguiu na direção das montanhas puxada pelos investimentos ao longo do eixo da Dutra.

*"Sabe-se, hoje, que o marechal do Ar Casimiro Montenegro Filho participou de forma efetiva na idealização do centro. (...) Em uma visita aos EUA, apresentou ao professor Richard Herbert Smith, especialista em planejamento de instalações aeroportuárias militares do Massachusetts Institute of Technology (MIT), uma proposta de estruturação de um centro de formação militar profissionalizante. Em 1946, através de uma prestação de serviço na forma da consultoria, o professor Smith apresentou um relatório que foi apreciado e levado ao Presidente Vargas.*

*Com o entusiasmo transmitido pelo próprio Ministro da Aeronáutica Tenente Brigadeiro Armando Trompowsky, o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, recém-empossado, aprovou o plano e permitiu a canalização de esforços para a construção do CTA. Com a aprovação, o Ministério da Aeronáutica criou a Comissão organizadora do Centro Técnico de Aeronáutica (COCTA) para o gerenciamento do projeto sob a responsabilidades do então Coronel Aviador Engenheiro Casimiro Montenegro Filho.*

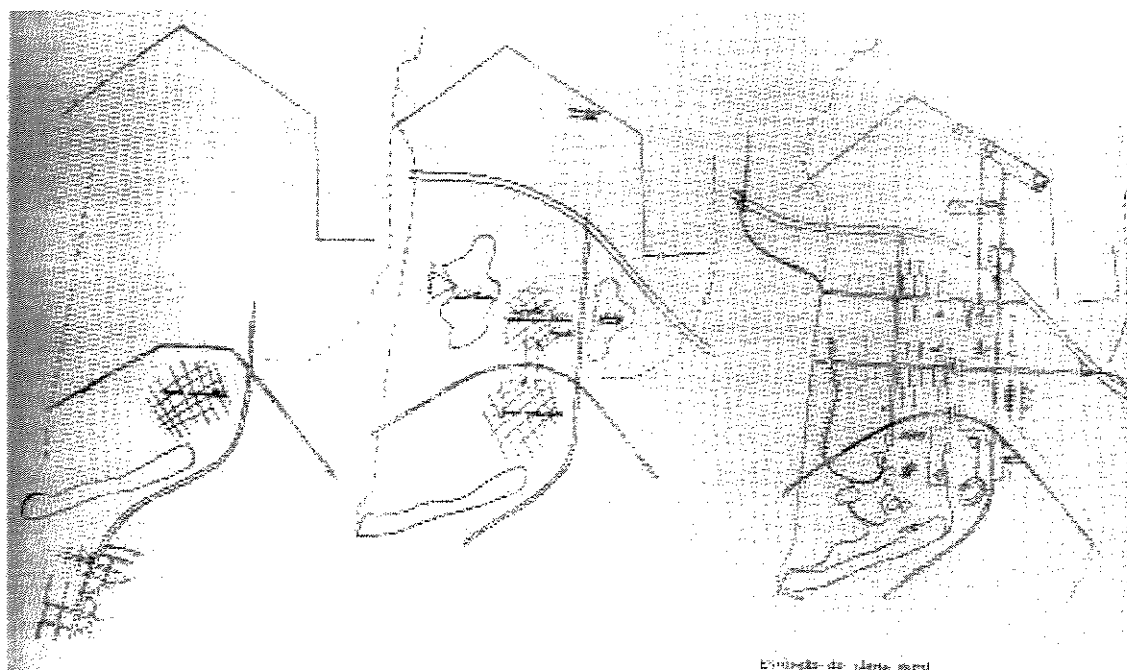
*(...) Depois de intensa pesquisa, a COCTA decidiu pela localização do Centro em São José dos Campos, precisamente no Aeroclube do Município.*

*Uma gleba denominada 'Campo dos Alemães', foram doados pelo Prefeito Sanitarista Pedro Popine Mascarenhas, em comum acordo com os vereadores locais. Somente em 1951, através da lei municipal de 16 de novembro do mesmo ano, a municipalidade concedeu uma área de 9,280 mil metros quadrados para as instalações do CTA. Outros 3.200 m quadrados de área foram pleiteados junto ao Governo do Estado de São Paulo como desapropriação para futuras instalações.*

*Definido o local, a comissão organizadora realizou um concurso fechado de projetos arquitetônicos para o novo centro, conforme normas definidas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil. Foram*

*indicados pelo Ministério da Aeronáutica os escritórios de Oscar Niemayer Soares Filho, Marcelo Roberto, Affonso Eduardo Reidy, Benedito de Barros e a Companhia Brasileira de Engenharia, que designou os arquitetos Edwaldo Vasconcelos, Flavio Amilca Regis do Nascimento e Hermírio de Andrade Silva.*<sup>228</sup>

Como escreve Alexandre Penedo a construção do CTA rompeu com o paradigma da cidade tuberculosa. A presença de técnicos militares a circulação e agitação que tal projeto levou para a cidade inaugurava uma nova relação com o moderno. Esta relação foi marcada pela presença do modernismo a partir de então na arquitetura da cidade. *"A proposta de Niemayer foi vencedora do concurso, conforme o boletim n. 6 do COCTA de 24 de março de 1947."*<sup>229</sup>



Evolução geral do plano de Niemeyer — relação CTA-cidade através da avenida Nelson D'Ávila.<sup>230</sup>

O projeto de Niemayer, diferentemente dos outros apresentados no concurso, estabelecia uma ligação entre a cidade militar e a civil. A ligação entre as duas se daria por um avenida, a Nelson D'Ávila, que ligou o CTA ao centro da

<sup>228</sup> PENEDO, Alexandre. *São José dos Campos - ARQUITETURA MODERNA*. São José dos Campos, SP: Fundação "Cassiano Ricardo" 1997. p 30.

<sup>229</sup> PENEDO, Alexandre. *Op. Cit.* p. 32.

<sup>230</sup> Idem p. 33.

cidade. São José dos Campos passou a ganhar com o complexo tecnológico criado a partir do CTA alguns ingredientes dos " 'science parks' ingleses, dos 'tecnopoles' franceses ou das experiências norte-americanas do Vale do Silício e da Route 28 [perto de Boston]"<sup>231</sup>. Escreve José Adelino Medeiros:

*"O início da formação do pólo de São José dos Campos ocorreu em 1950, com a instalação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o primeiro dos institutos do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), cujas atividades de ensino e pesquisa sempre estiveram integradas ao setor produtivo. Em 1961, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), outro importante centro irradiador de conhecimentos, sendo o principal organismo civil brasileiro voltado para a realização de atividades espaciais. Tratando-se em ambos os casos, de atividades estratégicas do ponto de vista do governo federal, os financiamentos foram significativos e deram impulso à constituição do pólo."*<sup>232</sup>

É importante ressaltarmos que o projeto do CTA fez parte de uma estratégia geopolítica de cooptação do Brasil para a área de influência norte-americana no contexto das relações bipolares que começaram a se constituir durante a Segunda Guerra Mundial. O fato de Niemayer ser um comunista notório criou resistências a sua presença no projeto o que foi resolvido com seu afastamento oficial. Ele no entanto acompanhou a obra até o início de Brasília. Escreve Alexandre Penedo:

*"A consolidação desse fato se fez no Boletim Reservado do CTA n. 1 de 29 de março de 1947, suspendendo o resultado do julgamento da Comissão, publicado no boletim da COCTA n. 6 de 24 de março de 1947.*

*Respeitando a qualidade do projeto apresentado e preocupado com o andamento das obras, o Marechal do Ar Casimiro Montenegro amenizou o fato contratando, no dia 30 de abril de 1947, o arquiteto*

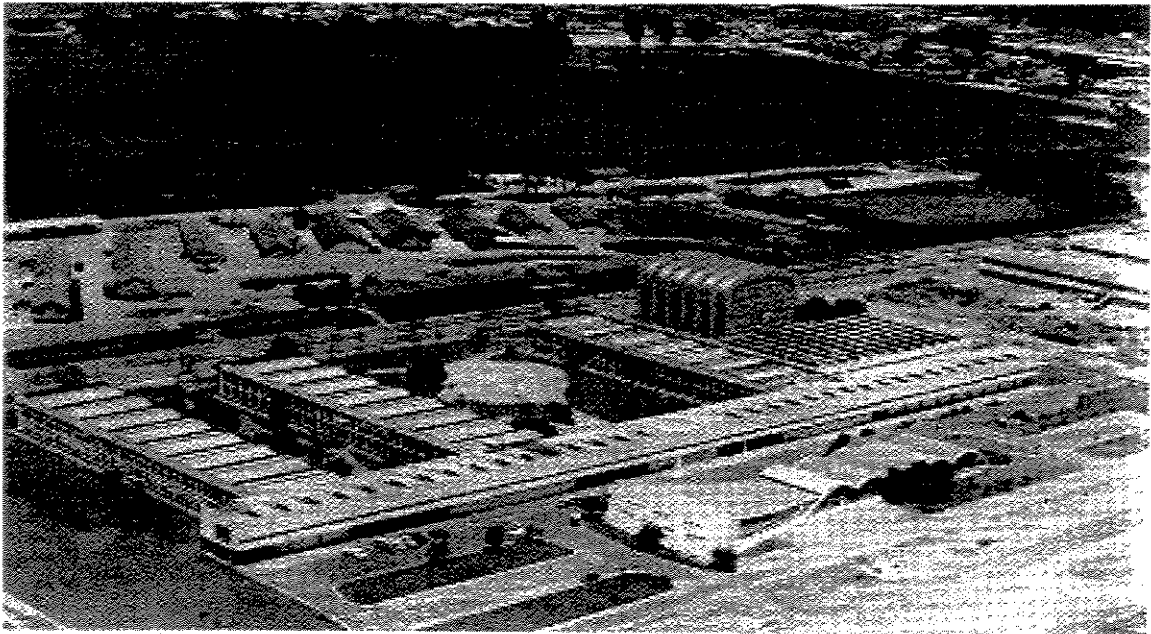
---

<sup>231</sup> MEDEIROS, José Adelino. "Pólos Tecnológicos Ilhas ou Arquipélagos" in: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA. VOL. 9/No. 3/JUL-SET/1995. REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE. São Paulo: Fundação SEADE, 1995. p. 80.

<sup>232</sup> MEDEIROS, J. A Op. cit. 1995 p. 81

*Fernando Geraldo Saturnino Rodrigues de Britto. O arquiteto, na verdade, assinava as próprias plantas de Niemayer, perfazendo a integridade do projeto original.*"<sup>233</sup>

A partir da criação do CTA do ITA - Instituto tecnológico de Aeronáutica, passou a haver um investimento na formação de especialistas. O ITA mantinha cursos de graduação nas áreas de Aeronáutica, eletrônica, infraestrutura aeronáutica e mecânica., e de mestrado e doutorado em Aeronáutica e Mecânica, Eletrônica e Computação, Pesquisa Operacional e Transporte. Foram criados no CTA os instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e o Instituto de Atividades Especiais. O ITA formava a mão-de-obra necessária a indústria aeroespacial que se formou em seguida. Foi das pesquisas de seus institutos que saíram boa parte de seus produtos.



*O ITA (1947), no primeiro plano a biblioteca, os blocos de salas de aula e o laboratório de estruturas da Escola Profissional.* <sup>234</sup>

Escreve Wagner Costa Ribeiro:

*"Após a Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros,*

<sup>233</sup> MEDEIROS, J. A. *Op.cit.* 1995, p. 40.

<sup>234</sup> PENEDO, A. *Op. cit.* p. 87.

*reconhecendo a importância do vetor tecnológico na vitória da coalizão liderada pelos EUA, criaram três órgãos: O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947, A Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948, e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951. Becker vê nestes fatos a constituição do 'embrião geopolítico da modernidade brasileira', o que, para nós, serviu como base do processo de criação das indústrias armamentistas no Brasil, iniciando, sobre novas bases, a capacitação técnico-científica militar no país.*"<sup>235</sup>

A indústria bélica passou a ser instalada na região e mais especificamente em São José dos Campos. Notamos que a revelia de seu passado sanatorial, em função da indústrias bélicas, o Vale passou a ser chamado de "Vale da Morte". Escreve Smith:

*"Recomendo que sejam estabelecidos no Brasil, o mais cedo possível, três escolas superiores de aeronáutica, aerologia e comércio aéreo e localizadas numa área de terra nova. (...) Este novo centro será chamado, Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA).*"<sup>236</sup>

São José dos Campos se apresentava como uma opção interessante diante das assertivas de Smith sobre o projeto. Sobre o Local recomenda o professor, *"que o lugar para o Centro Técnico de Aeronáutica (...) esteja dentro de um raio de 80 km da cidade de São Paulo"*<sup>237</sup>. Ele apontou como razão os altos gastos com energia necessários aos laboratórios do CTA, que poderia retirar das linhas elétricas de transmissão até o limite de 100.000 cavalos a vapor não havendo disponibilidade de potência elétrica na área do Rio de Janeiro, outra possibilidade. Ele apontava São Paulo como o local ideal para a indústria aeronáutica, na medida em que, esta deveria ficar próxima ao CTA.

O Governo Federal concedeu para a COCTA, imbuída das disposições legais para a construção do CTA, Cr\$29.444.000,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil cruzeiros)<sup>238</sup> A aprovação do projeto de

<sup>235</sup> VARGAS, Milton, et alli. *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. Ed. UNESP/CEETEPS. São Paulo, 1994.

<sup>236</sup> Recomendações feitas por Smith no Plano Geral do Estabelecimento do Centro Técnico Aeronáuticos. CTA. Op. cit. 502.

<sup>237</sup> Idem p. 503.

<sup>238</sup> CTA Op. cit. p. 532.

Oscar Niemeyer se deu em 47 e transcorreram alguns meses até que, em 1948, foram iniciadas as primeiras obras preparatórias para sua instalação como: o levantamento topográfico de toda a área doada ao Ministério da Aeronáutica, instalação da rede de distribuição, energia elétrica e serviços de terraplanagem. Neste mesmo ano foram iniciadas as obras de estaqueamento e alvenaria dos laboratórios, da escola aeronáutica, do ambulatório e biblioteca do ITA, bem como dos alojamentos para os alunos e membros do COCTA.<sup>239</sup>

Em 1950, o CTA, mesmo possuindo poucas obras prontas como alojamentos e refeitórios, recebeu a primeira turma de alunos, que neste mesmo ano colaram grau no novo instituto (ITA), por terem iniciado o curso de engenharia na Escola Técnica do Exército, em 1947, no Rio de Janeiro. Durante o período JK o crescimento do CTA, embora não tenha sido interrompido, também não foi acelerado. Foi no governo militar que o centro deslanchou e cresceu. Entre 1948 e 50 o centro cresceu 11%. De 51 a 60 foi o período que menos cresceu 8%, no entanto, entre 61 e 80 ele cresceu 64%, a maior parte compreendida pelo Governo Militar, diminuindo de intensidade no período entre 81 e 90 com 14%, final da Ditadura.<sup>240</sup>

O Governo Militar se instaurou sob uma estratégia voltada para a "Segurança Nacional" anunciando a transformação do país em uma potência desenvolvida. A estratégia da Segurança Nacional era a base do mundo bilateral da Guerra Fria, em ambos os lados. Foi, como colocou Paul Virilio, um processo de militarização do cotidiano, no qual o Estado passou de uma perspectiva de Defesa Nacional contra o inimigo externa, para Segurança Nacional no qual o inimigo era interno e buscava subverter a ordem. Nos diz Virilio em entrevista a Lotringer:

*"Na sociedade antiga, onde dominavam as estratégias econômicas e políticas, o exército era uma defesa nacional: sua tarefa consistia em proteger fronteiras ou expandi-las combatendo o inimigo. Na sociedade da segurança nacional o próprio termo é bastante interessante — as forças armadas voltam-se contra suas próprias populações: de um lado para exigir os fundos necessários para a Guerra Pura [guerra tecnológica de dissuasão — corrida espacial e*

---

<sup>239</sup> Idem p. 461

<sup>240</sup> Fichários da Seção de Patrimônio do Centro Técnico Aeroespacial. Levantamento feito por ANDRÉ, Flávia Rocha 1996. Op. cit. p. 38.

*armamentista], o desenvolvimento (...), e, do outro para controlar a sociedade.*<sup>241</sup>

O Governo Militar e mesmo antes, um seleto grupo de militares brasileiros, que tinham como mentor Golbery do Couto e Silva, compartilhando desta perspectiva de Segurança Nacional, montou o programa que deu sustentação ao Governo Militar que tomou o poder após 64. O Governo Militar, também visava a aceleração do desenvolvimento através da industrialização do país, com recursos nacionais e estrangeiros, dando continuidade e suporte técnico e infra-estrutural à entrada das transnacionais.

Em São José dos Campos, como já destacamos, a Dutra se transformou num corredor industrial. Esta tendência se intensificou com a sua duplicação e pavimentação na década de 60. Escreve Milton Vargas:

*"Em 1949, a Rio-São Paulo já podia ser utilizada pelo tráfego; porém, não estava inteiramente pavimentada exceto nos trechos mencionados e havia ainda o problema da estabilidade dos taludes. O IPT prestou assistência a esses casos até o final da primeira fase de sua construção, no início da década de 50. (...) A via Dutra foi inteiramente duplicada e completamente terminada entre 1964 e 1967, com o auxílio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do que resultou a imposição de consultoria americana para a sua engenharia."*<sup>242</sup>

A partir de 1964, tomou corpo no Brasil por parte dos militares, a idéia do desenvolvimento da indústria armamentista, em prol dos interesses da Segurança Nacional. No CTA já existia o ITA e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) criado em 1954. Ambos geradores de programas de pesquisa, que delegavam ao Brasil uma certa autonomia tecnológica. A corporação militar buscou na construção da indústria bélica as estratégias que estabeleceu seu lugar nas relações internacionais.

No Brasil, as transformações da década de 50, mudaram as localizações, o volume de energia, a capacidade das máquinas, a matéria-prima, os produtos, os motivos, os mercados e a procedência do capital. Predominava a impessoalidade

<sup>241</sup> VIRILIO, Paul & LOTRINGER, Salvatore. Op. cit. p. 92

<sup>242</sup> VARGAS, Milton. Op. cit. p. 152

da Sociedade Anônima. Eram fábricas que produziam bens intermediários, de capital e bens de consumo duráveis e não duráveis. O espaço arquitetônico monumental, exigindo grandes extensões para instalação de uma fábrica, o que implicava num forte impacto sobre o tecido urbano. Emergiu com grande força sobre o território estruturas de Segunda Natureza que cortaram montanhas com novas e grandes rodovias, estenderam fios, propagaram ondas, mudaram o regime das águas.

No Vale do Paraíba, palco privilegiado desta "Cultura Fáustica"<sup>243</sup>, no Brasil, as facilidades de infra-estrutura e mão-de-obra capacitada, fez surgir uma série de fábricas de fundo de quintal, criadas por engenheiros aeronáuticos, mecânicos e eletrônicos formados pelo ITA (Instituto Técnico da Aeronáutica), que se aventuraram em empreendimentos privados e projetos oficiais, dando vazão a uma capacidade de produção que resultaria na formação versátil da indústria bélica, aeronáutica e aeroespacial brasileira. A indústria aeronáutica, assim como a indústria bélica, somente deslanchou após o Golpe Militar. A Embraer, criada em 1969, representou um grande esforço militar na afirmação da indústria bélica nacional e estatal.

A instalação de um órgão federal responsável pela pesquisa e política Espacial, o INPE (1961), consolidou o caminho iniciado pela CTA em busca do domínio estatal no setor tecnológico. Neste período surgiram as fábricas pioneiras, deste que seria o setor mais característico para a cidade, sendo notório o fato de representarem a indústria nacional: as telecomunicações, o aeronáutico e o bélico. Foi criada a Sociedade Construtora Aeronáutica Neiva (1962), Avibrás (1962), e finalmente a Embraer (1969).

A pioneira Neiva que, primeiramente, estava instalada em Botucatu, se instalou em São José dos Campos, na década de 60. A Avibrás surgiu dos quadros técnicos da Neiva. Ela foi concebida e criada pelos engenheiros José Carlos de Souza Reis juntamente com Aluisio Sambati e João Verdi Carvalho Leite formados pelo ITA em 1957.

*"Ex-alunos do ITA fundam, em 1961, a Avibrás Aeroespacial (Avibrás), com o objetivo de produzir aviões. O Eng. João Verdi de Carvalho Leite, presidente da Avibrás, projetou o Alvorada, avião monomotor que não foi desenvolvido. Posteriormente, foram*

---

<sup>243</sup> SPENGLER, Oswald. O HOMEM E A TÉCNICA. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1980. p. 103. Ver sobre "Cultura Fáustica": LESSA, Simone N. Op. cit. p. 103.

*projetados os aviões Falcão e o Saci, em 1963. Destes, apenas o Saci foi testado, obtendo sucesso. Mas, é em 1965 que a Avibrás vai ingressar no setor armamentista, ocasião em que desenvolve os foguetes Sonda, no programa espacial do CTA. A participação no programa Sonda, desenvolvendo propelente sólido, permitiu a Avibrás projetar e desenvolver foguetes militares tipo ar-terra em outro programa militar: o Sistema Brasileiro Ar-Terra (SBAT).<sup>244</sup>*

Ligada ao CTA a Avibrás começou fazendo projetos para a aeronáutica, como os aviões Alvorada e Falcão.

*"Durante a época em que Marinha e Aeronáutica trabalharam juntas com a Valparaíba - e na qual a Avibrás, sem conseguir deslanchar seu projetos de aviões, dedicou-se a pesquisar um propelente mais poderoso -, o governo brasileiro buscou junto aos Estados Unidos — e países aliados de Washington, como o Canadá, França e Alemanha Ocidental — recursos e apoio tecnológico ao seu modesto programa de experimentos espaciais. Os norte-americanos doaram muitos equipamentos, e até foguetes completos, especialmente os modelos Arcas e Hasp. O progressivo envolvimento do Brasil na pesquisa do espaço passou, contudo, a exigir passos cada vez mais importantes, sofisticados e caros."<sup>245</sup>*

A Avibrás se voltou para o setor de foguetes e ganhou projeção internacional com o SS. Foguetes usados em fogo de saturação anti-tropas ou carros. A empresa cresceu nas décadas seguintes se transformando numa holding constituída por nove empresas.

---

<sup>244</sup> VARGAS, Milton. Op. cit. p.307.

<sup>245</sup> LOPES, Roberto. REDE DE INTRIGAS. OS BASTIDORES DO FRACASSO DA INDÚSTRIA BÉLICA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 79

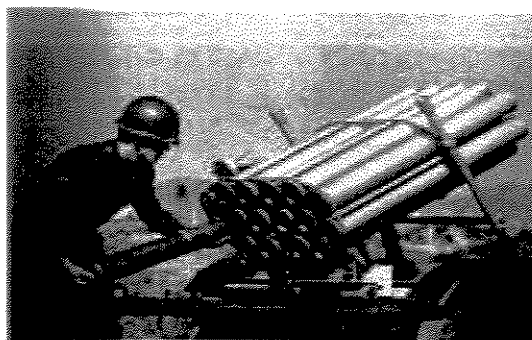


Fig. 1 - Lançador múltiplo de foguetes 108 mm, produzido pela Avibrás.



Fig. 2 - Três foguetes do Sistema Astros SS-30 (distâncias entre 9 km e 30 km), SS-40 (distâncias de 40 km) e SS-60 (distâncias de 70 km).



Fig. 3 - Foguetes X-40, Avibrás. Projeto experimental de blindado lançador de foguetes (não foi produzido).



Fig. 4 - "Casulo" de foguetes SABAT-70 — Avibrás — em helicóptero Wasp, da Marinha do Brasil.

#### FOTOS DE DIVULGAÇÃO DA AVIBRÁS:

Primeira Foto: lançador múltiplo de foguetes 108 mm, produzido pela Avibrás;

Segunda Foto: três foguetes do Sistema Astros SS-30 (distâncias entre 9 km e 30 km), SS-40 (distâncias de 40 km) e SS-60 (distâncias de 70 km);

Terceira Foto: Foguetes X-40, Avibrás. Projeto experimental de blindado lançador de foguetes (não foi produzido)

Quarta Foto: "Casulo" de foguetes SABAT-70 — Avibrás — em helicóptero Wasp, da Marinha do Brasil.

Com unidades em São José dos Campos, Jacareí e Lorena:

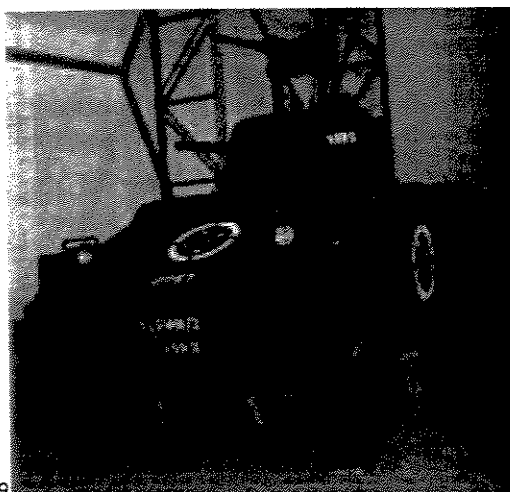
*"Tectran Engenharia e Comércio SA (São José dos Campos), Usiforja, Transvip Turismo Ltda, Agroman - Agronômica, Pecuária e Serviços de Conservação Ltda, Powertronic (que desenvolve equipamentos eletrônicos), Optolaser Indústria e Comércio Ltda, Avibrás Fibras Óticas SA, e a Inscom (satélites)."*<sup>247</sup>

<sup>246</sup> LOPES, Roberto. Op. cit. Encarte. s. n.

<sup>247</sup> VARGAS, Milton. Op. cit. p. 308 e 309.

Todos estes investimentos feitos pelas Forças Armadas no Vale, em especial o projeto aeronáutico, em São José dos Campos criou em três décadas uma região estratégica no eixo Rio-São Paulo. Exército e Aeronáutica se intercalaram nas cidades do Vale sendo que em Piquete se instalou um pólo de indústrias químicas, especialmente pólvora, desde o começo do século, em 1906. Assim como a indústria civil, a indústria bélica e os centros de pesquisa reestruturaram o território. São José dos Campos localizada num platô entre montanhas era uma trincheira natural. O platô, por sua vez, era ideal a instalação de aeroporto e, conseqüentemente, de uma base aeronáutica.

Estas empresas organizaram, assim como as transnacionais, suas atividades "*criando circuitos espaciais de produção*" <sup>248</sup>. Em 1965, foi criada a Engenheiros Especializados SA, ENGESA, com o objetivo de produzir hastes a serem empregadas na extração de petróleo. A empresa se iniciou no setor armamentista com o contrato de manutenção dos caminhões do exército brasileiro. A ENGESA vai se especializar em carros blindados, sendo o Cascavel e o Urutu os projetos que lhe deram projeção internacional. O mais famoso foi o Osório vendido para vários países do Oriente Médio.



249

Primeira Foto: Primeira versão do Cascavel feito no Parque de Motomecanização em São Paulo;

Segunda Foto: O Cascavel da Engesa, com pintura de camuflagem e canhão 90 mm.

A Ditadura Militar mudou a situação da Avibrás e Engesa, criadas por civis

<sup>248</sup> SANTOS, Milton. Op. cit. 2001 p. 153.

<sup>249</sup> LOPES, Roberto. Op. cit. Encarte s. n.

e militares, não conseguiram conviver com a postura dos militares cada vez mais centralizadora. Enquanto José Luís Whitaker, presidente da Engesa, faturava a imprensa com os blindados, Verdi não avaliou sua dependência das estruturas da Aeronáutica como o CTA, rompendo e sendo alijado do processo de produção de aeronaves a partir de 1969, com a criação da EMBRAER.

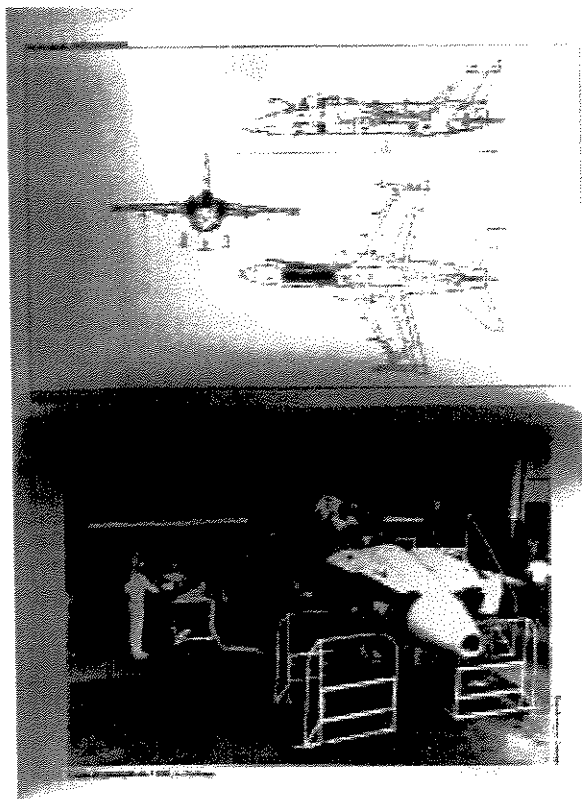
EMBRAER — estatal da Aeronáutica, concebida a partir da criação do Grupo GEIMA — Grupo Executivo e de Trabalho e Estudos de Projetos Especiais subordinado ao Estado Maior da Aeronáutica —, como um grupo executivo da indústria aeronáutica. O Ministério da Aeronáutica pretendia criar uma empresa estatal. Em 1969 a Embraer foi concebida e comandada pelo brigadeiro Ozires Silva e Hugo de Oliveira Piva. Nos conta o reporter Roberto Lopes:

*"Articuladora do movimento que resultou da fundação da Embraer - a 19 de agosto de 1969 -, a dupla Ozires Silva e Hugo Oliveira Piva conseguiu, dois meses mais tarde, outro tento que desembaraçaria de vez os laços que uniam a Avibrás ao CTA. A 17 de outubro de 1969, o Decreto n. 65.450 criou o Instituto de Atividades Espaciais - IAE - do Ministério da Aeronáutica, originário da fusão do GETEPE [Grupo Executivo e de Trabalho e Estudos de Projetos Especiais subordinado ao Estado Maior da Aeronáutica] com o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do CTA."*<sup>250</sup>

De acordo com Wagner Costa Ribeiro a EMBRAER, Empresa Brasileira de Aeronáutica SA começou a ser projetada em 1965, quando um grupo de pesquisadores brasileiros auxiliados por Marx Holste, construtor de aeronaves, desenvolvia o projeto do avião Bandeirante, que voou pela primeira vez em 1968. Responsáveis pelo desenvolvimento do Bandeirantes os pesquisadores do IPD — Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento foram incorporados à Embraer para dar continuidade ao projeto. Em 1971 numa parceria da empresa italiana Aeromacchi, foi construído o jato de treinamento BEM-326 Xavante ou AT-26 como o denominou a Força Aérea Brasileira - FAB. Em 1979 foi feito o Tucano (EMB-326 ou AT-26 para a FAB), único avião de treinamento militar monomotor e turboélice projetado para este fim.

---

<sup>250</sup> LOPES, Roberto. Op. cit. p. 83.



Fotos divulgada pela AMX Internacional: Projeto e linha de produção AMX da Embraer.

251

*"O grupo Embraer chegou a empregar 12 mil trabalhadores, distribuídos em duas unidades fabris (Botucatu e São José dos campos), duas de venda e apoio pós-venda no exterior (Fort Lauderdale, EUA, e Aeroporto du Bourget, França) e uma divisão de equipamentos) também sediada em São José dos Campos), representada, respectivamente, pela Indústria Aeronáutica Neiva SA, Empresa Brasileira de Aeronáutica SA, Embraer Air Craft Corporation, Embraer Aviation International e Embraer Divisão Equipamentos. A Embraer possui ações da Órbita, (...) A crise que a assolou, em 1990, com o cancelamento de contratos, resultou na demissão de 4 mil trabalhadores, dentre eles, profissionais envolvidos com a pesquisa tecnológica."<sup>252</sup>*

<sup>251</sup> LOPES, R. Op. cit. Encarte s. n.

<sup>252</sup> VARGAS, Milton. Op. cit. p. 305

## **UM DIA OS BRASILEIROS ACHARAM QUE NÃO BASTAVA INVENTAR AVIÕES: COMEÇARAM A FABRICÁ-LOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

O "Bandeirante" é um avião essencialmente brasileiro, projetado no Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento. É um bi-motor turbo-hélice, construído para o transporte de passageiros, carga, evacuação aero-médica, fotografia aérea e treinamento. Tem capacidade para operar em campos semi-preparados, decolando e aterrissando em pequenas pistas. Sua velocidade vai a mais de 400 km/h. É realmente um avião concebido para as necessidades nacionais e está sendo fabricado em São José dos Campos, pela EMBRAER. Além desse modelo, outros também estão sendo desenvolvidos em São José dos Campos, capital da indústria aeronáutica brasileira.



A Embraer se constituiu numa das principais forças econômicas da cidade, um verdadeiro "chamariz".

O fim da Ditadura Militar e as mudanças nas correlações de forças internacionais, nas décadas de 80 e 90, explicitou a frágil situação da Engesa e colocou a Embraer e o CTA na linha de frente das políticas "neoliberais" do Governo de Fernando Collor de Melo. A Embraer em crise foi uma das linhas de frente do processo de privatização do governo e ainda hoje mobiliza forças privadas e estatais de peso a cada novo negócio.

A Engesa não resistiu o que denuncia a veracidade da tese do professor Renato Dagnino de que ela se sustentava muito mais na propaganda que em negócios. Escreveu o autor:

---

<sup>253</sup> Folder de propaganda de São José dos Campos —1975

*"Declarações são capciosamente fornecidas pelas empresas, fazendo com que, por exemplo, a imprensa tenda a noticiar o valor de contratos de fornecimentos com outros países, a serem cumpridos durante vários anos, como sendo o valor das exportações daquele ano. É desta maneira que tem sido publicado nos jornais brasileiros em primeira mão, e depois com 'a criatividade e responsabilidade' costumeiras pela imprensa internacional, cifras de exportação que chegam a superar três bilhões de dólares. Neste circuito alimentado pelos lobbies e jornalistas (porta-vozes não-declarados das empresas), e pela pouca familiaridade dos repórteres com o tema, a citação repetida de mentiras confere-lhes um estatuto de verdade (...) É dessa maneira que os empresários têm conseguido fazer a opinião pública acreditar nos números que divulgam e na sua versão otimista sobre as vantagens e o excelente desempenho do setor."*<sup>254</sup>

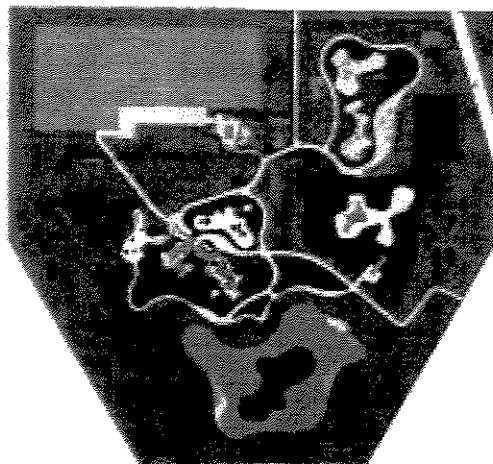
Mesmo diante de conflitos e crises, o CTA iniciou as transformações de São José e, a partir dele, nasceu uma indústria bélica e se estabeleceu definitivamente a presença do Estado e União nos projetos para a cidade e região. Além do processo de industrialização, outra ação que devemos tratar em seguida é o planejamento estatal para a região e sua ligação com os Planos Nacionais do governo militar.

### **O Planejamento e a cidade pólo**

A criação do CTA, o projeto de Niemayer, as indústrias transnacionais e a indústria bélica, inauguraram um novo momento no processo de formação do território da cidade de São José dos Campos. A comissão julgadora do projeto do CTA ressaltou a ligação do centro com a cidade e o zoneamento no que diz respeito à relação entre as habitações, escolas e esportes. A avenida Nelson D'Ávila que liga o CTA ao centro da cidade e a construção da Dutra demarcaram um novo eixo de crescimento da cidade. A Arquitetura Moderna trazida para São José dos Campos com o projeto de Niemayer fez do CTA uma referência arquitetônica para a construção da paisagem urbana de São José nas décadas seguintes.

<sup>254</sup> DAGNINO, Renato P. A INDÚSTRIA DE ARMAMENTOS BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE AVALIAÇÃO. Campinas: Tese de Doutorado, Instituto de Economia/UNICAMP, 1989.Pp. 5 e 6.

Indústrias, associações e a continuação das obras do CTA, trouxe arquitetos de fora, alguns de renome, como Rosento Santos Mourão ( Hotel do CTA, 1958, Hospital Nossa Senhora de Fátima 1966), Ícaro de Castro Mello (Tênis Clube-1966), Rino Levi<sup>255</sup> (Fundação Vale Paraibana de Ensino 1969), Roberto Burle Marx (paisagismo e painéis da casa de Olívio Gomes). Estes arquitetos exerceram uma forte influência na arquitetura local. As residências de uma classe média emergente passou a se valer desta arquitetura como representação do destino que queriam para a cidade: modernidade e indústria. A arquitetura passou, também, a valorizar os imóveis.



256

Plano geral de paisagismo, de Roberto Burle Marx para a residência de Olívio Gomes. Além do Jardim ele fez, também um painel na fachada sul da casa.

Foi dessa forma que ocorreu a demarcação das áreas urbanas de São José dos Campos definindo-se, assim, sua territorialização. O crescimento do setor imobiliário marcou o processo de expansão da cidade através da emergência do mercado fundiário valorizado pela proposta estatal desenvolvimentista. O encontro do Urbanismo com a Arquitetura Moderna deu suporte para a formação deste novo eixo de expansão da cidade, valorizando as terras.

<sup>255</sup> Sobre Rino Levi ver: CARPINTERO, Marisa V. *EM BUSCA DA IMAGEM. A CIDADE E SEU FIGURINO (São Paulo 1930-1954)*. Campinas: Tese de Doutorado/ Departamento de História/IFCH/UNICAMP, 1998. p. 196, 197.

<sup>256</sup> PENEDO, A. *Op. cit.* p. 50.

17.8.53

Presented by Dr. Alan Levi,

Comuniquei aos homens da Sierra que tinhamos necessidade de sobrestar na execucao do peipao para aquelas. Informei que por todo o mar de Outubro teriamos removido o pequeno obstaculo que nos detinha. Entretanto conservaremos a minuta do contrato para ulterior entendimento. Pessoalmente lhe darei as minhas ratificacoes.

A execução desse serviço ficará efetivamente suspensa. Temos, porém, a considerar que o Sr. Ivo despetas com o seu projeto, e mesmo que venhamos a reconsiderar esse serviço, eu gostaria de indenizar os seus custos.

Outra assunção sobre a qual há muito deveria ter sido conversado com o Sr. é a casa da Rua Sergipe, cuja construção foi suspensa. Conquanto seja minha intenção retomar esse serviço mais tarde, gostaria de dar atenção a parte do seu negócio e lhe indenizar pelos seus gastos.

Pego ao amigo dizer-me alguma coisa sobre os dois as-  
suntos, e creia-me sempre, seu

~~Amigo muito atento~~

257

Carta de Olívio Gomes 'a Rino Levi.

O processo de cadastramento de imóveis ganhou uma nova dimensão com o plano do CPEU e mesmo com os planos que se seguiram. A preocupação com a especulação imobiliária, com os loteamentos clandestinos e a favelização já estava presente no primeiro plano diretor de São José dos Campos iniciado em 1958 e finalizado em 1961, numa experiência pioneira no Brasil.

Nice Lecocq Müller descreveu, assim, a formação territorial de São José dos Campos, em 1969:

"as novas indústrias que se têm instalado em São José dos Campos, procuraram, de preferência, os terrenos cortados pela Rodovia Dutra, é se criando, nos últimos anos, verdadeira faixa industrializada, que vem provocando o crescimento da cidade nesta

*direção, através de vários bairros residenciais modestos, que se foram infiltrando nas áreas desocupadas entre os sanatórios e os terrenos industriais ao longo da Dutra que, em certo ponto, chegou a ser ultrapassada. A organização do espaço de São José dos Campos é bastante expressiva para ilustrar o processo, especialmente por se tratar de uma das maiores e mais complexas cidades do Vale do Paraíba.*

*Esquemáticamente, pode-se dizer que o espaço de São José dos Campos se desenvolve entre a linha de declive que marca a borda da alta superfície tabular ocupada pela cidade (ao pé da qual corre a linha férrea da Central do Brasil) e a Rodovia Presidente Dutra; no outro sentido, vai, excluindo-se o apêndice formado pelo bairro Santana, da linha da Central até pouco além do rio Serimbura. A parte central da cidade, coincidindo, aproximadamente, com o núcleo original, fica a beira da colina, a cavaleiro do declive abrupto que cai sobre a várzea, na parte que tem o feitio de anfiteatro, e evitando os terrenos inclinados que estabelecem sua ligação com a planície, ao lado da estação da estrada de ferro. A área de transição do centro para os bairros residenciais se desenvolve, principalmente, na direção do antigo leito da estrada de ferro que, acompanhando o córrego Lavapés, limitou, durante muito tempo, o espaço urbano de São José dos Campos nesta direção; do lado da escarpa abrupta seu desenvolvimento é menor, pois que a cidade custou a expandir-se nesta direção, devido a presença de inúmeros sanatórios aí estabelecidos. A área de transição, ao lado da presença de serviços, instalados em descontinuidade, inclui residências de classe média, na maioria casas antigas, com tendência para renovação; como ocorre freqüentemente, a valorização dos terrenos, pela proximidade do centro, elevou o valor das moradias e o preço dos aluguéis, havendo aí muito aproveitamento de fundos de quintais para a construção de outras casas e, por vezes, habitações coletivas, do tipo de cortiços. Fora o pequeno prolongamento destas áreas — central e sua periferia — em direção a avenida Rui Barbosa [a qual já nos referimos no capítulo anterior], via de ligação com o Bairro de Santana, todo o conjunto está cercado por bairros residenciais. (...) Esses bairros residenciais modestos se prolongam para o outro lado do córrego*

*Lavapés e da linha de transmissão da Cia. Light até a Via Dutra, ultrapassando-a pelo loteamento correspondente a Vila Nova Conceição, ao lado do qual há outro, a Vila das Acácias, que tende para o tipo médio. Reunindo-se a estes vários bairros o de Santana, percebe-se, claramente, que a maior extensão da cidade corresponde a áreas residenciais modestas que, embora nem sempre inteiramente ocupadas, demonstram bem a importância do efeito operário na população da cidade. Como bairro residencial de luxo, São José dos Campos conta com a Vila Nova América, cujo o prolongamento vila Nova Europa, parcialmente vazio, acusa a mesma tendência.."*

Neste momento para Müller as demarcações antrópicas já são mais importantes que o próprio sítio natural sobre o qual a cidade se estende. A questão social foi apresentada territorialmente pela autora ligada diretamente ao problema das migrações. Continuou a autora:

*"Completando o quadro e em flagrante contraste com os bairros a que acabamos de nos referir, há, ainda os dois bairros mais pobres de São José dos Campos. Um deles está relativamente próximo ao centro, formado por 'invasores' que se instalaram nos terrenos do antigo leito da estrada de ferro, constituído por habitações precárias que abriga uma população pobre e desajustada, freqüentemente de recém-chegados do Nordeste do País. Em 1960, aí havia 3.882 pessoas [citação do Plano Preliminar de SJC do CPEU], número que só pode ter aumentado; incrustada no espaço urbano de São José dos Campos e bem próxima ao centro, essa autentica favela constitui um dos maiores problemas urbanísticos e sociais da cidade. O outro bairro marcadamente pobre é o do Alto da Ponte, do outro lado do rio Paraíba, na saída para Campos do Jordão, com habitações muito modestas, algumas de pau-a-pique; é formado por uma população operária de origem rural, proveniente, na maioria de Minas Gerais. Note-se que, muito significativamente, as mais humildes áreas residenciais acusam forte contribuição, em sua composição populacional, de elementos vindo de outros estados: são nordestinos, num caso e mineiros , em outro."*<sup>258</sup>

Podemos notar pelo texto de Müller, apesar da mudança de foco da questão

---

<sup>258</sup> MÜLLER, Nice I. Op. cit. Pp.257, 258 e 259.

da pobreza, do pobre doente para o operário e migrante, os problemas sociais não somente persistiram como aumentaram com o crescimento da população. Vimos, no entanto, que o processo de regulamentação da terra urbana, principalmente a partir do Plano Diretor feito pelo CPEU, não impediu e até incentivou de um lado a expansão horizontal da cidade, principalmente em direção da Dutra e a emergência, entre as brechas da lei e do sítio urbano, da cidade ilegal das ocupações, favelas e cortiços.

O plano do CPEU, foi o primeiro a colocar a questão sócio-econômica como central. Ele remontou o histórico dos problemas sociais em São José dos Campos desde o período sanatorial, quando apontou o problema do menor desassistido como um dos mais graves. Encontramos no plano o seguinte trecho:

*"O problema que a cidade teve que enfrentar nessa época, foi o de grande número de crianças que ficavam ao abandono, quando seus pais, que vinham a procura de tratamento, ou se internavam ou faleciam."*<sup>259</sup>

O plano alerta para o agravamento do problema com a industrialização. Ele mencionou o caso do bairro "Linha Velha", (cercado por um tapume na década de 70 pelo prefeito Sobral, no intuito de esconder a pobreza), uma favela no antigo leito da FEPASA, à qual Müller já havia se referido. O texto compara a "Linha Velha", uma área degradada e de delinquência com outros dois núcleos novos, Vila Industrial e Vila Tatetuba. Diz o texto do CPEU:

*"Tudo leva a crer que a população desse núcleo [Linha Velha] não conseguiu integrar-se ao sistema econômico local, incapaz, por vários motivos, de absorver totalmente a grande quantidade de mão-de-obra que se lhe oferecia; por isso era inevitável que se tornasse socialmente desajustada.*

*(...)*

*[a Vila Industrial e Tatetuba] núcleos de origem bastante recente e situados a grande distância do centro. As suas características exteriores são completamente diferentes das existentes na Linha Velha; (...) No entanto quanto às condições de vida e outras características, tudo leva a crer em grande semelhança."*<sup>260</sup>

---

<sup>259</sup> CPEU. FAU/USP. Vol. 2 p. 0054

<sup>260</sup> CPEU. FAU/USP. Vol. 2 p. 0058

O plano, ao admitir os problemas sociais, não se colocou como a cura de todos os males, indicando suas origens históricas e as dificuldades para debelá-los. O controle sobre a cidade e a legislação foram saídas apontadas para o processo "descontrolado de crescimento urbano" em função da industrialização e do crescimento da população de migrantes. A população urbana cresceu e se desterritorializou. *"perdem-se os joseenses mais antigos cujo número foi mesmo ultrapassado"*<sup>261</sup>, Ele apontava para um possível processo de reterritorialização dos migrantes desterritorializados.<sup>262</sup>

*"É mencionada com certa ênfase a indiferença da maioria dos moradores de São José quanto a questão que, em virtude dessa mesma condição lhes dizem respeito diretamente; tal atitude parece refletir inclusive na esfera política, cujos militantes, com raras exceções, não conseguem identificar-se completamente com os problemas locais. A verdade é que a população recém chegada não teve de fato tempo suficiente para desenvolver o sentimento de pertencer a um 'todo', no caso a cidade, passando a comportar-se de modo coerente com ele. Proveniente, como indicamos, de várias regiões do Estado e do País, pertencente a camadas sociais distintas, não seria mesmo de esperar o desenvolvimento rápido da coesão, da solidariedade, de qualquer forma definida de cooperação tendo em vista fins comuns. Mesmo realizando-se o agrupamento em pontos determinados do núcleo urbano segundo características semelhantes, ao que tudo indica não se criaram ainda as condições necessárias ou suficientes para a integração completa. Por todos esses motivos, é compreensível que não se tenha desenvolvido também a consciência da necessidade de participação ativa e de colaboração na abordagem de certos problemas comuns a todos os moradores."*<sup>263</sup>

Toda a industrialização e o planejamento que se seguiu pareceu ter se voltado cada vez mais para o aparelhamento da cidade com equipamentos necessários ao capital deixando de lado as necessidades da população carente. Novos bairros foram criados, como foi o caso do bairro Satélite, próximo à fábrica

<sup>262</sup> SANTOS, Milton. Op. cit. 2001. "Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado". p. 19

<sup>263</sup> CEPEU FAU/USP Vol. 2 . 0057

da Alpargatas, ao lado do Dutra e do CTA.

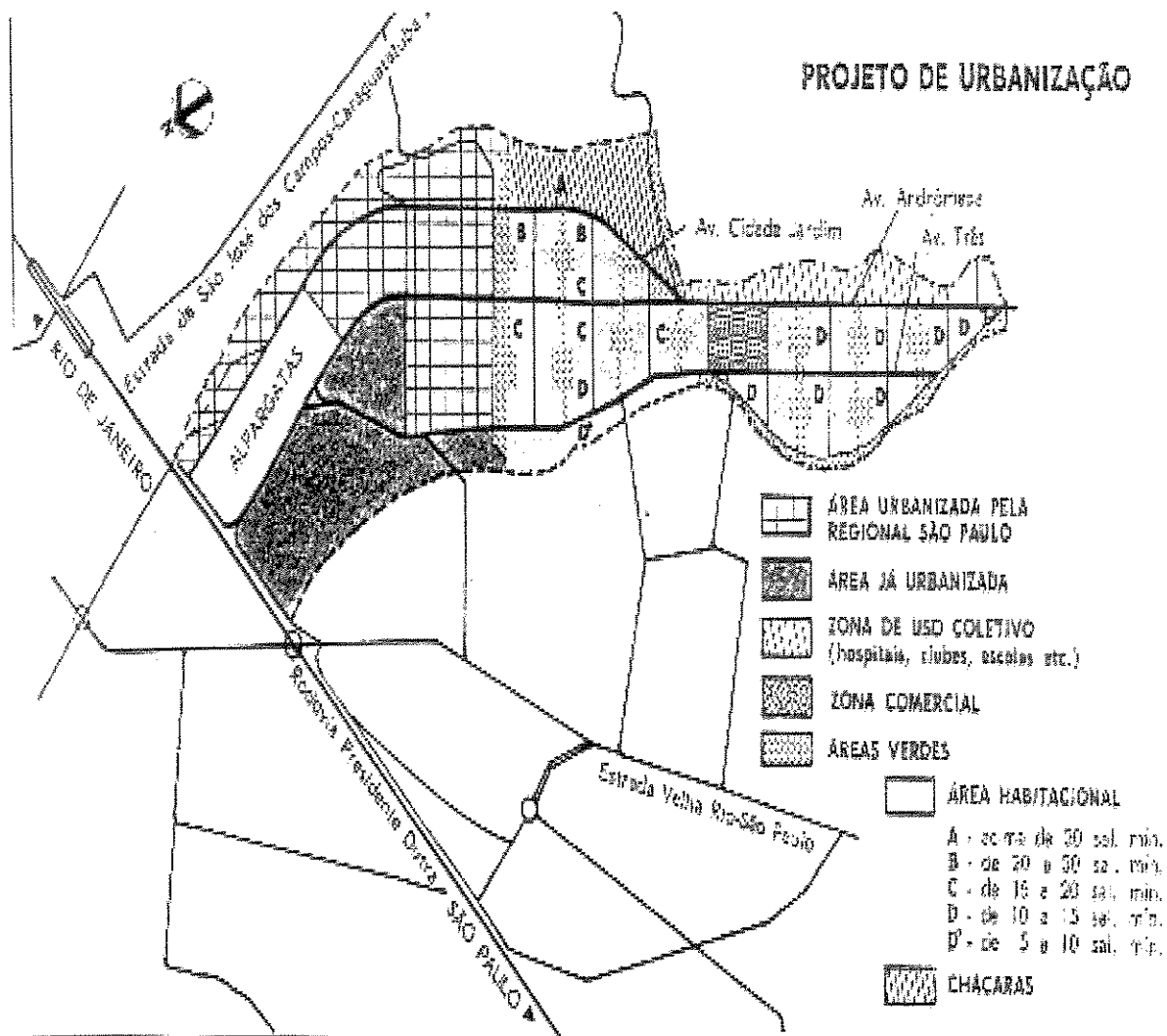


Fábrica da Alpargatas, construída às margens da Dutra, com capital nacional, desencadeia um processo de crescimento da cidade com a construção de bairro operário e atraindo o capital imobiliário.

O bairro Satélite era uma fazenda que se chamava Serimbura antes da Dutra chegar. Foi a partir da chegada da Dutra que começou o loteamento do bairro, que até então, pertencia a fábrica de louças Santo Eugênio, da família Bonádio. O bairro recebeu o nome de Satélite devido as viagens espaciais e a corrida espacial, bem ao gosto da época. A princípio o bairro foi denominado Satélite Industrial por ter sido projetado com uma área destinada a indústrias. A idéia de bairro industrial ficou de lado porque, devido à falta de infra-estrutura básica, as indústrias não se interessaram em ocupar os terrenos. Com o fechamento da fábrica de louças Santo Eugênio, a família Bonádio proprietária do loteamento Satélite começou a vender os terrenos. Desta área, 40% foi vendida para a Construtora Regional São Paulo SA, 20% ao Banco Econômico SA, que usou como garantia junto ao Sistema Nacional de Habitação para a captação de recursos, construindo em parceria com a regional São Paulo SA um grande conjunto habitacional.<sup>265</sup>

<sup>264</sup> FOLDER DE PROPAGANDA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — 1975.

<sup>265</sup> COUTO, JOSÉ LUIZ NUNES; VITOR, LUCIANA ALVES, AMBRÓSIO, MARIA APARECIDA. **HISTÓRIAS DO BAIRRO D JARDIM SATÉLITE**. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: TRABALHO DE GRADUAÇÃO DEP. HISTÓRIA/ UNIVAP, ORIENTAÇÃO: SIMONE NARCISO LESSA, 1997. p. 11

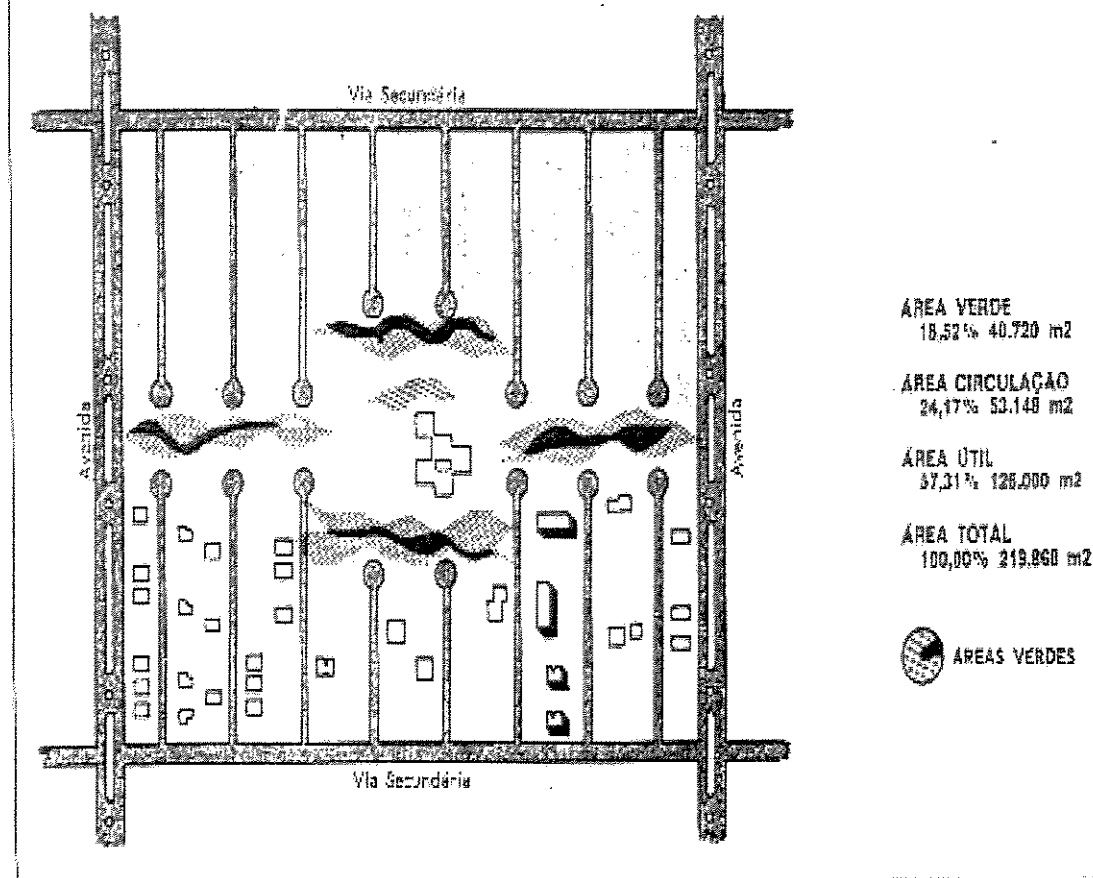


Projeto de urbanização do Bairro Sítelite, 1975.<sup>266</sup>

A região sul da cidade atraiu as indústrias e os loteamentos populares. Exemplarmente, no bairro Sítelite, após a formação de um pequeno núcleo original próximo à fábrica da Alpargatas, a história aponta para o papel das associações feitas pelo capital imobiliário na cidade.

<sup>266</sup> REVISTA Construção. São Paulo: N.º. 1432. 21/07/1975. p. 11

## ESQUEMA DO MÓDULO URBANO



Esquema do Módulo urbano da São Paulo S. A. Comercial, Construtora e Importadora: bairro Satélite.<sup>267</sup>

Escreveu a reportagem da Revista Construção do ano de 1975:

*"Ao invés de construir conjuntos habitacionais, a Regional São Paulo SA Comercial, Construtora e Importadora optou pela urbanização de gleba, visando a comercialização de lotes urbanizados. Os terrenos do projeto iniciado em São José dos Campos deverão ser suficientes para cerca de 10.000 habitações. As obras serão concluídas dentro de cinco anos, conforme o cronograma estabelecido, mas as quadras - com área média de 220 mil metros quadrados, denominadas módulos*

<sup>267</sup> REVISTA Construção. São Paulo: N.º. 1432. 21/07/1975. p. 12.

*urbanos*

*(...)*

*A Regional São Paulo começou a atuar em São José dos Campos há alguns anos, escolhendo uma área a sudeste. Atrás da fábrica da Alpargatas havia um loteamento de 5 mil lotes - o Jardim Satélite. A empresa adquiriu os 2.500 terrenos restantes e implantou, nessa parte, infra-estrutura urbana: melhorou o traçado das ruas, construiu rede de água, esgoto e energia elétrica, guias e sarjetas. A rede de água — com poços artesianos e estações elevatórias — e de esgotos foi doada à Comae-Companhia Municipal de Água e Esgotos de São José dos Campos.*

*(...)*

*A seguir, a empresa adquiriu uma área contígua ao Jardim Satélite, 3,5 milhões de metros quadrados, mas preferiu restringir-se a implantação de infra-estrutura e venda de lotes urbanizados. As três avenidas do jardim Satélite — Cidade Jardim, Andrômeda e Três — já começaram a ser estendidas pela gleba.*

*(...)*

*Todo o projeto está baseado em módulos urbanos, com características semelhantes às das superquadras de Brasília.<sup>268</sup>*

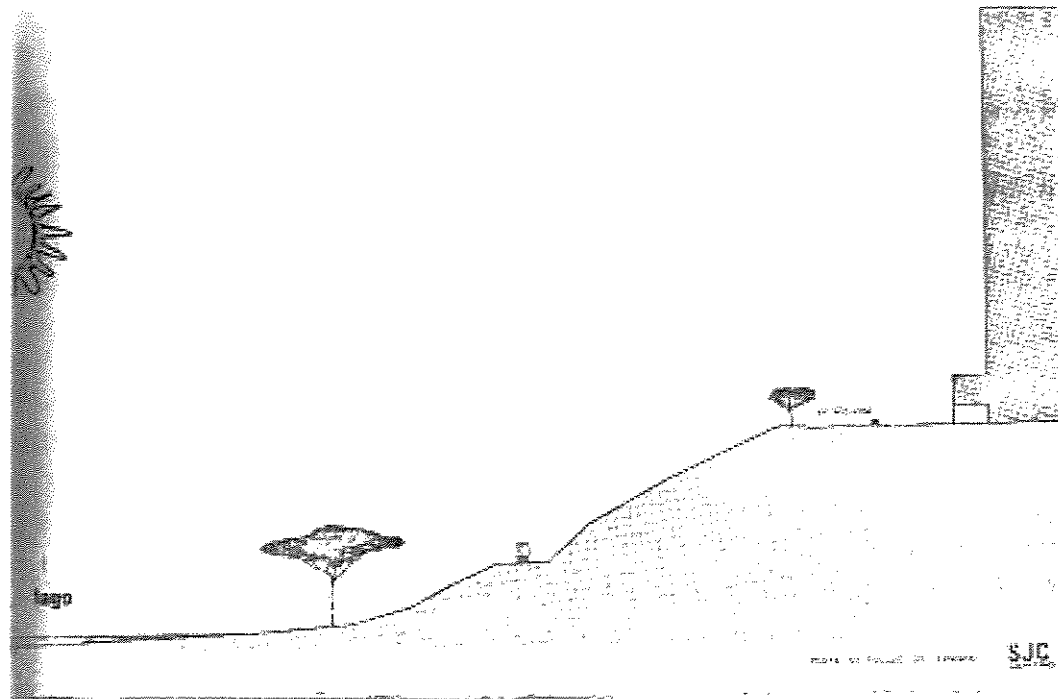
O texto de divulgação seguiu descrevendo as metragens, largura das avenidas e o zoneamento dos novos loteamentos. A reportagem também apresentou a atuação de outras empresas imobiliárias. A revista discorreu sobre o problema de falta de terrenos adequados à urbanização já em 1975. Ela apontou também para o processo de "desvirtuamento do uso do solo urbano" proposto pelo segundo plano diretor da cidade feito pelo escritório de Jorge Wilhelm, a SERETE SA Engenharia, concluído em 1971. Escreve a *Revista Construção*:

*"Nos últimos anos, com a crescente demanda de novas habitações, decorrente do surto industrial da região, grandes empresas começaram a desenvolver projetos habitacionais em São José dos Campos: a Ibec Housing Inc. Co., do Grupo Rockefeller, construiu a cidade Vista Verde [próxima à área da PETROBRÁS onde*

<sup>268</sup> REVISTA *Construção*. São Paulo: N.º. 1432. 21/07/1975. Pp. 11, 12 e 13 Ver também: REVISTA APOIO. São José dos Campos: 14/05/1978. Pp. 2,3,4,5,6 e 7.

posteriormente foi construída Refinaria de petróleo José Henrique Lage — 1980], um bairro de 4.500 unidades residenciais; a Formaespço, associou-se a uma empresa carioca, iniciou a construção de um conjunto destinado a executivos das indústrias da área; e a Regional São Paulo, que já construiu cerca de 1.800 casas para diversas faixas de renda, inicia seu novo projeto — o primeiro voltado basicamente para a urbanização.<sup>269</sup>

O Plano da SERETE, apesar da participação de quadros da SAGMACS e de ter feito o levantamento das estruturas urbanísticas da cidade nos vários setores, vai se preocupar muito mais com as questões técnicas e de desenho urbano arquitetônico que com as questões sócio-econômicas vividas pela cidade.



270

SERETE (1971) — O perfil do Banhado.

A cidade caiu nas malhas da especulação imobiliária com o estabelecimento de grifes<sup>271</sup> do setor imobiliário na transformação da sua formação territorial. A população apareceu como volume e estatísticas numa relação com os equipamentos

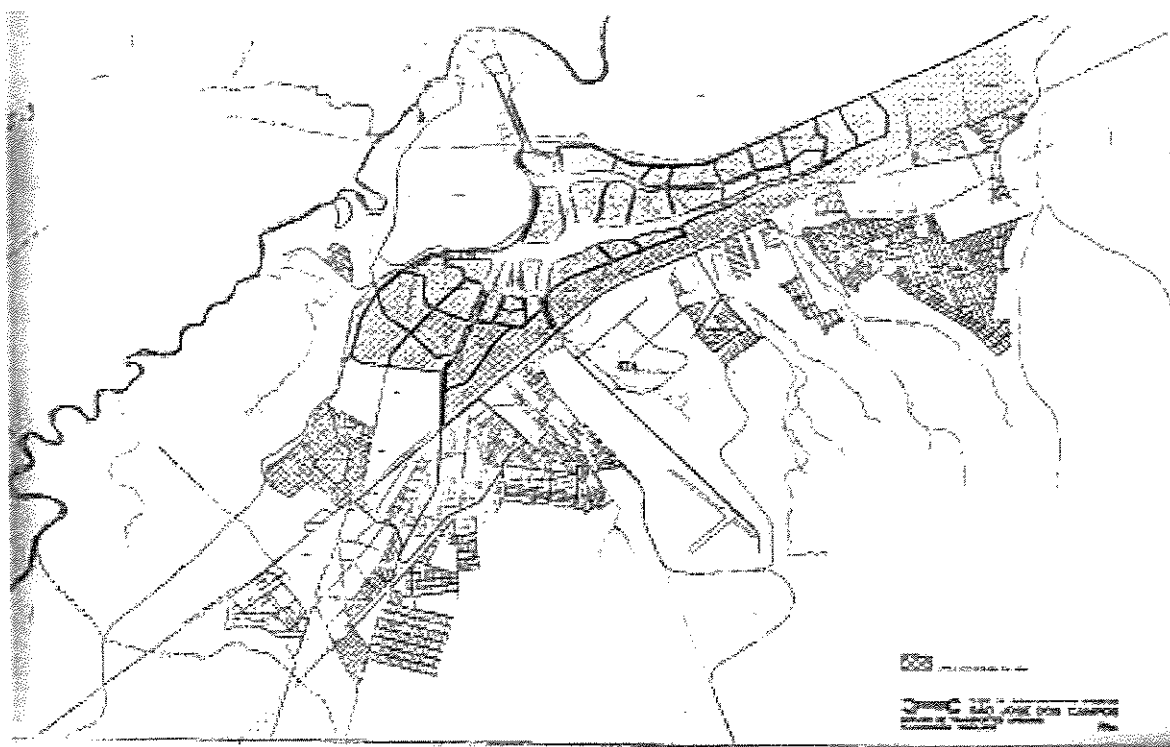
<sup>269</sup> REVISTA CONSTRUÇÃO Op. cit. p 11

<sup>270</sup> SERETE. Op. cit. p. 58

<sup>71</sup> SILVA, Paulo César da. TECNOLOGIAS URBANAS E MIGRAÇÃO DE ELITE NO Brasil. Campinas, Tese de Mestrado/ Faculdade de Educação/ UNICAMP, 2001. p.24.e 25.

urbanos e as projeções de crescimento da cidade. Era a Ditadura Militar. Um contexto muito diferente daquele no qual o primeiro plano diretor foi feito pelo CPEU.

Este plano da SERETE se apresentava muito mais como um programa com projetos e ações que propriamente um planejamento integrado como foi denominado Plano de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos. Em pouco tempo vimos os construtores escreverem em sua revista que *"a pressão industrial e outros fatores contribuíram para o desvirtuamento do uso do solo proposto pelo plano urbanístico de São José dos Campos, elaborado pelo escritório de Jorge Wilhelm."*<sup>272</sup>



Área Urbanizada de SJC. É interessante notar na planta da cidade o uso do símbolo da ferramenta.<sup>273</sup>

Escreve a equipe da SERETE:

*"Dentre os aspectos característicos identificados por meio do estudo preliminar, evidenciam sua importância básica para a elaboração final*

<sup>272</sup> REVISTA CONSTRUÇÃO Op. cit. p. 12

<sup>273</sup> SERETE. Op. cit. p. 46.

*do Plano de Desenvolvimento Integrado de São José dos Campos:*

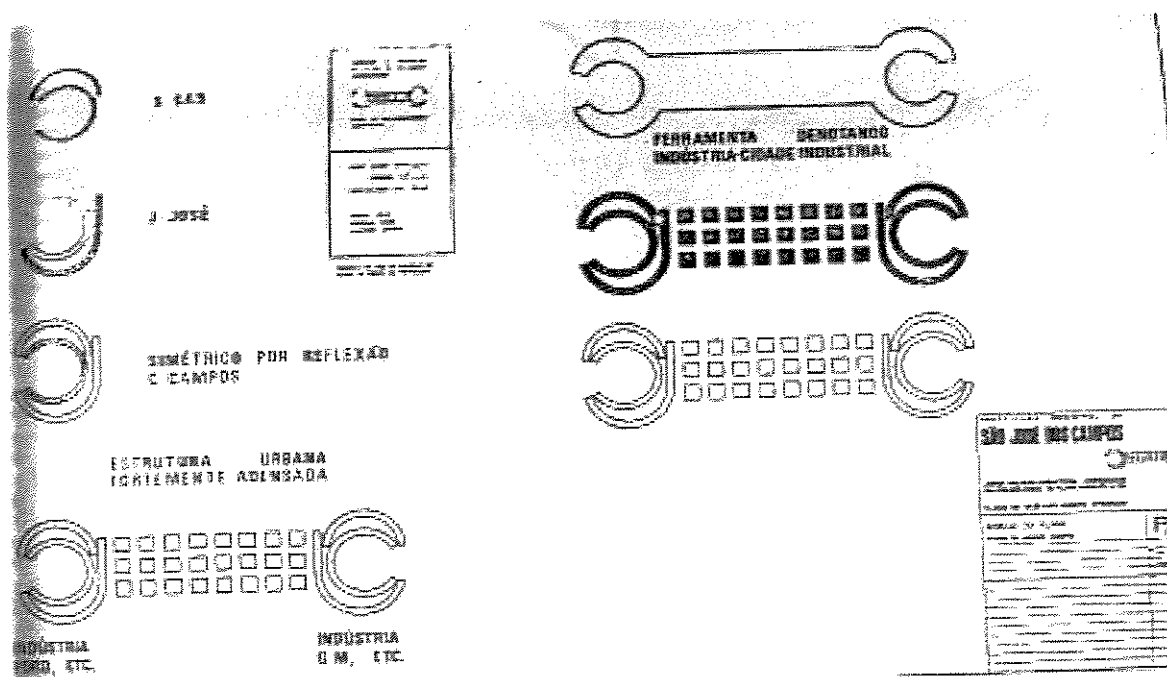
- a) a capacidade e conveniência de aumentar o número de indústria e oferta de empregos industriais;*
- b) a força determinante de barreiras físicas, naturais ou artificiais, no seu desenvolvimento urbano;*
- c) a possibilidade da cidade vir a reforçar o seu papel de pólo de atração, especialmente em sua função educativa, cultural e recreativa dentro da sucessão de importantes núcleos urbanos distribuídos no Vale do Paraíba, ao longo da Via Dutra.*

*Os três aspectos se entrelaçam e influênciam mutuamente. E sobre seu desenvolvimento se basearam as diretrizes urbanísticas que formam o corpo do presente relatório. Rebatendo estes aspectos problemáticos sobre o Plano das recomendações, constituem eles os ingredientes básicos da estratégia do Plano e suas implantações. Pode-se por isso, estabelecer as seguintes premissas estratégicas, que conduzirão às diretrizes descritas nos capítulos seguintes:*

- a) é necessário avaliar a capacidade de absorção de novas indústrias, preservar e estimular condições para seu estabelecimento;*
- b) é necessário utilizar as estruturas físicas existentes e criar estruturas novas, com suficiente capacidade indutora, a fim de orientar uma ocupação do solo mais orgânica, mais econômica (face aos recursos municipais previstos) e mais aberta para a expansão [grifo nosso];*
- c) é necessário estimular o desenvolvimento sócio-cultural da cidade, reforçando a imagem de São José dos Campos como pólo regional no Vale do Paraíba.*<sup>274</sup>

---

<sup>274</sup> SERETE SA ENGENHARIA. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José dos Campos: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 1971. p. 9 e 10



"FERRAMENTA DENOTANDO INDÚSTRIA-CIDADE-INDUSTRIAL"<sup>275</sup>

Estudo para definir o símbolo da nova cidade proposta pelo plano. Este símbolo deveria ser usado nas obras da prefeitura.

A compreensão deste plano evidenciou a relação existente entre estes três pontos: a indústria poderia vir se houver terrenos a disposição, recursos humanos e melhor ambiente, se a cidade fosse capaz de se promover, se os custos do solo não fossem encarecidos pelo estrangulamento físico da zona urbana.

*"No decorrer da elaboração da diretrizes, foram reexaminados, alguns aspectos do diagnóstico apresentado no Estudo Preliminar. Os debates sobre as alternativas de expansão urbana, realizados com o Grupo Local de Acompanhamento e a Prefeitura, também contribuíram à adaptação de algumas teses.*

*a) a facilidade de obtenção de água por poço, a leste da Dutra, diminui o investimento e altera eventualmente o projeto de adução e rede, por parte da Prefeitura;*

*b) a região prevista para eventual expansão leste, entre os trilhos*

<sup>275</sup> SERETE SA ENGENHARIA. Op. cit. 1971. p. 48.

*e o rio Paraíba, - presente cota que facilita inundações e dificulta a drenagem (a curto prazo);*

*c) as obras públicas revelam ter a Prefeitura consciência de uma área central, mas não situam, ainda São José dos Campos dentro de suas perspectivas de expansão (a curto prazo);*

*d) a importância do centro (e de seus problemas a resolver) para a vida urbana, merece haver um maior detalhamento das recomendações para esta área, permitindo ainda contribuir a reforçar a boa imagem da cidade, identificada com seu centro.*"<sup>276</sup>

Devemos ressaltar a relação deste Plano com a cidade corporativa e como todo o planejamento das décadas de 60 e 70 veio de encontro aos seus interesses. Os planejadores do SERETE, diferentemente daqueles do CPEU, apresentaram uma resposta mercadológica, muito mais preocupados em resolver o problema das "coisas" que das "pessoas", a cidadania e os problemas sociais não estavam postos no Plano.

## **O Planejamento e a formação sócio-territorial do Vale do Paraíba: 60 e 70**

O planejamento e seu papel na transformação de São José dos Campos nas décadas de 60 e 70 ganhou uma relação mais direta com as outras instâncias de planejamento estaduais e federais. Fazer um Plano de Desenvolvimento Integrado para São José dos Campos era apenas ajustar a cidade a novas estruturas maiores de planejamento regional.

O CODIVAP - Consócio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba - 1971 e, em 1978, o Plano Regional do Macro-Eixo Paulista, foram ambos partícipes dos programas maiores do Governo Militar, mais especificamente o II PND — Plano Nacional de Desenvolvimento. Na "Caracterização Setorial/Espacial do Crescimento do Setor Secundário na região do Macro-Eixo" encontramos em suas considerações iniciais a relação entre estas instâncias de planejamento. Escrevem os planejadores do Macro-Eixo:

*"Ao instituir o Programa do Macro-Eixo, como parte integrante da*

---

<sup>276</sup> SERETE SA ENGENHARIA. Op. cit. 1971. p. 9 e 10

*Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, o governo nada mais fez que oficializar a importância estratégica que a região do Macro-Eixo, principalmente o Vale do Paraíba, assume no processo de desenvolvimento do estado, quer pela sua privilegiada posição espacial ligando os dois maiores centros urbanos do país, quer pela sua característica de região receptora de parte da desconcentração industrial, com conseqüências nem sempre desejáveis. Nesse sentido, procurando adequar os interesses sociais e privados com o disciplinamento da ocupação urbana na área, procura o governo do Estado, já há muito consciente dessa necessidade, estabelecer diretrizes de ação territorial que viabilizem a concretização desses objetivos, ajustando-as, inclusive, às proposições do Governo Federal, consubstanciadas no II PND.*<sup>277</sup>

Estes dois Planos, o CODIVAP e do Macro-Eixo buscavam disciplinar as relações sócio-territoriais para viabilizar, e mesmo otimizar, as soluções para as *deseconomias de aglomeração* às quais São Paulo capital parecia destinada, por seu processo de concentração urbano-industrial. Toda uma justificativa, assim como, programas de políticas públicas, foram desenvolvidos no sentido de viabilizar a desconcentração industrial e conseqüentemente urbana, da capital paulistana.

Este processo planejador ganhou força no estado de São Paulo com a formação, entre 1959 e 1963, governo Carvalho Pinto, do Grupo de Planejamento do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo e sua área metropolitana tinha como principal característica a concentração urbano-industrial e financeira, se mostrando no período, como o único do País com receita pública suficiente para financiar investimentos em volume apreciável, contando com uma participação modesta da União no dispêndio público. De acordo com José Roberto Mendonça de Barros, os dados do orçamento de 69 revelaram que a receita tributária de São Paulo foi de 4.688.762, outras receitas foram 1.005.817, e que as transferências de Governo Federal foram de 199.421 Dólares.

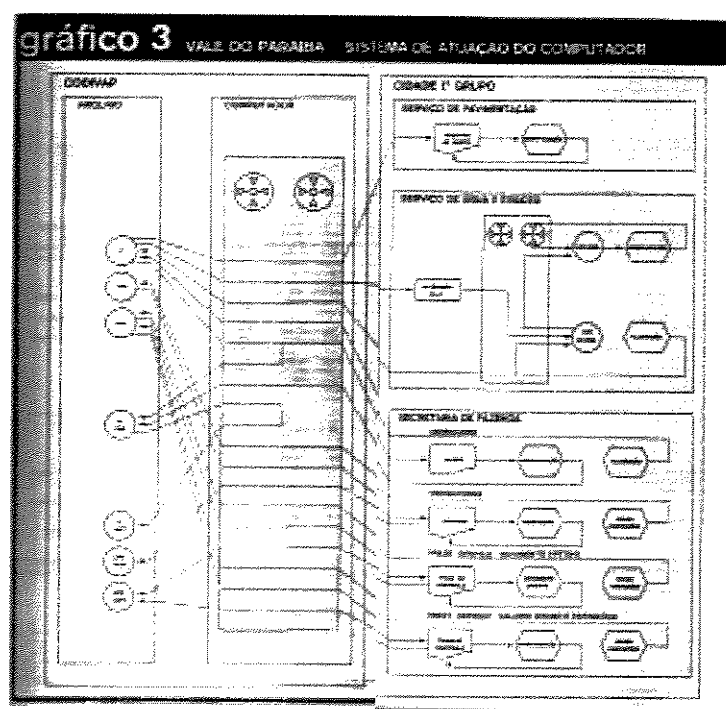
O autor indica a fragilidade dos dados com os quais este grupo trabalhava, a falta de um diagnóstico do Estado e de uma visão mais qualitativa das demandas

---

<sup>277</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (Paulo Egydio Martins) SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. (Jorge Wilhelm) COORDEADORIA DE AÇÃO REGIONAL (1978- Ricardo Uchôa Alves Lima, 1975 a março de 1978 - Maria Adélia A de Souza). PLANO REGIONAL DO MACRO-EIXO PAULISTA. São Paulo: 1978. -ANEXO 3. CARACTERIZAÇÃO SETORIAL/ESPACIAL DO CRESCIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO NA REGIÃO DO MACRO-EIXO. São Paulo: 1978 p. 3

de serviços e obras públicas, como os responsáveis por uma falta de "visão global" sobre as deficiências e formas de atuação no Estado. Para José Roberto Mendonça de Barros, escrevendo em 1973, e comungando de uma visão tecnocêntrica, na "Primeira Fase" do planejamento paulista, anterior ao Governo Militar, havia a vantagem de um grupo pequeno de técnicos experientes assessorarem diretamente o gabinete do governador, buscando adequar o planejamento aos orçamentos anuais em consonância com o plano de obras unido à execução financeira. Neste período *"foi possível montar um sistema de informações que permitia o controle da execução do plano e sua modificação sempre que necessário"*<sup>278</sup>

No começo do Governo Militar, a criação das Secretarias de Planejamento e a presença majoritária de economistas nos primeiros escalões apontava para uma mudança qualitativa do planejamento, apesar de não prescindir de suas bases territoriais, o orçamento e o papel da informação, instituiu o meio como: Meio Técnico Científico Informacional, como denomina Milton Santos.<sup>279</sup>



Este gráfico do CODIVAP, mostra a importância dada a comunicação e a assimilação das novas tecnologias informacionais, emergentes na época (1971), na estruturação do plano.<sup>280</sup>

<sup>278</sup> BARROS, José Mendonça de. "A Experiência Regional de Planejamento" in: LAFER, Betty Mindlin. PLANEJAMENTO NO BRASIL. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.p. 116

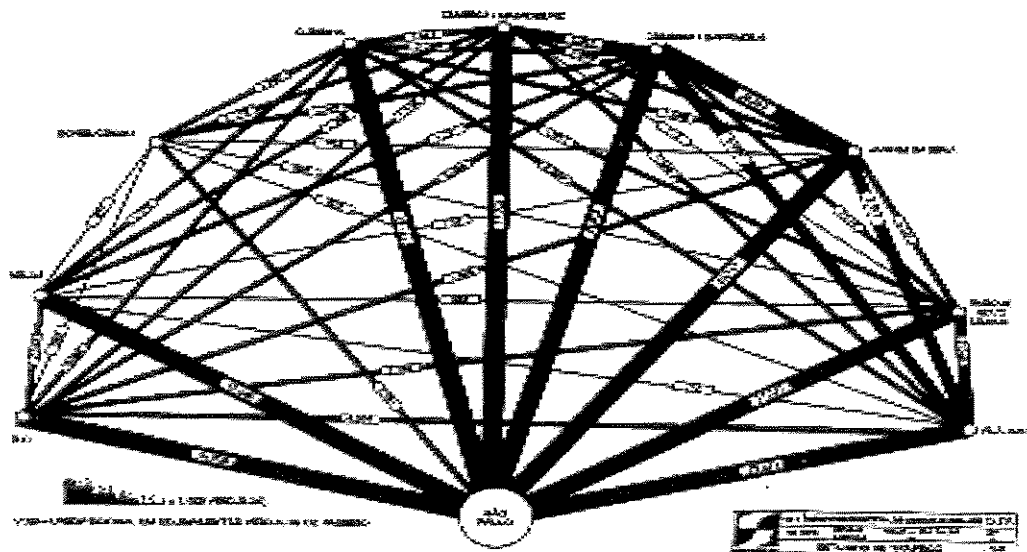
<sup>279</sup> SANTOS, Milton. Op. cit. 1996.

<sup>280</sup> CODIVAP. Op. cit. p. 170.

A materialidade dos planos anteriores, nos quais o meio físico era a base da qual se deveria partir, dá lugar às projeções e técnicas que poderiam ser aplicadas em qualquer lugar. A partir de soluções técnicas e tecnológicas, auto-referenciadas, o orçamento e as intervenções no território passaram a ser condicionados às decisões prévias dos técnicos de gabinete. Esta foi a linha adotada em São Paulo pelo PLADI — Plano de Desenvolvimento Integrado de 1964-68, feito pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo.

O CODIVAP, sendo um consórcio de municípios, apesar do seu caráter concentrador, buscava basicamente uma solução para o Vale conurbado, nos moldes da formação das áreas metropolitanas, pouco tempo depois. A criação da Grande São Paulo — GSP, através do PMDI — Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado e a criação do CODIVAP, foram processos correlatos que buscavam, dentro desta nova perspectiva de planejamento que se formava em São Paulo, após o Golpe Militar, a solução para as chamadas deseconomias de aglomeração.

As deseconomias seriam o limite da concentração de capital que deveria se reverter como solução num processo de descentralização do mesmo. O processo de descentralização desencadeado a partir de meados da década de 50, fez com que, até a década de 80, ocorresse um grande crescimento do interior do Estado. Escreve Negri, *"Regiões como Campinas e o Vale do Paraíba cresceram à taxas superiores às da própria Grande São Paulo."*<sup>281</sup>



Partindo da Grande São Paulo, o projeto de Vias Laterais à Via Dutra — 1975 (DNER), apontava para a proposta de infra-estrutura que passou a viabilizar a dispersão da metrópole paulistana.<sup>282</sup>

<sup>281</sup> NEGRI, Barjas Op. cit. p. 133

<sup>282</sup> MARTINS, Nilson Franco. Op. cit. p. 55.

O PMDI, quando pensa a Grande São Paulo, já propunha entre suas *"estratégias no processo de planejamento metropolitano"*, recomendações para uma descentralização das atividades econômicas, *"estimulando seu desenvolvimento fora da Grande São Paulo, particularmente nas regiões de Campinas, vale do Paraíba, Sorocaba e baixada Santista."*<sup>283</sup>

Como coloca Octavio Ianni, num momento no qual o *"poder executivo controlava totalmente os sistemas de informação e decisão"*<sup>284</sup>, os Planos Nacionais de Desenvolvimento — I PND e II PND —, tiveram grande importância. Segundo Barjas Negri:

*"No início da década de 70, o governo federal entendia que, para resolver essas questões, era preciso realizar pesados investimentos na infra-estrutura econômica e social das principais áreas urbanas do país. No entanto, esta destinação de recursos competia com outros interesses, em particular com os investimentos acoplados ao projeto 'Brasil Potência', que buscava completar a estrutura produtiva do país e implantar políticas de desmedido crescimento em alguns setores, como a siderurgia e a metalúrgica, papel e celulose, química, mecânica e material elétrico, cimento, mineração, energia elétrica e nuclear, petróleo e comunicações, etc.*

*Como resultado destes conflitos de interesses, a questão social urbana é 'resolvida', de forma enviesada. Começam a se desenhar, a partir desse momento, políticas de 'desconcentração' e de 'descentralização': de forma implícita, no I PND, que se propunha a 'instituir as primeiras regiões metropolitanas no país, principalmente o Grande Rio e a grande São Paulo, como mecanismo coordenador da atuação dos governos federal, estadual e municipal, nos programas conjuntos, observadas as respectivas áreas de competência' e de forma explícita no II PND, que propôs a atenuar os 'desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se continuação da tendência a concentração da atividade industrial, em uma única área metropolitana', caso específico de São Paulo."*<sup>285</sup>

---

<sup>283</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - GRANDE SÃO PAULO. (PMDI-GSP). São Paulo: Tipografia Fonseca, 1970. P. XVI

<sup>284</sup> IANNI, Octavio. Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977. p. 247 e 248.

<sup>285</sup> NEGRI, Barjas. Op. cit. p. 141



286

Golbery do Couto e Silva na reabertura do Congresso Nacional, março de 1976.



287

Protesto estudantil — 1968.

A Ditadura Militar e o projeto de "Brasil Potência" tinha duas bases, fundamentalmente, a tecnocracia e o Estado de Exceção. O capital internacional, aliado ao nacional, financiava, juntamente com a poupança interna, os mega-projetos infra-estruturais assim como a indústria estatal, como foi o caso da indústria bélica.

As décadas de 50, 60 e 70 são marcadas pelo planejamento e foi um importante período de formação de quadros profissionais e confecção de uma perspectiva de que as políticas públicas passavam pelas equipes de técnicos planejadores. Essas políticas e técnicos ganharam mais espaço na administração pública dos governos militares.<sup>288</sup> A perspectiva técnica assumiu um caráter a-

<sup>286</sup> NOSSO SÉCULO 1960/1980 (II). Op. cit. p. 102.

<sup>287</sup> NOSSO SÉCULO BRASIL 1960/1980 (II). Op. cit. p. 15.

<sup>288</sup> LAFER, Betty Mindlin. Op. cit. 1973.

político" no governo militar. A técnica imprimiu "neutralidades" as políticas do governo militar.

O processo de descentralização previsto nos planos nacionais diziam respeito ao direcionamento do crescimento para outras regiões do País. No caso de São Paulo, no entanto, o interior do Estado exerceu uma forte atração e acabou por ser privilegiado pelas políticas públicas estaduais, como falamos anteriormente. O CODIVAP e depois o plano do Macro-Eixo, foram instrumentos de implementação desta política descentralizadora para o Vale do Paraíba.

Em 1970, foi criado o CODIVAP, o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba. Produzido num contexto político diferente do plano anterior, do CPEU, o CODIVAP apresentou um detalhado diagnóstico da região, entre as décadas de 40 e 70 abrangendo os setores da economia e da sociedade local.

O plano do CODIVAP foi feito por uma equipe de profissionais contratados pelo consórcio de municípios e o governo do Estado com o objetivo de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento integrado do Vale do Paraíba. Esta equipe era composta por 9 consultores, 14 técnicos, 24 pesquisadores, além de um escritório de coordenação.<sup>289</sup> Foi formado por um Conselho de Prefeitos (Presidente e Vice-Presidente), um Conselho de Curadores e uma Diretoria. Sergio Sobral de Oliveira, prefeito de São José dos Campos no início da década de 70, presidiu o consórcio durante o biênio 71-72.

Podemos verificar uma metodologia recorrente no período. Cada plano tem sua história e este conjunto de planos trazem em suas histórias o processo institucional de consolidação de São José dos Campos como pólo regional do Vale do Paraíba.

O plano do Macro-Eixo feito em um momento no qual as forças sociais começavam a pressionar pelo fim da Ditadura, além de seguir a linha de diagnóstico, por um lado, e propostas por outro, retomou o tema social e se colocava como uma proposta em debate e não uma solução acabada.

O Plano colocou uma análise surpreendentemente crítica para aquele momento. Principalmente se considerarmos que ele foi apresentado ao presidente Geisel pessoalmente pela equipe numa cerimônia pública em Taubaté. Escreve a equipe do Macro-Eixo:

*"A dimensão dos problemas sociais, propostos através dos*

---

<sup>289</sup> CODIVAP - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. CARACTERIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DO VALE DO PARAÍBA. São José dos Campos, 1971. p.11

*condicionantes sociais, apresentam dois níveis: o primeiro relativo à divisão social do trabalho e o segundo à divisão territorial do mesmo. A concentração da renda e a concentração espacial das atividades é uma realidade dentro do atual sistema econômico vigente no Brasil. A configuração da atual fase do desenvolvimento econômico Brasileiro se caracteriza pelo enfraquecimento relativo dos setores rurais e pelo fortalecimento relativo dos setores econômicos urbanos (industrial e de serviços); conseqüentemente, corresponde a uma nova concentração diferencial da renda total por estes retida, concentração radicada na propriedade/não propriedade dos meios de produção e equivalentes destes e pela concentração diferencial da renda entre regiões, setores econômicos categorias ocupacionais intra-setoriais.*

*Já no II PND, Estratégia de desenvolvimento social, reconheceu-se a má distribuição da renda no Brasil e estabeleceu-se como meta realizar políticas redistributivas 'enquanto o bolo cresce'.*

*(...)*

*As conseqüências sociais do processo de crescimento na região do Macro-Eixo são, portanto, melhor compreendidas através da discussão de toda a problemática social, cujas raízes estão no próprio processo econômico. Se, de um lado, existe o problema da distribuição de renda, de outro, existe a capitalização dos serviços, tais como: saneamento, saúde, etc., evidenciada em outras partes deste documento. Como resultado, tem-se a defasagem entre a oferta dos mesmos e sua demanda, causando problemas sociais bastante sérios.*

*(...)*

*A questão seria, então sobre as relações entre formas espaciais de urbanização e indicadores sociais.*

*Segundo Paul Singer, a concentração espacial das atividades tende a ser maior que a concentração decorrente das necessidades técnicas do processo produtivo. A razão desta concentração espacial exagerada da atividade industrial decorre das necessidades de utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados, como água e esgoto, por exemplo, e das economias externas relativas à complementaridade entre os estabelecimentos industriais. Assim,*



A crise da década de 80 e início de 90, atingiu a região nestes dois aspectos tratados neste capítulo. O fim da ditadura acirrou a crise da indústria bélica. Uma nova correlação de forças sociais e produtivas que teve como suporte as novas tecnologias eletrônicas, encontra na região do Vale do Paraíba o meio necessário à sua reprodução. Apesar de continuar identificada ainda como Vale do Paraíba, nos remetendo ao rio como referencia geográfica, as décadas de 80 e 90 viram se consolidar uma nova geografia na região, marcada por esta história de planejamento. O meio geográfico passou a Meio Técnico-Científico Informacional, no qual a formação sócio-territorial passou a ter como suporte não a primeira, mas a Segunda Natureza — o meio construído e cortado por redes em todas as direções.

A crise de 80 atingiu duramente São José dos Campos. Indústrias que se fecharam, demissões, recessão. Outro fator que passou a preocupar foi a própria condição ambiental da bacia. O processo acelerado de industrialização transformou o Vale, antes procurado para a cura por seus ares bons, numa das áreas mais degradadas do país. Diante do "risco ambiental", o Governo Federal, o CODIVAP e o Inpe apontaram para a necessidade de um macrozoneamento da região. Escreve uma revista do Vale:

#### **"AÇÕES E MEDIDAS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MACROZONEAMENTO.**

*A implantação efetiva das diretrizes propostas no Projeto de macrozoneamento do Rio Paraíba do Sul envolve ações e medidas a nível federal, estadual e municipal.*

*O Governo Federal, através do Decreto No. 87.561 de 13 de setembro de 1982, estabeleceu ações e medidas que devem ser adotadas para a recuperação e proteção ambiental da área correspondente à Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, ao nível de sua competência.*

*O Governo do Estado de São Paulo apresenta, como medidas de ações iniciais a esse respeito, o Convênio a ser firmado com o Ministério do Interior, para institucionalizar, no âmbito de seu território, as diretrizes propostas pelo Macrozoneamento da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e a participação direta da SOMA — Secretaria de Obras e do Meio Ambiente, que terá um papel de coordenação, orientação, assessoria e apoio para os municípios, em todas as etapas*

*de detalhamento e implantação.*

*Aos Municípios caberá uma tarefa de fundamental importância, que deverá ser desenvolvida com a assessoria da SOMA, que é o detalhamento das diretrizes propostas pelo Macrozoneamento e que deverá considerar, nesta fase, as particularidades de cada município. Essas diretrizes, através de lei municipal específica, deverão ser incorporadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado dos Municípios e aos demais planos e programas municipais.*

*Neste aspecto, será de fundamental importância a atuação do CODIVAP — Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba.”* <sup>292</sup>

A história do planejamento no Vale do Paraíba continua, dez anos depois, em 1992, num contexto muito diferente daquele de sua proposta na década de 80, o INPE concluiu o “MACROZONEAMENTO DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO”, em parceria com o CODIVAP.

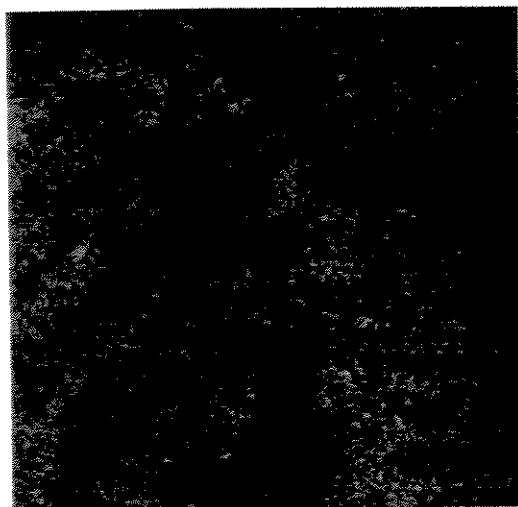
*“O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sente-se honrado em trazer a público os resultados do projeto MAVALE (Macrozoneamento da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo), realizado pelo instituto através de sua Divisão de Sensoriamento Remoto e Meteorologia Espacial, em convênio com o CODIVAP.*

*Este projeto visou alcançar dois objetivos principais: a) dar suporte ao CODIVAP na atualização de diretrizes de ordenamento do uso do solo que contribuam ao desenvolvimento harmônico e sustentado da região; b) colocar à disposição da comunidade técnico-científica do País uma metodologia de planejamento regional baseado no uso de dados de sensoriamento remoto orbital.”* <sup>293</sup>

<sup>292</sup> REVISTA VIP NEWS. São José dos Campos: Setembro de 1982. p. 3.

<sup>293</sup> INPE. MACROZONEAMENTO DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. São José dos Campos: INPE, 1992. P. s. n. (apresentação). Ver também: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (Município). PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, São José dos Campos-Versão 4. São José dos Campos : Prefeitura Municipal de São José dos Campos. 1993.

Este trabalho iniciado pelo Inpe em 1989, ou seja, após a constituinte de 1988, na qual o planejamento e a questão ambiental ganhou novas perspectivas no cenário nacional, tem como substrato uma noção de desenvolvimento diferente daquela apresentada pelos planos anteriores: o desenvolvimento sustentável. No entanto, podemos perceber que um aspecto que se apresentava como tendência nos planos anteriores se acirrou: o papel da técnica e dos técnicos. A alta tecnologia e a tecnologia usada na coleta dos dados tratou o meio não somente pelo olhar do planejado, mas também por aquele mediado pelo satélite na órbita terrestre. O meio passou a ser definitivamente técnico no Vale da tecnologia. E a história do planejamento continuou ...



294

Estas são imagens de satélite geradas pelo Inpe.  
A primeira é São José dos Campos e a segunda o Vale do Paraíba.

---

<sup>294</sup> OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. *Op. cit.* 184 e 185

## ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESQUISADOS

### ARQUIVOS

Arquivo Público Municipal de São José dos Campos  
Sessão de Patrimônio do Centro Técnico Aeroespacial — CTA  
Arquivo do CTA  
Arquivo do Departamento de Planejamento da Secretária de  
Planejamento — Prefeitura Municipal de SJC

### BIBLIOTECAS

Biblioteca da Universidade do Vale do Paraíba — UNIVAP  
Biblioteca da Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
Biblioteca Municipal de São José dos Campos — "Cassiano Ricardo"  
Biblioteca do ITA — CTA  
Bibliotecas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP  
Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UNICAMP  
Biblioteca do Instituto de Economia da UNICAMP

## BIBLIOGRAFIA

- AB'SÁBER, Aziz N. *"Estratégias para a proteção da orla das escapas, banhados e paisagismo das avenidas de fundo do vale em São José dos Campos"*. PALESTRA PROFERIDA NO I.E.A/USP. Mediu S.d.
- ALBERTI, Leon Battista. *DA PINTURA*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1989
- ALMEIDA, Fernando Regis Cesário de. *A SÍNDROME DO EQUILÍBRIO - POLÍTICA URBANA NACIONAL 1930-1984*. São Paulo: Tese de Livre Docência, FAU/USP.
- ALMEIDA, José. *A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- ANDRADE, Roberto Pereira de. *A CONSTRUÇÃO AERONÁUTICA NO BRASIL*. Ed. Brasiliense. Rio de Janeiro, 1976.
- ANDRÉ, Flávia Rocha. *CTA: UM MARCO NA HISTÓRIA URBANÍSTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS*. São José dos Campos: Trabalho de Graduação Dep. De História/Univap, orientação: Simone Narciso Lessa, 1996.
- AQUINO, Eneida Mara Morais Zanella. *A POLÍTICA URBANA NO BRASIL PÓS-64*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 1989.
- ARGAN, Giulio Carlo. *ARTE MODERNA*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992
- ASCHER, François. *MÉTAPOLIS OU L'AVENIR DES VILLES*. Paris, Editions Odile Jacob, 1995.
- COURBAIN, Alan. *SABERES E ODORES. O OLFATO E O IMAGINÁRIO SOCIAL NOS SÉCULOS DEZOITO E DEZENOVE*. SP, Companhia das Letras, 1987.
- BAER, Werner. *A ECONOMIA BRASILEIRA*. São Paulo, Nobel, 1996.
- BARSALINI, Glauco. *AMÁCIO MAZZAROPI: CRÍTICO DE SEU TEMPO*. Campinas: Mestrado no Departamento de Multimeios/IA/UNICAMP.
- BARRAS, Vicent. *HOSPITAUX SANATORIUM - HISTOIRE D'UNE ESTATION CLIMATIQUE, MONTANA, CANTON DU VALAIS. REVUE MÉDICALE DE LA SUISSE ROMANDE*. Luserne: 1994.
- BEGUIN, François. "As Maquinarias Inglesas do Conforto", in: *ESPAÇO & DEBATES. CIDADE E HISTÓRIA*. No 4. SP, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. "*As Coisas nos Seus Devidos Lugares: São José e a Ditadura Vargas*" in: *CADERNOS DO CIRC - CENTRO DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIAS CULTURAIS. SÃO JOSÉ: A CIDADE, A CULTURA E SEU TEMPO*. Ano I - nº 1. São José dos campos: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro/1996.
- 
- VALE DO PARAÍBA: SAÚDE E SOCIEDADE (1750-1822).**  
São José dos Campos, UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, 1995

- \_\_\_\_\_. **HISTÓRIA SOCIAL DA TUBERCULOSE E DO TUBERCULOSO: 1900 - 1950.** São Paulo, Tese de doutorado - departamento de História da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, 1993
- BERTUCCI, Liane Maria. **SAÚDE: ARMA REVOLUCIONÁRIA. SÃO PAULO - 1891/1925.** Campinas, Centro de memória - Unicamp, 1997.
- BITTENCOURT, Tania. **ARQUITETURA SANATORIAL - São José dos Campos.** São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo/ Johnson & Johnson Ind. Com. Ltda., 1998.
- BLACK, C. F.; GREENGRASS, Mark; HOWARTH, David; Lawfance; MARCKENNY, Richard; RADY, Martin, WELCH, Evelyn. **GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES. O MUNDO DO RENASCIMENTO. ARTE E PENSAMENTO RENOVAM A EUROPA.** Vol. I, II. Madrid, Edições Prado, 1997.
- BONDESAN. Altino. **SÃO JOSÉ DOS EM QUATRO TEMPOS.** Ed. Bentivegna. 1967.
- \_\_\_\_\_. **SÃO JOSÉ DE ONTEM E DE HOJE.** São José dos Campos, JAC Gráfica e Editora, 1996.
- BRAGA, C. A P. & CABRAL, A S. **O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA.** s.n.t.
- BRESCIANI, Stella (org.) **IMAGENS DA CIDADE. SÉCULOS XIX e XX.** São Paulo, Ed. MARCO ZERO, 1993.
- CABRAL, Arnaldo Souza. **ANÁLISE DO DESEMPENHO TECNOLÓGICO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA BRASILEIRA** (Tese de Doutorado). ITA, 1986.
- CABRAL, Geraldo Moacir M. " *Registro das Atas de Posse dos Prefeitos Livro 06*" in: **RESENHA DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.** São José: Mimeo. S.d. Biblioteca Fundação " Cassiano Ricardo"
- CALDEIRA, João Netto. **ÁLBUM DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.** Ed. Organização Cruzeiro do Sul. São Paulo, 1934.
- CANO, Wilson. **DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL.** Ed. Global, São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. **RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO.** Ed. HUCITEC, São Paulo. 3ª ed., 1990.
- \_\_\_\_\_. **REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A NOVA (DES)ORDEM INTERNACIONAL.** 4a edição, Campinas, Ed. UNICAMP, São Paulo, FAPESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. **ESTUDOS DE CASOS DE MUNICÍPIOS DE CAMPINAS, SUMARÉ, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. RELATÓRIO FINAL.** 4 vol., parte, III, 1990.
- CARONE, Edgard. **O PENSAMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL (1880-1945).** São Paulo, Difusão Editorial S/A Difel, 1977
- CARPINTERO. Marisa Varanda. **A CONSTRUÇÃO DE UM SONHO. OS ENGENHEIROS-ARQUITETOS E A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997

- \_\_\_\_\_. **EM BUSCA DA IMAGEM. A CIDADE E SEU FIGURIMO (São Paulo 1930-1954).** Campinas: Tese de Doutorado/ Departamento de História/ IFCH/UNICAMP, 1998.
- CTA - CENTRO TECNICO AEROESPACIAL. **HISTÓRICO ANALÍTICO DO CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA. VOL.2.** São José dos Campos: Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento - CTA, Mimeo., 1984
- CODIVAP - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **CARACTERIZAÇÃO DO CONHECIMENTO DO VALE DO PARAÍBA.** São José dos Campos, 1971.
- COIMBRA, C. **VISÃO HISTÓRICA E ANÁLISE CONCEITUAL DOS TRANSPORTES NO BRASIL.** Rio de Janeiro: CEDOP/MT, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS.** Rio Janeiro: Bertran Brasil, 1997.
- COSTA, Emilia Viotti da. **DA MONARQUIA A REPÚBLICA.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CESCO, Nelly de Toledo. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UMA VISÃO DA FASE SANATORIAL.** São José dos Campos: Fundação Cultural "Cassiano Ricardo", 1992.
- CHOAY, Françoise. **O URBANISMO.** São Paulo, Perspectiva, 1979.
- COUTO, José Luís Nunes; VITOR, Luciana Alves , AMBRÓSIO, Maria Aparecida. **HISTÓRIAS DO BAIRRO D JARDIM SATÉLITE.** São José dos Campos: Trabalho de Graduação Dep. História/ UNIVAP, Orientação: Simone Narciso Lessa, 1997.
- C.P.E.U. FAUUSP. **ESTUDOS E PLANOS SETORIAIS S. JOSÉ DOS CAMPOS 1961-1964.** São Paulo: CEPEU/FAUUSP, 1971-72.
- DAGNINO, Renato P. **A INDÚSTRIA DE ARMAMENTOS BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE AVALIAÇÃO.** Campinas: Tese de Doutorado, Instituto de Economia/ UNICAMP, 1989.
- DELSON, Roberta Marx. **NOVAS VILAS PARA O BRASIL-COLÔNIA. PALNEJAMENTO ESPACIAL E SOCIAL NO SÉCULO XVIII.** Brasília: Ed. ALVACIORD, 1997.
- DEAN, Warren. **A INDUSTRIALIZAÇÃO DE SÃO PAULO (1800/1945).** São Paulo: Difel, 269p.
- \_\_\_\_\_. **A FERRO E FOGO - A HISTÓRIA E A DEVASTAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DECCA, Edgar de. **O NASCIMENTO DAS FÁBRICAS.** 5a edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.
- DINIZ FILHO, Luís Lopes & BESSA, Vagner de Carvalho. "Vocação e Nacionalismo: as visões do Urbano pensamento de Estado Brasileiro (1930 - 1961)" in: **ESPAÇO & DEBATE, 34. CIDADE E HISTÓRIA. REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. ANO XI.** São Paulo: NERU, 1991.
- DONZELOT, Jaques. **A POLÍCIA DAS FAMÍLIAS.** Rio de janeiro, Edições Graal, 1980

DRAIBE, Sônia. RUMOS E METAFORAS: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E A ALTERNATIVA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (1930-1960). Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1985.

DREIFUSS, René Amand. 1964: A CONQUISTA DO ESTADO AÇÃO POLÍTICA, PODER GOLPE DE ESTADO. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGELS, Frederick. A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA. São Paulo, Global Editora, 1986.

ESTADO DE SÃO PAULO. RESUMO DO MOVIMENTO DEMOGRÁFICO SANATORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MUNICÍPIO - 1930 -42. São Paulo, Secretaria de Saúde Pública - Departamento de saúde - Seção de Estatística Sanitárias, 1942

FOUCAULT, Michel. MICROFÍSICA DO PODER. RJ, Ed. Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I. A VONTADE DE SABER. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. VIGIAR E PUNIR. HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NAS PRISÕES. Petrópolis, Vozes, 1983.

FREITAS, Marcos César de (org.). HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA. São Paulo: Contexto, 1998.

GAMA, Ruy. ENGENHO E TECNOLOGIA. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1983.

\_\_\_\_\_. HISTÓRIA DE TÉCNICA E DA TECNOLOGIA. São Paulo, Ed. T.A. Queiroz e Ed. USP, 1985.

GEDDES, Patrick. CIDADES EM EVOLUÇÃO. Campinas, Papirus, 1994.

GONÇALVES, Maria Flora (org.). O NOVO BRASIL URBANOS: IMPASSES, DILEMAS, PERSPECTIVAS. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO - GRANDE SÃO PAULO. (PMDI-GSP). São Paulo: Tipografia Fonseca, 1970.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (Paulo Egydio Martins) SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. (Jorge Wilhelm) COORDEADORIA DE AÇÃO REGIONAL (1978- Ricardo Uchôa Alves Lima, 1975 a março de 1978 - Maria Adélia A de Souza). PLANO REGIONAL DO MACRO-EIXO PAULISTA. São Paulo: 1978.

\_\_\_\_\_. ANEXO 2. CONDICIONANTES SOCIAIS. São Paulo: 1978.

\_\_\_\_\_. ANEXO 3. CARACTERIZAÇÃO SETORIAL/ ESPACIAL DO CRESCIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO NA REGIÃO DO MACRO-EIXO. São Paulo: 1978.

GUNN, Philip. As Políticas e a realidade do assentamento industrial em São Paulo. In: FAUUSP, SINOPSES 8, Ed. FAUUSP, 1985, p.191- 220. - "Frank Loyd Wright e a passagem para o Fordismo" in: ESPAÇO E DEBATES. TEORIAS URBANAS: CRÍTICAS E PERSPECTIVAS. REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. ANO XI. São Paulo: NERU, 1989.

- \_\_\_\_\_. **ESPAÇO, ESTADO, TERRITÓRIO (UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE CRÍTICA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM SÃO PAULO E NO BRASIL)**. São Paulo: Tese de Doutorado/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1985.
- HALL, Peter. **CIDADES DO AMANHÃ. UMA HISTÓRIA INTELECTUAL DO PLANEJAMENTO E DO PROJETO URBANOS NO SÉCULO XX**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1995. P. 161.
- HOLSTON, James. **A CIDADE MODERNISTA.UMA CRÍTICA DE BRASÍLIA E SUA UTOPIA**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IANNI, Octavio. **PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL (1930 -1970)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- INPE. **MACROZONEAMENTO DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**. São José dos Campos: INPE, 1992.
- JORNAL "Correio Joseense". São José dos Campos, 10 de maio de 1935.
- JORNAL "Correio Joseense". São José dos Campos, 10 de maio de 1936.
- JORNAL "Correio Joseense". São José dos Campos, 20 de maio de 1938.
- JORNAL "Correio Joseense". São José dos Campos, 29 de outubro de 1938
- JORNAL "Correio Joseense". São José dos Campos, 11 de abril de 1943.
- JORNAL "Correio Joseense". São José dos Campos, 03 de outubro de 1948
- JORNAL Vale Paraibano. São José dos Campos, 03 de setembro de 1974
- LABOISSIÈRE, Márcia M. **IMAGENS DO MAL. ATUBERCULOSE EM CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE**. Campinas: Dissertação de mestrado/ IFCH/UNICAMP, 1998.
- LAFER, Betty Mindlin. **PLANEJAMENTO NO BRASIL**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- LAPA J. R, do A. **A ECONOMIA CAFEEIRA**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEME, Maria Cristina da Silva. "*A Formação do pensamento Urbanístico no Brasil*", in: **URBANISMO NO BRASIL 1895 - 1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUSP; FUPAM, 1999.
- LEMONS, C. *Arquitetura Contemporânea*. "*ZANINI, W*" In: **HISTÓRIA GERAL DA ARTE NO BRASIL**. São Paulo: Inst. Walter Moreira Salles, 1983. 2v.-. **ALVENARIA BURGUESA**. São Paulo, Ed. Nobel, 1985.
- LESSA, Simone N. **TREM DE FERRO: DO COSMOPOLITISMO AO SERTÃO**. Campinas: IFCH/Unicamp, Dissertação de mestrado, 1993.
- LESSA, Simone Narciso, OLIVEIRA, Ernestina Gomes de, SILVA, Paulo. César da. **RESENHAS**. Campinas: Mimeo, 1998. P. 12, 13. SANTOS, Milton. **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.
- LOBATO, Monteiro. **CIDADES MORTAS**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. - "*VELHA PRAGA*" In **OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO (1ª série)** vol. 1: *Urupês*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1949.

- LOPES, Roberto. REDE DE INTRIGAS. OS BASTIDORES DO FRACASSO DA INDÚSTRIA BÉLICA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- MAFFEI, Walter. A CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA DOS EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS. SÃO PAULO, Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 1982.
- MAGALHÃES, B. de. EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL COLONIAL São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- MALAN, Pedro Sampaio. "RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DO BRASIL(1945-1964)" in: FAUTO, Boris (Org.) III O BRASIL REPUBLICANO 4 ECONOMIA E CULTURA. (1930-1964) HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. São Paulo, DIFEL, 1984
- MANCUSO, Franco. LAS EXPERIENCIAS DEL ZONIG. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A, 1980.
- MARTINS, José de Souza. O CATIVEIRO DA TERRA. São Paulo, Editora Hucitec, 1996
- MARTINS, Nilson Franco. "Ampliação da via Dutra nas Interfaces Urbano Rodoviárias do Macro-Eixo Paulista" in: SINOPSES SÃO PAULO No. 21. São Paulo: 1994.
- MASIEIRO, José P. e FONSECA, Omar. São José dos Campos de Omar Fonseca. Ed. Fundação Valeparaibana de Ensino. 1989.
- MATIAS, Benedito Rodrigues. CRONOLOGIA JOSEENSE: TEORIA GERAL DA HISTÓRIA JOSEENSE. São José dos campos, Câmara dos vereadores, 1978
- MATOS, O. N. de CAFÉ E FERROVIA: A EVOLUÇÃO FERROVIÁRIA DE SÃO PAULO E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA CAFEIEIRA. São Paulo: Alfa Omega, 1974.
- MARTINDALE, Andrew. O MUNDO DA ARTE. ENCICLOPÉDIA DAS ARTES PLÁSTICAS DE TODOS OS TEMPOS. O RENASCIMENTO. Distribuição da: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL PUBLICAÇÕES LTDA., 1979.
- MEDEIROS, José Adelino. "Pólos Tecnológicos Ilhas ou Arquipélagos" in: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA. VOL. 9/No. 3/JUL-SET/1995. REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE. São Paulo: Fundação SEADE, 1995.
- MEDEIROS, José Adelino e PERILLO, Sérgio Alves. AGLOMERADO DE EMPRESAS DE ALTA TECNOLOGIA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: UM PARQUE TECNOLÓGICO ESPONTÂNEO. OEA/CNPQ/INPE. São Paulo, 1987.
- MEIHY, José de Souza Sebe, BERTOLLI FILHO, Cláudio. HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE. São Paulo, CEDHAL-USP, 1990.
- MELO, Elizangela A de & ZAMBADI, Fabiana G. SAÚDE E SANEAMENTO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930 -1945). Orientadora: Valéria Zanetti. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1999.
- MEYER, Regina. METRÓPOLE E URBANISMO. SÃO PAULO ANOS 50. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU/USP, 1991.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR. SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO SERFHAU. ANAIS DO SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOCAL. Rio de Janeiro: Editora Alvorada, 1971.

- MIRANDA, João Carlos R. & OLIVEIRA, Patrícia Romana de. **NOS RASTROS DE UMA HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX ( 1900-1920)**. Orientadora: Maria Aparecida Papali. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1998.
- MONBEIG, Pierre. **PIONEIROS E FAZENDEIROS DE SÃO PAULO**. São Paulo, Editora Hucitec/Polis, 1984.
- MOTOYAMA, Shozo, et al. **TECNOLOGIA E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL** Ed. UNESP/CEETEPS. São Paulo, 1994.
- MONTÓIA, Ana Edite Ribeiro Montóia. **CIDADE E POLÍTICA. SÃO PAULO NO SÉCULO XIX**. Campinas: Dissertação de Mestrado, Departamento de História/IFCH/UNICAMP, 1990.
- MOURA, Gerson. **AUTONOMIA NA DEPENDÊNCIA: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE 1935 A 1942**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980.
- MÜLLER, N. L.. **O FATO URBANO NA BACIA DO RIO PARAÍBA** In Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, Publicação 23. Rio de Janeiro: IBG/Fundação IBGE, 1969.
- NEGRI, Barjas. **AS POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL E O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA EM SÃO PAULO: 1970-1985**. Relatório Final, 2 v. 1988.
- NOSSO SÉCULO BRASIL. 1930/1945 (I) e (II). São Paulo: Abril Cultural/Círculo do Livro, 1987.
- OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. **SANT'ANNA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIRETRIZES URBANAS**. São José dos Campos: J. O S. de Oliveira, 1999.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciane; CARDOSO, José Maria Alves; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000
- PAPALI, Maria Aparecida R. Chaves. **OS VESTÍGIOS DE UM COTIDIANO: TRABALHADORES, ESCRAVOS, NEGOCIANTES E CORONÉIS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: (1870-1888)**. São Paulo: Tese de Mestrado PUC/SP, 1996
- PARANHOS, Ulysses. **MANUAL DE TERAPEUTICA CLÍNICA MEDICA**. São Paulo: O Pensamento, 1927.
- PENEDO, Alexandre. **ARQUITETURA MODERNA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**. São José dos Campos, SP: Fundação "Cassiano Ricardo", 1997.
- PIRES, Marcos Cordeiro. **ESTADO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: o caso da PETROBRÁS — 1954/1964**. São Paulo: Dissertação de Mestrado — FFLCH/USP, 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PHILLIPS, Alan. **Arquitetura Industrial**. Barcelona, Ed. GG, 1993.
- PROENÇA Jr., Domício (organizador). **UMA AVALIAÇÃO DA INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA**. UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

- RASTELLI, Enrico & CROPANI, Elisabeth De Fiore di. (orgs.) **NOSSO SÉCULO. BRASIL. 1930/1945 (I).** São Paulo: Editora Abril Cultural/Círculo Do Livro, 1987.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) - 1972/74.** Brasília: Suplemento ao Diário Oficial, dezembro de 1971. ( Lei No. 5.727 de 4 de novembro 1971).
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **PROJETO DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) - 1975/79.** Rio de Janeiro: IBGE, setembro de 1974.
- REVISTA PAULISTA DE TISIOLOGIA 1. "Sanatório Rui Dória" Setembro - outubro de 1935.
- RICARDO, Cassiano. **A MARCHA PARA O OESTE. (A INFLUÊNCIA DA "BANDEIRA" NA JORNADA SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL).** Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo e Livraria José Olympio Editora, 1970
- RIBEIRO, D. **O POVO BRASILEIRO - A FORMAÇÃO E O SENTIDO DO BRASIL.** São Paulo: Cia das Letras. 1995.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (org.) **CIDADE, POVO E NAÇÃO. GÊNESE DO URBANISMO MODERNO.** RJ, Civilização Brasileira, 1996.
- RIBEIRO, Maria Alice R. **HISTÓRIA SEM FIM... INVENTÁRIO DA SAÚDE PÚBLICA. 1880-1930.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- REVISTA CONSTRUÇÃO. São Paulo: No. 1432. 21/07/1975
- REVISTA APOIO. São José dos Campos: 14/05/1978.
- REVISTA VIP NEWS. São José dos Campos: Setembro de 1982
- RODRIGUES, Oliveira Ivete; SANTOS, Josinaldo dos; OLIVEIRA, Tereza Maria R. de. *"Médio Vale do Paraíba do Sul. Estado, Políticas Públicas e Organização do Espaço - 1930/1980".* REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, RJ, 54 (2): 54, 82, out-dez. 1992.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de. **SEGUNDA VIAGEM DO RIO DE JANEIRO A MINAS GERAIS E A SÃO PAULO: 1822.** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo
- SANTOS, Milton. **ESPAÇO E SOCIEDADE. (ENSAIOS).** Petrópolis: Editora VOZES Ltda. 1979.
- \_\_\_\_\_ **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.** São Paulo, Editora Hucitec, 1993
- \_\_\_\_\_ **TÉCNICA ESPAÇO E TEMPO. GLOBALIZAÇÃO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO INFORMACIONAL.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_ **O ESPAÇO DO CIDADÃO.** São Paulo, Editora Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O BRASIL TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001
- SANTOS, Ademir Pereira dos. "De Cobaia a Feiticeiro (ou para se ler paisagens urbanas recentes em São José dos Campos) in: **CADERNOS DO CIRC - CENTRO DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIAS CULTURAIS. SÃO JOSÉ: A CIDADE, A CULTURA E SEU TEMPO.** Ano I - nº 1. São José dos campo: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro/1996. P. 25.



- SOUSA, Ana Maria Santos & SOARES, Luiz Laerte. **ADEQUAÇÃO E ORDENAMENTO LEGAL DO ESPAÇO JOSEENSE (1930 - 1950)**. Orientação: Ademir Pereira dos Santos. São José dos Campos: Departamento de História/UNIVAP, 1998
- SOUZA, Maria Adélia A. **SÃO PAULO VILLE/REGIONS. PROPOSITINS METODOLOGIQUES**. Paris: Tese de Doutorado 3 ème Cycle, Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) Orientador Michel Rochefort, 1975.
- SPENGLER, Oswald. **O HOMEM E A TÉCNICA**. Lisboa: Guimarães & Ca. Editores, 1980.
- STANLEY, Stein J. **GRANDEZA E DECADÊNCIA DO CAFÉ NO VALE DO PARAÍBA**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- TRONCA, Ítalo A. "*O Exército e a Industrialização: Entre as Armas e Volta Redonda*" in: **HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. TOMO III O BRASIL REPUBLICANO. VOL. 3º SOCIEDADE E POLÍTICA (1930 - 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VALE DO PARAÍBA. **HOMENAGEM DO VALE DO PARAÍBA AO DR. ADHEMAR DE BARROS INTERVENTOR FEDERAL. COMEMORANDO A PROMULGAÇÃO DO DECRETO 9716, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938**. Norte de São Paulo, 17 de Dezembro de 1938. Pp.41, 42, 43.
- VARGAS, Milton, et alli. **HISTÓRIA DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA NO BRASIL**. Ed. UNESP/CEETEPS. São Paulo, 1994.
- VONS MARTIUS, Carl Friedrich P. **A VIAGEM DE VON MARTIUS: FLORA BRASILIENSE**. Rio de Janeiro: Index, 1996
- VIRILIO, Paul & LOTRINGER, Salvatore. **GUERRA PURA. A MILITARIZAÇÃO DO COTIDIANO**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 
- \_\_\_\_\_. **VELOCIDADE E POLÍTICA**. São Paulo, Estação Liberdade, 1996
- ZALUAR, Augusto Emílio. **PEREGRINAÇÃO PELA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: 1860-1861**. São Paulo: Ed. Itatiaia: EDUSP, 1975